Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da Região de Coimbra 2014-2020

Dezembro | 2014

programa operacional assistência técnica
POAT FEDER
QREN QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO NACIONAL
UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

Título
Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial
da Região de Coimbra (2014-2020)
Dezembro 2014

Promotor
Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra

Cofinanciado por

Trabalho desenvolvido com a consultoria e assistência técnica
da Sociedade de Consultores Augusto Mateus & Associados

Índice

Índice ..... **ii**
Índice de gráficos ..... **iii**
Índice de mapas ..... **iii**
Índice de quadros ..... **iv**
Índice de figuras ..... **iv**
Mensagem do Presidente ..... **vi**
Nota introdutória **1**
1. O processo de construção do Plano Estratégico **5**
2. Diagnóstico prospetivo **9**
Enquadramento Territorial 9
Evolução recente e posicionamento no contexto nacional e europeu 10
Crescimento inteligente 13
Crescimento sustentável 16
Crescimento inclusivo 20
Fatores distintivos e análise SWOT 24
3. Visão e estratégia de desenvolvimento **30**
Visão e estratégia regional 30
Áreas de intervenção prioritária 33
Indicadores de monitorização de desempenho regional 38
Articulação da estratégia da Região de Coimbra com as orientações nacionais e regionais 42
4. Plano de ação **48**
Estrutura do Plano de Ação – Iniciativas Estruturantes 48
Iniciativas Estruturantes 52
Articulação das iniciativas estruturantes do plano de ação com os eixos prioritários do PAR da região Centro e com as prioridades de investimento do QEC 62
5. Modelo de Governação **68**
A.1. Planeamento estratégico de base territorial: Princípios e orientações metodológicas **78**
A.2. Orientações relativas ao período de programação estrutural 2014-2020 ..... **84**
A arquitetura da Política de Coesão da União Europeia no período 2014-2020 84
A Política de Coesão Europeia 2014-2020 aplicada a Portugal 99
A.3. CRER 2020, Plano de Ação Regional **120**
Desígnio central, ambição e prioridades nucleares 120
Eixos de atuação 121
Domínios diferenciadores e estratégia de especialização inteligente 122
A.4. Elementos de suporte ao diagnóstico prospetivo **126**
A.5. O QREN e o Programa Territorial de Desenvolvimento 2007-2013 ..... **146**

Índice de gráficos

Gráfico 1. Crescimento económico: PIB per capita | 1995-2010 126
Gráfico 2. Crescimento económico: PIB per capita | 2007-2011 127
Gráfico 3. Decomposição do PIB per capita: Trajetórias de convergência por via da produtividade e trajetória de convergência por via do emprego (recursos) | 2000-2010 128
Gráfico 4. Taxa de crescimento natural, migratório e efetivo | 2001-2011 Regiões NUTS II 129
Gráfico 5. Decomposição do crescimento populacional | 2001-2010 130
Gráfico 6. Análise shift-share do VAB por NUTS III | 1995-2010 132
Gráfico 7. Especialização nacional do VAB Nacional face à UE27 | 1995-2010 132
Gráfico 8. Especialização nacional do VAB do Baixo Mondego face a Portugal | 1995-2010 133
Gráfico 9. Especialização regional do VAB do Pinhal Interior Norte face a Portugal | 1995-2010 133
Gráfico 10. Intensidade exportadora | 2001-2011 134
Gráfico 11. Especialização regional das exportações| 2001-2011 134
Gráfico 12. Investimento em Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (I&DT), nos projetos aprovados pelos Sistemas de Incentivos ao Investimento das Empresas | 2012 135
Gráfico 13. Proporção da população entre os 30 e 34 anos com ensino superior | 2001-2011 135
Gráfico 14. Capacidade de alojameno e dormidas nos estabelecimentos hoteleiros | 2002-2011 136
Gráfico 15. Sazonalidade e tempo de estadia nos estabelecimentos hoteleiros | 2011 136
Gráfico 16. Peso das formas de produção de energias renováveis na produção bruta | 2002-2011 137
Gráfico 17. Superfície afeta à Rede Natura 2000 e a Áreas Protegidas | 2010 138
Gráfico 18. Grau de abastecimento de águas e águas residuais | 2009 139
Gráfico 19. Ocupação do solo | 2006 140
Gráfico 20. Superfície agrícola utilizada | 2009 140
Gráfico 21. Movimentos pendulares | 2011 141
Gráfico 22. Índice de envelhecimento populacional | 2001-2011 141
Gráfico 23. Taxa de abandono escolar | 1991, 2001 e 2011 142
Gráfico 24. Taxa de insucesso escolar | 2005-2011 142
Gráfico 25. Taxa de emprego da população entre os 20 e os 64 anos | 2001-2011 143
Gráfico 26. Índice de desemprego por NUTS III | 2001 e 2011 143
Gráfico 27. Desemprego registado nos centros de emprego | 2001-2011 144
Gráfico 28. Fundo comunitário aprovado per capita e taxa de realização do PO Centro | 2007-2012 146
Gráfico 29. Distribuição do fundo comunitário aprovado no PO Centro por tipologia | 2007-2012 147

Índice de mapas

Mapa 1. Delimitação territorial da região de Coimbra 9
Mapa 2. Taxa de crescimento efetivo e taxa de atração/repulsão | 2001-2011 130
Mapa 3. Estrutura etária da população: índices de dependência | 2001-2011 131
Mapa 4. Consumo de combustível automóvel por habitante | 2010 137
Mapa 5. Diretrizes ambientais 138
Mapa 6. Resíduos urbanos 139

Índice de quadros

Quadro 1. PIB, população e PIB per capita da região de Coimbra 10
Quadro 2. Indicadores de enquadramento 12
Quadro 3. Crescimento inteligente - indicadores e metas da Estratégia Europa 2020 e do Programa Nacional de Reformas de Portugal 16
Quadro 4. Outros indicadores de enquadramento: crescimento inteligente 16
Quadro 5. Crescimento sustentável - indicadores e metas da Estratégia Europa 2020 e do Programa Nacional de Reformas de Portugal 19
Quadro 6. Outros indicadores de enquadramento: crescimento sustentável 19
Quadro 7. Crescimento inclusivo - indicadores e metas da Estratégia Europa 2020 e do Programa Nacional de Reformas de Portugal 22
Quadro 8. Outros indicadores de enquadramento: crescimento inclusivo 22
Quadro 9. Análise SWOT 25
Quadro 10. Valorização e gestão dos recursos endógenos – pertinência e objetivos 34
Quadro 11. Inovação e capital humano – pertinência e objetivos 35
Quadro 12. Coesão e inclusão social – pertinência e objetivos 36
Quadro 13. Metas da estratégia regional 38
Quadro 14. Contributo da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Regional para as metas dos Indicadores de Resultados do Programa Operacional Regional 39
Quadro 14. Enquadramento das áreas de intervenção prioritária da região de Coimbra na matriz de objetivos temáticos QEC 2014-2020 42
Quadro 15. Enquadramento das áreas de intervenção prioritária da região de Coimbra na matriz de prioridades nucleares do CRER 2020 44
Quadro 16. Áreas de intervenção prioritárias e iniciativas estruturantes – Fatores críticos de sucesso 49
Quadro 17. Síntese das iniciativas estruturantes e ações 50
Quadro 18. Das áreas de intervenção prioritárias às iniciativas estruturantes 62
Quadro 19. Articulação entre as iniciativas e ações estruturantes e as prioridades de investimento do QEC 2014-2020 63
Quadro 20. Política de Coesão 2014-2020 - Dotações totais por Estado-membro (*) (milhões de euros, preços de 2011) 90
Quadro 21. Objetivos temáticos e prioridades de investimento do QEC 93
Quadro 22. Prioridades do FEADER 96
Quadro 23. Prioridades do FEAMP 97
Quadro 24. Metas nacionais associadas à Estratégia Europa 2020 e situação atual 101
Quadro 25. Portugal 2020 - Repartição indicativa dos FEEI por objetivo temático (*) (Unid: mil EUR – preços correntes - e %) 106
Quadro 26. Prioridades de investimento mobilizadas por Portugal 2020 107
Quadro 27. Dotações FEEI por Fundo Comunitário e Programa Operacional (Unid: mil EUR – preços correntes - e %) 111
Quadro 28. Abordagens integradas de desenvolvimento territorial 114
Quadro 29. Programas de Cooperação Territorial Europeia 117
Quadro 30. CRER 2020 - Eixos de atuação e domínios de intervenção 122
Quadro 31. Indicadores do barómetro regional 125

Índice de figuras

Figura 1. Processo de preparação do plano estratégico 6
Figura 2. Fatores distintios da região de Coimbra 24
Figura 3. Visão estratégica da Região de Coimbra 32
Figura 4. Da visão estratégica às áreas de intervenção prioritária 32
Figura 5. Metodologia de abordagem à definição da Estratégia de Desenvolvimento Regional (2014-2020) do Centro de Portugal 43
Figura 6. Das áreas prioritárias de intervenção às iniciativas estruturantes 49
Figura 7. Modelo de Governação da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial 72
Figura 8. A dimensão prospetiva do planeamento estratégico de base territorial 78
Figura 9. Dimensões do território nas estratégias de desenvolvimento territorial 80
Figura 10. As fases do planeamento estratégico 81
Figura 11. Da Europa 2020 a Portugal 2020 85
Figura 12. Estratégia Europa 2020: para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo 86
Figura 13. Ciclo de programação e aplicação da Política de Coesão 2014-2020 98
Figura 14. Estratégia de especialização inteligente – domínios diferenciadores 123
Figura 15. Áreas de interligação e apostas indicativas da estratégia de especialização inteligente 124

Siglas

ADL – Associação Desenvolvimento Local

AG – Autoridade de Gestão

CI – Conselho Intermunicipal

CIM – Comunidade Intermunicipal

EBT – Estratégias de Base Territorial

EM – Estado-membro

FC – Fundo de Coesão

FEEI – Fundos Europeus Estruturais e de Investimento

FEADER – Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural

FEAMP – Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e da Pesca

FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

GAL – Grupo de Ação Local

IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional

NUTS – Nomenclature of Territorial Units for Statistics

PROVERE – Programa de Valorização Económica dos Recursos Endógenos

PTD – Programa Territorial de Desenvolvimento

QEC – Quadro Estratégico Comum

QREN – Quadro de Referência Estratégica Nacional

SCTN – Sistema Científico e Tecnológico Nacional

TICE – Tecnologias de informação, comunicação e eletrónica

VAB – Valor Acrescentado Bruto

UE – União Europeia

Mensagem do Presidente

A Estratégia "Região de Coimbra 2020" consubstancia um triplo desafio.

O primeiro, de carácter interno, passa pelo reforço efetivo dos laços de confiança entre os parceiros deste tão diverso território, reforço esse sustentado em políticas de coesão territorial, visando afirmar uma região com uma identidade forte e competitiva.

O segundo, passa por mobilizar os agentes económicos, sociais, culturais e institucionais para o retomar de um diálogo que deu conteúdo e espessura a este Plano Estratégico, visando criar uma malha de atores disponíveis para a constante reflexão sobre o destino e ambição do território, articulando, sempre que desejável, objetivos e políticas. É deste diálogo que podem nascer, com maior viabilidade de sucesso, projetos de dimensão supramunicipal que potenciem a região como região líder, inovadora e inclusiva.

O terceiro desafio consiste na afirmação política desta Comunidade Intermunicipal e desta região, perante as tradicionais lógicas centralistas, cruzando esforços com as restantes Comunidades da Região Centro, numa lógica de sã concorrência mas permanente esforço de concertação política face ao efeito polarizador das áreas metropolitanas e aos desafios que a internacionalização das nossas empresas e instituições produtoras de serviços nos colocam.

É à luz destes desafios que deve ser lido o presente Plano Estratégico de Desenvolvimento e as 3 áreas de intervenção prioritárias – Valorização e Gestão dos Recursos Endógenos, Inovação e Capital Humano, Coesão e Inclusão Social – enquadradas por 2 áreas transversais – Rede Urbana e Estruturação do Território e Rede de Governação e Eficiência da Administração.

Mas importa igualmente enfatizar que este Plano é apenas e só um documento de referência, que deverá eventualmente ser reajustado à luz de novas regras que venham a surgir no âmbito do PO Regional e dos Planos Temáticos de cobertura nacional, mas que deverá ser o guião de uma estratégia que resulte da dinâmica que a região e os seus atores consigam gerar e da ambição que a visão política dos mesmos consiga maximizar.

O Presidente do CI da CIM Região de Coimbra

João Ataíde

Nota introdutória

A CIM da Região de Coimbra desenvolveu ao longo do ano de 2013 e do primeiro semestre de 2014 um processo de reflexão estratégica, visando construir uma estratégia integrada de desenvolvimento para a região de Coimbra com o horizonte temporal do período de programação estrutural, 2014-2020.

Adotado que está o Acordo de Parceria 2014-2020, (em julho último) e os programas operacionais que o consubstanciam (neste mês de dezembro) houve que ajustar e complementar o Plano Estratégico de Desenvolvimento da Região de Coimbra no sentido de dar resposta às exigências do Convite nº 01/2014, de 12 de novembro de 2014, primeiro passo para a concretização dos principais instrumentos de politica pública de âmbito territorial, nomeadamente, a definição de um Investimento Territorial Integrado (ITI) na Região de Coimbra, e para a articulação na região com as figuras de Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC).

O Convite em causa visa reconhecer a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial na Região de Coimbra, com base em todo o trabalho participado de preparação do Plano Estratégico da Região de Coimbra, concluído em Junho de 2014 e que foi objeto de acompanhamento e apreciação por parte da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro.

O presente Documento pretende pois dar resposta às obrigações formais decorrentes daquele Convite, tendo implicado um aprofundamento do modelo de governação e dos indicadores previstos no Plano Estratégico de Desenvolvimento bem como uma atualização das articulações com as novas versões dos programas operacionais e do Acordo de Parceria. Este documento encontra-se organizado em cinco pontos principais:

- ✓ O primeiro capitulo, em que se explicita o processo de construção da estratégia de desenvolvimento da região de Coimbra, particularizando a metodologia utilizada em cada uma das fases de trabalho e os *timings* necessários à realização de cada umas destas, bem como a forma de articulação com as orientações nacionais e comunitárias para o período de programação estrutural 2014-2020. Este capítulo é acompanhado de dois anexos que apresentam, respetivamente a metodologia detalhada seguida na preparação do plano e as orientações comunitárias para o próximo período de programação (ver anexos 1 e 2);
- ✓ O segundo capítulo é dedicado às conclusões do diagnóstico prospetivo da região, organizadas de acordo com os grandes pilares da estratégia de Europa 2020 – crescimento inteligente, crescimento sustentável e crescimento inclusivo. Este capítulo inclui ainda uma análise dos constrangimentos e desafios deste território, incorporando as conclusões do conjunto de workshops temáticos realizados, bem como de um conjunto de instrumentos e estudos desenvolvidos por várias entidades com competências no âmbito das políticas públicas e do ordenamento do território. Em anexo, são apresentados os elementos estatísticos de suporte ao diagnóstico prospetivo efetuado (ver anexo 4);
- ✓ O terceiro capítulo apresenta a visão integrada para a região, as áreas de intervenção prioritárias, os objetivos e os fatores críticos de sucesso, justificando a respetiva pertinência e fixando as metas para a região no horizonte temporal de 2020. Este capítulo inclui ainda a articulação da estratégia regional com a estratégia regional da região Centro (ver anexo 3) e com os objetivos temáticos nacionais e comunitários;

- ✓ O quarto capítulo é dedicado à apresentação do plano de ação identificando as 10 iniciativas estruturantes para a região de Coimbra e as respetivas ações a implementar. Neste capítulo, procede-se ainda à articulação das iniciativas estruturantes com os eixos de atuação do Plano de Ação Regional do Centro e à identificação das prioridades de investimentos dos fundos europeus estruturais e de investimento a mobilizar em cada uma das ações prevista no plano;
- ✓ A quinta parte é dedicada à apresentação do modelo de governação e acompanhamento deste plano de desenvolvimento.

O processo de construção do Plano Estratégico

1. O processo de construção do Plano Estratégico

A Estratégia Europa 2020 lança novos desafios às regiões europeias, traduzidos na agenda temática definida pela Comissão Europeia para o período de programação estrutural 2014-2020 que visa a promoção de um crescimento inteligente sustentável e inclusivo, alicerçado em 11 objetivos temáticos que se desdobram em 57 prioridades de investimento, aos quais se acrescentam as prioridades e medidas específicas delineadas ao abrigo do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) e do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP) (ver anexo 2).

Perante este novo enquadramento comunitário, a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra reconheceu a necessidade de construção de uma sólida estratégia de futuro e de ação coletiva, com base numa abordagem ampla, transdisciplinar e integradora de ideias e projetos, afirmando-se como instrumento de base da ação pública, privada e associativa.

O Plano Estratégico de Desenvolvimento da Região de Coimbra 2014-2020 foi construído de acordo com a metodologia-padrão da Augusto Mateus & Associados (AM&A), especificamente definida para a elaboração de Planos de Desenvolvimento Territorial Integrados de cariz regional relacionados com o novo período de programação estrutural, tal como explicitado no anexo 1. A metodologia adotada na elaboração do Plano Estratégico da região de Coimbra não contempla uma definição rígida e sequencial das etapas de trabalho, pelo contrário, apoia-se num processo dinâmico e flexível como garantia da disponibilidade para, durante o tempo de elaboração do estudo, aperfeiçoar, corrigir e integrar elementos de diagnóstico, estratégia e projetos estruturantes.

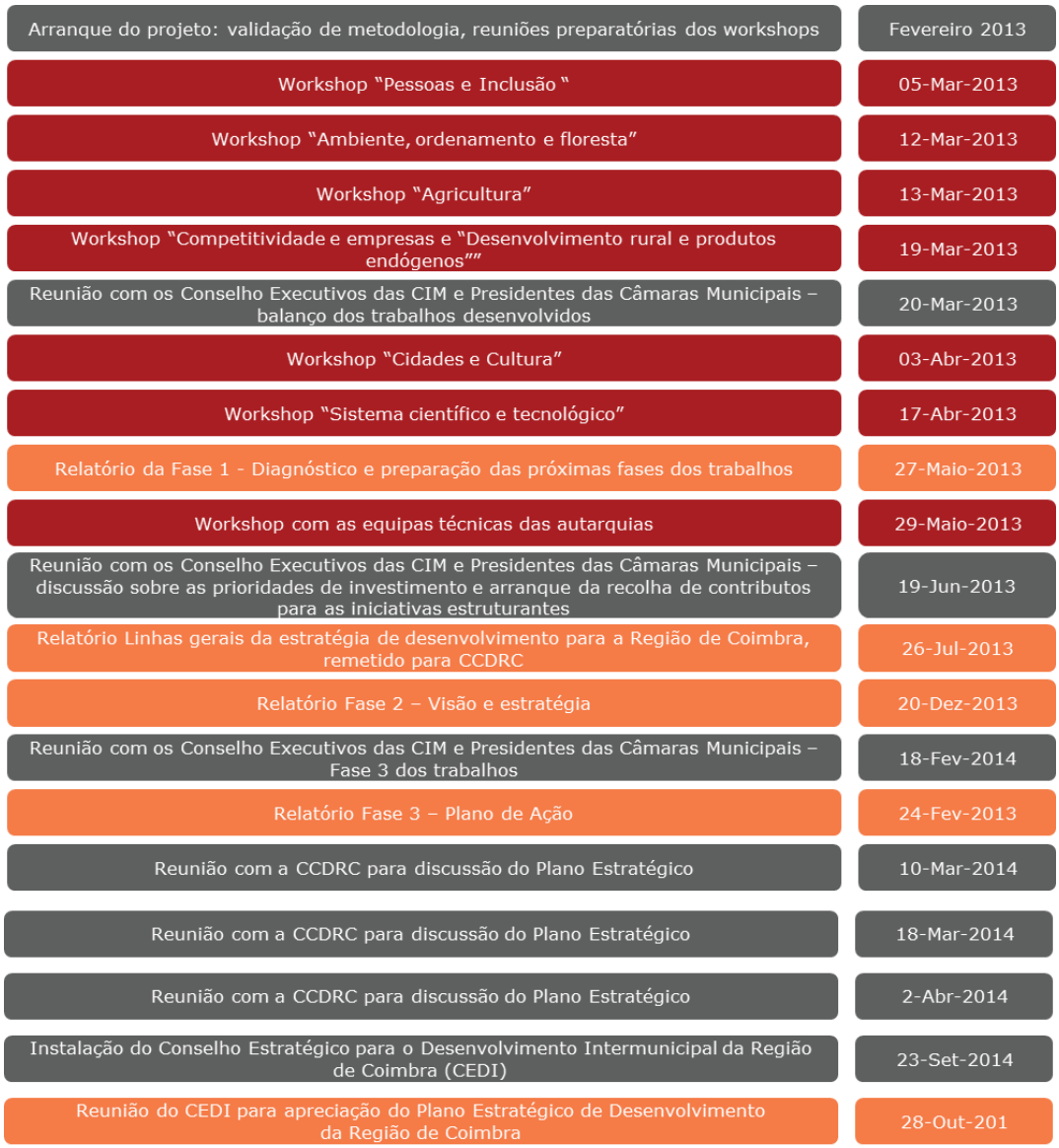
O facto do Plano Estratégico de Desenvolvimento da Região de Coimbra 2014-2020 ter sido redigido num momento em que a conceção da aplicação da política de coesão 2014-2020 à realidade portuguesa não estava encerrada e num contexto de forte incerteza quanto à duração da crise económica e financeira e às condições futuras de operacionalização da estratégia, justifica a adoção de três grandes princípios metodológicos:

- ✓ Construção de uma estratégia que dê resposta aos desafios lançados pela Estratégia Europa 2020, aproveitando as oportunidades de financiamento da política de coesão 2014-2020, mas também integradora de um amplo leque de projetos e iniciativas cruciais ao desenvolvimento sustentável da região, independentemente das respetivas condições de elegibilidade comunitária.
- ✓ Organização da estratégia e plano de ação em eixos estratégicos e iniciativas estruturantes num número limitado – em nome da clareza da estratégia de intervenção e da seletividade dos projetos, indo ao encontro das recomendações da Comissão Europeia para o novo período de programação estrutural – mas suficientemente amplos para acomodar as especificidades dos futuros regulamentos enquadradores dos investimentos apoiados no âmbito da política de coesão 2014-2020.
- ✓ Participação e envolvimento dos agentes locais na fase de conceção estratégia, assumida como condição para a concertação e a convergência alargada dos stakeholders regionais em torno da estratégia regional, para a partilha de decisões, iniciativas e investimentos desde do início da construção dos projetos e, em ultima instância, para a geração de sinergias e complementaridades essenciais ao sucesso da estratégia desenvolvida para a região. Neste sentido foi realizado um programa de trabalho que incluiu vários workshops com instituições públicas, autarquias,

associações e outras organizações sem fins lucrativos, entidades do sistema científico e tecnológico regional e empresários que reconheceram a necessidade de concertação e cooperação entre os atores-chave do território e apontaram objetivos, novas soluções e ações que foram tidas em consideração em todas as fases do desenvolvimento dos trabalhos.

A figura seguinte apresenta os principais marcos deste processo de construção da estratégia integrada de desenvolvimento territorial da Região de Coimbra que culminou, em Outubro de 2014, com a apreciação no Conselho Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal do documento final do Plano Estratégico de Desenvolvimento da Região de Coimbra.

Figura 1.
Processo de preparação do plano estratégico



Diagnóstico prospetivo

2. Diagnóstico prospetivo

Enquadramento Territorial

A recém-criada região de Coimbra agrega os concelhos da NUTS III do Baixo Mondego (Cantanhede, Coimbra, Condeixa-a-Nova, Figueira da Foz, Mira, Montemor-o-Velho, Penacova, Soure), 9 dos catorze concelhos incluídos na NUTS III do Pinhal Interior Norte (Arganil, Góis, Lousã, Miranda do Corvo, Oliveira do Hospital, Pampilhosa da Serra, Penela, Tábua, Vila Nova de Poiares) e os concelhos de Mortágua e Mealhada, incluídos na NUTS III Dão-Lafões e Baixo Vouga, respetivamente (ver Mapa 1).

O ordenamento administrativo que resulta desta aglomeração coloca um desafio à análise das dinâmicas da região de Coimbra como um todo, pelo que a caraterização da região será suportada, sempre que possível, por indicadores que permitam aferir as trajetórias evidenciadas pelas NUTS III do Baixo Mondego e do Pinhal Interior Norte - as que permitem uma melhor aproximação à nova realidade territorial em resultado da sua maior representatividade na nova região – e pela inclusão de alguns indicadores relevantes ao nível concelhio, que contribuam para o enriquecimento da análise e para uma melhor compreensão e caraterização deste novo contexto territorial.

Mapa 1. Delimitação territorial da região de Coimbra

Evolução recente e posicionamento no contexto nacional e europeu

Não obstante o reconhecimento dos desafios adicionais que a agregação de um território com uma geografia, modelos de povoamento, recursos e dinâmicas de desenvolvimento tão distintas coloca às políticas de ordenamento e desenvolvimento regional, há que reconhecer, por outro lado, que a nova região de Coimbra assume no contexto do Centro uma dimensão populacional e económica (ver Quadro 1) que pode vir a justificar a implantação, com sucesso, de ofertas públicas e privadas altamente qualificadas e especializadas, que outras regiões sem um nível mínimo de massa crítica económica não conseguem atrair e fixar.

Quadro 1.
PIB, população e PIB per capita da região de Coimbra

	1995	2000	2005	2007	2010	2011	% na região Centro 2011
População (Nº)	456.953	464.251	468.317	466.184	459.841	460.583	20%
PIB (Milhões de Euros) (1)	3.611	5.121	6.109	6.550	6.810	6.781	21%
PIB pc (Euros) (1)	7.903	11.031	13.045	14.050	14.810	14.722	-

Nota: (1) PIB e PIB per capita estimado com base no peso da população de cada um dos concelhos que integram a região de Coimbra aplicado ao PIB das respetivas NUTS III
Fonte: INE, Contas Regionais; População de referência utilizada nas Contas Regionais

Ao longo dos últimos três períodos de programação estrutural (1995-2010) o Baixo Mondego e o Pinhal Interior Norte apresentaram trajetórias de convergência positiva, com o PIB *per capita* – principal indicador simples de desempenho e desenvolvimento económico – a registar uma aproximação aos valores médios nacionais (ver Gráfico 1). Ainda que o sentido das trajetórias das duas regiões seja o mesmo, o seu posicionamento é bastante diferenciado no contexto nacional:

- ✓ O Baixo Mondego observa uma trajetória de aproximação sustentada aos níveis de vida do país que contribuiu para que a região apresente o mais elevado PIB *per capita* no contexto da região Centro e supere, também, o valor médio nacional. Este posicionamento resulta de uma aproximação mais expressiva da região no período 2007-2011, onde o Baixo Mondego mostrou maior resistência aos efeitos sistémicos da crise e à degradação da conjuntura económica - ao longo deste período a região aumentou cinco pontos no índice nacional do PIB *per capita*, face a um aumento de 1,55 pontos registados entre 1995 e 2010;
- ✓ O comportamento positivo do Pinhal Interior Norte traduz-se numa aproximação ao valor médio do PIB per capita nacional, no entanto esta trajetória de convergência não permitiu à região melhorar o seu posicionamento na região Centro. Com efeito, o processo de convergência positiva foi acompanhado pelas NUTS III do Centro que, tal como o Pinhal Interior Norte, apresentavam maiores desfasamentos face ao nível de vida médio nacional, resultando na perda da posição relativa da região no contexto do Centro – da nona posição em 1995 para décima primeira em 2011, sendo que apenas a Serra da Estrela apresenta pior desempenho;
- ✓ O PIB per capita estimado, que resulta do cálculo do PIB com base no peso da população de cada um dos concelhos que integram a região de Coimbra aplicado ao PIB das respetivas NUTS III, mostra que o efeito positivo do PIB per capita do Baixo Mondego se dilui nas performances do Pinhal Interior Norte e dos concelhos de Mortágua e Mealhada, posicionando a região de Coimbra como a terceira região com o PIB per capita mais elevado, depois do Pinhal Litoral e do Baixo Vouga.

As trajetórias de convergência positiva do Baixo Mondego e do Pinhal Interior Norte em relação aos valores médios do país ocorrem num cenário em que a região Centro, na sua globalidade, apresenta uma ligeira divergência negativa, em resultado de dinâmicas distintas das restantes regiões, que a coloca a par da região Norte e do Alentejo como as regiões que, partindo de uma posição desfavorável afastaram-se ainda mais da média do país. De facto, o desempenho positivo das regiões que partiram de patamares mais baixos de PIB *per capita* e conseguiram aproximar-se do padrão nacional (Serra da Estrela, Pinhal Interior Norte, Pinhal Interior Sul, Cova da Beira, Beira Interior Norte, Beira Interior Sul, Baixo Mondego) não foi suficiente para anular o efeito provocado pelas regiões que estavam mais próximas da média do país mas não conseguiram acompanhar o ritmo de crescimento (Médio Tejo, Oeste) e das regiões que perderam parte do avanço que detinham em meados da década de 90 (Pinhal Litoral e Baixo Vouga).

A decomposição das trajetórias de convergência, por via da produtividade ou por via do emprego (intensidade na utilização de recursos humanos, isto é o rácio entre o emprego e a população residente) e a observação da variação populacional intercensitária, permitem compreender e qualificar os processos de convergência e divergência ocorridos no contexto da região Centro e, em particular, nas NUTS III do Baixo Mondego e do Pinhal Interior Norte. A região Centro apresenta uma trajetória caraterizada pela estagnação da produtividade face à média nacional – tornando-a na região com o maior desfasamento face aos níveis médios de produtividade do país - e por um ligeiro recuo da intensidade na utilização de recursos humanos, que, apesar disso, ainda supera os níveis médios nacionais, sendo apenas ultrapassada pela região de Lisboa (ver Gráfico 3). Neste contexto, para caraterizar a trajetória de crescimento da região de Coimbra é necessário perceber o desempenho das NUTS III do Baixo Mondego e do Pinhal Interior Norte:

- ✓ O Baixo Mondego posiciona-se no pelotão das regiões mais desenvolvidas da região Centro, evidenciando uma trajetória que conjuga ligeiros avanços na produtividade - que permitiram uma aproximação aos níveis médios nacionais e contribuíram para que se tornasse a região com melhores índices de produtividade do Centro - com um ligeiro recuo da intensidade na utilização de recursos humanos, ainda assim menos intenso do que nas regiões que lhe estão mais próximas em termos de desempenho e do que no país, revelando um menor impacto das tensões provocadas pelo envelhecimento populacional e pelo aumento do desemprego;
- ✓ A trajetória do Pinhal Interior Norte ao longo da década de 2000 permite aferir que o processo de convergência da região para com o nível médio de vida do país se deveu aos ganhos de produtividade registados a partir de 2005, que permitiram compensar o recuo na intensidade da utilização dos recursos humanos, explicado em grande medida pela forte diminuição da população em idade ativa que a perda expressiva de população não conseguiu compensar. Ainda assim, esta trajetória de convergência resultou apenas numa ligeira melhoria do posicionamento da região face ao país.

No que respeita à população, a região de Coimbra - com cerca de 460 mil residentes registados nos Censos de 2011 - representa um quinto da população da região Centro e cerca de 5% da população do país. Esta dimensão populacional reflete um fenómeno de redução da população residente, em contraciclo com o país, verificado durante o período intercensitário, num cenário de ligeiras perdas de população na região Centro - que só foram superadas pelo Alentejo no contexto das NUTS II - em que apenas Baixo Vouga, Pinhal Litoral e Oeste registaram um aumento da população residente face a 2001 (ver Gráfico 4). A perda de população na região de Coimbra constitui-se como resultado da redução da população residente evidenciada quer pelo Baixo Mondego, quer pelo Pinhal Interior Norte e ainda pelos concelhos da Mealhada e de Mortágua, que superou, em todas as unidades territoriais, a verificada na região Centro:

- ✓ No Baixo Mondego a perda de população é resultado de uma componente natural que tem contribuído com maior intensidade, face à região Centro e ao país, para a redução do efetivo populacional na região desde 2000 e que não é compensada pela componente migratória, que apresentou um saldo nulo no período intercensitário (ver Gráfico 5);
- ✓ O Pinhal Interior Norte, à semelhança das outras regiões do interior, registou uma perda mais expressiva da sua população residente que decorreu de um contributo negativo da componente natural, que se foi intensificando ao longo da década de 2000, e não foi suficientemente compensado pelo efeito positivo da componente migratória;
- ✓ Os concelhos da Mealhada e de Mortágua evidenciam, também, uma redução da população residente no período intercensitário, embora mais expressiva no segundo, que resulta de um contributo negativo quer por parte da componente natural, quer por parte da componente migratória, com os dois concelhos a evidenciarem dificuldades na reposição e atração de população.

Quadro 2.
Indicadores de enquadramento

	Baixo Mondego	Pinhal Interior Norte	Centro	Portugal
Competitividade				
PIB *per capita*, euros, 2010	16.360	10.187	13.477	16.248
Variação do PIB *per capita,* 2000-2010	35.4%	36.6%	27.3%	30,5%
Produtividade, euros, 2010	33.503	24.994	27.916	34.994
Taxa de utilização dos recursos humanos, 2010	48.8%	40.8%	48.3%	46,4%
População				
Taxa de crescimento populacional, 2001-2011	-2.3%	-5.1%	-0.9%	2,0%
Taxa de crescimento populacional natural, 2001-2011	-2.3%	-6.4%	-2.6%	0,2%
Taxa de crescimento populacional migratório, 2001-2011	0.0%	1.3%	1.8%	1,8%
Taxa de atração/repulsão (2001-2011)	0.0%	0.9%	1.2%	1.2%
Índice de dependência de jovens, 2011	53.5%	63.9%	56.6%	22,5%
Índice de dependência de idosos, 2011	19.6%	21.1%	21.5%	28,8%
Índice de dependência total, 2011	33.9%	42.9%	35.1%	51,3%
Desenvolvimento regional				
Índice sintético de desenvolvimento regional, 2009	97.7	95.9	98.5	100,0
Índice sintético de competitividade, 2009	92.2	87.5	93.4	100,0
Índice sintético de coesão, 2009	108.5	97.0	101.9	100,0
Índice sintético de qualidade ambiental, 2009	92.8	104.2	99.2	100,0

Fonte: INE

A dinâmica populacional evidenciada pela região de Coimbra é, também, resultado da atratividade que a região exerce no sentido de conseguir captar novos residentes ou manter os que lá residem. A perda de população registada, que tem maior expressão no esvaziamento acentuado dos concelhos do interior (ver Mapa 2), emerge como causa e consequência da incapacidade da região repor a população pela via da componente natural mais do que pela via da componente migratória. Quando a análise é efetuada ao nível dos concelhos que integram a região percebe-se o efeito de atração exercido pelos concelhos de Condeixa-a-Nova, Lousã, Montemor-o-Velho, Vila Nova de Poiares, Miranda do Corvo e

Figueira da Foz, relacionado, em grande medida, com a proximidade a Coimbra e fuga de população do centro desta cidade para estes concelhos limítrofes, que procura benefícios consubstanciados no menor congestionamento e nos preços de habitação mais moderados. Por outro lado, os concelhos de Tábua e da Pampilhosa da Serra, apesar de uma perda de população expressiva no período intercensitário, conseguem captar novos residentes para o território, provavelmente em virtude de argumentos como a identidade e do modo de vida que podem proporcionar a um segmento da população que se identifique com estas ofertas.

Estas dinâmicas populacionais vieram, também, concretizar outro efeito sobre a estrutura etária da população, na medida em que intensificaram o envelhecimento que se tem vindo a alastrar à generalidade dos concelhos da região de Coimbra e que constitui um dos desafios mais prementes para a região. Com efeito, a significativa redução da proporção da população com menos de 15 anos de idade em detrimento do aumento da população com 65 ou mais anos é um fenómeno que, apesar de mais intenso no interior do país, nas regiões do litoral assume maior expressão na região de Coimbra, no Minho-Lima e no Alentejo Litoral (ver Mapa 3), colocando um desafio não só à capacidade de resposta social, mas também à própria bolsa de trabalho no que concerne à disponibilidade de mão-de-obra para o futuro.

Apresentam-se de seguida três óticas de diagnóstico com caráter predominantemente prospetivo, analisando-se indicadores que permitem avalizar as *performances* da região no âmbito do crescimento inteligente, do crescimento sustentável e do crescimento inclusivo. A análise é complementada pelo Anexo 4 onde se apresenta com maior detalhe a bateria de indicadores. No final do capítulo o diagnóstico é sumarizado através de uma análise SWOT e da identificação dos fatores distintivos da região de Coimbra.

Crescimento inteligente

A tendência de crescimento económico da região de Coimbra reflete, à sua escala, a diversidade de recursos que carateriza a região Centro:

- ✓ Amplos recursos agrícolas, hídricos e florestais, sustentando na região um conjunto de atividades económicas gradualmente organizada numa lógica de fileira - com destaque para a horticultura, fruticultura, cereais, pesca/aquicultura e indústria do pescado, produção florestal e de papel – e levadas a cabo por um tecido empresarial que combina uma malha relativamente atomizada e fragmentada de pequenas empresas (característica transversal do setor primário no país) com um conjunto limitado de empresas de transformação e distribuição de maior dimensão e com uma capacidade de inserção no mercados internacionais que marca indubitavelmente o perfil de exportação da região (ver Gráfico 11);
- ✓ Tradição e know-how industrial – as indústrias agroalimentar, de pasta e papel, de material de construção e metalúrgicas têm uma presença dispersa na região - e que, não obstante o menor grau de clusterização e internacionalização da indústria da região em comparação com a realidade de territórios vizinhos ao longo do litoral, garantem um nível de especialização e de produtividade do setor globalmente mais elevado que o padrão nacional (ver Gráfico 8 e Gráfico 9);
- ✓ Um mosaico de recursos turísticos com uma área de influência territorial e uma capacidade de captação de fluxos de procura ainda relativamente limitada mas cuja preservação e notoriedade no mercado nacional lhes confere um forte potencial de valorização ainda por explorar (Gráfico 14 e Gráfico 15). Para além dos recursos associados a ofertas com uma maior maturidade no mercado – como o sol e praia entre a Figueira da Foz e Mira, as excelentes condições naturais para prática de desportos radicais e de aventura, as termas do Buçaco, as tradições gastronómicas e

de artesanato e as aldeias do xisto – o Centro de Alto Rendimento de Montemor-o-Velho, o Centro de Convenções e Espaço Cultural do Convento S. Francisco e o Parque Biológico da Serra da Lousã são alguns exemplos de novos recursos que melhoram as condições de afirmação da região em nichos de mercado em crescimento;

- ✓ Uma bolsa de recursos humanos concentrada no eixo urbano Coimbra-Figueira da Foz com um perfil etário e habilitacional positivo face ao padrão nacional (Gráfico 13), indissociável da consolidação de uma oferta pública de serviços de saúde e educação liderada pela Universidade de Coimbra, cuja área de influência ultrapassa largamente as fronteiras de região e que, gradualmente, é complementada por um conjunto significativo de unidades de investigação (laboratórios do estado, centros tecnológicos e centros de investigação universitária) e, em menor medida, por iniciativas empresariais de base tecnológica em domínios diversificados como as ciências da vida, farmacêutica, biotecnologia e TIC.

O reconhecimento do valor destes recursos justificou, ao longo dos últimos períodos de programação, um conjunto de investimentos públicos e privados (ver anexo 5):

- ✓ Nas áreas de acolhimento empresarial – vejam-se os exemplos mais recentes de investimento no pólo logístico e industrial de Arazede e na zona industrial da Bairrada-Pedrulha – e nas infraestruturas do Porto da Figueira da Foz;
- ✓ Nas infraestruturas de incubação e apoio científico e tecnológico – os investimentos no Biocant, Instituto Pedro Nunes, iParque, Pólo de Ciências da Saúde da Universidade de Coimbra, Pólo de Conhecimento em Tecnologias da Construção Sustentável ajudam a explicar a elevada proporção de fundos comunitários aprovados no atual período de programação ao abrigo dos regulamentos de "Infraestruturas Científicas e Tecnológicas" e "Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica";
- ✓ Em estratégias de eficiência coletiva, nomeadamente orientadas para a consolidação de pólos e clusters – de acordo com o Estudo de Avaliação da Estratégia e do Processo de Implementação das Estratégias de Eficiência Coletiva – Tipologia Clusters, identifica-se na região de Coimbra uma significativa concentração de projetos enquadrados no Pólo das Indústrias de Base Florestal, nas 3 EEC relacionadas com o setor da agricultura, no Cluster Habitat Sustentável e nos Pólos ligados aos setores das TIC e da Saúde;
- ✓ E nos projetos de I&D desenvolvidos por empresas – veja-se a este propósito a capacidade que as empresas regionais apresentaram no atual período de programão de absorção dos fundos disponibilizados para a investigação e desenvolvimento tecnológico no âmbito do Sistema de Incentivos.

A análise das dificuldades em acompanhar o ritmo de crescimento médio do VAB no país – explicadas por uma especialização em setores que apresentam um baixo crescimento a nível nacional, não compensado pela capacidade dos vários setores regionais, independentemente do grau de especialização, acompanharem o ritmo de crescimento setorial médio nacional (ver Gráfico 6) – e em aumentar a intensidade exportadora (ver Gráfico 10) indicia, no entanto, a persistência de obstáculos à plena exploração destes recursos e investimentos. De fato, a ronda de participação dos vários stakeholders regionais nos trabalhos de desenvolvimento do presente diagnóstico, permitiu confirmar, de forma transversal aos vários domínios de intervenção pública e de atividade económica, a vulnerabilidade de alguns fatores críticos para a modernização dos setores ditos tradicionais e para o desenvolvimento dos setores emergentes seja nas dimensões imateriais da fixação das empresas no território, na endogeneização no território das qualificações, conhecimento e inovação gerados no

sistema cientifico e de educação e formação, ou ainda na promoção e certificação dos produtos regionais.

Sem prejuízo da necessidade de investimentos pontuais em infraestruturas e equipamentos – fruto de debilidades na oferta de serviços avançados às empresas nas áreas de acolhimento empresarial, nas ligações logísticas da região ao exterior, nas ligações multimodais, na oferta de transportes públicos à escala regional e nas acessibilidades rodoviárias estruturantes à escala municipal - foi também unânime que na base destas vulnerabilidades estão, principalmente, falhas na comunicação e coordenação entre entidades públicas e privadas na definição e aplicação do quadro regulamentar nacional e comunitários, com efeitos diversificados como:

- ✓ As dificuldades de aplicação do conhecimento científico gerado no sistema científico e tecnológico no tecido empresarial, e que experiências como o iCentro demonstram que depende muito de apoios focados no incentivo à procura de I&D por parte das empresas e das instituições regionais e na eliminação de estrangulamentos críticos (como por exemplo, na concretização das provas de conceito), capazes de superar as limitações do setor privado no financiamento do processo de aplicação produtiva de I&D;
- ✓ O desencontro entre a oferta e a procura de qualificações no mercado de trabalho;
- ✓ As dificuldades de promoção e escoamento dos produtos endógenos, em que os obstáculos levantados pela pequena escala produtiva são agravados pela complexidade dos sistemas de gestão da qualidade e certificação;
- ✓ A complexificação dos sistemas organizacionais e administrativos públicos;
- ✓ A multiplicação de regulamentos válidos independentemente da dimensão e da natureza da operação das empresas;
- ✓ A fragmentação e sobreposição de responsabilidades de licenciamento, acompanhamento e monitorização da atividade empresarial;
- ✓ E, em última instância, a demora e menor qualidade das respostas às solicitações, dos cidadãos e das empresas e o aumento dos custos de contexto desproporcionados em relação ao investimento.

Sendo certo que uma parte destes constrangimentos estão fora da esfera da influência dos atores regionais, dependendo de decisões e programas nacionais ou mesmo comunitários, passa, ainda assim, pela missão da CIM da Região de Coimbra construir uma posição comum junto da administração central de defesa dos interesses da região e dar continuidade às experiências de trabalho em rede encetadas no atual quadro de programação. Dado o atraso no arranque (e na execução) de várias tipologias de investimento previstas no QREN, o enfoque das estratégias de eficiência coletiva (Pólos de Ciência e Tecnologia e outros clusters e PROVERE) sobre os fatores de competitividade de natureza imaterial atrás citados e sobre as parcerias entre atores públicos e privados só começa agora a gerar os primeiros resultados. Desenha-se portanto a necessidade de consolidar estas experiências no futuro quadro de programação, com o desafio adicional de fazê-lo num quadro institucional diferente e numa região onde as assimetrias internas registadas nalguns indicadores pode colocar em causa não só o objetivo de um crescimento inteligente mais também objetivos de equidade, coesão social e inclusão. A construção de novos caminhos de diálogo entre municípios que pertenciam a CIM diferentes, evitando a multiplicação de gabinetes, agências e outros grupos de trabalho e a sobreposição de ofertas e investimentos surge, portanto, como um dos mais importantes passos na estratégia de valorização dos equipamentos com uma área de influência supramunicipal e da enorme diversidade de recursos da Região de Coimbra.

Quadro 3.
Crescimento inteligente - indicadores e metas da Estratégia Europa 2020 e do Programa Nacional de Reformas de Portugal

		Baixo Mondego	Pinhal Interior Norte	Centro	Portugal	Objetivo 2020	
						PT	UE
Investimento em I&D, em % do PIB	2005	1,7%	0.1%	0,7%	0,8%	2,7%	3,0%
	2008	2,6%	0.1%	1,2%	1,5%		
	2010	3,1%	0.1%	1,3%	1,6%		
Proporção da população entre os 30 e os 34 anos de idade com o ensino superior	2001	25,8%	10,2%	16,8%	18,3%	40%	40%
	2011	45,9%	23,2%	32,9%	33,7%		

Fonte: INE e Eurostat

Quadro 4. Outros indicadores de enquadramento: crescimento inteligente

		Baixo Mondego	Pinhal Interior Norte	Centro	Portugal
Dinâmica do tecido empresarial					
Nº de unidades empresariais (2011)		37.737	12.203	241.272	1.112.000
Variação absoluta das empresas (2004 - 2011)		-0,7%	-3,1%	0,0%	2,5%
Pessoal ao serviço (2011)		99 981	32 161	695.600	3.735.340
Variação absoluta do emprego (2004 - 2011)		4,5%	-5,3%	-2,1%	1,8%
Emprego (Taxa média de crescimento anual 2004-2011)	Setor primário	1,3%	1,8%	0,3%	1,1%
	Setor secundário	-2,7%	-3,0%	-2,6%	-2,6%
	Setor terciário	1,4%	2,2%	1,5%	1,8%
Internacionalização					
Intensidade exportadora (2011)		19,5%	19,9%	29,6%	28,7%
Estada média de hóspedes estrangeiros, nº noites (2011)		1,8	1,6	2,1	3,5
Internacionalização, % de hóspedes estrangeiros (2011)		42,1%	14,7%	33,7%	53,0%
Sazonalidade, % de dormidas entre julho e setembro (2011)		38,4%	36,8%	37,7%	39,3%

Nota: Os valores da variação do emprego para o setor secundário do Baixo Mondego e Pinhal Interior Norte reportam-se ao período 2004-2010. Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas, Contas Regionais, Estatísticas do Comércio Internacional e Estatísticas do Turismo

Crescimento sustentável

As especificidades do mosaico da paisagem da região de Coimbra permitem antever um desafio que se coloca no equilíbrio entre a base ambiental e a base de atividades económicas da região. Com efeito, a criação de condições favoráveis para a atração de investimento exige uma estratégia que, por um lado, estimule a valorização dos recursos endógenos e, por outro lado, imponha os limites necessários à preservação do património natural e promova a sustentabilidade e a eficiência energética na região. No mesmo sentido, levanta-se o desafio de equilibrar o usufruto e fruição do património natural com a sua preservação, tornando-o um produto turístico atrativo para diferentes segmentos da procura.

A análise à superfície afeta à Rede Natura 2000 e a áreas protegidas permite observar uma menor representatividade destas superfícies na região de Coimbra em comparação com o seu peso na região Centro e no país (ver Mapa 5). Não obstante, a região apresenta um conjunto de valores ambientais que, pela sua singularidade importa destacar:

- ✓ As superfícies classificadas como sítios da Rede Natura 2000, em particular os sítios da Serra da Lousã, as Dunas de Mira, Gândara e Gafanhas (elementos que caraterizam a paisagem da região) e os pauis do Taipal, de Arzila e de Madriz;
- ✓ As áreas protegidas, com destaque para o Cabo do Mondego (com uma importância em termos geológicos e geomorfológicos e como um dos poucos locais de ocorrência da lampreia-de-riacho), para a Serra do Açor, para os Montes de Santa Olaia e Ferrestelo e para o paul de Arzila.

A riqueza ambiental da região consubstancia-se num acervo assinalável de recursos endógenos que importa alavancar. O extenso coberto florestal, mais expressivo nos concelhos do interior, e as áreas agrícolas e agroflorestais, com maior incidência nos concelhos do litoral e ao longo do vale do Mondego, constituem-se como vetores estruturantes do desenvolvimento da região, seja pela importância que assumem na sua imagem e notoriedade, seja pelo potencial que encerram para a criação de emprego e riqueza (ver Gráfico 19).

O padrão de ocupação do solo parece traduzir-se num maior pendor produtivo que distingue a região de Coimbra no contexto da região Centro e do país (ver Gráfico 20). A elevada proporção das culturas permanentes e terras aráveis no total da superfície agrícola utilizada evidenciada quer pelo Baixo Mondego, quer pelo Pinhal Interior Norte e ainda pelos concelhos da Mealhada e de Mortágua surge como resultado do aproveitamento dos recursos do território para a produção agrícola, com destaque para o milho, o arroz e alguns produtos hortícolas. Importa, ainda, salientar as atividades ligadas à exploração dos recursos florestais que assumem, na região de Coimbra, uma expressão relevante em setores como o papel, o mobiliário e a produção de energia.

Na produção de energia a região de Coimbra conheceu uma evolução bastante positiva, permitindo ao território melhorar o seu posicionamento no contexto da região Centro e do país: em 2011, o Baixo Mondego e o Pinhal Interior Norte foram responsáveis por mais de 12% do total da energia produzida no país e por mais de um terço da produzida na região Centro (ver Gráfico 16). Neste contexto, o Baixo Mondego e o Pinhal Interior Norte revelam diferenças assinaláveis nas formas de produção de energia, refletindo as apostas levadas a cabo pelas duas regiões no sentido de melhor explorarem as condições naturais e os recursos endógenos para a produção de energia:

- ✓ No Baixo Mondego, o reforço dos investimentos nas centrais termoelétricas (na Central de cogeração Soporgen, na Central de Biomassa da Figueira da Foz e na Central de ciclo combinado de Lares) contribuíram para que a produção de energia térmica, a partir de resíduos florestais e de gás natural, ganhasse preponderância desde 2002 em detrimento da energia hídrica, representando mais de 90% do total de energia produzida na região;
- ✓ No Pinhal Interior Norte, os investimentos realizados na construção de parques eólicos, (com especial relevância para os parques eólicos do Açor e do Alto Arganil) foram responsáveis pelo aumento sustentado da produção bruta de energia, tornando a energia eólica como a principal forma de produção de energia na região, responsável por mais de 80% da energia bruta produzida em 2011, em detrimento da energia hídrica.

Se, por um lado, o reconhecido potencial dos recursos endógenos da região de Coimbra permitiu alavancar um conjunto de atividades que contribuíram, com maior ou menor intensidade, para o desenvolvimento da região, por outro lado é possível identificar alguns constrangimentos que reduzem a competitividade das atividades realizadas, dificultam a atração de investimento e colocam um desafio à preservação do património natural e à

defesa da identidade do território. Com efeito, a participação dos diversos *stakeholders* regionais nas rondas de trabalho realizadas permitiu constatar um conjunto de constrangimentos e desafios que se colocam ao território naquilo que se prende com o equilíbrio entre a valorização económica dos recursos endógenos, enquanto mecanismo privilegiado para a criação de riqueza e emprego, e a sustentabilidade dos recursos naturais e da biodiversidade da região:

- ✓ A atomização da estrutura fundiária que dificulta uma exploração eficiente do espaço florestal e dos solos afetos à agricultura;
- ✓ A dinâmica de cooperação e o funcionamento em rede ainda incipientes impedem ganhos de escala, fundamentais para a competitividade de uma agricultura de pequena dimensão;
- ✓ A dificuldade dos produtores florestais em se apropriarem de parte do valor gerado na produção de bens públicos ambientais, no que respeita ao sequestro de carbono, à preservação da biodiversidade, à qualidade da água e à qualidade da paisagem;
- ✓ A prevalência de uma lógica reativa em detrimento de uma estratégia territorial que privilegie a implementação de um sistema de prevenção capaz de antecipar e responder eficazmente a diferentes riscos e catástrofes;
- ✓ E, em última instância, a complexidade da legislação relacionada com os licenciamentos e fiscalização que tornam inviáveis os pequenos investimentos;

A região de Coimbra apresenta-se, assim, como um território marcadamente rural, onde a floresta e o rio Mondego se assumem como protagonistas naturais na definição da identidade do território, ainda que sem prejuízo de uma malha urbana densa com relativa expressão no contexto da região Centro. De facto, o efeito polarizador de Coimbra - o concelho com maior dimensão em termos de população do Centro - é corroborado pelos 50 mil indivíduos que diariamente se deslocam ao concelho, um fenómeno induzido pela dimensão da bolsa de emprego e pela oferta de serviços centrais de educação e saúde que contribui para que seja o único concelho da região que regista um saldo positivo de entradas face às saídas diárias de indivíduos, num cenário em que a maioria dos concelhos regista alguma incapacidade de retenção da população, mais evidente nos que estão mais próximos de Coimbra (ver Gráfico 21).

A centralidade de Coimbra despoletou um processo de conurbação entre este concelho e os concelhos limítrofes, com maior expressão no eixo Coimbra-Figueira da Foz, e, de certa forma, desenhou uma ocupação do território claramente marcada por dois modelos de povoamento: o primeiro é constituído pelos concelhos na área de influência do eixo Coimbra-Figueira da Foz, com maior densidade populacional quando comparados com a região Centro e o país; o segundo é formado pelos concelhos do interior que, na sua grande maioria, são territórios de baixa densidade populacional no contexto nacional e da região Centro. Esta realidade vem colocar desafios ao nível da coesão social e territorial da região, não só na definição das componentes infraestruturais e imateriais de um sistema mobilidade que seja capaz de responder às necessidades específicas das zonas rurais que assistem a um esvaziamento populacional conjugado com um processo acelerado de envelhecimento, mas também no acesso a equipamentos e serviços públicos centralizados. Os níveis de consumo de combustível automóvel e os movimentos pendulares confirmam, de alguma forma, a necessidade de promover a mobilidade nos concelhos do interior da região (ver Mapa 4). Assim, a definição de um sistema de transporte público que permita gerar soluções de intermodalidade eficientes (como o alargamento do transporte a pedido a toda a região) e a promoção de investimentos na rede rodoviária e ferroviária (em especial no IP3, IC2, IC6, IC12 e EN 342) e a modernização da linha ferroviária constituem-se como elementos

essenciais para a melhoria da atratividade turística e residencial das zonas rurais e para a defesa da identidade da região.

No domínio das infraestruturas ambientais, naquilo que se prende com a recolha e tratamento de resíduos urbanos, a região de Coimbra denota algumas dificuldades em acompanhar os patamares do país e da região Centro. As carências do território são corroboradas por uma taxa de recolha de resíduos urbanos inferior à registada no país e na região Centro, uma diferença que se agudiza na proporção de resíduos que são objeto de recolha seletiva, com os concelhos do interior muito aquém das taxas de recolha seletiva registas no país e na região Centro (ver Mapa 6). A análise à componente infraestrutural de base municipal permite aferir que na generalidade dos concelhos mais de 90% da população dispões de ligação ao sistema de abastecimento de água. No que respeita ao tratamento de águas residuais, os níveis de cobertura não ultrapassam os 60% em mais de metade dos concelhos da região de Coimbra, sendo mais expressivas as carências nestas infraestruturas nos concelhos do interior, onde o tipo de povoamento, de baixa densidade, coloca um desafio ao desenho de soluções sustentáveis e economicamente viáveis que se adequem a este contexto territorial (ver Gráfico 18).

Quadro 5.
Crescimento sustentável - indicadores e metas da Estratégia Europa 2020 e do Programa Nacional de Reformas de Portugal

		Portugal	Objetivo 2020	
			PT	UE
Proporção de energias renováveis no consumo energético final	2005	19,8%	31%	20%
	2008	23,0%		
	2011	24,9%		
Emissão de gases de efeito de estufa (GEE) (1990=100)	2005	145,7	-21% (CELE) +1% (não-CELE) (face a 2005)	-20% a -30% (total) (face a 1990)
	2008	130,0		
	2011	116,5		
Aumento da eficiência energética (ganho % no consumo de energia primária face a 2005)	2011	16,5%	20%	20%

Fonte: Eurostat e European Environment Agency

Quadro 6. Outros indicadores de enquadramento: crescimento sustentável

		Baixo Mondego	Pinhal Interior Norte	Centro	Portugal
Energia					
Produção bruta de eletricidade com base em energias renováveis (2011)		5.016 milhões Kw	1.510 milhões Kw	18.291 milhões Kw	52.385 milhões Kw
Peso das formas de produção renováveis na produção bruta de eletricidade (2011)	Energia térmica	92%	0%	63%	59%
	Energia hídrica	7%	16%	12%	23%
	Outras renováveis	1%	84%	25%	18%
Peso regional da produção de energia renovável (2011)	Total	10%	3%	35%	100%
	Energia térmica	15%	0%	37%	100%
	Energia hídrica	3%	2%	18%	100%
	Outras renováveis	1%	13%	49%	100%
Consumo combustível automóvel, por habitante (2010)		0,6 tep/hab.	0,4 tep/hab.	0,7 tep/hab.	0,6 tep/ hab.
Ambiente					
Resíduos urbanos recolhidos, por habitante (2011)		463 kg	350 kg	420 Kg	487 Kg
Proporção de resíduos urbanos recolhidos seletivamente		9%	8%	10%	15%
Proporção de	Áreas protegidas	0%	0%	7%	8%

		Baixo Mondego	Pinhal Interior Norte	Centro	Portugal
superfície (2010) (1)	Sítios da Rede Natura 2000	10%	15%	12%	17%
	Zonas de Proteção Especial da Rede Natura	1%	0%	4%	10%
Superfície agrícola utilizada (SAU) (2009)	Terra arável	72%	34%	38%	32%
	Horta familiar	3%	5%	1%	1%
	Culturas permanentes	20%	50%	28%	19%
	Prados e pastagens permanentes	6%	11%	33%	49%
	% da SAU na área total Inferior a 1 ha	16% 5%	6% 9%	20% 3%	40% 1%
	1 ha a < 5 ha	41%	63%	24%	10%
	5 ha a < 20 ha	24%	19%	21%	13%
	20 ha a < 50 ha	15%	7%	14%	10%
	Igual ou superior a 50 ha	15%	3%	39%	66%
Ocupação do solo (2006)	Territórios artificializados	5,3%	1,1%	3,3%	2,7%
	Áreas agrícolas e agroflorestais	39,0%	18,7%	36,0%	36,0%
	Florestas e meios naturais e seminaturais	53,9%	79,5%	59,7%	36,5%
	Zonas húmidas e corpos de água	1,7%	0,7%	1,1%	22,0%
	Outros	0,0%	0,0%	0,0%	2,8%
Saneamento e abastecimento de água (2009)(1)	População servida por estações de tratamento de águas residuais	74%	60%	72%	74%
	População servida por sistemas de drenagem de águas residuais	78%	66%	80%	84%
	População servida por sistemas de abastecimento de água	98%	93%	96%	96%

Nota: (1) na coluna Portugal estão inscritos valores relativos ao continente.
Fonte: INE, Estatísticas dos Resíduos Municipais, Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais, Recenseamento agrícola 2009, Censos 2011, Direção-Geral de Energia e Geologia, Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, Corine Land Cover

Crescimento inclusivo

A dualidade da Região de Coimbra do ponto de vista do modelo de povoamento e da estrutura económica – visível, por exemplo, nos indicadores de envelhecimento populacional e de densidade populacional e empresarial – justifica a natureza prioritária dos objetivos de melhoria da coesão e inclusão social na agenda da região e, consequentemente, sublinha a necessidade de dar coerência à política pública nos domínios da educação, saúde, proteção social e emprego.

A análise do índice de envelhecimento (ver Gráfico 22) mostra um território bastante assimétrico: de uma forma global a região de Coimbra apresenta um nível de envelhecimento mais elevado do que a região Centro, mas é nos concelhos do interior (com destaque para Pampilhosa da Serra, Góis, Arganil e Mortágua com índices superiores a 250) que o fenómeno assume proporções mais graves, com efeitos sobre o peso nos orçamentos das autarquias e das famílias dos custos associados às necessidades específicas da população idosa. De fato, a tendência de envelhecimento populacional de comunidades fortemente dependentes de prestações da segurança social e de rendimentos do mercado de trabalho informal, num contexto de crise de setores tradicionalmente empregadores intensivos de mão-de-obra (ver Gráfico 25), é reconhecida pelos stakeholders como um cenário potenciador de focos de carência económica e exclusão social, que exigem respostas de proteção social com uma muito forte participação dos recursos públicos, sejam

financeiros, humanos ou técnicos. O envelhecimento populacional e o decréscimo da população residente constituem-se também como variáveis redutoras da atratividade empresarial e económica do território, seja pelo efeito negativo sobre a dinâmica do consumo ou pela contração da bolsa de recursos humanos disponíveis, num círculo vicioso identificado como um dos principais desafios dos territórios de baixa densidade.

O mercado de trabalho da região de Coimbra reflete a tendência de agravamento do desemprego transversal ao país, ainda que de uma forma relativamente moderada em comparação com o padrão do Centro. Ainda assim, os indicadores para a região não devem esconder insuficiências e debilidades na criação de postos de trabalho nos territórios mais interiores, relacionadas com baixas densidades empresariais e com a degradação significativa da situação conjuntural, cujos efeitos são atenuados pela oferta de postos de trabalho nos principais pólos urbanos da região. Neste quadro emerge como crítica a melhoria da qualidade das condições de mobilidade de trabalhadores e estudantes na região e do encontro entre oferta e procura de habilitações no mercado de trabalho.

A região de Coimbra registou, à semelhança o resto do país melhorias notáveis nos indicadores de educação, como a taxa de abandono e insucesso escolar (Gráfico 23 e Gráfico 24), e a presença da Universidade e do Instituto Politécnico de Coimbra terá também contribuído para o gradual aumento do peso da população ativa com habilitações de nível superior, mas o processo de participação dos stakeholders revelou algumas preocupações no domínio da educação:

- ✓ Em primeiro lugar sobre o impacto nos orçamentos das autarquias das operações de requalificação da rede escolar levadas a cabo no atual período de requalificação, e em particular, dos custos de manutenção futura das escolas de acordo com os critérios de conforto e qualidade pedagógica que tiverem na base da decisão de investimento; este cenário, combinado com a resistência à descida da taxa de insucesso escolar em concelhos mais rurais e interiores pode colocar em causa a prossecução de objetivos ambiciosos de melhoria das habilitações da população jovem;
- ✓ Em segundo lugar sobre a capacidade da região capitalizar o investimento realizado em matéria de qualificação da população, na medida em que em vários concelhos a procura de trabalho por parte do tecido empresarial é ainda marcada pela menor aposta relativa em mão-de-obra mais qualificada e por valores de salário médio inferiores à média do centro e do país (fator a que acresce mais recentemente a travagem, senão mesmo a contração, da procura das intuições públicas que foram responsáveis no passado pelo emprego de um significativo número de diplomados do ensino superior);
- ✓ E por último, sobre a complementaridade entre a oferta de formação de nível superior e não superior, muito em particular a oferta de modalidades profissionalizantes de dupla certificação. Não obstante a satisfatória cobertura da região por entidades formadoras com um leque alargado de ofertas, foi reconhecido pelos stakeholders que o processo de definição dos cursos e modalidades é levado a cabo mais em função da disponibilidade de recursos nas escolas do que das necessidades do tecido empresarial. Esta tendência, a que não foge o setor público, gera duplicações e ineficiências, e deixa em aberto no mercado de trabalho as necessidades de alguns empregadores (por exemplo, foi referido durante a ronda de participação dos stakeholders, as necessidades específicas do setor privado sem fins lucrativos que não têm sido satisfeitas pela atual oferta de formação profissional e de habilitações no mercado de trabalho).

A relevância do objetivo de reforço da articulação e complementaridade das ofertas de serviços públicos e do terceiro setor é, aliás, válida noutros domínios sociais, para além da

educação, como a saúde e ação social, reconhecendo-se o esforço de aumento da cobertura do território por equipamentos e serviços, mas simultaneamente, a persistência de focos de ineficiência da oferta regional, fruto:

- ✓ Da comunicação entre instituições que, não obstante a existência de plataformas como as redes sociais e os conselhos locais de ação social, é ainda um processo muito fragmentado pelas fronteiras entre autarquias; também no caso do trabalho desenvolvido pelos gabinetes de apoio e associações de desenvolvimento, a capacidade comprovada de gerar resultados a uma escala local não faz esquecer o desafio de melhorar a articulação entre organizações e domínios de intervenção tão diversos como a formação profissional, animação local e apoio técnico.
- ✓ Das dificuldades de mobilidade de uma parte significativa dos utentes (ver Crescimento Sustentável), incoerente com um quadro nacional de centralização de algumas funções públicas e com a aposta em investimentos cuja área de influência ultrapassa largamente o município onde se localiza (veja-se, por exemplo, o exemplo recente de investimento no hospital pediátrico de Coimbra);
- ✓ E da fraca capacidade de canalização de profissionais e técnicos qualificados para as instituições e territórios mais carenciadas, particularmente evidente no caso da saúde, com o indicador do número de médicos por habitante a indiciar a muito forte disparidade entre a realidade do eixo urbano do litoral e dos territórios rurais do interior.

Quadro 7.
Crescimento inclusivo - indicadores e metas da Estratégia Europa 2020 e do Programa Nacional de Reformas de Portugal

		Centro	*Portugal*	*Meta 2020*
Taxa de abandono escolar precoce (% da população 18-24 anos)	2005	34,4%	38,8%	10,0%
	2008	32,3%	35,4%	
	2012	18,7%	20,8%	
Taxa média de emprego (% da população dos 20-64 anos)	2005	76,8%	72,3%	75,0%
	2008	77,2%	73,1%	
	2012	69,7%	66,5%	

		Portugal	Meta 2020
População em risco de pobreza [1] (milhares)	2005	2.042	Menos 200.000 pessoas em risco de pobreza e exclusão social
	2008	1.967	
	2012	1.919	
População com privação material severa [2] (milhares)	2005	979	
	2008	1.029	
	2012	881	
População em risco de pobreza e exclusão social (milhares)	2005	2.745	
	2008	2.757	
	2012	2.601	
População que vive num agregado familiar sem emprego (milhares)	2005	478	
	2008	517	
	2012	666	

Fonte: INE e Eurostat. Notas: (1) considerando a pobreza monetária após as transferências sociais (2) pessoas com pelo meos 4 das nove situações de privação

Quadro 8. Outros indicadores de enquadramento: crescimento inclusivo

	Baixo Mondego	Pinhal Interior Norte	Centro	Portugal

Educação e capital humano

Taxa de abandono escolar (2011)	1,3%	1,2%	1,4%	1,6%
Insucesso escolar (ano letivo 2010/2011)	4,90%	8,40%	6,50%	7,50%
Estrutura da população				
Índice de envelhecimento (2011)	174	204	164	129
Taxa bruta de natalidade (2012)	7,5‰	6,3‰	7,5‰	8,5‰

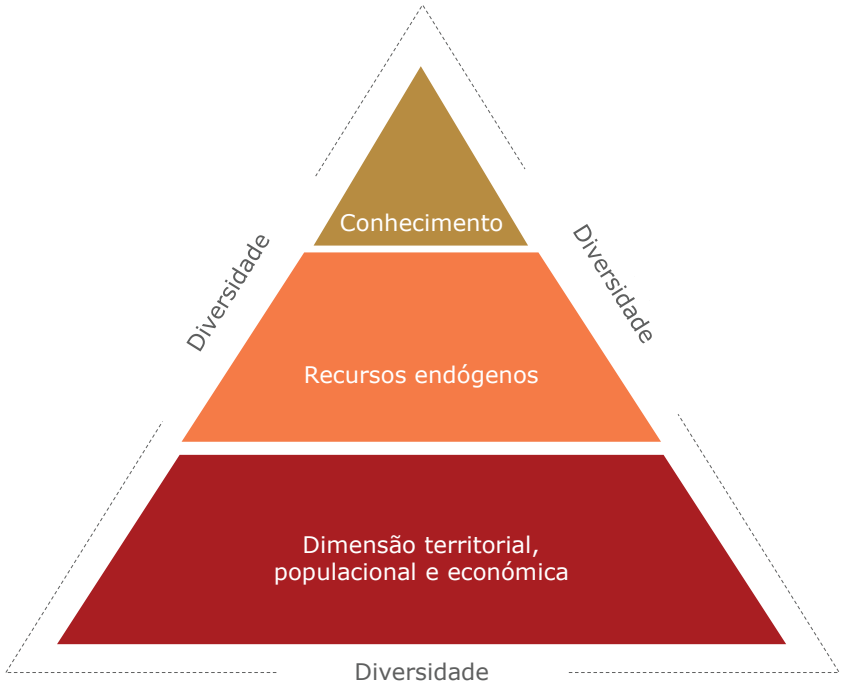
Fonte: INE, Censos 2011 e Indicadores Demográficos 2012

Fatores distintivos e análise SWOT

Sem pretender substituir a leitura temática do diagnóstico da região de Coimbra, que se sistematiza de seguida numa análise SWOT, identificam-se quatro vetores distintivos da região de Coimbra no contexto nacional e regional:

- ✓ A dimensão territorial, populacional e económica (região com o maior número de habitantes e de concelhos no Centro, estimando-se que represente 20% do PIB), por justificar a implantação, com sucesso, de ofertas públicas e privadas altamente qualificadas e especializadas que dependem de um nível mínimo de massa crítica económica e populacional, mas levantando desafios adicionais na construção de consensos e do modelo de governação da estratégia de desenvolvimento;
- ✓ A diversidade de densidades e perfis populacionais e produtivos, de paisagens e de recursos (espelhando, a uma menor escala, a diversidade da região Centro), pela oportunidade de construção sinergias entre atividades e setores económicos, de conciliação de ofertas residenciais e turísticas apelativas para diferentes grupos, mas levantando desafios adicionais na criação de condições de acessibilidade e mobilidade e de compatibilização dos vários modos de ocupação e uso do território;
- ✓ A riqueza dos recursos endógenos (floresta, os rios, a serra, a costa, o património), pelo seu potencial de afirmação turística e pelo papel determinante na criação de valor e de emprego e na construção de uma identidade regional;
- ✓ A experiência e qualidade do trabalho de instituições de referência nacional nos domínios da educação, ciências de vida e I&DT, pela oportunidade de consolidação de um dos pilares do sistema científico e tecnológico da região Centro e do país e de desenvolvimento de um modelo de especialização inteligente.

Figura 2.
Fatores distintios da região de Coimbra



Quadro 9.
Análise SWOT

Crescimento Inteligente	
Forças	**Fraquezas**
✓ Proximidade e fácil acesso a recursos naturais: recursos agrícolas, hídricos e florestais ✓ Ganhos de produtividade do setor industrial ✓ Capacidade de internacionalização da fileira florestal ✓ Capacidade de formação de nível superior num leque muito alargado de áreas ✓ Bolsa de recursos humanos concentrada no eixo urbano Coimbra-Figueira da Foz com um perfil etário e habilitacional positiva ✓ Concentração de recursos materiais e imateriais nos domínios da saúde e ciências da vida ✓ Oferta alargada de infraestruturas de suporte de base tecnológica e de investigação e de áreas de acolhimento empresarial e peso significativo daI&D no PIB do Baixo Mondego (face à média nacional e do Centro) ✓ Diversidade e qualidade do património histórico, cultural e natural ✓ Excelentes condições para o turismo de natureza/aventura e *touring* cultural e investimento recente em equipamentos que melhoram as condições de afirmação da região em nichos turísticos	✓ Debilidade do crescimento económico e da intensidade exportadora da região ✓ Carências na oferta de serviços avançados às empresas nas áreas de acolhimento empresarial ✓ Atrasos nas ligações logísticas da região ao exterior e ligações multimodais ✓ Persistência de carências na oferta de transportes públicos à escala regional e nas acessibilidades rodoviárias estruturantes à escala municipal ✓ Falhas na comunicação e coordenação entre entidades públicas e privadas ✓ Dificuldades de promoção, escoamento e certificação dos produtos endógenos ✓ Debilidade do tecido empresarial turístico local, muito dependente do mercado interno ✓ Insuficiente aproveitamento dos locais de interesse ambiental e patrimonial
Oportunidades	**Ameaças**
✓ Exploração da diversidade de recursos num âmbito de uma estratégia de crescimento inteligente que canalize os esforços de desenvolvimento económico e os investimentos para as mais-valias relativas de território ✓ Capitalizar as experiências de trabalho em parceira desenvolvidas no âmbito das estratégias de eficiência coletiva	✓ Prolongamento da crise económica nacional, com efeitos sobre as restrições de crédito às empresas e do consumo das famílias ✓ Intensificação do modelo de desenvolvimento assente nos baixos custos unitários de mão-de-obra ✓ Centralização dos centros de decisão fora da região (públicos e privados) ✓ Desencontro entre a oferta e a procura de qualificações no mercado de trabalho

Crescimento Sustentável	
Forças	**Fraquezas**
✓ Diversidade do património natural (zona costeira, floresta, rios e montanha) ✓ Extenso coberto florestal com potencial para a valorização económica de um conjunto alargado de atividades (produção lenhosa, turismo, energia, caça) ✓ Condições de excelência do Vale do Mondego para a produção hortofrutícola ✓ Recursos hídricos de grande importância estratégica ✓ Aposta nas energias renováveis com diversificação das fontes (energia térmica, eólica e hídrica) que permitiu um aumento significativo da produção de energia ✓ Eixo urbano Coimbra-Figueira da Foz consolidado, com elevada densidade populacional	✓ Carências ao nível da mobilidade e acessibilidade aos concelhos do interior ✓ Sistema de transporte público débil e ineficaz ✓ Baixas taxas de recolha seletiva dos resíduos sólidos urbanos sobretudo nos concelhos do interior ✓ Atomização da estrutura fundiária e alguma incapacidade de cooperação e funcionamento em rede entre os agentes do território ✓ Predomínio de uma lógica reativa em vez de uma estratégia proactiva de prevenção de riscos ✓ Fragmentação de iniciativas não permite explorar o potencial de valorização do património natural, seja no turismo, seja nas atividades de produção ✓ Quadro legal pesado e demasiado exigente constitui um entrave aos pequenos investimentos
Oportunidades	**Ameaças**
✓ Valorização dos recursos endógenos num quadro que promova o equilíbrio entre a preservação do património natural e desenvolvimento de atividades económicas ✓ Capitalização da vocação do território para a produção de energias renováveis ✓ Incentivo para o desenvolvimento de dinâmicas de cooperação entre agentes institucionais, económicos e culturais para a construção de pacotes turísticos integrados competitivos	✓ Desertificação das zonas rurais ✓ Clivagem entre os concelhos do litoral e do interior com agravamento das condições de acesso aos serviços públicos, ao emprego e à cultura ✓ Pressões ambientais sobre os recursos hídricos e florestais: incêndios, erosão e inundações da zona costeira ✓ Ausência de planeamento que defina uma estratégia de longo prazo para os recursos endógenos pode colocar em causa a sustentabilidade do património natural

Crescimento Inclusivo	
Forças	**Fraquezas**
✓ Melhorias notáveis nos indicadores de educação, como a taxa de abandono e insucesso escolar ✓ Melhorias dos indicadores de escolarização ✓ Presença da Universidade de Coimbra e do Instituto Politécnico de Coimbra e de um conjunto significativo de escolas profissionais ✓ Presença de um pólo de serviços e cuidados de saúde com relevância nacional, reforçado por investimentos recentes	✓ Um nível de envelhecimento mais elevado do que a região Centro: nos concelhos do interior o fenómeno assume proporções mais graves ✓ Agravamento do desemprego, ainda que de uma forma relativamente moderada em comparação com o padrão do Centro ✓ Resistência à descida da taxa de insucesso escolar em concelhos mais rurais e interiores ✓ Duplicações e ineficiências na oferta de serviços do setor público e do "terceiro setor" ✓ Dificuldades de mobilidade na região dos utentes dos serviços sociais mais carenciados ✓ Fraca capacidade de canalização de profissionais e técnicos qualificados para as instituições e territórios mais carenciadas, particularmente evidente no caso da saúde
Oportunidades	**Ameaças**
✓ Capitalizar a experiência de comunicação e articulação entre instituições locais e a capacidade dos gabinetes de apoio e associações de desenvolvimento gerarem resultados a uma escala local, no sentido do reforço da territorialização (regional) das políticas sociais ✓ As IPSS constituírem-se como importantes bolsas de emprego em comunidades rurais, estando menos vulneráveis a tendências de deslocalização dos seus meios operacionais	✓ Aumento do peso no orçamento das autarquias e das famílias dos custos associados às necessidades específicas da população idosa ✓ Novos focos de carência económica e exclusão social ✓ Aumento do peso no orçamento das autarquias dos custos de manutenção futura das escolas de acordo com os critérios de conforto e qualidade pedagógica que estiveram na base da decisão de investimento ✓ Contração, no atual contexto de crise económica, da capacidade da região capitalizar o investimento realizado em matéria de qualificação da população

Visão e estratégia de desenvolvimento

3. Visão e estratégia de desenvolvimento

Visão e estratégia regional

A dimensão territorial, populacional e económica da nova região de Coimbra, justifica, sem ignorar a natureza crítica dos desafios expostos no diagnóstico, uma visão otimista sobre o posicionamento futuro da região nos referenciais de crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, sobre o seu contributo para o cumprimento das metas nacionais e, principalmente, sobre o papel da CIM na programação e concretização da estratégia de desenvolvimento.

De facto, a criação de valor efetivo e potencial nos setores da agricultura, silvicultura e exploração florestal, indústria agroalimentar, energia e turismo com base nos recursos endógenos, o trabalho desenvolvido por instituições do SCTN com uma área de influência nacional e internacional e as infraestruturas de transporte, logística e de suporte ao desenvolvimento empresarial que já operam na região emergem como forças indiscutíveis no contexto da região Centro, mas também, pela qualidade e singularidade da combinação de recursos, no contexto nacional.

A ambição que assim se justifica deve, no entanto, ser temperada pelo reconhecimento que a programação e aplicação dos fundos europeus estruturais no período 2014-2020 enfrenta um conjunto de desafios já identificados no atual período de programação e agudizados pela tendência de contração económica e de restrição ao investimento e à despesa pública que marcou, e continuará a marcar, a evolução socioeconómica do país:

- ✓ Por um lado, os esforços de consolidação orçamental e o abrandamento do investimento privado reforçam a natureza estratégica dos fundos estruturais enquanto fonte de financiamento, e simultaneamente obrigam a um planeamento rigoroso dos investimentos públicos, baseado no princípio da seletividade e orientado para a concretização de um novo modelo competitivo com ganhos de produtividade e de capacidade concorrencial em mercados globais;
- ✓ Por outro, a evolução recente da economia portuguesa, ao realçar a complexidade e multidimensionalidade dos estrangulamentos que travam ou abradam o processo de convergência real das diferentes regiões, torna ainda mais premente a consideração do território na definição das políticas e o crescente envolvimento das instituições locais e regionais no funcionamento dos sistemas económicos e sociais, abandonando a lógica meramente reativa face às regras comunitárias e construindo um caminho de alargamento do espaço das estratégias de base territorial (EBT) efetivamente comprometido entre os atores locais e regionais a médio e longo prazo.

A forma como estes desafios "aterram" na região de Coimbra foi um dos temas que suscitou maior debate nos vários momentos de participação dos stakeholders regionais no processo de preparação do próximo período estrutural, sendo clara a convergência em torno das seguintes ideias:

- ✓ A diversidade de recursos endógenos identificados na região reforça a natureza crítica da territorialização das políticas públicas. As oportunidades e ameaças enfrentadas pelos territórios mais rurais – em que o potencial de valorização económica dos recursos naturais e patrimoniais, em setores diversos como o da energia, turismo e indústria dos produtos florestais, contrasta com a tendência de despovoamento e envelhecimento populacional e com a persistência de dificuldades de acesso às principais bolsas de emprego e serviços – são necessariamente diferentes das enfrentadas pelo eixo urbano do litoral – onde a concentração de recursos humanos e técnicos, equipamentos e infraestruturas levanta de forma mais evidente

vulnerabilidades no ordenamento do território e na gestão eficiente dos recursos e dos fluxos de pessoas e capital.

Por um lado, a continuidade e aprofundamento das iniciativas de organização dos stakeholders regionais em torno de EBT exige uma atenção atempada às lições de experiência, muito em particular às ineficiências geradas por um número desproporcionado de projetos estruturantes e de adesões de stakeholders às parcerias que sustentam as EBT, pela divergência entre as intervenções propostas e diferentes instrumentos de política pública (nomeadamente de ordenamento do território e de proteção ambiental) e pelo prolongamento dos prazos entre a formulação da estratégia e a efetiva aprovação dos projetos. Por outro, o alargamento do espaço de intervenção da CIM, independentemente do enquadramento regulamentar da sua ação mais direta enquanto promotora de projetos, deve passar pela construção de referenciais para a convergência estratégica dos vários fundos e programas operacionais na região. Ainda que persistam necessidades de "capacitação do território" numa lógica mais tradicional – indissociáveis de investimentos nas infraestruturas e transportes rodoviários, como foi identificado no diagnóstico - uma estratégia de territorialização das políticas públicas que não se resuma à mera programação financeira dos vários fundos por região exige, principalmente, um forte investimento na capacitação técnica e organizacional da CIM, superando um *gap* de experiência de trabalho face às estruturas desconcentradas das tutelas nacionais, GAL e ADL que operam na região.

- ✓ Uma estratégia implica escolhas, nem sempre fáceis nem unânimes, mas construídas sob os princípios da participação dos stakeholders, da transparência das regras e da orientação para resultados. A otimização do papel dos fundos estruturais na região de Coimbra enquanto fonte de financiamento das empresas num contexto de recessão económica assenta, em primeiro lugar, na seleção criteriosa dos projetos mais orientados para o mercado internacional e que conseguem estabelecer os *links* entre a produção e a aplicação produtiva de I&D, reforçar a capacidade de prestação de serviços de I&D às empresas por parte das entidades do SCTN e promover a inserção empresarial de recursos humanos altamente qualificados; e, em segundo dos projetos que capitalizam experiência de trabalho da rede de entidades produtoras de I&D e instituições que promovem a inovação e a transferência de tecnologia para a indústria, reconhecida como um dos principais pilares do sistema de inovação da região Centro. As lições da experiência indicam que estes projetos, não sendo necessariamente os mais consumidores de recursos financeiros, são os mais exigentes em matéria do diagnóstico de necessidades, comunicação e trabalho em rede entre os principais stakeholders, simplificação de processos e monitorização da qualidade dos resultados. Sem prejuízo da emergência de projetos em novos nichos de atividade, foi também consensual que os apoios na região de Coimbra devem concentrar-se nos setores da saúde e ciências da vida, energia, agricultura, indústria agroalimentar, silvicultura e produtos florestais e turismo.
- ✓ Dada a convivência, na região de Coimbra, de perfis, densidades e dinâmicas populacionais e económicas muito diferenciadas – que correspondem, naturalmente, a fortes diferenças intrarregionais no acesso às principais bolsas de emprego e consumo, às fontes de financiamento às empresas e às famílias e aos serviços e equipamentos sociais – foi também sublinhada a necessidade de travar a tendência de agravamento das desigualdades sociais e territoriais gerada pela agudização da crise económica nos últimos anos, garantindo que "não se deixa ninguém para trás", isto é, que há condições para todos os grupos e territórios beneficiarem da estratégia de desenvolvimento regional, ainda que de diferentes formas e em diferentes graus.

Deste consenso resultou a visão para a região de Coimbra.

Figura 3.
Visão estratégica da Região de Coimbra

Região exemplar

Na gestão eficiente dos recursos naturais e do património, orientada para a redução dos custos energéticos suportados pelas organizações e famílias e para a sustentabilidade dos valores ambientais e culturais

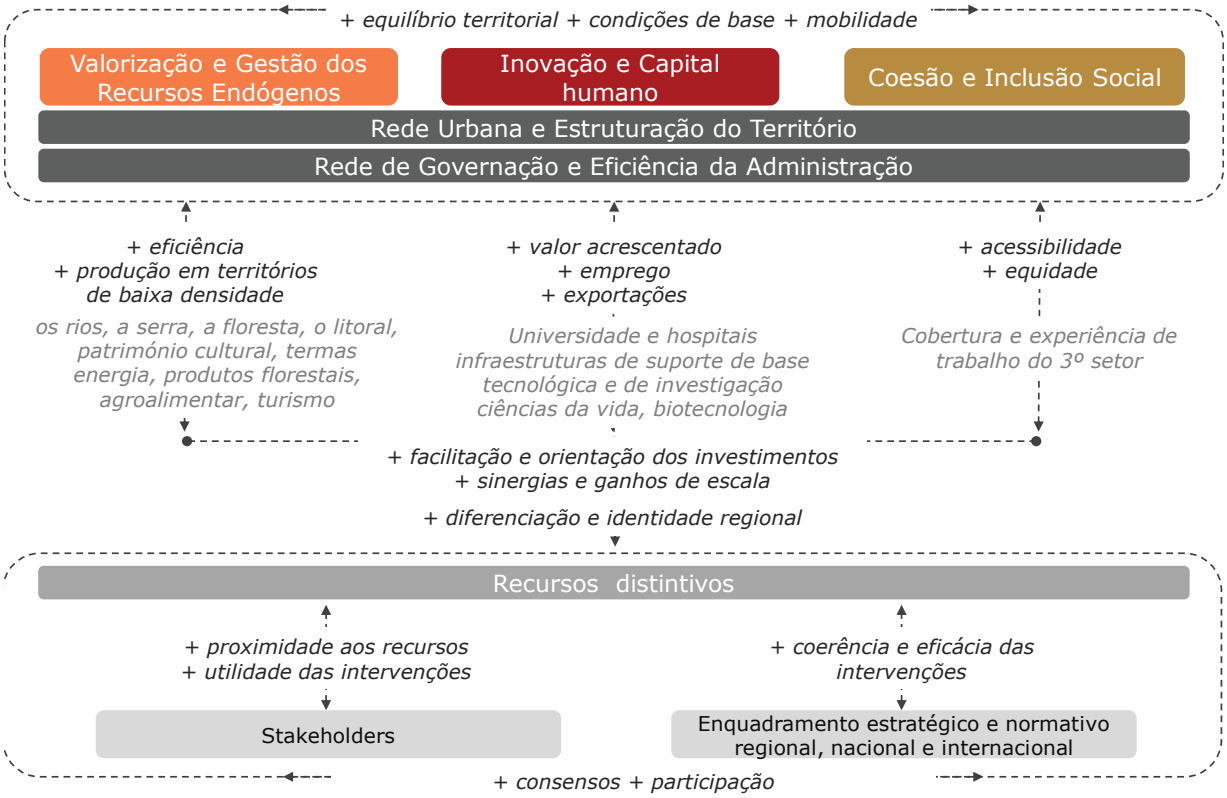
Região pioneira e líder

Na construção de um sistema educativo, científico e tecnológico de referência nacional, orientado para o aumento da capacidade inovadora, produtiva e exportadora do tecido empresarial regional

Região comprometida

Com a diversidade das identidades e modos de vida locais, através da valorização do potencial endógeno, da facilitação da mobilidade e da garantia de equidade nas condições de acesso ao emprego, saúde, educação e proteção social

Figura 4.
Da visão estratégica às áreas de intervenção prioritária



A estratégia delineada para concretizar esta visão não é uma mera "soma das partes" – isto é, das intenções, recursos e projetos com uma área de influência municipal – mas sim uma efetiva priorização das áreas de intervenção que potenciam maiores sinergias entre os recursos humanos, técnicos, organizacionais, económicos e financeiros disponíveis na região. Neste sentido a estratégia de desenvolvimento da região de Coimbra fundamenta-se em **três áreas de intervenção prioritária** - **Valorização e Gestão dos Recursos Endógenos, Inovação e Capital Humano** e **Coesão e Inclusão Social** - **e duas áreas transversais** – **Rede Urbana e Estruturação do Território e Rede de Governação e Eficiência da Administração**.

Áreas de intervenção prioritária

Valorização e gestão dos recursos endógenos

As intervenções na gestão dos recursos endógenos naturais são encaradas não como uma limitação ou uma punição por comportamentos com impactos negativos sobre o meio ambiente, mas sim, dada a riqueza dos recursos agroflorestais e hídricos, como uma oportunidade de dinamização da atividade económica dos territórios mais rurais e de fixação de empresas fornecedoras de equipamentos e serviços qualificados no domínio da produção e distribuição de energias renováveis, gestão dos sistemas de tratamento de resíduos e afluentes com recursos às TIC, proteção dos espaços florestais e da orla costeira, turismo de natureza e em espaço rural e preservação, restauro, animação e promoção turística do património construído. O rio Mondego, a mancha florestal, as Serras da Lousã e Açor, a costa litoral, as aldeias do Xisto e o património cultural e construído de Coimbra assumem-se como os principais recursos integradores das várias intervenções e como os "ícones" da região, devendo ser integrados nos materiais e eventos de promoção e divulgação dos projetos.

Pretende-se com as intervenções nesta área de intervenção prioritária criar condições para um menor consumo de recursos naturais e energéticos, em nome da sustentabilidade dos usos, mas também gerar novas oportunidades de emprego e de criação de riqueza e contribuir para a competitividade da economia regional através da diminuição da fatura energética das empresas, das entidades públicas, do terceiro setor e das famílias. Neste sentido, o ordenamento e proteção dos recursos naturais e patrimoniais, num a lógica de salvaguarda dos recursos (nomeadamente de proteção contra os incêndios, a erosão da orla costeira e cheias) deve surgir a par com:

- ✓ A melhoria da eficiência no uso da energia, água e outros recursos nas redes públicas de abastecimento, nos edifícios, equipamentos, transportes e frotas públicas, na habitação particular, nas empresas e respetivos processos produtivos.
- ✓ A melhoria das condições de suporte ao desenvolvimento do potencial endógeno (desde a montagem de um sistema mais eficiente de cadastro, informação e monitorização dos recursos até às ações de promoção turística dos mesmos, passando pelo regadio e emparcelamento rural, e ainda pela instalação de equipamentos e serviços necessários à fruição dos espaços e paisagens naturais e à interpretação e visitação do património cultural)
- ✓ Reforço da orientação estratégica dos incentivos às empresas e dos apoios a estratégias de eficiência coletiva (no âmbito da área de intervenção prioritária apresentada a seguir) para os projetos que exploram o potencial endógeno da região.

Quadro 10.
Valorização e gestão dos recursos endógenos – pertinência e objetivos

Elementos do diagnóstico que justificam a pertinência da área de intervenção prioritária
✓ Extenso coberto florestal com potencial para a valorização económica de um conjunto alargado de atividades e a presença de empresas fortemente competitivas no mercado nacional e internacional no setor da pasta e papel
✓ Condições de excelência para a produção hortofrutícola
✓ Aumento significativo da produção de energia renovável, com diversificação das fontes (energia térmica, eólica e hídrica)
✓ Recursos turísticos com uma área de influência territorial e uma capacidade de captação de fluxos de procura ainda relativamente limitada mas com um forte potencial de valorização por explorar
Objetivos
✓ Conservar e valorizar o espaço florestal e rural
✓ Conservar e valorizar o património construído e imaterial
✓ Diversificar a atividade económica dos territórios rurais, tendo em vista o aumento do valor acrescentado, exportações e emprego qualificado
✓ Reduzir custos de ineficiências na produção, abastecimento e o consumo de água e energia
✓ Assumir o rio Mondego, a mancha florestal, a costa litoral, as Aldeias do Xisto e o património cultural e construído de Coimbra como os principais recursos integradores das várias intervenções de valorização e gestão dos recursos endógenos

Inovação e capital humano

O potencial de criação de valor dos recursos endógenos e recursos humanos contrasta com a dificuldade em acelerar, de forma sustentada, o ritmo de crescimento económico: sendo certo que os territórios ao longo da costa litoral e com uma natureza mais urbana têm conseguido sustentar uma trajetória de aproximação aos níveis de vida do país entre 1995 e 2010, identificam-se também na região territórios com uma muito menor capacidade de resistência aos efeitos sistémicos da crise e à degradação da conjuntura económica, bem como a persistência em franjas alargadas do tecido empresarial (em particular entre as PME) de constrangimentos estruturais à melhoria do desempenho das atividades produtoras de bens e serviços mais expostos à concorrência internacional e à renovação do modelo de especialização produtiva regional no sentido da incorporação de fatores competitivos avançados. No caso particular do setor primário reconhecem-se também sérias deficiências organizacionais dos produtores, que quando conjugadas com as vulnerabilidades das condições de ordenamento e de proteção dos recursos e de suporte à atividade empresarial (onde se destacam questões como a do cadastro, emparcelamento, regadio e certificação), têm limitado o poder de negociação dos produtores nas cadeias de valor e sua capacidade de resposta a compradores mais exigentes.

Num contexto em que a persistência deste constrangimento é observada a par com a construção, lenta mas gradual e sustentada, de uma rede regional de entidades que operam

no SCTN e que já constituem uma referência nacional, justifica-se a opção estratégia de ligar o objetivo de desenvolver uma economia regional mais competitiva e de maior valor acrescentado com o objetivo de reforçar a valorização económica do potencial científico e tecnológico existente, apostando nas ações de rede e interface que favorecem a aplicação produtiva da I&DT e a demonstração e transferência do conhecimento entre as entidades do SCTN e as empresas e na exploração plena do potencial das entidades do SCTN que já operam na região.

Por outro lado, a decisão de juntar numa só área prioritária as intervenções no domínio da renovação do modelo competitivo e qualificação do capital humano deve também ser lida à luz da preocupação com a capacidade da região acolher os recursos que as instituições de ensino superior formam anualmente e, consequentemente, concretizar ganhos das taxas de produtividade e de emprego qualificado. Justifica-se assim a decisão de articular, sempre que possível, a formação de recursos humanos com as atividades de I&D no SCTN e nas empresas e com os investimentos na diversificação e inovação na produção de bens e serviços transacionáveis e na orientação das empresas para mercados internacionais. Deseja-se que esta organização seja também mais favorecedora de projetos multifundo (FEDER e FSE) e da construção de iniciativas de validação, em ambiente empresarial, de conceitos e tecnologias desenvolvidos em ambiente académico.

Quadro 11.
Inovação e capital humano – pertinência e objetivos

Elementos do diagnóstico que justificam a pertinência da área de intervenção prioritária
✓ O stock acumulado de conhecimento, capital físico e humano qualificado para atividades I&DT, com uma área de influência nacional e internacional, e a intensidade de investimento no atual quadro de programação comunitária em infraestruturas científicas e tecnológicas e parques de ciência e tecnologia e incubadoras de empresas de base tecnológica
✓ Persistência de estrangulamentos na transferência de conhecimento e na interligação entre o Sistema Científico e Tecnológico (SCT) e as empresas
✓ Fraca capacidade e reduzida dimensão do setor empresarial e com pouca expressão em posições de maior criação de valor nas respetivas fileiras produtivas
Objetivos
✓ Reforçar a especialização produtiva da região em atividades intensivas em tecnologia e conhecimento
✓ Melhorar a capacidade exportadora regional
✓ Aumentar a capacidade de absorção do tecido empresarial regional dos recursos humanos qualificados

Coesão e inclusão social

Para além da dinâmica de envelhecimento da população - um dos constrangimentos estruturais à sustentação de um processo de crescimento económico, pelos seus impactos na dimensão da bolsa e trabalho e pela sua correlação com o aumento do risco de pobreza ou exclusão social nos casos de carreiras contributivas curtas e/ou com vínculos laborais informais – identificam-se na região de Coimbra insuficiências e debilidades na criação de postos de trabalho nos territórios mais interiores, relacionadas com baixas densidades

empresariais e com a degradação significativa da situação conjuntural, cujos efeitos reforçam também o risco de pobreza e exclusão social.

Emergem, portanto, desafios em matéria do combate ao desemprego e das respostas sociais, não só no que respeita à dimensão, localização e qualidade dos serviços e equipamentos sociais de natureza pública, mas também, no atual contexto de forte restrição à despesa pública, no que respeita à articulação entre os recursos públicos e institucionais e os recursos das famílias e comunidades. A estes acrescem, dada a situação de perificidade de diversos territórios no interior da região, desafios na construção de melhores soluções de acessibilidade aos equipamentos e serviços sociais.

Daqui resulta que as intervenções na área da coesão e inclusão social assumem, em primeiro lugar, um forte enfoque na criação de condições de acesso dos cidadãos aos serviços públicos e na promoção da eficiência da despesa social, assente na melhoria da organização das redes já instaladas, na aposta nos serviços de proximidade e apoio domiciliário, na introdução das TIC na atividade das instituições do terceiro setor ou ainda na implementação de soluções inovadoras de transporte nos territórios de baixa densidade; e em segundo lugar, na construção de medidas ativas de combate ao desemprego (nomeadamente apoios ao autoemprego e estágios profissionais) de natureza local e de uma oferta de formação profissional orientadas para os grupos mais vulneráveis aos ricos de exclusão social, complementando assim os programas de apoio lançados por organismos da administração central.

Quadro 12.
Coesão e inclusão social – pertinência e objetivos

Elementos do diagnóstico que justificam a pertinência da área de intervenção prioritária
✓ Envelhecimento populacional, agravamento do desemprego, duplicações e ineficiências na oferta de serviços do setor público e do "terceiro setor", dificuldades de mobilidade na região dos utentes dos serviços sociais mais carenciados ✓ Dificuldades de mobilidade e acesso às respostas sociais das populações de comunidades rurais e do interior; ✓ As IPSS constituem-se como importantes bolsas de emprego em comunidades rurais, estando menos vulneráveis a tendências de deslocalização dos seus meios operacionais, e dando frequentemente prioridade à contratação de trabalhadores das comunidade locais e de grupos com maiores dificuldades de inserção no mercado de trabalho
Objetivos
✓ Aumentar a capacidade instalada em respostas sociais e corrigir as desigualdades de acesso aos equipamentos e serviços sociais ✓ Eliminar custos de ineficiências na oferta de equipamentos e serviços sociais

Rede urbana e estruturação do território e rede de governação e eficiência da administração

As intervenções na estruturação da rede urbana e do território e na rede de governação são transversais à estratégia de desenvolvimento, na medida em que permitem colmatar lacunas nas condições de base de atratividade territorial, contribuindo para a concretização de todos

os objetivos atrás descritos. Uma abordagem integrada de base territorial exige, desde logo, a superação das carências no ciclo urbano da água, nas infraestruturas rodoviárias e transportes e nas condições de mobilidade, domínios de intervenção particularmente desafiantes numa região que apresenta zonas de baixa densidade populacional a par de zonas de maior densidade e com um efeito de polarização em torno da cidade de Coimbra. A implementação destas condições de base são um passo necessário para:

- ✓ A mobilização integrada dos recursos concentrados no eixo urbano Coimbra-Figueira da Foz, em que temáticas comuns a cidades médias – espaço público, mobilidade, gestão de resíduos e ciclo urbano da água - cruzam-se com temáticas mais diretamente ligadas aos recursos locais - ensino superior, turismo, cultura e indústrias criativas - e a temas que emergiram na ronda de auscultação dos stakeholders, como a língua portuguesa enquanto elemento integrador de fluxos de procura e oferta no mercado internacional de bens culturais e turísticos.
- ✓ Otimização da área de influência dos recursos e equipamento situados em Coimbra – com destaque para a Universidade, os Hospitais da Universidade e as várias unidades de investigação; e para o património cultural e construído, recentemente reconhecido pela UNESCO – e da sua capacidade de polarização de fluxos de trabalhadores, estudantes e turistas que deve ser colocada ao serviço da região, numa lógica de "motor" de desenvolvimento.
- ✓ A aproximação da estratégia às comunidades mais rurais, promovendo o acesso da população a serviços básicos de proximidade, a diversificação de atividades em territórios rurais e a conservação e valorização do património rural, em que os valores culturais e naturais da zona costeira, da paisagem gandaresa, do vale do Mondego, do Alva e Ceira, das Serra da Lousã e Açor e da extensa mancha florestal emergem como principais imagens identitárias e que devem ser valorizados enquanto produto turístico.

A prioridade dada à rede de governação e eficiência da administração, consubstancia-se na continuação dos investimentos na modernização administrativa levados a cabo no atual período de programação e, principalmente, na capacitação da estrutura técnica e organizacional da CIM, condição essencial para a efetiva aplicação do princípio da seletividade dos projetos, a implementação de um plano global de monitorização das realizações e resultados dos investimentos na região, a estruturação de um "balcão" de apoio a promotores de candidaturas a instrumentos de política pública, a convergência de diferentes instrumentos de política pública (de ordenamento e de desenvolvimento) e para a organização e animação de parcerias de atores na base de EBT.

Indicadores de monitorização de desempenho regional

A articulação entre a estratégia regional proposta e os objetivos e prioridades temáticas do Programa Nacional de Reformas e da Estratégia 2020 reflete-se, naturalmente, ao nível dos indicadores de monitorização e metas propostas para a região no horizonte de 2020.

Quadro 13.
Metas da estratégia regional

Indicadores de monitorização	Portugal	Centro	Baixo Mondego	Pinhal Interior Norte	Metas(1)
PIBpc *(UE27 = 100)*	80	67	81	50	Convergir para um patamar de **90-95%** do PIBpc da UE27
PIBpc *(PT = 100)*	100	84	101	63	Acentuar o diferencial para o país, numa trajetória em que a Região de Coimbra aumenta o peso no PIB da região Centro (**2-5%**), contribuindo para que esta seja responsável por 20% da criação de riqueza no país
Produtividade *(UE27 = 100)*	62	50	60	45	Convergir para um patamar entre **65-70%** da produtividade da UE27
Produtividade *(PT = 100)*	100	80	96	71	Convergir para os níveis de produtividade do país
População residente (variação 2001-2011)	2,0%	-0,9%	-2,4%	-5,1%	Sustentar a população residente em torno dos 460.000 habitantes, com eventual crescimento moderado do efetivo populacional e rejuvenescimento da população permitindo a convergência com o patamar nacional
Taxa de crescimento migratório (2001-2011)	1,8%	1,8%	0,0%	1,3%	
Índice de dependência de jovens (2011)	23	22	20	21	
Intensidade exportadora *(2011)*	25	30	20	20	Aumentar a intensidade exportadora da região para **30%**
Concentração das exportações nos 4 principais mercados de destino *(2012p)*	53	59	63	75	Manter e reforçar posição nos mercados de diversificação superior à nacional e da região Centro
Investimento em I&D em % do PIB *(2011)*	1,5	1,3	3,0	0,1	Acentuar o investimento em I&D de forma a ultrapassar a meta UE2020 de **3%**
Exportações de bens de alta tecnologia no total das exportações de bens *(2012p)*	3,3	2,0	0,8	0,3	Aumentar a quota de bens de alta tecnologia exportados para **3%** do total das exportações de bens
% de população entre os 30 e os 34 anos que dispõem de um diploma de ensino superior (2011)	34	33	46	23	Atingir um patamar de **50%** até 2020, superando em 10% a meta fixada pela UE
Dormidas em estabelecimentos hoteleiros *(variação 2002-2011)*	15%	41%	26%	34%	Reforçar a atratividade turística regional, aumentando o ritmo de crescimento do número de dormidas de forma a acompanhar a dinâmica da região Centro
Taxa de abandono escolar precoce *(2012)*	20,8%	18,7%			Garantir um ritmo de redução mais acelerado que o país, atingindo a meta UE2020 para Portugal: inferior a 10%.
Taxa de emprego (população 20-64 anos) (2012)	66,5%	69,7%			Convergir para a meta da UE: 75% da população entre os 20 e os 64 anos deve estar empregada até 2020

(1) Os valores das metas necessitam ainda de revisão e validação. Servem, no entanto, como "forma de estilo" a utilizar
Fonte: INE, Anuários Estatísticos Regionais, Censos 2001 e 2011; EUROSTAT

A Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial terá no Programa Operacional da Região Centro, em particular, no Investimento Territorial Integrado a definir para a Região de Coimbra, um dos instrumentos principais para a sua realização. Neste sentido, esta Estratégia contribuirá de forma relevante para os indicadores de resultados do PO Regional. Os indicadores a envolver e os correspondentes valores das metas apenas poderão ser definidas em função do quadro regulamentar e das dotações a definir para os Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial. No entanto, tendo por base a informação constante do Acordo de Parceria e do PO Regional, apresenta-se, no Quadro 14, a relevância da EIDT e do para a concretização dos indicadores de resultados apresentados no Programa Operacional da Região Centro.

Quadro 14. Contributo da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Regional para as metas dos Indicadores de Resultados do Programa Operacional Regional

Objetivo Temático / Indicador	ITI(*)	EIDT
1-Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação		
1a		
Patentes EPO por PIB em PPC		■
1b		
Despesa das empresas em I&D no VAB		■
Empresas com 10 e mais pessoas ao serviço (CAE Rev. 3, B a H, J,K, M e Q) com cooperação para a inovação no total de empresas do inquérito comunitário à inovação		■
Receitas oriundas de fundos de empresas (nacionais ou estrangeiras) no financiamento das instituições de I&D (excluindo as unidades do setor empresas)		■
Volume de negócios associado à introdução de novos produtos para o mercado no total do volume de negócios de empresas com inovações de produto (Não PME do inquérito comunitário à inovação)		■
2-Melhorar o acesso às tecnologias da informação e da comunicação, bem como a sua utilização e qualidade		
23		
Câmaras municipais que disponibilizam o preenchimento e submissão de formulários na Internet no total de câmaras	■	■
Indivíduos com idade entre 16 e 74 anos que preencheram e enviaram pela Internet impressos ou formulários oficiais nos últimos 12 meses no total de indivíduos	■	■
3-Reforçar a competitividade das pequenas e médias empresas e dos setores agrícola (em relação ao FEADER), das pescas e da aquicultura (em relação ao FEAMP)		
3a		
Nascimentos de empresas em setores de alta e média-alta tecnologia e em serviços intensivos em conhecimento no total de nascimentos		■
3b		
Valor das exportações no volume de negócios das PME		■
3c		
PME com 10 e mais pessoas ao serviço (CAE Rev. 3, B a H, J,K, M e Q) com atividades de inovação no total de PME do Inquérito Comunitário à Inovação		■
4-Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores		
4b		
Consumo de energia primária nas empresas		■
4c		
Consumo de energia primária na administração regional e local	■	■

Objetivo Temático / Indicador	ITI(*)	EIDT
Fogos de habitação social com classificação energética melhorada		
4e		
Emissão estimada dos gases com efeito estufa		
6-Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos		
6c		
Dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros		
6e		
Grau de satisfação dos residentes que habitam em áreas com estratégias integradas de desenvolvimento urbano		
8-Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores		
8a		
Postos de trabalho criados		
8b		
Efeito multiplicador do investimento publico no investimento privado		
8i		
Participantes empregados 6 meses depois de terminada a participação num estágio profissional na administração local		
8iii		
Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem 12 meses após o fim do apoio2		
8v		
Pessoal altamente qualificado contratado por empresas que se encontra empregado em empresas 6 meses após o apoio		
Trabalhadores que se consideram mais aptos para a inovação e gestão após a frequência da formação		
9-Promover a inclusão social e combater a pobreza e qualquer tipo de discriminação		
9a		
Grau de satisfação dos utentes		
Consultas médicas nos estabelecimentos de saúde por habitante		
9b		
Grau de satisfação dos residentes nas áreas de intervenção		
9d		
Efeito multiplicador do investimento público no investimento privado		
9i		
Participantes empregados 6 meses depois de terminada a participação em ações de trabalho socialmente necessário		
9vi		
Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego que permanecem 12 meses após o fim do apoio		
10-Investir na educação, na formação, nomeadamente profissional, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida		
10a		
Taxa de cobertura da requalificação das escolas do ensino básico e secundário (% de alunos)		
10i		
Escolas abrangidas por projetos específicos de combate ao insucesso e ao abandono que progrediram, aproximando-se ou superando o valor esperado		

Objetivo Temático / Indicador	ITI(*)	EIDT
10ii		
Doutoramentos concluídos		
Estudantes certificados nos cursos técnicos superiores profissionais de nível ISCED 5		
10iv		
Diplomados em cursos de nível ISCED 4 (CET)		
11-Melhorar a capacidade institucional das autoridades públicas e partes interessadas e a eficácia da administração pública		
11i		
Trabalhadores em funções públicas que se consideram mais aptos após a frequência da formação		
11ii		
Instituições envolvidas nos projetos de promoção da capacitação institucional e do desenvolvimento regional apoiados		
99-Promover uma gestão eficaz do programa, garantindo um apoio adequado aos beneficiários e uma ampla divulgação aos cidadãos e às empresas		
99.1		
Cumprimento da regra N+3		
Erro aleatório das auditorias		
Grau de satisfação dos utentes do POR		

(*)	Tendo por base a informação constante do Acordo de Parceria e do Programa Operacional
	Relevante

Articulação da estratégia da Região de Coimbra com as orientações nacionais e regionais

A visão e estratégia definida para a região de Coimbra adotam os princípios de programação da Estratégia Europa 2020 e as orientações expressas no Acordo de Parceria que Portugal propõe à Comissão Europeia, contribuindo para a superação dos principais constrangimentos de natureza estrutural e reconhecendo igualmente a transversalidade da reforma da administração pública e da abordagem territorial às políticas públicas como condição necessária para a obtenção de ganhos de eficiência e escala na prossecução dos investimentos públicos e privados, tal como se evidencia na matriz seguinte.

Quadro 15.
Enquadramento das áreas de intervenção prioritária da região de Coimbra na matriz de objetivos temáticos QEC 2014-2020

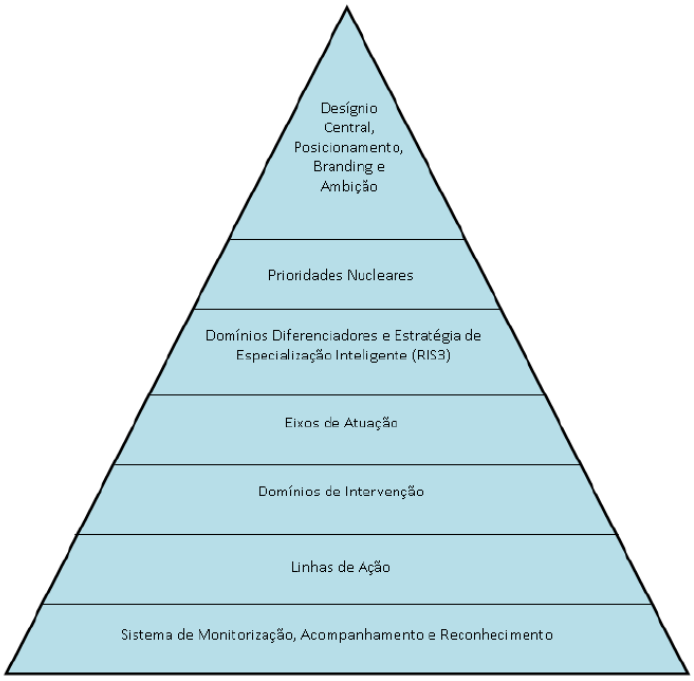
	Áreas de Intervenção Prioritária Região de Coimbra 2020				
	Inovação e capital humano	Valorização e gestão dos recursos endógenos	Coesão e inclusão social	Rede urbana e estruturação do território	Governação e eficiência na administração
1. Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação	✓✓✓				
2. Melhorar o acesso às tecnologias da informação e da comunicação, bem como a sua utilização e qualidade					✓✓✓
3. Reforçar a competitividade das pequenas e médias empresas e dos sectores agrícola, das pescas e da aquicultura	✓✓✓				
4. Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os sectores		✓✓✓		✓✓	
5. Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos		✓✓✓			
6. Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos		✓✓✓		✓✓✓	
7. Promover transportes sustentáveis e eliminar os estrangulamentos nas principais redes de infraestruturas				✓✓✓	
8. Promover o emprego e apoiar a mobilidade laboral		✓✓	✓✓		
9. Promover a inclusão social e combater a pobreza		✓✓✓	✓✓✓		
10. Investir no ensino, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida	✓✓✓		✓✓		
11. Reforçar a capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e a eficiência da administração pública					

✓✓✓: contributo forte; ✓✓: contributo relevante

A visão e estratégia definida para a região de Coimbra articulam-se também, de forma muito clara, com a Estratégia de Desenvolvimento Regional proposta para a região Centro (CRER

2020, ver anexo 3). Esta articulação resulta, desde logo, do facto da região de Coimbra refletir, à sua escala, a diversidade de recursos que constitui um dos elementos mais distintivos da região Centro, mas é também intencional, na medida em que o processo de construção do plano da região de Coimbra teve sempre em conta, nas suas diferentes fases, as orientações regionais, numa lógica de coerência conceptual e estratégica.

Figura 5.
Metodologia de abordagem à definição da Estratégia de Desenvolvimento Regional (2014-2020) do Centro de Portugal



Fonte: CCDRC

Em primeiro lugar, coerência com os princípios de intervenção que norteiam o CRER 2020, assentando em propostas concretas, seletivas, validadas pela participação alargada dos agentes económicos, sociais e institucionais da região e orientadas para a prossecução de objetivos claros e metas exequíveis. E em segundo lugar, coerência com as prioridades nucleares propostas para o Centro, contribuindo para a prossecução da visão, dos objetivos e das metas regionais. Sem prejuízo da sistematização detalhada e completa da articulação entre as áreas de intervenção prioritária da região de Coimbra e as prioridades nucleares da região Centro, exposta na matriz seguinte, destaca-se:

- ✓ A riqueza e diversidade dos recursos endógenos à região Coimbra (em que a mancha florestal, a marca Aldeias do Xisto, o Património da Humanidade reconhecido pela UNESCO na cidade de Coimbra e o rio Mondego, são apenas alguns exemplos citados no documento CRER 2020) e o seu contributo estratégico para a sustentação e criação de valor e para a coesão territorial da região Centro;
- ✓ O contributo da rede de entidades e infraestruturas do sistema educativo, científico e tecnológico que operam na região de Coimbra para a concretização das prioridades regionais "Sustentar e aumentar a criação de valor", assumindo a região de Coimbra a ambição de liderar a produção de I&D fundamental e aplicada, e assim contribuir para a ambição da região Centro situar-se como Innovation Leader e aumentar o investimento efetuado em I&D orientado para resultados para 3% do PIB e 20% do investimento nacional;

- ✓ O papel fundamental da Universidade de Coimbra, pela dimensão e qualidade da sua oferta formativa - com uma área de influência que vai muito além das fronteiras da região de Coimbra o com uma capacidade crescente de atrair públicos internacionais - na concretização da prioridade regional de "Gerar, Captar e Reter Talento" e da meta de 40% da população jovem (30-34 anos) com formação superior;
- ✓ A cidade de Coimbra, que pela sua dimensão, capacidade de polarização de trabalhadores, estudantes e visitante, e presença de instituições de referência nacional nos domínios da educação e saúde, constitui um pilar fundamental da uma rede policêntrica de cidades de média dimensão na região Centro.

Quadro 16.
Enquadramento das áreas de intervenção prioritária da região de Coimbra na matriz de prioridades nucleares do CRER 2020

	Áreas de Intervenção Prioritária Região de Coimbra 2020				
	Inovação e capital humano	Valorização e gestão dos recursos endógenos	Coesão e inclusão social	Rede urbana e estruturação do território	Governação e eficiência na administração
Sustentar e Aumentar a Criação de Valor	✓✓✓	✓✓✓			
Estruturar uma Rede Policêntrica de Cidades de Média Dimensão				✓✓✓	
Gerar, Captar e Reter Talento	✓✓✓				
Reforçar a Coesão Territorial		✓✓		✓✓✓	
Dar Vida e Sustentabilidade às Infraestruturas Existentes	✓✓	✓✓	✓✓	✓✓	
Consolidar a Capacitação Institucional					✓✓✓

✓✓✓: contributo forte; ✓✓: contributo relevante

No âmbito do processo de CRER 2020 foram também identificados na Região Centro um conjunto de domínios diferenciadores temáticos - que correspondem a dinâmicas produtivas instaladas de grande sucesso e/ou promissoras, nomeadamente à luz das prioridades assumidas quer a nível europeu, quer nacional e regional – e dimensões transversais prioritárias, enquanto domínios diferenciadores adicionais. A identificação dos domínios diferenciadores partiu do diagnóstico das características e ativos específicos da região e deverão estar na base de uma estratégia de especialização inteligente, em que os esforços de desenvolvimento económico e os investimentos são canalizados para as mais-valias relativas de cada região, explorando as respetivas oportunidades económicas e tendências emergentes. A análise dos recursos endógenos, da rede de entidades do SCTN, do perfil produtivo, das tendências de clusterização no atual período de programação – vejam-se, por exemplo, as conclusões do Estudo de Avaliação da Estratégia e do Processo de Implementação das Estratégias de Eficiência Coletiva – Tipologia Clusters, em que se identifica na região de Coimbra uma significativa concentração de projetos enquadrados no Pólo das Indústrias de Base Florestal, nas 3 EEC relacionadas com o setor da agricultura, no Cluster Habitat Sustentável e nos Pólos ligados aos setores das TIC e da Saúde – permite identificar uma forte representatividade da região de Coimbra num conjunto de domínios diferenciadores identificados na região Centro (Floresta, Saúde, Biotecnologia, TICE,

Materiais); por outro lado a ambição expressa pelos stakeholders e sistematizada na visão e estratégia para a região de Coimbra evidencia também uma aposta no reforço do seu posicionamento nos domínios do Turismo, Mar, Agricultura, Produtividade Industrial Sustentável, Inovação Rural e Eficiência Energética.

Plano de ação

4. Plano de ação

Uma vez definida a visão, prioridades de intervenção e objetivos, o plano de ação funciona como um instrumento de trabalho, articulando as principais intenções de investimento identificadas no território de uma forma flexível, coerente com a estratégia desenhada e atenta à complexidade do quadro normativo que regulamenta a ação da CIM. Espera-se que a atuação da CIM assuma uma natureza dupla:

- ✓ Enquanto promotor de projetos, por exemplo, no âmbito de candidaturas ao PO regional ou a outros PO;
- ✓ Enquanto facilitador/orientador de investimentos e ações concretizadas por outros atores, sejam estes privados ou organismos de administração central com tutela sobre as áreas de intervenção prioritária selecionadas no presente documento.

Numa análise reducionista do plano de ação o primeiro tipo de intervenção sai mais evidenciado, desde logo porque é mais fácil de concretizar em exemplos de tipologias de projetos. No entanto, a ação da CIM enquanto facilitador/orientador está presente, de forma implícita e transversal ao plano de ação, assumindo-se como um dos principais fatores críticos de sucesso da estratégia de desenvolvimento.

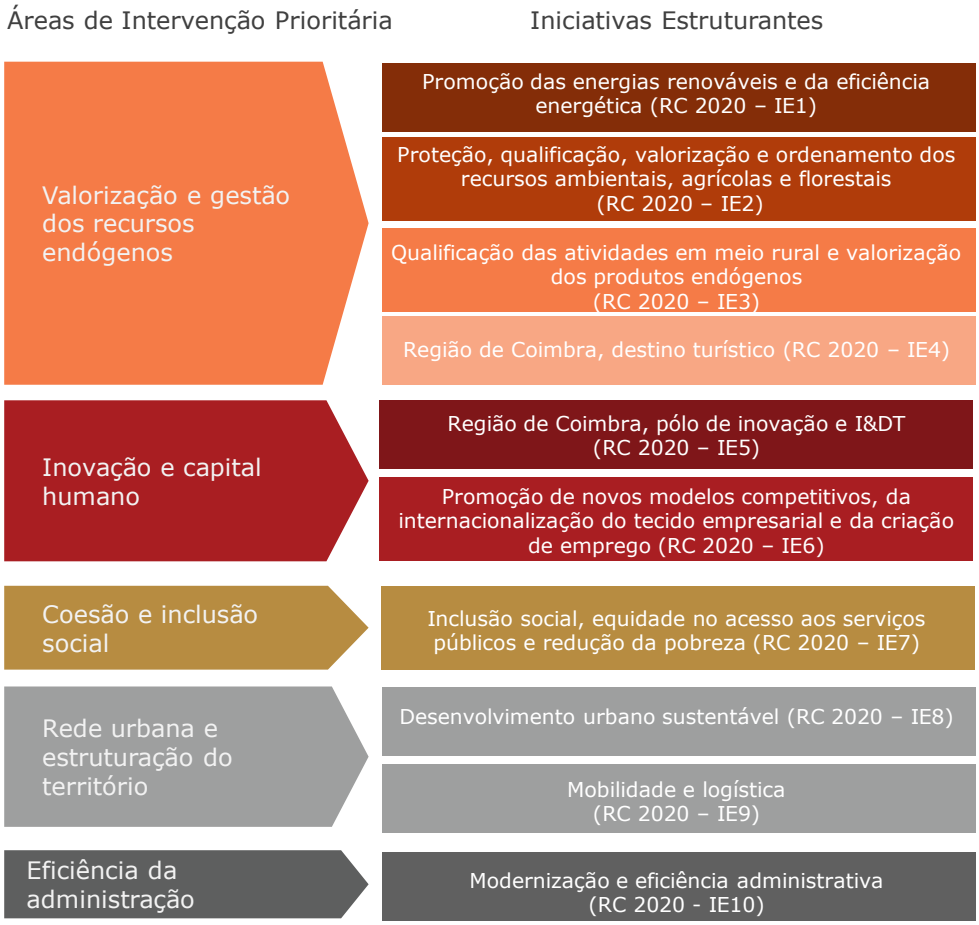
Por esta razão, sempre que possível são identificados casos concretos da atuação da CIM enquanto agente facilitador/orientador – por exemplo, numa lógica de complementaridade e subsidiariedade em relação aos organismos da administração central no domínio da educação e formação, procurando facilitar o encontro entre as necessidades de formação e a programação das ofertas formativas; ou ainda, fornecendo apoio técnico nas candidaturas de promotores privados aos vários sistemas de incentivos disponíveis –, para além do forte foco do plano de ação na capacitação humana e técnica da CIM.

Estrutura do Plano de Ação

O plano de ação encontra-se definido em função de dez iniciativas estruturantes para a região de Coimbra (RC 2020 - IE) que agregam o conjunto dos projetos/ ações enviadas pelas Municípios e recolhidos durante a fase de participação dos stakeholders (ver figura seguinte).

- ✓ IE01: Promoção das energias renováveis e da eficiência energética
- ✓ IE02: Proteção, qualificação, valorização e ordenamento dos recursos ambientais, agrícolas e florestais
- ✓ IE03: Qualificação das atividades em meio rural e valorização dos produtos endógenos
- ✓ IE04: Região de Coimbra, destino turístico
- ✓ IE05: Região de Coimbra, pólo de inovação e I&DT
- ✓ IE06: Promoção de novos modelos competitivos, da internacionalização do tecido empresarial e da criação de emprego
- ✓ IE07: Inclusão social, equidade no acesso aos serviços públicos e redução da pobreza
- ✓ IE08: Desenvolvimento urbano sustentável
- ✓ IE09: Mobilidade e logística
- ✓ IE10: Modernização e eficiência administrativa

Figura 6.
Das áreas prioritárias de intervenção às iniciativas estruturantes



Quadro 17.
Áreas de intervenção prioritárias e iniciativas estruturantes – Fatores críticos de sucesso

Áreas de Intervenção Prioritária	Iniciativas Estruturantes	Fatores críticos de sucesso
Valorização e gestão dos recursos endógenos	IE01: Promoção das energias renováveis e da eficiência energética	✓ Convergência entre as iniciativas regionais e os instrumentos de ordenamento e gestão territorial nacional e em vigor na região Centro e simplificação dos processos de licenciamento e certificação ✓ Necessidade de articular e consensualizar entre as autarquias e outros stakeholders as opções sobre os projetos com impacto estruturante e respetivo valor económico dos investimentos a médio e longo prazo ✓ Capacidade de executar projetos "sem fronteiras" concelhias
	IE02: Proteção, qualificação, valorização e ordenamento dos recursos ambientais, agrícolas e florestais	
	IE03: Qualificação das atividades em meio rural e valorização dos produtos endógenos	
	IE04: Região de Coimbra, destino turístico	
Inovação e capital humano	IE05: Região de Coimbra, pólo de inovação e I&DT	✓ A lógica de complementaridade e subsidiariedade em relação aos instrumentos nacionais e de articulação entre as necessidades de formação e a programação das ofertas formativas exige um planeamento rigoroso e uma forte articulação entre as empresas e entidades formadoras ✓ Necessidade de um acompanhamento técnico das iniciativas de apoio à inovação
	IE06: Promoção de novos modelos competitivos, da internacionalização do	

Áreas de Intervenção Prioritária	Iniciativas Estruturantes	Fatores críticos de sucesso
	tecido empresarial e da criação de emprego	e internacionalização do tecido empresarial, como elemento fundamental para a produção de resultados e sustentabilidade das intervenções ✓ Capacidade de execução financeira e operacional das entidades do SCTN (autonomia, organização e gestão dos recursos) e de valorização económica dos resultados da I&DT
Coesão e inclusão social	IE07: Inclusão social, equidade no acesso aos serviços públicos e redução da pobreza	✓ Planeamento rigoroso, uma forte articulação no seio dos CLAS e da RLIS e um acompanhamento atempado das atividades, recursos e necessidades das IPSS
Rede urbana e estruturação do território	IE08: Desenvolvimento urbano sustentável	✓ Capacidade de focalização dos investimentos no fecho de redes ✓ Articulação entre investimentos públicos e privados na regeneração de áreas urbanas
	IE09: Mobilidade e logística	
Governação e eficiência na administração	IE10: Modernização e eficiência administrativa	✓ Capacitação articulada das redes, equipamentos e recursos humanos ✓ Capacitação da equipa técnica da CIM

As iniciativas estruturantes apresentadas foram desenhadas com base nas orientações previstas no Acordo de Parceria Portugal 2020 (na sua versão de Janeiro de 2014), em particular, tendo como referência os objetivos temáticos, as prioridades de intervenção e os exemplos das principais ações previstas. Optou-se por, sempre que possível, utilizar na definição das ações a formulação constante do documento do Acordo de Parceria.

Quadro 18.
Síntese das iniciativas estruturantes e ações

IE01: Promoção das energias renováveis e da eficiência energética
Ação 1.1 - Produção de energia a partir de fontes renováveis associadas a tecnologias emergentes ou pouco disseminadas Ação 1.2 - Promoção da eficiência energética e apoio à implementação de energias renováveis em infraestruturas públicas Ação 1.3 - Apoio a sistemas energeticamente eficientes e a tecnologias de produção de energia de base renovável para autoconsumo das empresas Ação 1.4 - Ações de promoção da eficiência energética e de apoio à utilização de energias renováveis no setor da habitação particular
IE02: Proteção, qualificação, valorização e ordenamento dos recursos ambientais, agrícolas e florestais
Ação 2.1 - Apoio à instalação de redes de defesa da floresta contra incêndios Ação 2.2 - Atualização dos sistemas de informação sobre o património natural, incluindo cadastro Ação 2.3 - Infraestruturas e equipamentos para a gestão de riscos múltiplos no âmbito do sistema nacional de proteção civil Ação 2.4 - Intervenções para a redução do risco associado à erosão costeira Ação 2.5 - Dinamização económica das áreas classificadas, através da avaliação, requalificação e valorização dos ecossistemas e dos seus serviços Ação 2.6 - Restaurar, preservar e melhorar os ecossistemas ligados à agricultura e à silvicultura (FEADER)
IE03: Qualificação das atividades em meio rural e valorização dos produtos endógenos
Ação 3.1 - Apoio a estratégias específicas de valorização económica de recursos endógenos em territórios de baixa densidade Ação 3.2 - Desenvolvimento local de base comunitária

IE04: Região de Coimbra, destino turístico
Ação 4.1 - Desenvolvimento de projetos de animação e programação cultural com potencial de captação de fluxos turísticos

Ação 4.2 - Organização e promoção de eventos culturais com impacto internacional
Ação 4.3 - Promoção turística de territórios de elevado valor natural, cultural e paisagístico
Ação 4.4 - Valorização e promoção de bens histórico-culturais com elevado interesse turístico (e.g. monumentos, museus)

IE05: Região de Coimbra, pólo de inovação e I&DT

Ação 5.1 - Capacitação, dinamização e consolidação das infraestruturas I&D
Ação 5.2 - Programas de Ciência e Tecnologia de interesse estratégico, incluindo projetos de I&D alinhados com os domínios e prioridades da especialização inteligente
Ação 5.3 - Valorização económica dos resultados da investigação
Ação 5.4 - Apoio a projetos de I&D por parte de empresas (incluindo com envolvimento de outras entidades do sistema nacional de I&D)
Ação 5.5 - Apoio à coordenação e gestão de parceria de estratégias de eficiência coletiva

IE06: Promoção de novos modelos competitivos, da internacionalização do tecido empresarial e da criação de emprego

Ação 6.1 - Apoio à capacitação, consolidação e expansão das infraestruturas de incubação e acolhimento empresarial
Ação 6.2 - Apoio a projetos de empreendedorismo qualificado e criativo
Ação 6.3 - Apoio a projetos de investimento produtivo de natureza inovadora, de qualificação das estratégias e de reforço das capacidades de gestão das PME
Ação 6.4 - Melhoria do desempenho económico, facilitação da reestruturação e modernização das explorações agrícola (FEADER)
Ação 6.5 - Formação profissionalizante

IE07: Inclusão social, equidade no acesso aos serviços públicos e redução da pobreza

Ação 7.1 - Infraestruturas e equipamentos de saúde
Ação 7.2 - Rede de equipamentos do ensino pré-escolar, infraestruturas prioritárias e apetrechamento das Redes do ensino básico, secundário e das infraestruturas de formação profissional
Ação 7.3 - Qualificação da rede de equipamentos e serviços de promoção do desenvolvimento social
Ação 7.4 - Contratos Locais de Desenvolvimento Social
Ação 7.5 - Apoio a o empreendedorismo e à criação do próprio emprego
Ação 7.6 - Apoio ao envelhecimento ativo e saudável

IE08: Desenvolvimento urbano sustentável, incluindo eficiência energética

Ação 8.1 - Fecho de redes de abastecimento de água e saneamento
Ação 8.2 - Reabilitação de ativos nas redes de distribuição e drenagem e redução e controle das perdas
Ação 8.3 - Recuperação, expansão e valorização de sistemas e estruturas ecológicas urbanas
Ação 8.4 - Reforço das redes de recolha seletiva existentes; otimização e reforço das infraestruturas de triagem multimaterial;
Ação 8.5 - Qualificação do espaço público incluindo eficiência energética
Ação 8.6 - Ações de promoção da eficiência energética e de apoio à utilização de energias renováveis no setor da habitação social

IE09: Mobilidade e logística

Ação 9.1 - Elaboração de planos de mobilidade municipais ou intermunicipais
Ação 9.2 - Projetos de proximidade de reabilitação ou requalificação da rede rodoviária e do tipo "last-mile" que eliminem constrangimentos existentes na ligação dos nós secundários e terciários da rede rodoviária à rede principal e RTE-T
Ação 9.3 - Projetos que promovam o desenvolvimento, a competitividade, a reabilitação, a segurança, a sustentabilidade económica e ambiental, a interoperabilidade e intermodalidade dos sistemas e infraestruturas de transportes ferroviário pesado e ligeiro
Ação 9.4 - Projetos que promovam o desenvolvimento, a competitividade, a reabilitação, a segurança, a sustentabilidade económica e ambiental, a interoperabilidade, intermodalidade e acesos dos sistemas e infraestruturas de transportes e logística nos domínios: i. Marítimo-portuário e fluvial; ii. Autoestradas do Mar; iii. Plataformas logísticas multimodais
Ação 9.5 - Promoção da mobilidade inteligente e sustentável

IE10: Modernização e eficiência administrativa

Ação 10.1 - Melhoria da eficiência interna e a capacidade institucional da Administração Pública, enquanto elementos de suporte à implementação de melhores respostas às necessidades de cidadãos e empresas
Ação 10.2 - Apoio à promoção de uma administração e serviços públicos em rede
Ação 10.3 - Capacitação institucional de parcerias territoriais de apoio ao desenvolvimento

Iniciativas Estruturantes

As fichas seguintes apresentam a descrição e os atores a envolver nas diversas ações e iniciativas estruturantes previstas neste Plano de Desenvolvimento.

IE 01: Promoção das energias renováveis e da eficiência energética

Descrição:

A iniciativa estruturante visa implementar um padrão de produção e consumo energético pautado pelo aumento do peso das fontes de energia renováveis, da utilização racional da energia e da eficiência energética, e que contribua para o uso sustentável dos recursos, para a redução das despesa pública e para o aumento da competitividade da economia regional através da redução dos consumos energéticos e dos custos associados suportados pelas empresas e famílias.

Ação 1.1 | Produção de energia a partir de fontes renováveis associadas a tecnologias emergentes ou pouco disseminadas

Descrição:

Projetos-piloto no domínio da produção e distribuição de energia de fonte renovável, com particular enfoque na biomassa e que vinculem os promotores a objetivos de ordenamento, proteção e valorização dos recursos florestais; estímulo à instalação de sistemas que usem fontes de energia renováveis (em particular a biomassa e solar) para produção de águas quentes e aquecimento ambiente no setor doméstico e nos serviços públicos.

Ação 1.2 | Promoção da eficiência energética e apoio à implementação de energias renováveis em infraestruturas públicas

Descrição:

Entre as tipologias apoiadas destacam-se: introdução de tecnologias de iluminação mais eficientes, aquisição e substituição de equipamentos na área da climatização em escolas, equipamentos desportivos e outros equipamentos com grandes necessidades, intervenções na envolvente dos edifícios (colocação de isolamento, instalação de dispositivos de sombreamento, substituição de janelas), introdução de material circulante mais eficiente nos transportes públicos rodoviários, auditorias energéticas e planos de racionalização do consumo de energia, campanhas de sensibilização e comunicação.

Ação 1.3 | Apoio a tecnologias e sistemas energeticamente eficientes e a tecnologias de produção de energia de base renovável para autoconsumo das empresas

Descrição:

Entre as tipologias apoiadas destacam-se: intervenções na iluminação, produção de calor e frio, sistemas acionados por motores elétricos e no processo industrial (nomeadamente ao nível dos sistemas de monitorização e controlo de consumos, tratamento de efluentes, isolamentos térmicos, sistemas de transporte); instalação de sistemas energéticos para consumo próprio, utilizando fontes renováveis de energia; auditorias energéticas, testes e ensaios na área de eficiência energética.

Ação 1.4 | Ações de promoção da eficiência energética e de apoio à utilização de energias renováveis no setor da habitação particular

Descrição:

Entre as tipologias apoiadas destacam-se: aquisição e substituição de equipamentos de climatização, intervenções na envolvente dos edifícios (colocação de isolamento, instalação de dispositivos de sombreamento, substituição de janelas), auditorias energéticas e campanhas de sensibilização e comunicação.

Parceiros:

✓ CIM, municípios, organismos e serviços do ministério da tutela e outros organismos desconcentrados da administração central, associações empresariais, ADENE.

IE 02: Proteção, qualificação, valorização e ordenamento dos recursos ambientais, agrícolas

e florestais

Descrição:

Têm enquadramento nesta iniciativa estruturantes os investimentos que visam:

- Melhorar a conservação dos recursos e a gestão preventiva dos riscos naturais e ambientais, onde também se incluem a componentes dos sistemas de informação, monitorização, localização e alerta;
- Assegurar a fruição segura e sustentável do património natural, através do apoio à recuperação de paisagens, dos valores ambientais originais e da biodiversidade e à criação de condições de suporte à interação das comunidades e dos visitantes com a natureza (articulado com IE04);
- Ordenar, expandir, recuperar e qualificar a área florestal e agrícola, contribuir para a utilização continuada das terras com valor agrícola e florestal, e aumentar e diversificar a oferta de produtos.

O valor e os riscos ambientais não conhecem fronteiras concelhias pelo que são privilegiados investimentos agrupados e articulados, de forma a conferir escala e eficácia às intervenções.

Ação 2.1 | Apoio à instalação de redes de defesa da floresta contra incêndios

Descrição:

Entre as tipologias apoiadas destacam-se: rede primária e secundária de faixas de gestão de combustível, mosaico de parcelas de gestão de combustível, rede de pontos de água.

Ação 2.2 | Atualização dos sistemas de informação sobre o património natural, incluindo cadastro

Descrição:

Entre as tipologias apoiadas destacam-se: implementação e otimização de sistemas de informação, produção e aquisição de informação e cartografia de base e temática, cadastro, ações de informação, sensibilização, estudos sobre a avaliação de risco, elaboração ou revisão de Planos de Ordenamento.

Ação 2.3 | Infraestruturas e equipamentos para a gestão de riscos múltiplos no âmbito do sistema nacional de proteção civil

Descrição:

Entre as tipologias apoiadas destacam-se: aquisição de veículos e equipamentos operacionais de proteção civil para a gestão de riscos múltiplos (incêndios, cheias, inundações, riscos específicos de centros históricos e património classificado, entre outros).

Ação 2.4 | Intervenções para a redução do risco associado à erosão costeira

Descrição:

Entre as tipologias apoiadas destacam-se: estudos de dinâmica e caracterização da orla costeira, recuperação dunar, recarga de praias, estabilização, balizamento e sinalização de áreas de risco.

Ação 2.5 | Dinamização económica das áreas classificadas, através da avaliação, requalificação e valorização dos ecossistemas e dos seus serviços

Descrição:

Entre as tipologias apoiadas destacam-se: projetos de reabilitação e monitorização de ecossistemas incluindo apoio a atividades compatíveis com a sensibilidade ambiental, requalificação de frentes ribeirinhas, limpeza e valorização de linhas de água e albufeiras, remoção de obstáculos que prejudiquem o enquadramento paisagístico, ações de educação e animação ambiental, acessos, estacionamento, miradouros e outros equipamentos de suporte à visitação em segurança e conforto.

Ação 2.6 | Restaurar, preservar e melhorar os ecossistemas ligados à agricultura e à silvicultura (FEADER)

Descrição:

Entre as tipologias apoiadas destacam-se: florestação, restabelecimento do potencial silvícola, ações de reabilitação imediata pós-incêndio, emparcelamento, projetos coletivos hidroagrícolas, eletrificação das infraestruturas coletivas, requalificação de acessos, ordenamento e exploração do potencial cinegético.

Parceiros:

✓ CIM, municípios, organismos e serviços do ministério da tutela e outros organismos desconcentrados da administração central, agência portuguesa do ambiente, associações de desenvolvimento local, associações de produtores, associações de bombeiros.

IE 03: Qualificação das atividades em meio rural e valorização dos produtos endógenos

Descrição:

A iniciativa estruturante dirige-se aos espaços de baixa densidade, com natureza rural predominante, e aos centros urbanos de nível inferior da hierarquia urbana, e visa a diversificação da economia, a criação de emprego e a melhoria da qualidade de vida, através da valorização dos recursos endógenos enquanto fator de identidade e de atratividade do território. A iniciativa cobre um conjunto alargado de áreas de intervenção e de atividades económicas, entre as quais:

- Apoio a atividades turísticas e de lazer, nomeadamente a criação ou desenvolvimento de produtos turísticos, alojamento turístico e infraestruturas de pequena escala de apoio à visitação, preservação e recuperação de práticas e tradições culturais, preservação do património rural construído;
- Apoio à produção e à melhoria do acesso aos mercados através da cooperação empresarial, da promoção dos produtos endógenos, do desenvolvimento dos regimes de qualidade certificada, da adaptação a normas no domínio da proteção do ambiente, da segurança alimentar ou do bem-estar animal, da criação de espaços de fixação de empresas e comercialização dos produtos;
- Apoio a iniciativas de empreendedorismo local e ao alargamento da base de competências técnicas e profissionais do tecido empresarial já instalado.

Privilegiam-se as abordagens integradas e agregadores de recursos e de know-how como condição indispensável para o aproveitamento de todas as sinergias possíveis e para a superação da escassez de economias de escala e de aglomeração.

Ação 3.1 | Apoio a estratégias específicas de valorização económica de recursos endógenos em territórios de baixa densidade

Descrição:

Entre as tipologias apoiadas destacam-se: incentivos à criação e qualificação de unidades hoteleiras em espaço rural, refuncionalização de edifícios para atividades associadas à preservação e valorização da cultura local, centros de observação da natureza/paisagem, rotas/percursos, animação turística, inventariação do património, edições e material multimédia de divulgação e promoção do património, mercados de produtos locais, viveiros de empresas de pequena escala, apoio à criação do próprio emprego, formação profissional e aquisição de equipamento necessário à produção, apoio técnico e concessão de ajuda compensatória por adesão da produção a regimes de qualidade e normas de segurança e proteção ambiental, apoio à mutualização de recursos e à partilha de grandes projetos de aquisição de equipamento. Na concretização da ação deve-se dar prioridade à exploração plena do potencial das EEC desenvolvidas no âmbito do QREN 2007-2014.

Ação 3.2 | Desenvolvimento local de base comunitária

Descrição:

Estratégias de desenvolvimento local, visando promover, em territórios urbanos desfavorecidos e em territórios rurais ou costeiros economicamente fragilizados e de baixa densidade populacional, a concertação estratégica e operacional entre parceiros, focalizada no empreendedorismo, na dinamização económica local, na revitalização dos mercados locais e na sua articulação com territórios mais amplos e na inovação social.

Parceiros:

✓ CIM, municípios, organismos e serviços do ministério da tutela e outros organismos desconcentrados da administração central, entidade regional de turismo, associações de desenvolvimento local, associações de produtores e comerciantes, entidades gestoras de estratégias de eficiência coletiva apoiadas no QREN.

IE 04: Região de Coimbra, destino turístico

Descrição:

A iniciativa estruturante visa implementar e qualificar produtos turísticos, em articulação com os agentes privados e com as estruturas regionais de turismo, e inclui um conjunto alargado de áreas de intervenção, entre as quais:

- Conservação e qualificação dos recursos turísticos, nomeadamente dos sítios/paisagens com valor histórico e cultural, património construído e imaterial, e equipamentos e espaços públicos que enriqueçam a experiência do turista;
- Criação de conteúdos e a oferta de experiências associadas ao património cultural e ambiental;
- Promoção nacional e internacional da região e sistema de informação e apoio ao turista

Privilegiam-se as abordagens integradas, agregadores de recursos e articuladas com outros destinos da região Centro, como condição indispensável para a eliminação de duplicações de serviços e para o aumento da estadia média dos visitantes na região de Coimbra.

Ação 4.1 | Desenvolvimento de projetos de animação e programação cultural com potencial de captação de fluxos turísticos

Descrição:

Entre as tipologias apoiadas destacam-se: criação de rotas e respetivo material de divulgação, sinalética, conteúdos digitais e multimédia, realização de eventos de pequena escala nos espaços culturais e outras atividades de animação, programação cultural.

Ação 4.2 | Organização e promoção de eventos culturais com impacto internacional

Descrição:

Realização de grandes eventos de natureza desportiva e cultural.

Ação 4.3 | Promoção turística de territórios de elevado valor natural, cultural e paisagístico

Descrição:

Entre as tipologias apoiadas destacam-se: inventariação, proteção e restauro do património, criação e participação em portais, plataformas móveis e redes sociais de promoção e comercialização de produtos turísticos, participação em feiras internacionais, parques verdes e temáticos, equipamentos desportivos e outros equipamentos que enriqueçam a experiência do turista, rede de centros de informação ao turista, ações de sensibilização aos agentes económicos.

Ação 4.4 | Valorização e promoção de bens histórico-culturais com elevado interesse turístico (e.g. monumentos, museus)

Descrição:

Entre as tipologias apoiadas destacam-se: qualificação de museus, centros de interpretação e monumentos, incluindo intervenções no edificado, aquisição de equipamento de exposição e armazenagem do património.

Parceiros:

✓ CIM, municípios, organismos e serviços do ministério da tutela e outros organismos desconcentrados da administração central, entidade regional de turismo, associações de desenvolvimento local.

IE 05: Região de Coimbra, pólo de inovação e I&DT

Descrição:

A iniciativa estruturante visa fortalecer o sistema regional de inovação e intensificar o esforço regional de I&DT com aplicação produtiva, através do estímulo à articulação entre empresas, unidades de I&DT e instituições de ensino superior, aos processos de transferência de tecnologia e conhecimento entre o SCTN e o tecido produtivo, à valorização económica e social da ID&T.

Privilegiam-se projetos que abordam interesses ou necessidades de I&DT partilhados por um conjunto significativo de empresas, designadamente ao nível de um determinado sector ou cluster, e projetos orientados para os setores de interesse regional (saúde e ciências da vida, energia, agricultura, indústria agroalimentar, silvicultura e produtos florestais e turismo).

Ação 5.1 | Capacitação, dinamização e consolidação das infraestruturas I&D

Descrição:

Criação e qualificação de infraestruturas científicas e tecnológicas, parques de ciência e tecnologia, incubadoras de empresas de base tecnológica, incluindo intervenções no edificado, equipamentos e recursos humanos.

Ação 5.2 | Programas de Ciência e Tecnologia de interesse estratégico, incluindo projetos de I&D alinhados com os domínios e prioridades da especialização inteligente

Descrição:

Constituição de um conjunto muito limitado de projetos integrados de atividades científicas e de desenvolvimento tecnológico, envolvendo empresas e entidades do SCTN organizadas em torno de um recurso, setor ou *cluster* (alinhado com a estratégia regional de especialização inteligente) e incluindo investigação fundamental e aplicada, e ações de difusão da cultura cientifica e tecnológica junto das comunidades, escolas e tecido empresarial. Na concretização da ação deve-se dar prioridade à exploração plena do potencial das entidades do SCTN já a operar na região.

Ação 5.3 | Valorização económica dos resultados da investigação

Descrição:

Entre as tipologias apoiadas destacam-se: projetos demonstradores que, partindo de atividades de I&D já concluídas com sucesso, visem a divulgação e aplicação dos resultados a novos produtos, processos ou serviços inovadores; prova de conceito e todas as ações que visem demonstrar a viabilidade tecnológica e económica dos resultados (modelização, desenvolvimento de protótipos, pré-séries e ações piloto).

Ação 5.4 | Apoio a projetos de I&D por parte de empresas (incluindo com envolvimento de outras entidades do sistema nacional de I&D)

Descrição:

Projetos de I&DT promovidos por empresas e conjuntos de empresas e associações empresariais compreendendo atividades investigação pré-concorrencial e de investigação industrial conducentes à criação de novos produtos, processos ou sistemas ou à introdução de melhorias significativas em produtos.

Ação 5.5 | Apoio à coordenação e gestão de parceria de estratégias de eficiência coletiva

Descrição:

Ações de caráter estratégico e estruturante, lideradas por instituições públicas ou por entidades privadas sem fins lucrativos, prosseguindo objetivos partilhados por um conjunto alargado de empresas e visando a eficiência coletiva e o aumento de escala das empresas (por exemplo, ações de disseminação de conhecimento e transferência de tecnologia, colaboração internacional com outros clusters, promoção internacional e captação de investimento estrangeiro, inserção em plataformas internacionais de conhecimento e inovação, promoção externa da imagem da região, tendo como alvo novos mercados ou mercados emergentes, adaptação de qualificações e desenvolvimento de competências dos recursos humanos, apoio técnico no acesso de PME ao financiamento).

Parceiros:

✓ CIM, municípios, organismos e serviços do ministério da tutela e outros organismos desconcentrados da administração central, entidades do SCTN

IE 06: Promoção de novos modelos competitivos, da internacionalização do tecido empresarial e da criação de emprego

Descrição:

A iniciativa estruturante visa o acréscimo de produtividade e de competitividade das empresas e a melhoria do perfil de especialização regional, pela via da produção de novos bens, serviços e processos que suportem a progressão das empresas na cadeia de valor e o reforço da sua orientação para os mercados internacionais, do estímulo ao empreendedorismo qualificado e ao investimento estruturante na gestão e qualificação rede regional de espaços de acolhimento empresarial, e da formação dos ativos.

Privilegiam-se projetos em setores de interesse regional (saúde e ciências da vida, energia, agricultura, indústria agroalimentar, silvicultura e produtos florestais e turismo) e inseridos na oferta de espaços de acolhimento empresarial sob uma logica de racionalidade da rede regional e supramunicipal e de complementaridade aos espaços já existentes.

Ação 6.1 | Apoio à capacitação, consolidação e expansão das infraestruturas de incubação e acolhimento empresarial

Descrição:

Projetos de criação, expansão, qualificação e reconversão de espaços de acolhimento empresarial, incluindo investimentos nos edifícios e instalações, infraestruturas viárias, de telecomunicações, de banda larga, de distribuição de água e energia, de recolha de resíduos e efluentes, bem como nos serviços partilhados e na melhoria da capacidade de gestão das entidades gestoras.

Ação 6.2 | Apoio a projetos de empreendedorismo qualificado e criativo

Descrição:

Apoio à criação de empresas dotadas de recursos qualificados e que desenvolvam atividades em sectores considerados estratégicos (com interesse regional) ou com fortes dinâmicas de crescimento.

Ação 6.3 | Apoio a projetos de investimento produtivo de natureza inovadora, de qualificação das estratégias e de reforço das capacidade de gestão das PME

Descrição:

Investimentos realizados por empresas (individualmente ou em parceria com outras empresas) na produção de novos bens e serviços ou na melhoria da produção atual, nomeadamente através de novos processos ou métodos de fabrico, de logística e distribuição, da expansão de capacidades de produção em atividades de alto conteúdo tecnológico ou com procuras internacionais dinâmicas, da introdução de melhorias tecnológicas e da introdução de um conjunto alargado de fatores dinâmicos de competitividade (moda e design, certificação, marketing, presença na economia digital, entre outros).

Ação 6.4 | Melhoria do desempenho económico, facilitação da reestruturação e modernização das explorações agrícola (FEADER)

Descrição:

Entre as tipologias apoiadas destacam-se: apoios ao investimento na agricultura e na agroindústria, melhoria das condições de trabalho e de produção, desenvolvimento de novos produtos, processos e tecnologias, criação e modernização de unidades de primeira transformação, cooperação empresarial.

Ação 6.5 | Formação profissionalizante

Descrição:

Entre as tipologias apoiadas destacam-se: deteção de falhas na oferta e promoção de cursos, em parceria com o tecido empresarial e entidades formadoras.

Parceiros:

✓ CIM, municípios, organismos e serviços do ministério da tutela e outros organismos desconcentrados da administração central, entidades gestoras dos espaços de acolhimento empresarial, associações empresariais.

IE 07: Inclusão social, equidade no acesso aos serviços públicos e redução da pobreza

Descrição:

A iniciativa estruturante visa e melhoria da qualidade de vida das populações e a inclusão social através do reforço da rede de equipamentos e serviços coletivos e construção de respostas à crescente vulnerabilidade de territórios e grupos específicos ao fenómeno de agravamento do desemprego, nomeadamente incentivos ao espírito empresarial, à integração no mercado de trabalho de desempregados e à transição de jovens para a vida ativa.

Privilegia-se uma abordagem integrada e em concertação intermunicipal, garantindo um maior racionalidade e equilíbrio das redes locais e a eliminação de sobreposições de ofertas. A situação de perificidade de alguns territórios justifica também um foco na acessibilidade das comunidades aos serviços e equipamentos, através de soluções inovadoras de cuidados ao domicílio e de transporte coletivo, e na qualificação de aglomerados populacionais através de equipamentos públicos específicos.

Ação 7.1 | Infraestruturas e equipamentos de saúde

Descrição:

Entre as tipologias apoiadas destacam-se: unidades hospitalares, unidades da rede de urgência e emergência e unidades de cuidados primários e de saúde pública (incluindo centros de saúde).

Ação 7.2 | Rede de equipamentos do ensino pré-escolar, infraestruturas prioritárias e apetrechamento das redes do ensino básico, secundário e de formação profissional

Descrição:

Entre as tipologias apoiadas destacam-se: construção e requalificação de infraestruturas do ensino previstas em cartas educativas e sob uma lógica de fecho de redes; construção e requalificação de infraestruturas de formação profissional consideradas estruturantes à luz da estratégia regional.

Ação 7.3 | Qualificação da rede de equipamentos e serviços de promoção do desenvolvimento social

Descrição:

Entre as tipologias apoiadas destacam-se: equipamentos desportivos, equipamentos polivalentes, equipamentos sociais (creches, lares de infância e juventude, centros de dia, lares de idosos, serviços de apoio domiciliário, centro de atividades ocupacionais, lares residenciais, residências autónomas e unidades de cuidados continuados, entre outros) e equipamentos públicos específicos que concorram para requalificar o património e/ou para a regeneração de centros urbanos (incluindo intervenções no edificado e condições de acolhimento dos utentes, equipamento, serviços de transporte e formação).

Ação 7.4 | Contratos Locais de Desenvolvimento Social

Descrição:

Projetos integrados e interdisciplinares de combate à pobreza e exclusão social em territórios deprimidos, incluindo ações nos domínios do emprego, formação e qualificação, intervenção familiar e parental, capacitação da comunidade e das instituições, entre outras.

Ação 7.5 | Apoio a o empreendedorismo e à criação do próprio emprego

Descrição:

Entre as tipologias apoiadas destacam-se: apoios à contratação, à criação do próprio emprego por beneficiários das prestações de desemprego e a outras iniciativas locais de emprego; apoio a estágios profissionais e formação profissional facilitadora da integração no mercado de jovens que abandonaram precocemente os sistemas de educação, desempregados de longa duração e outros grupos de risco.

Ação 7.6 | Apoio ao envelhecimento ativo e saudável

Descrição:

Projetos integrados e interdisciplinares de promoção da qualidade de vida e autonomia da população idosa, incluindo ações nos domínios da saúde, desporto, emprego, alfabetização, formação, ocupação dos tempos livres e turismo, mobilidade, acessibilidade, entre outros.

Parceiros:

✓ CIM, municípios, organismos e serviços do ministério da tutela e outros organismos desconcentrados da administração central, associações de desenvolvimento local, entidades do terceiro setor.

IE 08: Desenvolvimento urbano sustentável

Descrição:

A iniciativa estruturante visa:

- Promover operações integradas de desenvolvimento urbano sustentável, em áreas urbanas cuja dimensão populacional e económica, à escala da região de Coimbra, justifique uma forte concentração dos investimentos na promoção do emprego, do acesso a equipamentos e serviços públicos, da melhoria da mobilidade e da eficiência energética e do ambiente urbano, contribuindo para o reforço da qualidade de vida e da atratividade urbana;
- Reforçar a rede urbana regional - numa lógica de complementaridade entre centros urbanos principais e complementares - e a coesão territorial, através de intervenções de requalificação urbana que contribuam para a valorização económica e social do património, do equipamentos e dos espaços públicos;
- Melhorar o ambiente urbano.

Ação 8.1 | Fecho de redes de abastecimento e saneamento de água

Descrição:

Construção de infraestruturas.

Ação 8.2 | Reabilitação de ativos nas redes de distribuição e drenagem e controle de perdas

Descrição:

Entre as tipologias apoiadas destacam-se: expansão e requalificação de infraestruturas, sistemas de diagnóstico e redução de perdas.

Ação 8.3 | Recuperação, expansão e valorização de sistemas e estruturas ecológicas urbanas

Descrição:

Entre as tipologias apoiadas destacam-se: criação/requalificação de parques urbanos, corredores verdes e outros espaços verdes urbanos, requalificação de frentes ribeirinhas em áreas urbanas.

Ação 8.4 | Reforço das redes de recolha seletiva existentes; otimização e reforço das infraestruturas de triagem multimaterial

Descrição:

Entre as tipologias apoiadas destacam-se: intervenções nas redes de recolha seletiva, incluindo a diversificação de modos de recolha e resíduos recolhidos seletivamente, instalação de sistemas de informação associados às redes de recolha e promoção da reciclagem.

Ação 8.5 | Ações de promoção da eficiência energética e de apoio à utilização de energias renováveis no setor da habitação social

Descrição:

Entre as tipologias apoiadas destacam-se: aquisição e substituição de equipamentos de climatização (incluindo instalação de coletores solares térmicos), intervenções na envolvente dos edifícios (colocação de isolamento, instalação de dispositivos de sombreamento, substituição de janelas), auditorias energéticas e campanhas de sensibilização e comunicação.

Ação 8.6 | Qualificação do espaço público, incluindo melhoria da eficiência energética

Descrição:

Qualificação do espaço e equipamentos públicos, incluindo intervenções no edificado e nos acessos, ações de melhoria da eficiência energética, de melhoria dos serviços prestados, de disseminação da utilização das TIC e de redes de comunicação de banda larga.

Parceiros:

✓ CIM, municípios, organismos e serviços do ministério da tutela e outros organismos desconcentrados da administração central.

IE 09: Mobilidade e logística

Descrição:

A iniciativa estruturante visa:

- Melhorar a as infraestruturas e os transportes regionais, sobretudo nas áreas mais periféricas da região que permanecem com graves défices de acessibilidade;
- Concluir os eixos estruturantes e plataformas logísticas considerados estratégicos ao nível regional; melhorando a acessibilidade externa;
- Melhorar a acessibilidade urbana e nos territórios envolventes, contribuindo para afirmar o principal subsistema urbano da região como uma área metropolitana dotada das condições necessárias para a mobilidade dos fluxos de residentes, trabalhadores e visitantes;
- Reforçar a intermodalidade entre os diferentes modos de transporte e apoiar o desenvolvimento de modos e meios de transporte mais sustentáveis, tanto em áreas urbanas como rurais.

Sendo o domínio da mobilidade e acessibilidades um dos mais evidenciam fortes desigualdades intra-regionais - que ameaçam a coesão territorial e a qualidade de vida das comunidades e cuja superação exige uma lógica de partilha de custos e benefícios assente na solidariedade entre as autarquias - justifica-se também um foco na elaboração de planos e estudos de mobilidade numa lógica regional.

Ação 9.1 | Elaboração de planos de mobilidade municipais ou intermunicipais.

Descrição:

Planos e estudos intermunicipais estratégicos de transporte e mobilidade, que promovam a racionalização das redes e do sistema de transportes numa lógica regional e, em última instância, a otimização dos investimentos e custos de exploração e a melhoria do conforto e tempos de deslocação.

Ação 9.2 | Projetos de proximidade de reabilitação ou requalificação da rede rodoviária e do tipo "last-mile" que eliminem constrangimentos existentes na ligação dos nós secundários e terciários da rede rodoviária à rede principal e RTE-T.

Descrição:

Construção/beneficiação de itinerários complementares, troços da rede viária nacional e regional, troços da rede municipal e de eixos supramunicipais e de variantes a centros urbanos que contribuam para organizar uma rede local de itinerários estruturantes.

Ação 9.3 | Projetos que promovam o desenvolvimento, a competitividade, a reabilitação, a segurança, a sustentabilidade económica e ambiental, a interoperabilidade e intermodalidade dos sistemas e infraestruturas de transportes ferroviário pesado e ligeiro.

Descrição:

Construção/beneficiação de sistemas ferroviários ligeiros e pesados (incluindo estudos/planos, equipamento e material circulante, sistemas de gestão e informação).

Ação 9.4 | Projetos que promovam o desenvolvimento, a competitividade, a reabilitação, a segurança, a sustentabilidade económica e ambiental, a interoperabilidade, intermodalidade e acesos dos sistemas e infraestruturas de transportes e logística nos domínios: i. Marítimo-portuário e fluvial; ii. Autoestradas do Mar; iii. Plataformas logísticas multimodais

Descrição:

Intervenções em portos e plataformas logísticas e construção/beneficiação da rede secundária de aeródromos (incluindo intervenções nas acessibilidades a infraestruturas portuárias, aeroportuárias e logísticas e a áreas de concentração industrial e empresarial).

Ação 9.5 | Promoção da mobilidade inteligente e sustentável

Descrição:

Entre as tipologias apoiadas destacam-se: centros coordenadores de transporte e parques de estacionamento que favoreçam a intermodalidade, redes de ecopistas e ciclovias, transporte coletivo (incluindo renovação do material de transporte), sistemas de controlo de tráfego rodoviário e de informação aos condutores e passageiros.

Parceiros:

✓ CIM, municípios, organismos e serviços do ministério da tutela e outros organismos desconcentrados da administração central, Estradas de Portugal, REFER, Administração do Porto da Figueira da Foz.

IE 10: Modernização e eficiência administrativa

Descrição:

A iniciativa estruturante visa a racionalização dos modelos de organização e gestão da administração pública, através de intervenções de simplificação, desmaterialização e integração em rede de processos, contribuindo para uma maior proximidade entre cidadãos e administração pública, redução de custos e melhoria do atendimento.

Ação 10.1 | Melhoria da eficiência interna e a capacidade institucional da Administração Pública, enquanto elementos de suporte à implementação de melhores respostas às necessidades de cidadãos e empresas

Descrição:

Entre as tipologias apoiadas destacam-se: criação /qualificação de balcões de atendimento único, organização e integração transversal de serviços administrativos, racionalização e simplificação organizacional, reengenharia de processos.

Ação 10.2 | Apoio à promoção de uma administração e serviços públicos em rede

Descrição:

Entre as tipologias apoiadas destacam-se: soluções de interoperabilidade e comunicação integrada entre os vários sistemas de informação da Administração Pública, disponibilização de serviços com recurso a tecnologias multi-canal, desmaterialização de processos.

Ação 10.3 | Capacitação institucional de parcerias territoriais de apoio ao desenvolvimento

Descrição:

Entre as tipologias apoiadas destacam-se: aquisição de apoio técnico à coordenação, dinamização, execução e acompanhamento do plano de ação territoriais e setoriais, aquisição de equipamentos, formação, estudos.

Parceiros:

✓ CIM, municípios, organismos e serviços do ministério da tutela e outros organismos desconcentrados da administração central.

Articulação das iniciativas estruturantes do plano de ação com os eixos prioritários do PAR da região Centro e com as prioridades de investimento do QEC

Na base da construção do plano de ação – das iniciativas estruturantes e respetivas ações – está, em primeiro lugar, um vasto trabalho de diagnóstico das opções fundamentais de desenvolvimento territorial para a região de Coimbra e dos *inputs* dados pelas entidades públicas e privadas que foram auscultadas; em segundo lugar, uma avaliação do enquadramento das iniciativas nos 11 objetivos temáticos e nas 57 prioridades definidas na arquitetura e orientações previstas para o novo período de programação; e por último, uma análise do Plano de Ação Regional do Centro, garantindo a adequação, coerência e compatibilidade das iniciativas estruturantes com a estratégia de desenvolvimento do Centro, conduzindo a um maior sentido de apropriação dos objetivos para a região centro pelos stakeholders da região de Coimbra.

Deste modo, apresenta-se, seguidamente a articulação entre o conjunto das iniciativas estruturantes e os eixos estratégicos do Plano de Ação Regional da Região Centro, (CRER-2020) e, ainda as prioridades de investimento dos FEEI a mobilizar em cada uma das iniciativas estruturantes deste plano de desenvolvimento.

Quadro 19.
Das áreas de intervenção prioritárias às iniciativas estruturantes

Iniciativas Estruturantes do Plano Estratégico	Plano de Ação Regional do Centro Eixos de atuação				
	Eixo 1	Eixo 2	Eixo 3	Eixo 4	Eixo 5
IE01: Promoção das energias renováveis e da eficiência energética					✓✓✓
IE02: Proteção, qualificação, valorização e ordenamento dos recursos ambientais, agrícolas e florestais			✓✓		✓✓✓
IE03: Qualificação das atividades em meio rural e valorização dos produtos endógenos			✓✓✓	✓✓	
IE04: Região de Coimbra, destino turístico				✓✓	
IE05: Região de Coimbra, pólo de inovação e I&DT	✓✓✓	✓✓✓			
IE06: Promoção de novos modelos competitivos, da internacionalização do tecido empresarial e da criação de emprego		✓✓✓			
IE07: Inclusão social, equidade no acesso aos serviços públicos e redução da pobreza			✓✓✓	✓✓✓	
IE08: Desenvolvimento urbano sustentável			✓✓	✓✓✓	
IE09: Mobilidade e logística				✓✓	
IE10: Modernização e eficiência administrativa		✓✓✓		✓✓	

Eixo 1 - Promover a internacionalização da economia regional e a afirmação de um tecido económico resiliente, industrializado, inovador e qualificado
Eixo 2 - Reforçar o potencial humano e a capacitação institucional das entidades regionais
Eixo 3 – Fortalecer a coesão social e territorial, potenciando a diversidade e os recursos endógenos
Eixo 4 – Consolidar a atratividade e a qualidade de vida nos territórios
Eixo 5 – Afirmar a sustentabilidade dos recursos

✓✓✓: contributo forte; ✓✓: contributo relevante

Quadro 20.
Articulação entre as iniciativas e ações estruturantes e as prioridades de investimento do QEC 2014-2020

Iniciativas Estruturantes	Ações	Prioridades de Investimento
IE01: Promoção das energias renováveis e da eficiência energética	Ação 1.1 - Produção de energia a partir de fontes renováveis associadas a tecnologias emergentes ou pouco disseminadas	4.1,4.2, 4.3
	Ação 1.2 - Promoção da eficiência energética e apoio à implementação de energias renováveis em infraestruturas públicas.	
	Ação 1.3 - Apoio a sistemas energeticamente eficientes e a tecnologias de produção de energia de base renovável para autoconsumo das empresas	
	Ação 1.4 - Ações de promoção da eficiência energética e de apoio à utilização de energias renováveis no setor da habitação particular	
IE02: Proteção, qualificação, valorização e ordenamento dos recursos ambientais, agrícolas e florestais	Ação 2.1 - Apoio à instalação de redes de defesa da floresta contra incêndios	5.2,5.4 6.91(FEADER)
	Ação 2.2 - Atualização dos sistemas de informação sobre o património natural, incluindo cadastro	
	Ação 2.3 - Infraestruturas e equipamentos para a gestão de riscos múltiplos no âmbito do sistema nacional de proteção civil	
	Ação 2.4 - Intervenções para a redução do risco associado à erosão costeira	
	Ação 2.5 - Dinamização económica das áreas classificadas, através da avaliação, requalificação e valorização dos ecossistemas e dos seus serviços	
	Ação 2.6 - Restaurar, preservar e melhorar os ecossistemas ligados à agricultura e à silvicultura (FEADER)	
IE03: Qualificação das atividades em meio rural e valorização dos produtos endógenos	Ação 3.1 - Apoio a estratégias específicas de valorização económica de recursos endógenos em territórios de baixa densidade	8.9,8.6, 9.6 e 9.10
	Ação 3.2 - Desenvolvimento local de base comunitária	
IE04: Região de Coimbra, destino turístico	Ação 4.1 - Desenvolvimento de projetos de animação e programação cultural com potencial de captação de fluxos turísticos;	6.3,1.1,1.2
	Ação 4.2 - Organização e promoção de eventos culturais com impacto internacional	
	Ação 4.3 - Promoção turística de territórios de elevado valor natural, cultural e paisagístico;	
	Ação 4.4 - Valorização e promoção de bens histórico-culturais com elevado interesse turístico (e.g. monumentos, museus);	

Iniciativas Estruturantes	Ações	Prioridades de Investimento
IE05: Região de Coimbra, pólo de inovação e I&DT	Ação 5.1 - Capacitação, dinamização e consolidação das infraestruturas I&D	1.1,1.2
	Ação 5.2 - Programas de Ciência e Tecnologia de interesse estratégico, incluindo projetos de I&D alinhados com os domínios e prioridades da especialização inteligente	
	Ação 5.3 - Valorização económica dos resultados da investigação	
	Ação 5.4 - Apoio a projetos de I&D por parte de empresas (incluindo com envolvimento de outras entidades do sistema nacional de I&D)	
	Ação 5.5 - Apoio à coordenação e gestão de parceria de estratégias de eficiência coletiva	
IE06: Promoção de novos modelos competitivos, da internacionalização do tecido empresarial e da criação de emprego	Ação 6.1 - Apoio à capacitação, consolidação e expansão das infraestruturas de incubação e acolhimento empresarial	3.1,3.2,10.4, 3.91(FEADER)
	Ação 6.2 - Apoio a projetos de empreendedorismo qualificado e criativo	
	Ação 6.3 - Apoio a projetos de investimento produtivo de natureza inovadora, de qualificação das estratégias e de reforço das capacidades de gestão das PME	
	Ação 6.4 - Melhoria do desempenho económico, facilitação da reestruturação e modernização das explorações agrícolas (FEADER)	
	Ação 6.5 - Formação profissionalizante	
IE07: Inclusão social, equidade no acesso aos serviços públicos e redução da pobreza	Ação 7.1 - Infraestruturas e equipamentos de saúde	8.3,8.8,9.1, 9.4,9.7, 10.1, 10.5
	Ação 7.2 - Rede de equipamentos do ensino pré-escolar, infraestruturas prioritárias e apetrechamento das Redes do ensino básico, secundário e de formação profissional	
	Ação 7.3 - Qualificação da rede de equipamentos e serviços de promoção do desenvolvimento social	
	Ação 7.4 - Contratos Locais de Desenvolvimento Social	
	Ação 7.5 - Apoio a o empreendedorismo e à criação do próprio emprego	
	Ação 7.6 - Apoio ao envelhecimento ativo e saudável	
IE08: Desenvolvimento urbano sustentável incluindo eficiência energética	Ação 8.1 - Fecho de redes de abastecimento de água e saneamento	6.1 6.2 6.5
	Ação 8.2 - Reabilitação de ativos nas redes de distribuição e drenagem e redução e controle das perdas	
	Ação 8.3 - Recuperação, expansão e valorização de sistemas e	

Iniciativas Estruturantes	Ações	Prioridades de Investimento
	estruturas ecológicas urbanas	
	Ação 8.4 - Reforço das redes de recolha seletiva existentes; otimização e reforço das infraestruturas de triagem multimaterial	
	Ação 8.5 - Qualificação do espaço público	
	Ação 8.6 - Ações de promoção da eficiência energética e de apoio à utilização de energias renováveis no setor da habitação social	
IE09: Mobilidade e logística	Ação 9.1 - Elaboração de planos de mobilidade municipais ou intermunicipais	4.5,7.2,7.3, 7.4
	Ação 9.2 - Projetos de proximidade de reabilitação ou requalificação da rede rodoviária e do tipo "last-mile" que eliminem constrangimentos existentes na ligação dos nós secundários e terciários da rede rodoviária à rede principal e RTE-T	
	Ação 9.3 - Projetos que promovam o desenvolvimento, a competitividade, a reabilitação, a segurança, a sustentabilidade económica e ambiental, a interoperabilidade e intermodalidade dos sistemas e infraestruturas de transportes ferroviário pesado e ligeiro	
	Ação 9.4 - Projetos que promovam o desenvolvimento, a competitividade, a reabilitação, a segurança, a sustentabilidade económica e ambiental, a interoperabilidade, intermodalidade e acesos dos sistemas e infraestruturas de transportes e logística nos domínios: i. Marítimo-portuário e fluvial; ii. Autoestradas do Mar; iii. Plataformas logísticas multimodais	
	Ação 9.5 - Promoção da mobilidade inteligente e sustentável	
IE10: Modernização e eficiência administrativa	Ação 10.1 - Melhoria da eficiência interna e a capacidade institucional da Administração Pública, enquanto elementos de suporte à implementação de melhores respostas às necessidades de cidadãos e empresas	2.3, 11.2
	Ação 10.2 - Apoio à promoção de uma administração e serviços públicos em rede	
	Ação 10.3 - Capacitação institucional de parcerias territoriais de apoio ao desenvolvimento	

Modelo de governação

5. Modelo de Governação

O processo de construção da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da Região de Coimbra internalizou, desde o início da sua conceção, objetivos de envolvimento dos cidadãos no diagnóstico das forças, fraquezas, oportunidades e ameaças com que o território se confronta e na construção das linhas de orientação estratégica e das soluções operacionais que devem ser implementadas.

A construção de um modelo de governação em que os atores públicos e privados são corresponsabilizados na decisão e execução constitui um dos principais fatores críticos de sucesso da implementação da estratégia regional definida. De fato, reconhece-se que a concretização de uma estratégia de desenvolvimento pressupõe não só um compromisso de médio e longo prazo em torno de uma visão de futuro e de um plano de ação, mas também de um processo de participação e governação, clara sobre as diferentes responsabilidades, funções de gestão, recursos a mobilizar e resultados a alcançar e partilhada pelos diferentes stakeholders, em função da repartição dos custos e benefícios.

As orientações nacionais e comunitárias para este período de programação estrutural são claras - o desenvolvimento tem de ser direcionado para o território/comunidade e a sua governança deve ser alargada a diferentes atores, com o objetivo de:

- ✓ Incentivar as comunidades locais a desenvolver abordagens integradas participativas sempre que exista a necessidade de dar resposta a desafios territoriais e locais que impliquem uma alteração estrutural;
- ✓ Incentivar a inovação (incluindo inovação social), o empreendedorismo e a capacidade de mudança estimulando o desenvolvimento e a descoberta de potencial inexplorado no âmbito das comunidades e dos territórios;
- ✓ Promover a participação das comunidades e desenvolver o sentido de envolvimento e propriedade que possa aumentar a eficácia das políticas públicas;
- ✓ Apoiar a governação multiníveis, abrindo caminho à total participação das comunidades locais no desenvolvimento da implementação de objetivos da UE.

Neste contexto a lei nº 75/2013 veio reforçar as NUTS III como espaço territorial pertinente para o desenvolvimento de políticas públicas, enumerando as seguintes competências:

- ✓ Promoção do planeamento e da gestão da estratégia de desenvolvimento económico, social e ambiental do território abrangido;
- ✓ Articulação dos investimentos municipais de interesse intermunicipal;
- ✓ Participação na gestão de programas de apoio ao desenvolvimento regional, designadamente no âmbito do QREN;
- ✓ Planeamento das atuações de entidades públicas, de caráter supramunicipal.

Também no âmbito da Lei nº 75/2013 se encontra definido o Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal enquanto órgão de natureza consultiva destinado ao apoio ao processo de decisão dos restantes órgãos da comunidade intermunicipal: "*O Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal é constituído por representantes das instituições, entidades e organizações com relevância e intervenção no domínio dos interesses intermunicipais. Compete ao Conselho Intermunicipal deliberar sobre a composição em concreto do Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal*".

O Acordo de Parceria entre Portugal e a Comissão Europeia para este período de programação sublinha a relevância da dimensão territorial da Política de Coesão da União Europeia, e, consequentemente, de um modelo de governação das Abordagens Integradas de Desenvolvimento Territorial que garanta a implicação direta das entidades sub-regionais e das autoridades regionais, e locais, no planeamento e na execução dos programas, iniciativas e projetos relevantes.

O Acordo de Parceria reflete, naturalmente, o novo quadro legislativo, reconhecendo que "*os novos desafios colocados ao nível sub-regional no horizonte 2020 em áreas como a valorização dos recursos estratégicos do território, a sustentabilidade energética, a promoção de uma sociedade mais inclusiva, ou da eficiência e racionalização dos serviços coletivos intermunicipais, tornam indispensável reforçar quer a escala de intervenção territorial (para além da lógica estritamente municipal), quer o grau de parceria entre o poder local, o associativismo empresarial e o sistema científico e tecnológico, para poder intervir de forma mais eficaz nos domínios chave do desenvolvimento e da coesão territorial*."

O Acordo de Parceria, que Portugal propõe à Comissão Europeia, define um conjunto de princípios e pressupostos em matéria de abordagem integrada para o desenvolvimento territorial de que se destacam:

- ✓ A implicação direta das entidades sub-regionais e das autoridades regionais, e locais, no planeamento e na execução dos programas, iniciativas e projetos relevantes;
- ✓ O reforçar da escala de intervenção territorial e do grau de parceria entre o poder local, o associativismo empresarial e o sistema científico e tecnológico, para poder intervir de forma mais eficaz nos domínios-chave do desenvolvimento e da coesão territorial;
- ✓ O alinhamento da territorialização das políticas públicas com a organização territorial do Estado;
- ✓ A escala das NUTS III como referência para assegurar a coerência estratégica das intervenções de base territorial.

O modelo de governação definido para a EIDT da Região de Coimbra e apresentado nos pontos seguintes procura incorporar esta nova filosofia de territorialização das políticas públicas e as respetivas orientações operacionais acima referidas.

Modelo de gestão e organização

O **modelo de governação** a instituir e a consequente garantia de implementação de mecanismos de representatividade dos diversos atores regionais com intervenção complementar na condução dos destinos da região e na materialização do sentido a atribuir ao desenvolvimento pretendido para a região, nomeadamente, de acordo com os indicadores de monitorização e acompanhamento definidos, ganham uma relevância formal, que importa acautelar, numa órgão estratégico de concertação e articulação do desenvolvimento da Região de Coimbra.

A construção de um quadro estratégico sub-regional claro, devidamente articulado com a estratégia regional dinamizada pelas CCDR, que garanta a coerência das intervenções independentemente da forma como são implementadas, configura, portanto, um contributo muito relevante para o reforço da dimensão territorial da Estratégia Europa 2020, identificando-se no Acordo de Parceira um conjunto alargado de áreas de intervenção das CIM:

- ✓ Investimentos Territoriais Integrados - Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial – direcionados para a produção de resultados significativos nos domínios da

coesão, emprego e sustentabilidade territorial. Estes pactos dirigem-se a promover a concertação estratégica e operacional entre parceiros públicos, privados e associativos, de base territorial e/ou temática, e a sua concretização em territórios correspondentes a NUTS III (ou agrupamentos de NUTS III contíguas) potencia as soluções de governação aí instituídas, sob a liderança das CIM mas envolvendo vários stakeholders, assumindo-se como uma estratégia territorial "sem fronteiras entre concelhos", visando a coordenação, cooperação e concertação de iniciativas de âmbito intermunicipal.

- ✓ Os ITI serão complementados por operações de valorização da estrutura urbana e de promoção da atratividade e da competitividade das cidades, através de intervenções de apoio à utilização da eficiência energética e das energias renováveis no setor da habitação social e de regeneração física, económica e social das comunidades e das zonas urbanas desfavorecidas, operacionalizadas através de um Instrumento de Engenharia Financeira.
- ✓ Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC) com o objetivo de promover em territórios específicos (territórios urbanos desfavorecidos e em territórios rurais ou costeiros economicamente fragilizados e de baixa densidade populacional) a concertação estratégica e operacional entre parceiros, focalizada no empreendedorismo, "dando resposta aos elevados níveis de desemprego e aos crescentes índices de pobreza, através da dinamização económica local, da revitalização dos mercados locais e da sua articulação com territórios mais amplos e, em geral, da diversificação das economias locais, do estímulo à inovação social". As DLBC serão dinamizadas por Grupos de Ação Local (GAL) que deverão apresentar estratégias de desenvolvimento local (EDL) e os correspondentes programas de ação. As CIM, enquanto responsáveis pela estratégia de desenvolvimento à escala das NUTS III serão ouvidas no âmbito do processo de seleção das EDL.
- ✓ Pactos Territoriais para a Empregabilidade visando uma melhor adequação das medidas ativas de emprego e formação profissional e desenvolvidos pelas CIM com o envolvimento do IEFP, Gabinetes de Inserção Profissional, entidades formadoras, associações empresariais, entidades empregadoras (privadas e do terceiro setor), sindicatos e associações de desenvolvimento local/regional.
- ✓ Contratos Locais de Desenvolvimento Social, que apesar de apresentar características distintas dos anteriores, "desempenha um papel central na resposta integrada às necessidades específicas das zonas geográficas mais afetadas pela pobreza", reconhecendo a relevância da abordagem multidimensional e territorializada da intervenção social.

  O quadro estratégico sub-regional, dinamizado pelas CIM, deverá igualmente ser tido em conta no âmbito dos mecanismos de governação associados à estratégias de especialização inteligente regionais ou no âmbito dos mecanismos de ponderação do mérito regional dos incentivos a PME.

É neste quadro que a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial tem como órgão central de governação de natureza estratégica (ver figura seguinte) o **Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal da Região de Coimbra (CEDI)**, previsto na lei nº 75/2013, composto pelos agentes económicos e sociais representativos da região, onde se incluem representantes das seguintes entidades:

- ✓ Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro
- ✓ Universidade de Coimbra
- ✓ Instituto Politécnico de Coimbra
- ✓ Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra
- ✓ Instituto Pedro Nunes

- ✓ Centro Distrital do Instituto de Segurança Social
- ✓ Direção Regional de Agricultura e Pescas
- ✓ Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas
- ✓ Administração Regional de Saúde do Centro
- ✓ Direção Regional de Cultura do Centro
- ✓ Serviços do Centro da Direção Geral de Estabelecimentos Educativos
- ✓ Turismo Centro de Portugal
- ✓ Delegação Regional do Centro do Instituto do Emprego e Formação Profissional
- ✓ Direção Regional da Administração da Região Hidrográfica do Centro
- ✓ Conselho Empresarial do Centro
- ✓ Direção Regional IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação
- ✓ Direção Regional do Instituto Português do Desporto e da Juventude
- ✓ Administração do Porto da Figueira da Foz
- ✓ União das Misericórdias Portuguesas
- ✓ União para as Instituições Particulares de Solidariedade Social
- ✓ Cáritas Diocesana de Coimbra
- ✓ Comando Distrital da Polícia de Segurança Pública de Coimbra
- ✓ Comando Territorial da Guarda Nacional Republicana
- ✓ Comando Distrital de Operações de Socorro de Coimbra
- ✓ Associação Beneficiários da Obra de Fomento Hidroagrícola do Baixo Mondego
- ✓ Associação Nacional de Escolas Profissionais
- ✓ ADICES - Associação de Desenvolvimento Local
- ✓ Associação de Desenvolvimento de Góis e da Beira Serra
- ✓ Associação de Desenvolvimento Local da Bairrada e Mondego
- ✓ Associação Terras de Sicó - Associação de Desenvolvimento
- Associação de Desenvolvimento do Ceira e Dueça

O Conselho Estratégico, numa composição alargada, que incluirá igualmente a totalidade dos presidentes de Câmara integrantes da CIM da Região de Coimbra, reunirá, para este efeito, pelo menos uma vez por ano. Compete ao CEDI fazer a monitorização da Estratégia, avaliar o seu cumprimento e a consecução dos objetivos e metas pré-definidos, articular/integrar intervenções no sentido de obter/reforçar sinergias e formular recomendações no sentido de reforçar a eficácia dos recursos financeiros existentes.

O Conselho Estratégico assume, responsabilidades que transcendem a de um mero órgão consultivo colocando-o no topo da estrutura de governação da Estratégia e atribuindo-lhe funções de supervisão, de articulação e de controlo da implementação da EIDT.

Para garantir a funcionalidade e a eficácia de atuação deste órgão será constituída uma Comissão de Gestão a quem compete dinamizar e operacionalizar as iniciativas estruturantes a desenvolver e que integrará os seguintes elementos:

- ✓ Presidente e Vice-presidentes da CIM;
- ✓ Secretário Executivo da CIM;
- ✓ Entidade do domínio da competitividade e internacionalização;
- ✓ Entidade do domínio do sistema científico e tecnológico nacional;
- ✓ Entidade do domínio da inclusão social;
- ✓ Entidade representante das várias DLBC da região;
- ✓ Entidade representante da administração central desconcentrada.

Prevê-se igualmente a criação de uma rede de grupos temáticos de acompanhamento ligados aos eixos estratégicos e iniciativas estruturantes, em que se concretiza a Estratégia Integrada de Desenvolvimento e que acompanharão mais de perto as realizações e

resultados atingidos. Estes grupos serão constituídos pelos membros do CEDI competentes em cada domínio temático da estratégia, designadamente as entidades responsáveis pelas políticas ou por investimentos ou ações relevantes nas respetivas áreas de intervenção. Estes grupos serão coordenados por um elemento da Comissão de Gestão e integram o Secretário Executivo da CIM.

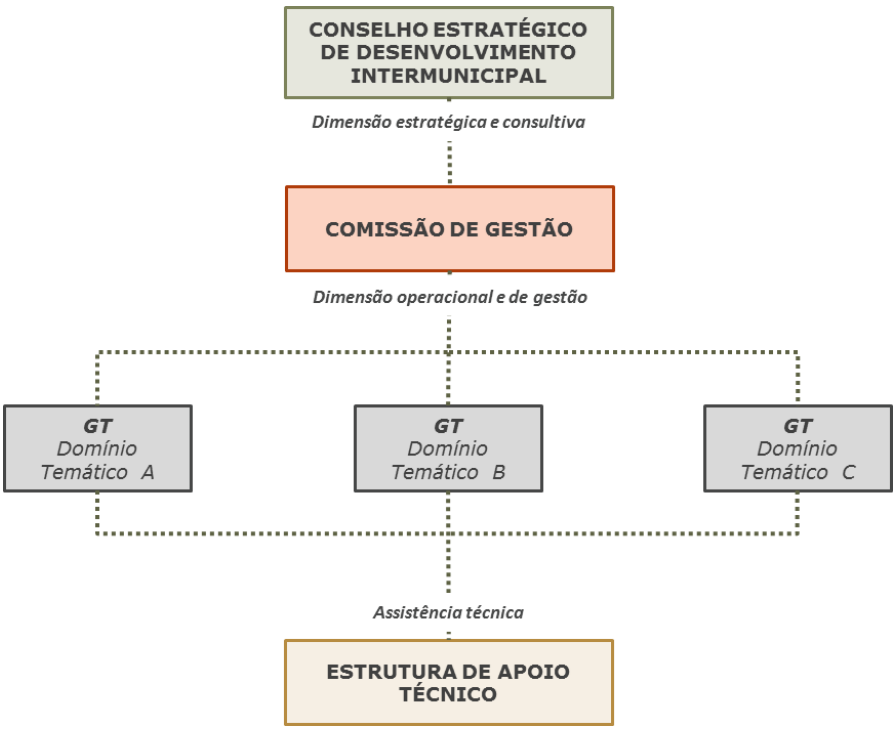
Os grupos temáticos poderão ainda envolver outros atores convidados, a título permanente ou temporário, de forma a assegurar maior representatividade e capacidade de atuação a cada grupo. A missão destes grupos temáticos não é apenas a de monitorizar a aplicação das políticas e os investimentos em cada área temática; pede-se-lhes uma abordagem proactiva de contacto com os promotores, de promoção das iniciativas estruturantes e de estímulo a novas realizações complementares ou sinérgicas relativamente às previstas na Estratégia.

Estes grupos temáticos deverão reunir no mínimo semestralmente e carrear informações e os resultados das suas análises e reflexões ao Conselho Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal.

A elaboração de um regulamento interno permitirá organizar o funcionamento do CEDI para efeitos de monitorização da Estratégia, bem como da definição da rede de grupos temáticos e respetiva composição e, ainda, as responsabilidades de cada um dos participantes.

O apoio logístico, técnico e administrativo aos trabalhos do Conselho Estratégico e dos grupos temáticos será assegurado pelo Secretariado Executivo Intermunicipal da CIM de Coimbra.

Figura 7. Modelo de Governação da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial



Este modelo de governação concebido para EIDT deverá servir de base para os modelos de gestão e coordenação dos diversos instrumentos de pública que vierem a ser

implementados, designadamente para o Investimento Territorial Integrado (ITI), bem como para a articulação com as diversas DLBC.

Recursos humanos e materiais e competências

A Estrutura de Apoio Técnico a constituir no seio da CIM Coimbra terá funções de apoio técnico, administrativo e logístico tanto em relação à monitorização da Estratégia como, em moldes mais operacionais, à implementação da futura ITI a contratualizar com os programas operacionais relevantes.

No quadro da monitorização da Estratégia, prevê-se alocar dois técnicos superiores de formação económica e um técnico auxiliar à conceção e construção do sistema de informação de suporte com a montagem de uma base de dados e recolha periódica de informação sobre a evolução socioeconómica da sub-região – designadamente estabelecendo as necessárias ligações com o INE e com outras instituições nacionais ou regionais produtoras de informação relevante – e sobre as ações e investimentos em curso na região – para o que se socorrerá nomeadamente das redes de grupos de trabalho temáticos e entidades neles representadas.

Estes técnicos deverão também dar apoio ao Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal, tanto logístico no que respeita às suas reuniões e à gestão da rede de grupos temáticos e instituições envolvidas na EIDT como na elaboração do Relatório anual de monitorização da EIDT.

Mecanismos de acompanhamento, monitorização e autoavaliação

A implementação da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da Região de Coimbra implica a montagem de um sistema de monitorização adequado à verificação periódica das realizações concretizadas e dos progressos alcançados, à análise dos desvios e à formulação de correções de trajetórias e de medidas corretivas.

O sistema de monitorização prevê a definição do modelo de acompanhamento da evolução e dos resultados da EIDT, considerando o posicionamento da região e o seu contributo para as metas de Portugal no âmbito da Estratégia Europa 2020 e, em particular, da região Centro. Aqui se engloba o acompanhamento do sistema de indicadores de monitorização da estratégia regional previamente definidos e a análise da evolução da Região de Coimbra face às metas assumidas, relativizadas pela evolução global da região Centro e do País.

Este sistema de monitorização inclui:

- ✓ Preparação do Relatório Anual de Monitorização da EIDT, onde será analisada a evolução da região do ponto de vista da concretização dos objetivos fixados na estratégia e dos avanços em matéria de concretização do Plano de Ação e da montagem do sistema de operacionalização dos respetivos projetos estruturantes;
- ✓ Submissão do Relatório de Monitorização da EIDT a reunião do Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal, garantindo informação técnica a este órgão e suportando as deliberações e o sentido das prioridades de intervenção a assumir;
- ✓ Apresentação do relatório de Monitorização do EIDT em sessão pública, em moldes a definir com a CIM, dando continuidade ao objetivo de promoção do envolvimento e participação da comunidade alargada dos atores da região.

As análises do relatório anual de monitorização da EIDT tanto no seio do Conselho Estratégico como das sessões de discussão pública constituem momentos privilegiados de autoavaliação das entidades com maior responsabilidade no processo de desenvolvimento e de *empowerment* e acompanhamento ativo das populações da NUTS III.

Parcerias, redes e mecanismos de gestão

A parceria base da implementação da Estratégia é constituída pelos membros do Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal (CEDI) e do Conselho Intermunicipal que assim se constitui no órgão central de governação da Estratégia.

Este núcleo de parceiros estende-se depois a outras organizações e entidades da região através dos grupos temáticos de acompanhamento, que poderão abranger membros sem assento no Conselho Estratégico e também outras entidades como o Instituto Nacional de Estatística. Cria-se assim uma rede alargada de parceiros com intervenção ativa na implementação, monitorização e avaliação da Estratégia.

De uma forma genérica poderá dizer-se que este conjunto de parcerias é ainda complementado com a parceria direta com a população da NUTS III, visto que está prevista uma interação permanente com a Comunidade e os agentes económicos da região. A gestão deste conjunto de parcerias é feita por três vias:

- ✓ Ligação e apoio da Estrutura de Apoio Técnico ao Conselho Estratégico e grupos temáticos de acompanhamento e aos seus membros;
- ✓ Organização de sessões de debate com as populações envolvidas, designadamente com base no Relatório Anual de Monitorização da Estratégia;
- ✓ Constituição de uma plataforma digital *online* interativa, gerida por aquela Estrutura e Apoio Técnico, e alimentada por todos os contributos que tanto os parceiros nos diferentes órgãos como a população em geral queiram trazer para discussão, no âmbito da implementação da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial. A plataforma agrupará também toda a informação produzida no âmbito da governação da Estratégia bem como outra (dados estatísticos por exemplo) que possa ser recolhida e que com ela esteja relacionada.

A este conjunto de parcerias previstas para a monitorização da implementação da Estratégia associam-se ainda as que decorrerão da execução dos instrumentos de territorialização das politicas pública a desenvolver com o apoio dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento.

Anexos

A.1. Planeamento estratégico de base territorial: Princípios e orientações metodológicas

Planeamento e gestão estratégica de base territorial

O planeamento e gestão estratégica de base territorial[1] é um instrumento crucial no fomento da competitividade, da coesão e da afirmação dos territórios, pré-condições para a promoção de um desenvolvimento económico e social sustentado. A complexidade resultante da interação de fatores de índole variada (nomeadamente, globalização, demografia, ambiente, ordenamento, atratividade residencial e empresarial) coloca novos desafios que pressupõem decisões no presente com indubitável impacto no futuro.

A definição de uma visão para um território, da estratégia que a deverá materializar e do correspondente plano de ação que lhe dá corpo, num horizonte temporal relativamente longo, deve obedecer a um conjunto de princípios que integrem os avanços e ensinamentos recentes em matéria de planeamento e gestão estratégica de base territorial.

O planeamento e a gestão territorial devem ser entendidos como processos de promoção da participação e da concertação, partindo-se do reconhecimento da relevância que a "pessoa" (residente, empresário, visitante, entre outras entidades de relevância regional) possui na construção e concretização das estratégias de desenvolvimento territorial.

Na AM&A, o planeamento estratégico aplicado ao território é entendido como um processo de pensar e definir os futuros desejáveis e possíveis para um dado território e de procurar concertar as decisões e as iniciativas estruturantes que devem ser implementadas visando a melhoria do território objeto de estudo e de intervenção (Figura 8).

Figura 8. A dimensão prospetiva do planeamento estratégico de base territorial

Fonte: Augusto Mateus & Associados, Metodologia de abordagem de processos de planeamento de base territorial

A análise da evolução recente dos territórios permite compreender o seu posicionamento "hoje" e, partindo deste ponto, projetar trajetórias possíveis e prováveis aproximando-as, o mais possível, das trajetórias desejadas, por via de orientações estratégicas que pressuponham melhorias incrementais e/ou radicais nas diversas dimensões da vida económica e social do território.

[1] Neste ponto sistematiza-se os princípios e orientações metodológicas proposta pela equipa técnica

O **processo de reflexão estratégica** ganha neste contexto uma relevância decisiva, onde o observar, o compreender, o antecipar e o decidir se configuram em dimensões determinantes de forma a garantir que o processo de planeamento não seja um mero prolongamento dos dados do passado mas construído a partir de hipóteses tendo em vista um "futuro desejável". Esta **articulação entre prospetiva e planeamento** visa não confundir a formulação estratégica com um exercício dominado de forma mais ou menos unilateral pelo passado, pelo presente ou pelo futuro, até porque:

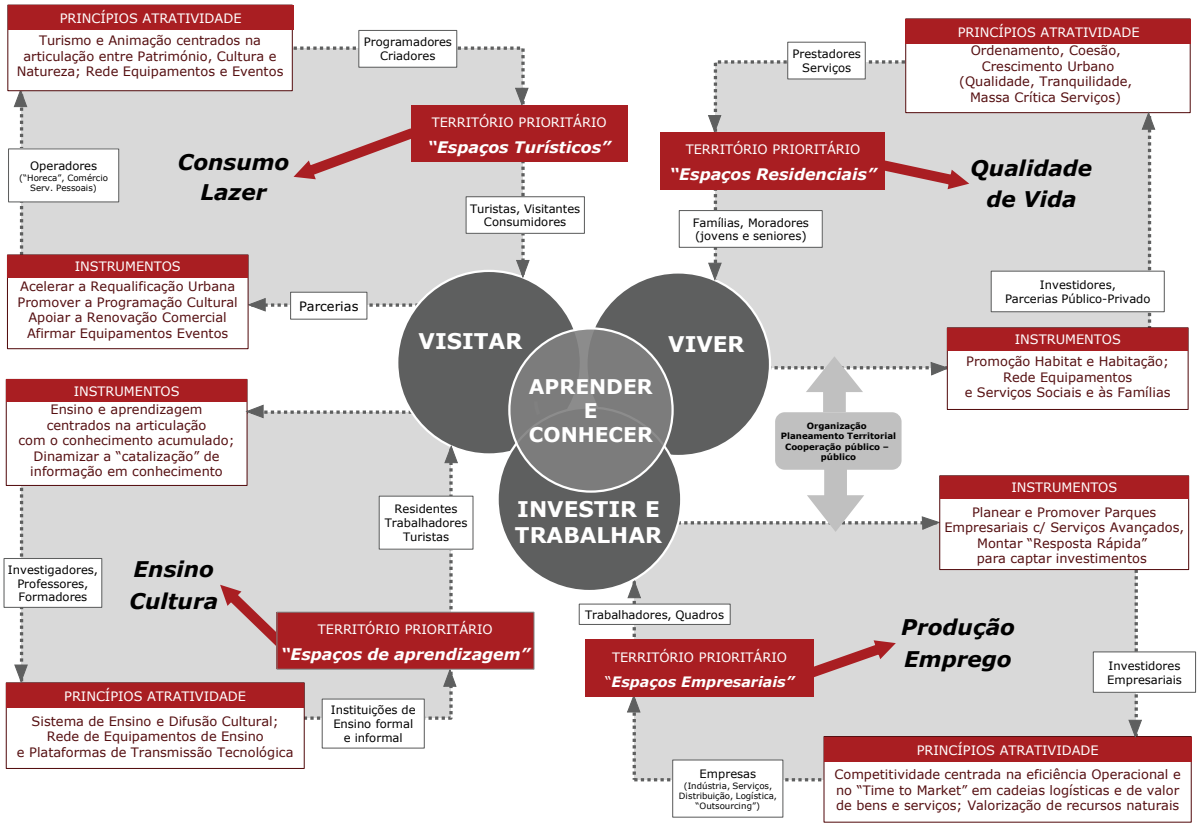
- ✓ As formulações estratégicas dominadas pelo passado, ou porque se limitam a enquadrar projetos e programas em curso, em preparação, ou extensões dos mesmos, ou porque se organizam sob motivações suscitadas por problemas ainda não resolvidos, por expetativas ainda não satisfeitas ou por objetivos ainda não concretizados, tendem a projetar o "passado" no "futuro", desvalorizando o "presente", com base no efeito de inércia.
- ✓ Este tipo de formulação estratégica, embora suscetível de obter forte popularidade e de passar por um exercício exequível e apoiado em dose generosa de "realismo" e "bom senso", representa, sempre, uma forma de "rendição" perante o risco da mudança, perante o desafio de encontrar novos objetivos e instrumentos para responder a velhos e novos problemas, configurando-se, como tentativas mais ou menos conseguidas de ajustamentos a modelos existentes ou pré-definidos.
- ✓ As formulações estratégicas dominadas pelo futuro, seja porque se polarizam em torno de elementos de inovação e mudança insuficientemente integrados em modelos sociais e organizacionais, seja porque se polarizam em torno de objetivos genéricos insuficientemente enraizados na natureza e caraterísticas dos agentes económicos, políticos e sociais concretos, tendem a procurar criar o "futuro" sem grande respeito pelo "passado" e pelo "presente", isto é, desvalorizando as especificidades dos caminhos e dos instrumentos concretos que os definem, caindo com facilidade numa espécie de projeto virtual.
- ✓ As formulações estratégicas deverão ter em conta não só "aquilo que se quer" mas também e, com a mesma importância, "aquilo que não se quer" e "o que se quer" para o território.

A interpenetração entre passado, presente e futuro, exige um equilíbrio pragmático entre modos de pensar e combinar fins e meios, nomeadamente os que permitem situar fronteiras rigorosas para as ambições (possível vs. necessário), resultados (cenários tendenciais vs. cenários contrastados) e para afinação dos mecanismos de transmissão (cadeias de influência "para trás" e "para a frente"), isto é, uma visão prospetiva para a ação ancorada numa identificação rigorosa das condicionantes relevantes.

A dimensão prospetiva no processo de planeamento estratégico tem ainda como objetivo aumentar o horizonte temporal das atividades de planeamento. O "esticar" dos horizontes temporais parece constituir um paradoxo quando confrontado com a expetativa dos atores se referirem a atividades de curto prazo. No entanto, não existe qualquer aspeto contraditório uma vez que a prospetiva territorial deve ser fomentada para permitir uma melhor reflexão sobre os futuros possíveis, a fim de alterar aquilo que se faz no presente para melhor. "A prospetiva regional procura fazer reajustamentos, no presente, para criar regiões mais ágeis no futuro".

A formulação estratégica corresponde, finalmente, ao desenvolvimento de uma análise completa, global, das diferentes dimensões da vida humana e social e das suas articulações com o território (viver, investir e trabalhar, aprender e conhecer, visitar).

Figura 9. Dimensões do território nas estratégias de desenvolvimento territorial



Fonte: Augusto Mateus & Associados, Metodologia de abordagem de processos de planeamento de base territorial

A metodologia operacional de elaboração dos Planos Estratégicos de Desenvolvimento Territorial 2014-2020

De uma forma geral a metodologia proposta para a elaboração de Planos Estratégicos de Desenvolvimento Territorial engloba três grandes fases – diagnóstico prospetivo (Fase 1), visão e estratégia (Fase 2) e programas temáticos (Fase 3) - não seguindo uma definição rígida e sequencial das etapas de trabalho, antes se apoiando, pelo contrário, num processo dinâmico e flexível como garantia da disponibilidade para, durante o tempo de elaboração do estudo, aperfeiçoar, corrigir e integrar elementos de diagnóstico, estratégicos e ações estruturantes (Figura 10).

Esta metodologia foi estruturada para permitir, em primeiro lugar, **transformar toda a informação disponível sobre o território**, dos dados estatísticos aos elementos recolhidos nas sessões de trabalho que se venham a realizar com os atores económicos, institucionais e sociais com intervenção no território, **em conhecimento** sobre os problemas, as necessidades e os desafios do território, no correspondente à fase do diagnóstico (Fase 1). Esta etapa permite construir um retrato e uma leitura abrangente do território e das suas especificidades, através de uma abordagem que segue propositadamente a preconizada pelas orientações emanadas a partir da Estratégia Europa 2020, que foca três óticas de diagnóstico com caráter predominantemente prospetivo, analisando-se indicadores que permitam avalizar as *performances* da região no âmbito do crescimento inteligente, do crescimento sustentável e do crescimento inclusivo, às quais se acrescenta, numa ótica enquadradora, a análise da evolução recente e posicionamento regional no contexto

nacional. Pretende, pois, dar resposta prévia à questão "quem somos, como estamos e como chegámos aqui?" e ajudar a "compreender o que se passa na envolvente".

Pretende-se, nesta sequência, dar corpo à definição da Visão e da Estratégia (Fase 2) para permitir a **construção de uma vontade esclarecida sobre o futuro** (as grandes orientações estratégicas que materializam a visão adotada) e de um caminho exequível para o conseguir atingir, organizado da "frente para trás", isto é, procurando garantir os passos intermédios que tornam o necessário em possível. Aqui, procede-se igualmente, à estipulação dos objetivos gerais e específicos das orientações estratégias identificadas para o território, incorporando objetivos de coerência com as prioridades de investimento tipificadas nos documentos da Comissão Europeia, que deverão ser acauteladas para a prossecução da estratégia regional e para o cumprimento das orientações nacionais e europeias.

A metodologia desenvolvida focaliza-se, finalmente, na definição de um Plano de Ação (Fase 3) que identifica um número restrito (porque priorizado e selecionado) de iniciativas estruturantes capazes de, quando devidamente organizadas, encadeadas e concretizadas, permitir a acumulação de forças, o ganho de confiança e o reforço e a promoção da atratividade do território, suscetível de viabilizar uma convergência alargada de todos os protagonistas (*stakeholders*) envolvidos no seu desenvolvimento e de ser traduzida numa partilha ativa de decisões, iniciativas e investimentos coerentes.

Figura 10. As fases do planeamento estratégico

Fonte: Augusto Mateus & Associados, Metodologia de abordagem de processos de planeamento de base territorial

Esta metodologia de definição de estratégias de desenvolvimento territorial pressupõe, portanto, que o trabalho desenvolvido se projete num quadro não meramente local ou regional, mas mais vasto e completo onde, nomeadamente, possa ganhar massa crítica e eficácia a procura de um novo espaço de intervenção do Poder Local que, conseguindo conjugar a intermunicipalidade (construída de "baixo para cima", valorizando as ações

setoriais) com a transmunicipalidade (construída de "cima para baixo", valorizando as ações temáticas transversais), poderá assumir um novo e muito relevante papel na construção de um modelo renovado de desenvolvimento económico e social, mais inteligente, inclusivo e sustentável porque descentralizado com condições de eficácia.

A construção de uma estratégia sólida de futuro e a capacidade de despoletar uma ação coletiva para um território – e nomeadamente, tendo presentes as "diversidades" que normalmente se conjugam num mesmo território – implica uma postura ampla e transdisciplinar e a adoção de procedimentos de auscultação e de integração de ideias e projetos, conseguindo afirmar-se como instrumento de base de ação pública, privada e associativa, alimentando as sinergias e externalidades da região.

A permanente participação e mobilização da sociedade civil e das entidades relevantes para a implementação das orientações constantes de um instrumento de desenvolvimento territorial, é um procedimento de importância nuclear em todo o processo de definição estratégica, uma vez que se assume como fundamental para a garantia de apropriação e envolvimento daqueles que terão responsabilidades mais diretas no sucesso do caminho delineado para o futuro do território. Este objetivo deverá presidir à definição do figurino específico do modelo de envolvimento e participação a adotar, consideradas as condições particulares a que esse processo deverá dar resposta, como seja o maior ou menor grau de concertação que se percecione que virá a ser necessário.

A.2. Orientações relativas ao período de programação estrutural 2014-2020

O presente anexo apresenta, na primeira parte, uma síntese das orientações da Política Regional Europeia relativas ao período 2014-2020, na segunda parte, a forma como estas estão a ser implementadas em Portugal, por via da consideração do Acordo de Parceria (na sua versão de janeiro de 2014) a celebrar entre as autoridades nacionais e a Comissão Europeia e que deverá enquadrar a aplicação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI).

A arquitetura da Política de Coesão da União Europeia no período 2014-2020

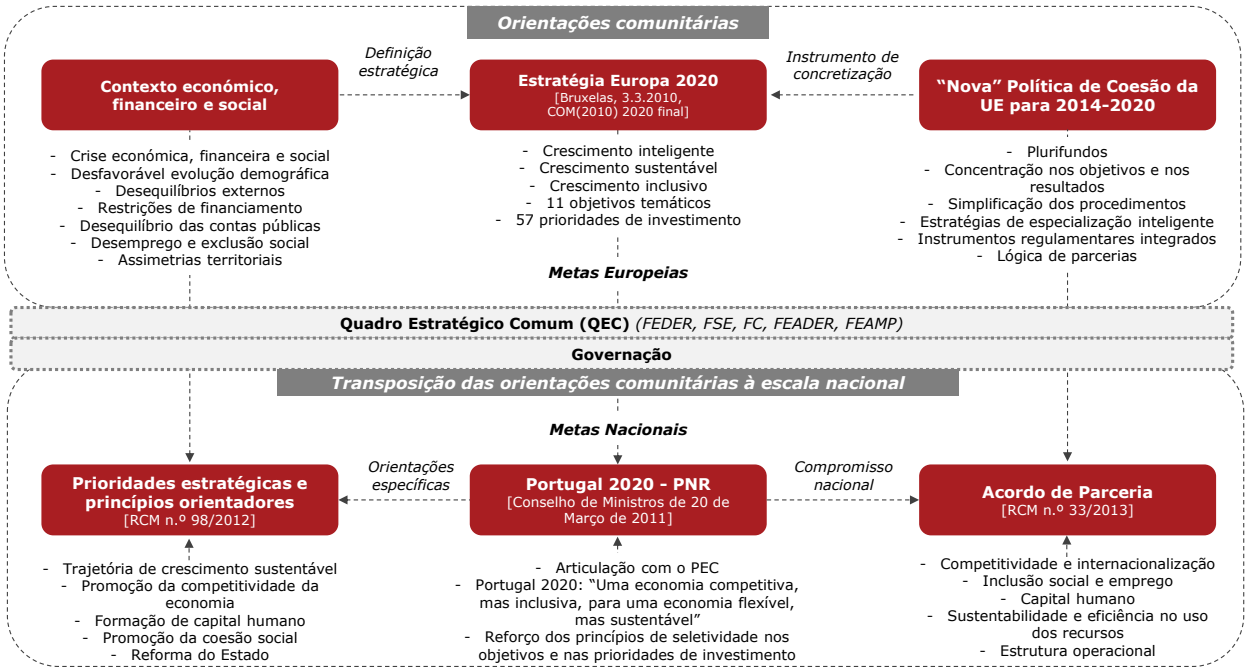
A Política de Coesão – também designada de Política Regional - da União Europeia (UE) foi instituída em 1986 e, desde então, tem sido alvo de sucessivos ajustamentos face aos novos desafios europeus. O objetivo central desta Política consiste na promoção da coesão económica, social e territorial, garantindo o desenvolvimento equilibrado dos 28 Estados-membro (EM) e das suas regiões, visando a redução das disparidades regionais e potenciando oportunidades de crescimento e desenvolvimento em todo o território da UE numa base de solidariedade e coesão.

A Política de Coesão Europeia para 2014-2020 surge num contexto em que o projeto europeu se debate com um conjunto de novos desafios e fortes constrangimentos decorrentes da crise económica, financeira e social que tem afetado, de forma diferenciada, as economias europeias, expondo as suas fragilidades estruturais. O enquadramento presente requer a alteração dos pressupostos de atuação da Política de Coesão, que se pretende ainda mais eficaz e ágil (menos burocrática, com procedimentos simplificados e regras harmonizadas), sendo de destacar as seguintes adaptações:

- ✓ Na conceção, inspirada nas diretrizes da Estratégia Europa 2020, com menos prioridades e novas áreas de atuação, traduzidas num Quadro Estratégico Comum (QEC);
- ✓ Na implementação, sustentada por estratégias integradas de especialização inteligente, territorializadas e financiadas sob uma lógica plurifundo, considerando o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), o Fundo de Coesão (FC), o Fundo Social Europeu (FSE), o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e da Pesca (FEAMP) e o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER); e
- ✓ Numa gestão mais focada nos objetivos e nos resultados, que concede primazia a projetos eficazes e de real impacto nos contextos onde são aplicados.

A figura seguinte sistematiza o percurso desde o complexo contexto económico, financeiro e social europeu, ao novo quadro regulamentar da Política de Coesão da UE para 2014-2020, tendo subjacente as problemáticas vivenciadas e à aplicação das orientações comunitárias ao caso português, cujos conteúdos serão desenvolvidos em ponto autónomo.

Figura 11. Da Europa 2020 a Portugal 2020



Europa 2020: Estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo

A atual crise financeira internacional concede à Política de Coesão da UE para 2014-2020 um papel privilegiado no apoio à prossecução das estratégias definidas para a Europa e impõe fortes exigências adaptativas aos poderes públicos e aos agentes privados. Se, por um lado, é reconhecido que a atual conjuntura tem imposto um esforço acrescido ao apoio comunitário, a capacidade de execução dos fundos estruturais por parte de alguns EM tem, por outro, sido comprometida por desequilíbrios financeiros e orçamentais a nível nacional. Em março de 2010 foi lançada, pela Comissão Europeia, a Estratégia Europa 2020, assente em objetivos de um crescimento renovado, sob uma lógica de continuidade e de melhoria da Estratégia de Lisboa, atribuindo particular atenção à situação conjuntural europeia.

A Estratégia Europa 2020 constitui o referencial central das políticas comunitárias para a próxima década, assim como do desenho do orçamento da UE para 2014-2020, pretendendo garantir as condições para o cumprimento dos objetivos de desenvolvimento europeu no período. A Estratégia Europa 2020 corporiza o consenso alcançado entre os EM da UE, sendo que os objetivos que lhe estão subjacentes norteiam as decisões de investimento e as prioridades definidas pelos vários Estados, criando as condições para um crescimento que se pretende:

- ✓ Inteligente, mediante a aposta na educação, na investigação, no conhecimento e na inovação;
- ✓ Sustentável, pela prioridade atribuída à transição para uma economia de baixo teor de carbono e uma indústria competitiva, promovendo a eficiente utilização de recursos, de uma forma mais ecológica e competitiva;
- ✓ Inclusivo, por via da criação de emprego e redução da pobreza, como garante da coesão social e territorial.

Os cinco grandes objetivos definidos para a UE no seu todo ao nível do emprego, da I&D e inovação, das alterações climáticas e energia, da educação e da pobreza e exclusão social deverão ser atingidos por via de um conjunto de medidas a tomar, a nível nacional e comunitário. A interligação e a interdependência entre tais objetivos afiguram-se como evidentes: a melhoria da educação contribui para o aumento do emprego e para a redução da pobreza; uma economia mais fortemente baseada em I&D e inovação, promovendo a eficácia na aplicação de recursos, torna a Europa mais competitiva e gera mais postos de trabalho; o investimento em tecnologias mais limpas contribui para a luta contra as alterações climáticas e cria novas oportunidades para o comércio e para o emprego.

A operacionalização da Estratégia Europa 2020 assenta em sete "iniciativas emblemáticas": a Agenda Digital para a Europa, a União da Inovação, a Juventude em Movimento, Uma Europa Eficiente em termos de recursos, Uma política industrial para a era da globalização, Agenda para Novas Competências e Empregos e Plataforma Europeia para a pobreza, abarcando domínios que poderão contribuir para os objetivos de crescimento e emprego definidos para 2020. A concretização das metas estabelecidas pela Estratégia Europa 2020 é garantida por um modelo de governação económica que zela pela coordenação das medidas políticas a nível nacional e europeu.

Ao direcionar os recursos regionais para a criação de emprego e para investimentos e iniciativas que promovam um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, a Política de Coesão Europeia para o período 2014-2020 apresenta-se assim, como o instrumento privilegiado na estratégia da UE para alcançar as metas da Estratégia Europa 2020, no conjunto de indicadores selecionados para o efeito.

Figura 12. Estratégia Europa 2020: para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo

Fonte: "Europa 2020: Estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo" [COM (2010) 2020 final (Bruxelas, 3.3.2010)]

A Agenda Territorial da União Europeia para 2020

O Tratado de Lisboa promoveu, no contexto europeu, o objetivo da coesão territorial a um nível equivalente ao da coesão económica e social. A Agenda Territorial da UE 2020 (AT2020)[2] enfatiza a importância e diversidade do território e incentiva o recurso a abordagens experimentais na implementação e desenvolvimento das políticas. São, assim, definidas seis prioridades territoriais para a Europa 2020:

- ✓ Promover um desenvolvimento territorial policêntrico e equilibrado;
- ✓ Apoiar o desenvolvimento integrado nas cidades, no meio rural e em áreas específicas;
- ✓ Promover a integração territorial nas regiões funcionais transfronteiriças e transnacionais;
- ✓ Garantir a competitividade global das regiões tendo por base economias locais fortes;
- ✓ Melhorar a conectividade territorial para os indivíduos, comunidades e empresas;
- ✓ Gerir e interligar os valores ecológicos, paisagísticos e culturais das regiões.

A capacidade dos Estados-membros e das regiões em atingir um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo depende, naturalmente, do seu potencial de desenvolvimento específico e dos seus ativos em termos de capital humano e natural, de conhecimento, de instituições e redes, no contexto da diversidade de regiões europeias. Neste enquadramento, a nova arquitetura da Política de Coesão retoma e reforça os princípios e orientações que pautaram a construção do Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013, com ênfase nos princípios da parceria – por via do apelo a um maior envolvimento de *stakeholders* locais e regionais, parceiros económico-sociais e sociedade civil – e da coesão económica, social e territorial entre regiões funcionais no interior de um EM ou no seio de macrorregiões. O elemento basilar das estratégias regionais reside, assim, na constituição de parcerias que impliquem a mobilização e o envolvimento dos vários parceiros presentes no território, em torno de uma visão de futuro para cada região.

A concentração da intervenção comunitária no alcance das metas da Estratégia Europa 2020 constitui, no contexto do novo enquadramento da Política Regional Europeia, um forte apelo à adoção de estratégias de inovação nacionais e regionais direcionadas para a especialização inteligente (*smart specialisation*), por um lado, e para o desenvolvimento territorial sustentável, designadamente ao nível urbano, por outro. A conceção e operacionalização da Política de Coesão são, assim, norteadas pela aposta na conceção de abordagens territoriais integradas e multidimensionais, desenvolvidas e implementadas num contexto de estratégias regionais partilhadas e tidas como mais eficazes na resposta a desafios conjunturais e estruturais. Os princípios subjacentes relevam a predisposição dos diferentes níveis de governo em cooperar e coordenar ações com vista ao alcance de metas comuns, especialmente no que diz respeito à coesão territorial, reconhecendo-se que a coesão económica e social só pode ser conseguida a nível europeu se houver uma maior incidência no impacto territorial das políticas europeias.

[2] *Aprovada na Reunião Informal de Ministros responsáveis pelo Desenvolvimento Territorial da União Europeia, em maio de 2011.*

Caixa 1. Os fundamentos da Política de Coesão da UE 2014-2020

A estratégia de especialização inteligente (RIS3) promove a transformação económica integrada de base local, tendo em vista o direcionamento dos apoios para as prioridades, desafios e necessidades nacionais e regionais na promoção de um desenvolvimento baseado no conhecimento, bem como a concretização de mais-valias, de vantagens competitivas e do potencial de excelência, tendo por base os ativos exclusivos de cada país/região. A promoção da inovação baseada na tecnologia e o estímulo ao investimento do setor privado devem aliar-se ao fortalecimento dos sistemas de inovação regional, à maximização dos fluxos de conhecimento e à difusão das vantagens da inovação para potenciar a transformação da economia regional.

O direcionamento dos apoios da Política Regional para a criação de condições propícias à inovação, à educação e à investigação, por via do estímulo à I&D, bem como para investimentos baseados no conhecimento e para o desenvolvimento de atividades com elevado valor acrescentado, poderá, assim, ajudar os EM e as regiões a alcançar o objetivo de garantir uma maior capacidade de inovação e I&D nas empresas e promover uma cooperação mais estreita com as universidades e os centros de investigação.

O desenvolvimento territorial sustentável emerge, de igual modo, como uma das grandes prioridades dos apoios regionais no período 2014-2020. O fomento de estratégias de desenvolvimento urbano sustentável integrado apela a uma abordagem holística, que proporcione uma resposta aos desafios económicos, ambientais, climáticos e sociais das áreas urbanas, envolvendo a concentração de recursos de forma integrada em áreas com desafios urbanos específicos. Neste sentido, os projetos a financiar devem ser integrados nos objetivos mais amplos dos programas operacionais, com recurso a uma abordagem plurifundos, incluindo o FSE que, em sinergia com o FEDER, deve apoiar medidas relacionadas com emprego, educação, inclusão social e capacidade institucional. A ênfase colocada no desenvolvimento urbano assume o reconhecimento do papel das cidades na promoção do crescimento e do emprego, mas os objetivos do desenvolvimento territorial sustentável abrangem, em simultâneo, os desafios colocados por uma saudável e mutuamente valorizadora interpenetração entre o meio urbano e o meio rural.

Fonte: Guia para as Estratégias de Investigação e Inovação para a Especialização Inteligente (RIS3[3])

Salienta-se, a este propósito, o contributo da Política Regional para um crescimento inteligente no quadro da Estratégia Europa 2020 e, em especial, à iniciativa emblemática «Uma União da Inovação». A Política Regional deverá contribuir para libertar o potencial de crescimento da UE, promovendo a inovação em todas as regiões, garantindo uma complementaridade entre os apoios concedidos a nível europeu e pelas autoridades nacionais e regionais à inovação, à investigação e desenvolvimento (I&D), ao empreendedorismo e às tecnologias da informação e da comunicação (TIC). A Política Regional afirma-se como um elemento essencial para concretizar no terreno as prioridades da União da Inovação, onde as regiões assumem um papel central, uma vez que constituem os primeiros parceiros institucionais das universidades, das entidades da área da investigação e da educação e das pequenas e médias empresas (PME), que são cruciais para o processo de inovação. Torna-se, pois, necessário que as autoridades nacionais e regionais desenvolvam estratégias de especialização inteligente, que maximizem o impacto da Política Regional em conjugação com as outras políticas da União, mediante a identificação das áreas de especialização mais promissoras em cada região.

Os quadros legislativo e financeiro da Política de Coesão para 2014-2020 aprovados pelo Parlamento Europeu

O Quadro Financeiro Plurianual e o pacote legislativo que estabelece as disposições comuns aplicáveis aos cinco Fundos de coesão (FEDER, FSE, FC, FEADER e FEAMP) são os documentos fundamentais para a Política de Coesão no período 2014-2020 e foram aprovados pelo Parlamento Europeu em novembro de 2013, incluindo a repartição indicativa da dotação financeira alocada aos vários Estados-membros em cada objetivo da Coesão. Nas palavras do Comissário responsável pela Política Regional, Johannes Hahn, "*o Parlamento deu autorização para as reformas que transformam a política de coesão numa ferramenta de investimento fundamental da UE para a consecução dos objetivos da estratégia Europa 2020: promover a economia real, criando o crescimento e o emprego, combater as alterações climáticas e a dependência energética*".

[3] *RIS3 – National/Regional Research and Innovation Strategy for Smart Specialisation.*

A ambição expressa nos objetivos e metas da Europa 2020 encontram, naturalmente, suporte e correspondência nas dotações financeiras ao dispor da União Europeia para o efeito. O Quadro Financeiro Plurianual (QFP) define as prioridades políticas da União para os anos vindouros, com propostas específicas para os vários domínios políticos da intervenção comunitária. O QFP para o período 2014-2020 foi aprovado pelo Parlamento Europeu no dia 19 de novembro de 2013, com um envelope financeiro (a preços de 2011) de 960 mil milhões de euros em dotações de autorização e 908 mil milhões em dotações de pagamento (gastos efetivos).

Sendo parte integrante do ambicionado crescimento inteligente e inclusivo, ao domínio da coesão económica, social e territorial foi alocado um montante global de 325 mil milhões de euros, correspondendo a cerca de 34% do total de recursos para o período, para as regiões enquadradas nos vários instrumentos da Política de Coesão. À semelhança do período de programação anterior, os investimentos destinam-se a todas as reuniões da UE, mas os apoios a conceder e o nível de cofinanciamento europeu dos investimentos a realizar nas várias regiões dependerá do seu nível de desenvolvimento relativo, aferido pelo nível do PIB *per capita* da região face à média comunitária (UE27). Assim, no período 2014-2020 são considerados três grandes grupos de regiões: i) as regiões menos desenvolvidas, cujo PIB *per capita* é inferior a 75% da média; ii) as regiões em transição, em que este indicador se situa entre 75% e 90% da média; e iii) as regiões mais desenvolvidas, cujo PIB supera 90% da média da União.

A afetação financeira do montante global alocado à política de coesão económica, social e territorial europeia entre os objetivos de política considerados foi a seguinte:

- ✓ Objetivo Convergência Regional: 164,3 mil milhões de euros;
- ✓ Regiões em transição: 31,7 mil milhões de euros;
- ✓ Objetivo Competitividade: 49,5 mil milhões de euros;
- ✓ Cooperação Territorial: 8,9 mil milhões de euros;
- ✓ Fundo de Coesão: 66,4 mil milhões de euros;
- ✓ Regiões Ultraperiféricas e de muito baixa densidade populacional: 1,4 mil milhões euros;
- ✓ Iniciativa Emprego Jovem: 3 mil milhões de euros.

A afetação das dotações financeiras aos vários objetivos da Política de Coesão continua a revelar uma clara concentração dos recursos nas regiões e nos Estados-membros menos desenvolvidos, ao mesmo tempo que acautela a situação das regiões em fase de transição entre objetivos, que abarca as regiões europeias com um nível de PIB *per capita* entre 75% e 90% da média da UE-27.

O acordo alcançado relativamente à repartição dos Fundos de Coesão pelos vários Estados-membros encontra-se expresso no quadro seguinte: Portugal irá receber cerca de 19,6 mil milhões de euros (a preços de 2011) ao longo dos próximos sete anos, ou seja, cerca de 6% do montante global alocado à Política de Coesão. Ademais, de acordo com as disposições aprovadas, sendo um dos Estados-membros da UE com graves dificuldades de estabilidade financeira e de modo a facilitar o investimento em tempos de crise económica, Portugal poderá beneficiar de um aumento da taxa máxima de cofinanciamento comunitário de 85% para 95% até ao final de 2015.

A condicionalidade macroeconómica constitui uma inovação no período 2014-2020. Abarca um conjunto de medidas destinadas a associar a eficácia dos Fundos de coesão a uma sólida governação económica por parte dos Estados-membros. Assim, as disposições aprovadas contemplam a possibilidade de corte no financiamento aos Estados-membros que

apresentem défices excessivos, por exemplo, devendo, contudo ter em conta a situação económica e social do Estado-Membro, em particular a taxa de desemprego, e o impacto da suspensão dos pagamentos na economia do país. A Comissão Europeia poderá, assim, solicitar aos Estados-Membros alterações aos programas, de modo a apoiar reformas estruturais estratégicas e a aplicação de recomendações económicas, com o intuito de maximizar o impacto dos Fundos sobre o crescimento e a competitividade. Em caso de desrespeito continuado, a transferência de verbas para o Estado-membro poderá inclusivamente ser suspensa.

Quadro 21. Política de Coesão 2014-2020 - Dotações totais por Estado-membro (*)
(milhões de euros, preços de 2011)

		FEDER e FSE				FEDER		
Estados-membro	Fundo de Coesão	Regiões menos desenvolvidas	Regiões em transição	RUP (*)	Regiões mais desenvolvidas	Cooperação territorial	TOTAL	% no Total
Bélgica	0	0	962	0	868	231	2 061	1%
Bulgária	2 384	4 623	0	0	0	145	7 153	2%
República Checa	6 562	13 646	0	0	79	298	20 585	6%
Dinamarca	0	0	64	0	230	199	494	0%
Alemanha	0	0	8 750	0	7 609	847	17 207	5%
Estónia	1 123	2 198	0	0	0	49	3 369	1%
Irlanda	0	0	0	0	869	148	1 017	0%
Grécia	3 407	6 420	2 105	0	2 307	203	14 443	4%
Espanha	0	1 858	12 201	432	10 084	542	25 116	8%
França	0	3 147	3 927	395	5 862	956	14 288	4%
Hungria	2 676	5 225	0	0	0	128	8 029	2%
Itália	0	20 333	1 004	0	7 006	998	29 341	9%
Chipre	286	0	0	0	388	29	703	0%
Letónia	1 412	2 742	0	0	0	82	4 236	1%
Lituânia	2 145	4 189	0	0	0	100	6 434	2%
Luxemburgo	0	0	0	0	39	18	57	0%
Hungria	6 313	13 452	0	0	416	318	20 498	6%
Malta	228	0	441	0	0	15	684	0%
Holanda	0	0	0	0	908	342	1 250	0%
Áustria	0	0	66	0	823	226	1 114	0%
Polónia	24 274	45 917	0	0	2 017	615	72 823	23%
Portugal	3 000	15 008	232	103	1 148	108	19 599	6%
Roménia	7 251	13 773	0	0	405	397	21 826	7%
Eslovénia	939	1 134	0	0	763	55	2 891	1%
Eslováquia	4 361	8 489	0	0	40	196	13 086	4%
Finlândia	0	0	0	272	911	142	1 325	0%
Suécia	0	0	0	184	1 355	300	1 840	1%
Reino Unido	0	2 126	2 335	0	5 144	760	10 364	3%
Cooperação interregional						*500*	*500*	*0%*
Total	66 362	164 279	32 085	1 387	49 271	8 948	322 332	100%

Notas: (*) A iniciativa relativa ao emprego jovem (top up) de 3 mil milhões de euros não está incluída na tabela.
Montantes antes de deduções e transferências (Conectividade Europeia, Fundo de Auxílio Europeu às Pessoas mais Carenciadas), ações de iniciativa urbana, assistência técnica. (**) Dotação especial para regiões ultraperiféricas e escassamente povoadas.
Fonte: Total allocations of Cohesion Policy 2014-2020, website do Parlamento Europeu, 20.11.2013

Apresentando-se como uma Política de Coesão reformada e como a principal política de investimento para o crescimento e o emprego na Europa, a Política Regional no período 2014-2020 deverá ainda corresponder aos desafios associados ao desenvolvimento sustentável, designadamente os que decorrem das alterações climáticas e da dependência energética, bem como combater a pobreza e a exclusão social. Com o objetivo de reorientar

os Fundos para os setores de maior crescimento, foram identificadas como áreas prioritárias de investimento para os vários Fundos financiadores:

- ✓ FEDER: A inovação e investigação, a agenda digital, a competitividade das pequenas e médias empresas (PME) e o fomento da economia com baixas emissões de carbono (como a eficiência energética e as energias renováveis);
- ✓ Fundo de Coesão: As redes transeuropeias de transportes e os grandes projetos de infraestruturas ambientais, designadamente soluções de mobilidade sustentável;
- ✓ FSE: A educação, o emprego e a mobilidade laboral, por meio de ações de formação e de aprendizagem ao longo da vida, bem como o combate à pobreza e à exclusão social (este último objetivo deve ser reforçado e acolher pelo menos 20% do FSE do Estado-membro), bem como a nova Iniciativa para o Emprego dos Jovens (cerca de três mil milhões de euros).

Para a nova arquitetura da Política de Coesão 2014-2020, o Parlamento Europeu aprovou também, em novembro de 2013, o correspondente quadro legislativo, tendo em vista a harmonização das regras dos cinco Fundos envolvidos, de modo a potenciar a coordenação, evitar sobreposições e maximizar sinergias. O período 2014-2020 apela, assim, a uma maior coordenação entre estes três Fundos da Política de Coesão, bem como com os Fundos relativos ao desenvolvimento rural e às pescas. Uma maior articulação e o recurso a outros instrumentos da União Europeia (como o Horizonte 2020, por exemplo) são também promovidos neste contexto.

As disposições legislativas relativas à Política de Coesão da União consideram a integração dos Fundos europeus financiadores num Quadro Estratégico Comum, congregando, para além do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), o Fundo Social Europeu (FSE) e o Fundo de Coesão (FC), também o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) e o Fundo Europeu para os Assuntos Marítimos e as Pescas (FEAMP). A Política Regional Europeia retorna, assim, à lógica do financiamento plurifundo no seio de um único Programa Operacional, a qual tinha sido abandonada no período 2007-2013.

A regulamentação aprovada pelo Parlamento Europeu reitera a importância da definição de objetivos claros, a responsabilização das entidades e a orientação para os resultados, com a inerente mensurabilidade e a possibilidade de premiar os Programas por via do desempenho. Em paralelo, relevam-se: (i) a criação de condições prévias a uma eficaz aplicação de Fundos, como seja a definição de estratégias de especialização inteligente; (ii) a simplificação de procedimentos e a redução da burocracia (e-coesão); (iii) o reforço da dimensão urbana das intervenções; (iv) o fomento da cooperação territorial; e (v) o aumento do crédito às PME, por via de empréstimos, garantias e capitais próprios/de risco apoiados por Fundos Comunitários, com um claro privilégio por empréstimos em detrimento de subvenções.

O novo enquadramento regulamentar da Política de Coesão prevê o estabelecimento de Programas plurifundos e três regulamentações específicas para o FEDER, o FSE e o FC, a harmonização das regras aplicadas a todos os fundos (incluindo o FEADER e o FEAMP), duas regulamentações sobre o objetivo de Cooperação Territorial Europeia e o Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial (AECT), uma programação articulada de fundos nacionais e comunitários e a simplificação do acesso aos fundos, aos quais se acresce a consideração de instrumentos que configuram abordagens integradas para o desenvolvimento territorial (**Caixa 2**).

O regulamento que estabelece as disposições comuns aos cinco Fundos comunitários visa, assim, o reforço da sua coordenação, de modo a atingir: i) a concentração de recursos nos objetivos da Estratégia Europa 2020 através de um conjunto comum de objetivos temáticos

para os quais os Fundos deverão contribuir; ii) a simplificação acrescida por via de um planeamento e de uma implementação mais coerente; iii) o reforço nos resultados através de um sistema e uma reserva de desempenho; iv) a harmonização das regras de elegibilidade e das opções de simplificação de custos, de forma a reduzir os encargos administrativos para os beneficiários e para as autoridades de gestão.

Como referido, cada Estado-membro estabelecerá um Acordo de Parceria com a Comissão Europeia, sob o qual serão definidas prioridades em termos de investimentos e objetivos a atingir. A concentração num número mais limitado de prioridades de investimento constitui uma condição basilar do contrato, o qual define também as metas a alcançar nesses domínios. Considera ainda uma reserva de eficácia para premiar as regiões que melhor atingem os seus objetivos, designadamente nas vertentes da promoção do crescimento e da criação de emprego. A simplificação e harmonização das normas que regem os diversos Fundos, bem como uma governação mais sólida e um sistema de execução simplificado, constituem, assim, elementos adicionais de reforço do impacto financeiro esperado dos apoios a conceder.

Caixa 2. Instrumentos regulamentares previstos para a mobilização de abordagens territoriais integradas

É fundamental desenvolver uma nova cultura de parcerias para os resultados, suportada no planeamento cuidado e em mecanismos robustos de governação, que assegurem uma assunção plena de responsabilidades contratuais, quer seja no âmbito de intervenções de cariz temático, quer seja de cariz territorial.

O novo quadro regulamentar comunitário determina que devem ser fomentadas abordagens territoriais integradas, com elevado grau de maturidade e adequado enquadramento em termos de planeamento, de forma a aumentar a probabilidade de obtenção dos resultados, estando previstos três instrumentos:

a. *Investimento Territorial Integrado* (ITI): ferramenta eficiente e flexível para implementar estratégias territoriais de forma integrada, financiada por vários programas operacionais ou eixos prioritários de um mesmo PO. Os elementos-chave de um ITI são: um território designado; uma estratégia de desenvolvimento territorial integrado; um conjunto de ações a implementar e um acordo de governação para gestão.

b. *Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC)*: é uma ferramenta específica a ser utilizada ao nível sub-regional, baseia-se na abordagem do programa LEADER, diz respeito a todos os fundos abrangidos pelo QEC e pressupõe uma utilização agregada e integrada dos fundos para concretizar as estratégias de desenvolvimento local geridas por Grupos de Ação Local (GAL);

c. *Ações Integradas de Desenvolvimento Urbano Sustentável (AIDUS)*: pretendem estruturar operações fundamentadas e especificadas em estratégias de desenvolvimento urbano, a implementar através de ITI, podendo desta forma envolver investimentos suscetíveis de financiamento pelos diversos Fundos Comunitários (FEDER, FC e FSE), assumindo as escalas regional, intermunicipal e municipal como referenciais estratégicos, sendo operacionalizadas à escala da área urbana para a concretização dos respetivos desígnios económicos, sociais, ambientais e climáticos.

O Quadro Estratégico Comum

De modo a facilitar o desenvolvimento dos Acordos de Parceria e Programas Operacionais, é adotado um Quadro Estratégico Comum (QEC), o qual promove a coerência entre os compromissos assumidos no contexto da Estratégia Europa 2020 e os investimentos a desenvolver pelos Estados-membros no terreno, tendo por base a articulação entre Fundos financiadores. O Acordo de Parceria a celebrar com cada Estado-membro deverá reforçar a orientação para os resultados e promover a eficácia na aplicação dos Fundos, sob uma lógica de forte articulação entre a Política de Coesão e a Estratégia Europa 2020. Os financiamentos estruturais tenderão, por conseguinte, a concentrar-se nos investimentos que potenciem o alcance das metas assumidas, para o que serão definidas novas disposições de condicionalidade na aplicação de fundos, sob a forma de disposições *ex-ante* e *ex-post*. O acompanhamento dos progressos alcançados na prossecução dos objetivos visados constitui, em paralelo, um elemento adicional do Acordo de Parceria a estabelecer entre a Comissão e o Estado-membro.

Também o princípio da concentração se encontra significativamente reforçado no novo enquadramento comunitário, com o objetivo de focalizar recursos para maximizar o impacto das intervenções. A concentração temática preconizada para a Política de Coesão Europeia no período 2014-2020 conduziu à definição de 11 objetivos temáticos em vários domínios da intervenção comunitária, a saber:

1. Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação;
2. Melhorar o acesso às TIC;
3. Reforçar a competitividade das PME, do setor agrícola (em relação ao FEADER) e do setor das pescas e da aquicultura (em relação ao FEAMP);
4. Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores;
5. Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão dos riscos;
6. Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos;
7. Promover transportes sustentáveis e eliminar os estrangulamentos nas principais infraestruturas das redes;
8. Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores;
9. Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação;
10. Investir na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida;
11. Reforçar a capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e a eficiência da administração pública.

Estes objetivos temáticos da Estratégia Europa 2020 englobam 57 prioridades de investimento, desagregados em função do Fundo financiador (Quadro 22).

Quadro 22. Objetivos temáticos e prioridades de investimento do QEC

Objetivos temáticos	Prioridades de investimento
1. Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação (FEDER)	1.1 Reforço da infraestrutura de investigação e inovação (I&I) e da capacidade de desenvolvimento da excelência na I&I, e a promoção de centros de competência, nomeadamente os de interesse europeu (FEDER)
	1.2 Promoção do investimento das empresas na I&D, o desenvolvimento de ligações e sinergias entre empresas, centros de investigação e desenvolvimento e o setor do ensino superior, em especial a promoção do investimento no desenvolvimento de produtos e serviços, na transferência de tecnologia, na inovação social, na ecoinovação, em aplicações de interesse público, no estímulo da procura, em redes, *clusters* e na inovação aberta através de especialização inteligente, e o apoio à investigação tecnológica e aplicada, linhas-piloto, ações de validação precoce dos produtos, capacidades avançadas de produção e primeira produção, em especial no que toca às tecnologias facilitadoras essenciais, e à difusão de tecnologias de interesse geral (FEDER)
2. Melhorar o acesso às TIC	2.1 Implantação alargada da banda larga e a implantação das redes de alta velocidade, e o apoio à adoção das tecnologias emergentes e das redes para a economia digital (FEDER)
	2.2 O desenvolvimento de produtos e serviços TIC, comércio eletrónico e fomento da procura de competências TIC (FEDER)
	2.3 Reforço das aplicações TIC na administração pública em linha, aprendizagem em linha, infoinclusão, cultura em linha e saúde em linha (FEDER)
3. Reforçar a competitividade das PME, do setor agrícola (em relação ao FEADER) e do setor das pescas e da aquicultura (em relação ao FEAMP)	3.1 Promoção do espírito empresarial, nomeadamente facilitando a exploração económica de ideias novas e incentivando a criação de novas empresas, designadamente através de viveiros de empresas (FEDER)
	3.2 Desenvolvimento e a aplicação de novos modelos empresariais para as PME, especialmente no que respeita à internacionalização (FEDER)
	3.3 Concessão de apoio à criação e ao alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços (FEDER)
	3.4 Concessão de apoio às capacidades das PME de crescerem em mercados regionais, nacionais e internacionais e de empreenderem processos de inovação (FEDER)

Objetivos temáticos	Prioridades de investimento
4. Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores	4.1 Promoção da produção e distribuição de energia proveniente de fontes renováveis (FEDER, FC)
	4.2 Promoção da eficiência energética e da utilização das energias renováveis nas empresas (FEDER, FC)
	4.3 Concessão de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos, e no setor da habitação (FEDER, FC)
	4.4 Desenvolvimento e implantação de sistemas de distribuição inteligente que operem a níveis de baixa e média tensão (FEDER, FC)
	4.5 Promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação (FEDER, FC)
	4.6 Promoção da investigação, inovação e adoção de tecnologias de baixo teor de carbono (FEDER)
	4.7 Promoção da cogeração de calor e eletricidade de elevada eficiência baseada na procura de calor útil (FEDER, FC)
5. Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão dos riscos	5.1 Concessão de apoio ao investimento para a adaptação às alterações climáticas, incluindo abordagens baseadas nos ecossistemas (FEDER, FC)
	5.2 Promoção de investimentos para fazer face a riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes (FEDER, FC)
6. Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos	6.1 Investimentos no setor dos resíduos para satisfazer os requisitos do acervo ambiental da União e atender às necessidades de investimento identificadas pelos Estados-Membros que vão além desses requisitos (FEDER, FC)
	6.2 Investimentos no setor da água, para satisfazer os requisitos do acervo ambiental da União e atender às necessidades de investimento identificadas pelos Estados- -Membros que vão além desses requisitos (FEDER, FC)
	6.3 Conservação, proteção, promoção e o desenvolvimento do património natural e cultural (FEDER)
	6.4 Proteção e reabilitação da biodiversidade e dos solos e promoção de sistemas de serviços ecológicos, nomeadamente através da rede Natura 2000 e de infraestruturas verdes (FEDER, FC)
	6.5 Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão,), a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído (FEDER, FC)
	6.6 Promoção de tecnologias inovadoras para melhorar a proteção ambiental e a utilização eficiente dos recursos nos setores dos resíduos, da água e no que respeita aos solos, e para reduzir a poluição atmosférica (FEDER)
	6.7 Concessão de apoio à transição industrial para uma economia eficiente em termos de recursos, promovendo o crescimento ecológico, a ecoinovação e a gestão dos indicadores de desempenho ambiental nos setores público e privado (FEDER)
7. Promover transportes sustentáveis e eliminar os estrangulamentos nas principais infraestruturas das redes	7.1 Concessão de apoio a um Espaço Único Europeu de Transporte multimodais, mediante o investimento na RTE-T (FEDER, FC)
	7.2 Melhoria da mobilidade regional através da ligação dos nós secundários e terciários às infraestruturas de RTE-T, incluindo os nós multimodais (FEDER)
	7.3 Desenvolvimento e melhoria de sistemas de transporte ecológicos (nomeadamente de baixo ruído) e baixo teor de carbono, incluindo as vias navegáveis interiores e o transporte marítimo, os portos, as ligações multimodais e as infraestruturas aeroportuárias, a fim de promover a mobilidade regional e local sustentável (FEDER, FC)
	7.4 Desenvolvimento e reabilitação de sistemas ferroviários abrangentes, de elevada qualidade e interoperáveis e a promoção de medidas de redução do ruído (FEDER, FC)
	7.5 Melhoria da eficiência energética e da segurança do abastecimento através do desenvolvimento de sistemas inteligentes de distribuição, armazenamento e transporte de energia e da integração da geração distribuída a partir de fontes renováveis (FEDER)
8. Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores	8.1 Acesso ao emprego para os candidatos a emprego e os inativos, incluindo os desempregados de longa duração e as pessoas afastadas do mercado de trabalho, e através de iniciativas locais de emprego e apoio à mobilidade dos trabalhadores (FSE)
	8.2 Integração sustentável dos jovens no mercado de trabalho, em especial os que não trabalham, não estudam, nem se encontram em formação, incluindo os jovens em risco de exclusão social e os jovens de comunidades marginalizadas, inclusive através da execução da Garantia para a Juventude (FSE)
	8.3 Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)

Objetivos temáticos	Prioridades de investimento
	8.4 Igualdade entre homens e mulheres em todos os domínios, nomeadamente nos domínios do acesso ao emprego, da progressão na carreira, da conciliação da vida profissional e privada e da promoção da igualdade de remuneração para trabalho igual (FSE)
	8.5 Adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança (FSE)
	8.6 Envelhecimento ativo e saudável (FSE)
	8.7 Modernização do mercado de trabalho, nomeadamente através da criação de serviços de emprego públicos e privados e da melhoria da adequação às necessidades do mercado de trabalho, incluindo medidas destinadas a aumentar a mobilidade transnacional dos trabalhadores, inclusive através de regimes de mobilidade e melhor cooperação entre as instituições e as partes relevantes (FSE)
	8.8 Concessão de apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e o apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas (FEDER)
	8.9 Concessão de apoio ao crescimento propício ao emprego através do desenvolvimento do potencial endógeno como parte integrante de uma estratégia territorial para zonas específicas, incluindo a conversão de regiões industriais em declínio e desenvolvimento de determinados recursos naturais e culturais e da sua acessibilidade (FEDER)
	8.10 Concessão de apoio às iniciativas locais de desenvolvimento e ajuda às estruturas que prestam serviços de proximidade para criar emprego, sempre que essas medidas não se enquadrem no âmbito de aplicação do Regulamento (UE) n.o 1304/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho (FEDER)
	8.11 Investimento na infraestrutura dos serviços de emprego (FEDER)
9. Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação	9.1 Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)
	9.2 Integração socioeconómica de comunidades marginalizadas, tais como os ciganos (FSE)
	9.3 Luta contra todas as formas de discriminação e promoção da igualdade de oportunidades (FSE)
	9.4 Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral (FSE)
	9.5 Promoção do empreendedorismo social e da integração profissional nas empresas sociais e da economia social e solidária para facilitar o acesso ao emprego (FSE)
	9.6 Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária (FSE)
	9.7 Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária (FEDER)
	9.8 Concessão de apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais (FEDER)
	9.9 Concessão de apoio a empresas sociais (FEDER)
	9.10 Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária (FEDER)
10. Investir na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida	10.1 Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação (FSE)
	10.2 Melhoria da qualidade e da eficiência do ensino superior e equivalente, e do acesso ao mesmo, a fim de aumentar os níveis de participação e de habilitações, particularmente para os grupos desfavorecidos (FSE)
	10.3 Melhoria da igualdade de acesso à aprendizagem ao longo da vida para todas as faixas etárias em contextos formais, não formais e informais, atualização do conhecimento, das aptidões e das competências dos trabalhadores, e promoção de percursos de aprendizagem flexíveis, inclusive através da orientação profissional e da validação das competências adquiridas (FSE)
	10.4 Melhoria da pertinência do ensino e da formação ministrados para o mercado de trabalho, facilitação a transição da educação para o trabalho e reforço dos sistemas de ensino e formação profissionais e da sua qualidade, inclusive através de mecanismos de antecipação de competências, adaptação dos currículos e criação e desenvolvimento de sistemas de ensino baseados no trabalho, nomeadamente sistemas de ensino dual e de aprendizagem (FSE)
	10.5. Investimentos na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas (FEDER)

Objetivos temáticos	Prioridades de investimento
11. Reforçar a capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e a eficiência da administração pública	11.1 Investimento nas capacidades institucionais e na eficiência das administrações e dos serviços públicos a nível nacional, regional e local, a fim de realizar reformas, legislar melhor e governar bem (FSE)
	11.2 Criação de capacidades para todos os agentes que operam no domínio da educação, da aprendizagem ao longo da vida, da formação, do emprego e das políticas sociais, inclusive através de pactos setoriais e territoriais de preparação de reformas a nível nacional, regional e local (FSE)
	11.3 Reforço da capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e da eficiência da administração pública, através de ações para reforçar a capacidade institucional e a eficiência das administrações públicas e dos serviços públicos implicados na execução do FEDER/FC, e apoio a ações no âmbito do FSE destinadas a reforçar a capacidade institucional e a eficiência da administração pública (FEDER, FC)

Fonte: Regulamentos do Parlamento Europeu e do Conselho: Regulamento (UE) N. o 1301/2013 relativo ao FEDER, Regulamento (UE) N. o 1304/2013 relativo ao FSE e Regulamento (UE) N. o 1300/2013 relativo ao Fundo de Coesão, de 17 de dezembro de 2013

Encontram-se também definidas as prioridades e medidas específicas para a aplicação dos fundos do desenvolvimento rural (FEADER) e do mar e pescas (FEAMP):

- ✓ No FEADER, privilegia-se a transferência de conhecimentos e inovação, a melhoria da competitividade, a promoção das cadeias alimentares, a preservação dos ecossistemas que dependem da agricultura e da silvicultura, a promoção da utilização eficiente dos recursos e a promoção da inclusão social e a redução da pobreza;
- ✓ Com o FEAMP, importa promover uma pesca e uma aquicultura, incluindo a transformação, sustentáveis e eficientes em termos de recursos, bem como sendo atividades inovadoras, competitivas e baseadas no conhecimento, dinamizar a execução da Política Comum da Pesca, aumentar o emprego e a coesão territorial e fomentar a execução da política marítima integrada (Quadro 24).

Quadro 23. Prioridades do FEADER

Prioridades do FEADER	
Fomentar a transferência de conhecimentos e a inovação nos setores agrícola e florestal e nas zonas rurais	Incremento da inovação, cooperação e desenvolvimento da base de conhecimentos nas zonas rurais
	Reforço das ligações entre a agricultura, a produção alimentar e a silvicultura e a investigação e a inovação, inclusive na perspetiva de uma melhor gestão e desempenho ambientais
	Incentivo da aprendizagem ao longo da vida e da formação profissional nos setores agrícola e florestal
Reforçar a viabilidade das explorações agrícolas e a competitividade de todos os tipos de agricultura em todas as regiões e incentivar as tecnologias agrícolas inovadoras e a gestão sustentável das florestas	Melhoria do desempenho económico de todas as explorações agrícolas e facilitação da restruturação e modernização das explorações agrícolas, tendo em vista nomeadamente aumentar a participação no mercado e a orientação para esse mesmo mercado, assim como a diversificação agrícola
	Facilitação da entrada de agricultores com qualificações adequadas no setor agrícola e, particularmente, da renovação geracional
Promover a organização das cadeias alimentares, nomeadamente no que diz respeito à transformação e à comercialização de produtos agrícolas, o bem-estar animal e a gestão de riscos na agricultura	Aumento da competitividade dos produtores primários mediante a sua melhor integração na cadeia agroalimentar através de regimes de qualidade, do acrescento de valor aos produtos agrícolas, da promoção em mercados locais e circuitos de abastecimento curtos, dos agrupamentos e organizações de produtores e das organizações interprofissionais
	Apoio à prevenção e gestão de riscos das explorações agrícolas
Restaurar, preservar e melhorar os ecossistemas ligados à agricultura e à silvicultura	Restauração, preservação e reforço da biodiversidade, inclusivamente nas zonas Natura 2000, e nas zonas sujeitas a condicionantes naturais ou outras condicionantes específicas, e nos sistemas agrários de elevado valor natural, bem como do estado das paisagens europeias
	Melhoria da gestão da água, assim como dos adubos e dos pesticidas
	Prevenção da erosão e melhoria da gestão dos solos

Prioridades do FEADER	
Promover a utilização eficiente dos recursos e apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono e resistente às alterações climáticas nos setores agrícola, alimentar e florestal	Melhoria da eficiência na utilização da água pelo setor agrícola
	Melhoria da eficiência na utilização da energia no setor agrícola e na indústria alimentar
	Facilitação do fornecimento e utilização de fontes de energia renováveis, de subprodutos, resíduos e desperdícios e de outras matérias-primas não alimentares para promover a bioeconomia
	Redução das emissões de gases com efeito de estufa e de amoníaco provenientes da agricultura
	Promoção da conservação e do sequestro de carbono na agricultura e na silvicultura
Promover a inclusão social, a redução da pobreza e o desenvolvimento económico das zonas rurais	Facilitação da diversificação, da criação e do desenvolvimento das pequenas empresas, bem como da criação de empregos
	Fomento do desenvolvimento local nas zonas rurais
	Melhoria da acessibilidade, utilização e qualidade das tecnologias da informação e da comunicação (TIC) em zonas rurais

Fonte: Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho: Regulamento (UE) N. o 1305/2013 de 17 de dezembro de 2013 relativo ao apoio ao desenvolvimento rural pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER)

Quadro 24. Prioridades do FEAMP

Prioridades do FEAMP	
Promover uma pesca e uma aquicultura, incluindo a transformação, sustentáveis e eficientes em termos de recursos	Redução do impacto da pesca no meio marinho
	Proteção e restauração da biodiversidade e dos ecossistemas aquáticos
	Melhoria dos ecossistemas ligados à aquicultura e promoção de uma aquicultura eficiente em termos de recursos
	Promoção de uma aquicultura com um nível elevado de proteção do ambiente, da saúde e bem-estar dos animais e da saúde e segurança públicas
Promover uma pesca e uma aquicultura, incluindo a transformação, inovadoras, competitivas e baseadas no conhecimento	Apoio ao reforço do desenvolvimento tecnológico, da inovação e da transferência de conhecimentos
	Aumento da competitividade e da viabilidade das empresas de pesca e de aquicultura, incluindo, nas pescas, a frota da pequena pesca costeira, e melhoria das condições de segurança e de trabalho e, na aquicultura, das PME em particular
	Desenvolvimento de novas competências profissionais e da aprendizagem ao longo da vida
	Melhoria da organização do mercado dos produtos da pesca e da aquicultura
Dinamizar a execução da Política Comum da Pesca (PCP)	Disponibilização de conhecimentos científicos e recolha de dados
	Apoio ao controlo e à execução, através do reforço da capacidade institucional e da eficiência da administração pública
Aumentar o emprego e a coesão territorial	Promoção do crescimento económico, da inclusão social e da criação de empregos e apoio à mobilidade laboral nas comunidades costeiras e interiores dependentes da pesca e da aquicultura
	Diversificação das atividades no domínio das pescas e noutros setores da economia marítima
Fomentar a implementação da Política Marítima Integrada	-

Fonte: Proposta alterada de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo ao Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP) de 22 de julho de 2013

Caixa 3. A Política de Coesão no período 2014-2020 e o QEC

A nova abordagem da Política de Coesão da UE para o período 2014-2020 contempla um conjunto de alterações significativas face a anteriores períodos de programação, nomeadamente no que diz respeito à sua conceção e ao modo de implementação dos apoios, sob um quadro de financiamento simplificado com enfoque no investimento em crescimento e no emprego e na cooperação territorial europeia, em domínios e eixos temáticos. As principais alterações do novo período de programação prendem-se com:

(i) A concentração no alcance das metas da Estratégia Europa 2020, por via da adoção de estratégias de inovação nacionais/regionais para a especialização inteligente e do fomento de estratégias de desenvolvimento urbano sustentável integrado;
(ii) A consideração de recompensas pelo bom desempenho das intervenções;
(iii) O apoio a estratégias de programação integrada com combinação de investimentos;
(iv) A ênfase colocada nos resultados e na monitorização;
(v) O reforço da coesão territorial; e
(vi) A simplificação do sistema de execução.

O desenvolvimento de programas plurifundos integra inovações consideráveis, nomeadamente operações integradas de natureza temática e/ou territorial financiadas por vários Fundos e planos de ação conjuntos, correspondentes a abordagens integradas dirigidas para realizações e resultados, visando objetivos específicos.

A utilização mais coerente e integrada dos Fundos Comunitários pressupõe o delinear de estratégias de investimento mais abrangentes e coordenadas entre Fundos financiadores, recorrendo a indicadores que avaliem o progresso relativamente às metas definidas para cada EM e o rigoroso cumprimento de princípios de racionalidade económica, a concentração num número limitado de domínios, a disciplina financeira e a integração orçamental, a segregação de funções de gestão e a prevenção de conflito de interesses e a transparência e prestação de contas.

Implícitas a estes princípios estão orientações de aplicação dos Fundos Comunitários centrados nos resultados, a mobilização preferencial dos Fundos sob a forma de fundos reembolsáveis, a simplificação dos procedimentos de aplicação dos Fundos, o reforço da articulação entre fontes de financiamento nacionais e comunitárias e da coordenação e integração entre Fundos.

Figura 13. Ciclo de programação e aplicação da Política de Coesão 2014-2020

A Política de Coesão Europeia 2014-2020 aplicada a Portugal

A Estratégia Europa 2020 e o Plano Nacional de Reformas

A concretização dos objetivos da Política de Coesão da União Europeia para o período 2014-2020 pressupõe uma apropriação por parte dos EM dos pressupostos da Estratégia Europa 2020 e das orientações e dos objetivos plasmados nos regulamentos comunitários aprovados pelo Parlamento Europeu em novembro de 2013. O QEC promove a coerência política dos compromissos assumidos na Estratégia Europa 2020 e a definição de um quadro que harmoniza o modo de funcionamento e permite uma maior integração dos Fundos europeus. Para além disso, determina o conjunto de prioridades de investimento que sustentam, de forma holística, os 11 objetivos temáticos que, consequentemente, concorrem para o cumprimento dos desígnios de crescimento definidos para a Europa e servem de base de trabalho à reflexão dos EM. Aos países e às suas regiões é, nesta base, solicitada a elaboração de estratégias de especialização inteligente, que enquadrem as orientações comunitárias, tendo como referência os desafios, constrangimentos e necessidades nacionais e regionais e para os quais deverá ser canalizado o financiamento comunitário.

A Estratégia Europa 2020 foi transposta para o panorama nacional através do Portugal 2020 – Programa Nacional de Reformas[4] (PNR 2020), onde se aplica e reafirma o compromisso do país na prossecução das três prioridades de crescimento, criando "*as condições para uma economia competitiva, mas inclusiva, para uma economia flexível, mas sustentável*".

Tendo em vista a promoção de um crescimento inteligente, o PNR 2020 assume como objetivos:

1. O *reforço da I&D e da inovação*, assumindo-se: (i) um compromisso com a ciência que assume como linhas de ação formar, atrair e empregar mais investigadores, reforçar a afirmação das instituições e a ligação às empresas e reforçar o apoio à inserção de investigadores e instituições científicas em redes internacionais de produção e difusão de conhecimento; e (ii) uma agenda nacional para a inovação, mediante a implementação da "Agenda Digital 2015", com o objetivo de estimular a economia digital, melhorar os serviços prestados e criar novos produtos e soluções para o mercado global, e a iniciativa "Inovação Portugal 2020", que visa a mobilização da sociedade civil e a focalização das políticas públicas na promoção da inovação.

2. *Melhor e mais educação,* concretizável por via: (i) da redução das taxas de saída precoce dos sistemas de educação e formação, tomando como linhas de ação o "Programa Educação 2015", a Iniciativa Novas Oportunidades e a reorganização e racionalização da rede escolar; e (ii) do aumento de diplomados no ensino superior, que se encontra assente no alargamento da base de recrutamento do ensino superior, na reestruturação da oferta educativa e o reforço da eficiência das instituições e do estímulo da empregabilidade.

Por seu turno, o crescimento sustentável pauta-se pela prossecução dos objetivos energia-clima, nomeadamente:

3. Uma agenda *para a competitividade, o crescimento e a independência energética e financeira* tal como preconizado na "Estratégia Nacional de Energia 2020";

4. A *redução de emissões*, que assume o novo quadro regulamentar para a política climática pós-2012, nomeadamente o "Roteiro Nacional de Baixo Carbono 2020/2050", o "Plano Nacional para as Alterações Climáticas 2020", os "Planos Setoriais de Baixo Carbono" e o "Plano Nacional da Política de Ordenamento do Território";

[4] *Aprovado em Conselho de Ministros em 12 de Novembro de 2010.*

5. A *promoção das energias renováveis*, que se baseia no "Plano Nacional de Ação para as Energias Renováveis", o qual fixa os objetivos nacionais relativos à quota de energia proveniente de fontes renováveis consumida nos setores dos transportes, da eletricidade e do aquecimento e arrefecimento;

6. A *promoção da eficiência energética*, que considera o "Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética 2020" e estabelece como principais objetivos a promoção de medidas de eficiência energética e o desenvolvimento de um *cluster* industrial associado.

No mesmo plano, o crescimento inclusivo é visado pelo duplo objetivo de:

7. *Aumentar o emprego*, por via da qualificação para a competitividade e a coesão social (dupla certificação, certificação profissional ligada às qualificações, formação de ativos) e da aposta em mais emprego sustentável e de qualidade;

8. *Combater a pobreza e as desigualdades sociais*, por ação ao nível de processos de qualificação e promoção da empregabilidade, da redução da pobreza dos grupos especialmente vulneráveis e da promoção da igualdade de oportunidades.

O PNR 2020 identifica os constrangimentos internos que resultaram de "*circunstâncias naturais, de debilidades estruturais, de impactos dos choques adversos que afetaram a economia portuguesa de forma significativa (…) e dos impactos da mais recente crise económica e financeira",* alertando para a interação e reforço mútuo destes problemas, criando ciclos viciosos. A implementação de respostas estruturais às problemáticas vivenciadas em território nacional torna-se inevitável para que a economia nacional se reposicione numa trajetória de crescimento sustentado. Elaborado em articulação com o Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC), o PNR 2020 tem, nomeadamente, em consideração a resolução de estrangulamentos de curto prazo relacionados com a consolidação orçamental e a correção dos desequilíbrios macroeconómicos.

A superação destes condicionamentos é tida como condição básica para garantir níveis sustentados de crescimento económico, emprego e riqueza, com base na internacionalização, nas exportações e no aumento da produção de bens transacionáveis para o mercado interno, o que testemunharia as ambicionadas alterações económicas estruturais da economia portuguesa, possibilitando a correção de outros desequilíbrios macroeconómicos existentes e promovendo uma maior coesão social e territorial e a competitividade do país.

A aferição do nível de alcance das três prioridades de crescimento subjacentes à Estratégia Europa 2020 é efetuada em função de um conjunto restrito de áreas de atuação, indicadores e metas chave de nível comunitário, que os EM traduzem em objetivos nacionais, tendo em conta os seus diferentes pontos de partida. Nesta sequência foram definidas prioridades estratégicas e princípios orientadores mais específicos para a aplicação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) no período 2014-2020 (**Caixa 4**).em Portugal, em consonância com o PNR 2020, com especial enfoque nas áreas identificadas como de atuação urgente e com efeito "desbloqueador" do crescimento da economia nacional.

Quadro 25. Metas nacionais associadas à Estratégia Europa 2020 e situação atual

Objetivo	Indicadores	Situação atual	Meta
Reforço da I&D e inovação	I&D no PIB *(%)*	1,5%(1)	Entre 2,7% e 3%
Mais e Melhor Educação	Taxa de abandono escola precoce *(% da população entre os 18-24 anos)*	20,8%(2)	10%
	Peso da população com ensino superior ou equiparado *(% da população entre os 30-34 anos)*	27,2%(2)	40%
Clima/Energia	Redução das emissões de gases de efeito de estufa (GEE) *(variação % face a 2005 em emissões não CELE)*	-8%(3)	+1%
	% energias renováveis no consumo de energia final	24,9%(1)	31%
	Eficiência energética *(ganho % no consumo de energia primária face a 2005)*	16,5%(1)	20%
Aumentar o emprego	Taxa de emprego *(% da população 20-64 anos)*	66,5%(2)	75%
Combate à pobreza e às desigualdades sociais	Variação da população em risco de pobreza/exclusão social *(face a 2008)*	-156 mil(4)	Redução de pelo menos 200 mil pessoas pobres
	Pessoas em risco de pobreza/exclusão social*	2.601 (24,4%)(1)	
	Risco de pobreza* *(pessoas que vivam com menos de 60% da mediana do rendimento nacional)*	1.919 (18%)(1)	
	Privação material* *(pessoas que tenham pelo menos quatro das nove situações de privação definidas)*	881 (8,3%)(1)	
	Pessoas que vivam num agregado familiar sem emprego* *(indivíduos no grupo etário 0-59 anos que vivem em agregados onde ninguém trabalha em 20% dos indivíduos do mesmo grupo etário)*	666 (8,2%)(1)	

*Nota: *Unidades: 1.000 pessoas e em % do total da população; (1) valores de 2011; (2) valores de 2012; (3) Dados provisórios, com base na versão preliminar do inventário de emissões 2013; (4) RCM n.º 33/2013.*
Fonte: PNR 2020, RCM n.º 33/2013 e Eurostat

Caixa 4. Prioridades estratégicas e os princípios orientadores para a aplicação dos FEEI no período 2014-2020

A aplicação dos Fundos Comunitários no período 2014-2020 impõe uma forte sintonia com as prioridades enunciadas na Estratégia Europa 2020 e o seu direcionamento para o apoio à recuperação económica e transformação estrutural da economia, factos que se encontram vertidos na RCM n.º 98/2012.

Nestes diplomas são estabelecidas as prioridades da intervenção comunitária em Portugal para 2014-2020, no quadro de uma trajetória de desenvolvimento sustentável, tendo em vista: a promoção da competitividade da economia; a formação de capital humano; a promoção da coesão social; e a reforma do Estado.

A concretização destas prioridades deve refletir-se numa significativa focalização e coordenação dos apoios públicos proporcionados pelos Fundos Estruturais e de Coesão e pelos Fundos agrícolas para o desenvolvimento rural, marítimo e das pescas, tendo em vista o alcance dos seguintes objetivos:

1. Estímulo à produção de bens e serviços transacionáveis, à internacionalização da economia e à qualificação do perfil de especialização da economia portuguesa;
2. Reforço do investimento na educação, incluindo formação avançada, e na formação profissional, por via de medidas e iniciativas dirigidas à empregabilidade, formação dual, redução do abandono escolar, etc.;
3. Reforço da integração das pessoas em risco de pobreza e do combate à exclusão social, recorrendo nomeadamente a medidas inovadoras de intervenção social, apoios diretos a grupos populacionais mais desfavorecidos e a políticas ativas de emprego;
4. Prossecução de instrumentos e investimentos de promoção da coesão e competitividade territoriais, particularmente nas cidades e em zonas de baixa densidade, bem como a promoção do desenvolvimento territorial de espaços regionais e sub-regionais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável;
5. Apoio ao programa da reforma do Estado, por via da racionalização, modernização e capacitação institucional da administração pública e da reorganização dos modelos de provisão de bens e serviços públicos.

As orientações relativas à negociação do Quadro Financeiro Plurianual 2014-2020 a serem seguidas por Portugal foram posteriormente expressas na RAR n.º 145/2012 (Diário da República, 1.ª série — N.º 241 — 13 de dezembro de 2012).

Fonte: RCM n.º 98/2012, Diário da República, 1.ª série — N.º 228 — 26 de novembro de 2012

Portugal 2020 – Domínios temáticos do Acordo de Parceria

O Acordo de Parceria Portugal 2020 submetido à Comissão Europeia em janeiro de 2014 "*não apenas adota os princípios de programação estabelecidos para a implementação da Estratégia UE 2020, como consagra a política de desenvolvimento económico, social, ambiental e territorial necessária para apoiar, estimular e assegurar um novo ciclo nacional de crescimento e de criação de emprego. Portugal 2020 estrutura as intervenções, os investimentos e as prioridades de financiamento fundamentais para promover, no nosso país, o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo*"[5].

Com o Acordo de Parceria para os Fundos Europeus Estruturais e de Investimento 2014-2020 pretende-se explicitar as estratégias de desenvolvimento com vista ao alcance das metas da Estratégia Europa 2020: i) pretendendo vincular os atores nacionais aos compromissos assumidos e fixar os resultados a atingir por via da aplicação do financiamento comunitário; ii) contemplando abordagens integradas de desenvolvimento territorial; e iii) definindo objetivos claros e mensuráveis num quadro de desempenho e de simplificação processual, tendo em conta as especificidades do caso português.

A estrutura operacional do Acordo de Parceria delineado por Portugal respeita quatro domínios temáticos – competitividade e internacionalização, inclusão social e emprego, capital humano e sustentabilidade e eficiência no uso de recursos – bem como dois domínios transversais relativos à reforma da administração pública e à territorialização das intervenções, identificados a nível europeu na Avaliação Anual de Crescimento para 2013 e, a nível nacional, no Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), que exigem um novo modelo institucional de organização espacial, a capacitação institucional e qualificação do capital humano da administração pública e a modernização administrativa.

O período de programação 2014-2020 surge num contexto de grandes desafios impostos: (i) pela evolução demográfica; (ii) pelos desequilíbrios externos; (iii) pelas restrições de financiamento à economia; (iv) pela consolidação das contas públicas; (v) pelo desemprego e exclusão social; (vi) pelas assimetrias e as potencialidades territoriais; e (vii) pelos compromissos assumidos no âmbito do PNR 2020 e da Estratégia de Lisboa. Tomando como referência os principais constrangimentos ao desenvolvimento do país, o Acordo de Parceria define as grandes prioridades de intervenção para o apoio comunitário no período 2014-2020, assente nos referidos domínios temáticos, que se encontram traduzidos em quatro programas operacionais com aplicação no Continente, sob uma lógica plurifundos (conjugando financiamentos FEDER, FSE e FC). Portugal 2020 assume, assim, como grandes prioridades os seguintes domínios temáticos:

- ✓ Competitividade e internacionalização:

Contempla o objetivo primordial de melhorar a competitividade da economia e o desempenho das atividades mais expostas à concorrência internacional, onde pontuam três fatores determinantes: i) a alteração do perfil de especialização produtiva nacional; ii) as competências e estratégias das PME; e iii) as condições de contexto da atividade empresarial. Na primeira vertente, pretende-se designadamente reforçar a orientação para a produção de bens e serviços transacionáveis, promover as atividades mais intensivas em conhecimento e tecnologia, fomentar a investigação e inovação, aumentar a atratividade face ao investimento estrangeiro, reforçar a cooperação entre empresas, promover a reindustrialização e consolidar o turismo, valorizar os recursos endógenos, desenvolver a articulação entre empresas e centros de saber, bem como valorizar economicamente a criatividade. O reforço das competências e estratégias empresariais passa pela adoção de abordagens de *marketing* mais sofisticadas, a melhoria das competências de organização e gestão estratégica, o investimento em fatores avançados de competitividade, o fomento da cooperação entre empresas e da aprendizagem ao longo da vida. Finalmente, para a melhoria das condições de

[5] Portugal 2020 – Acordo de Parceria 2014-2020, janeiro de 2014.

contexto da atividade empresarial confluem três fatores determinantes: a melhoria das condições de acesso ao financiamento por parte das PME (por via de capital alheio e/ou capital próprio), a melhoria da conetividade internacional da economia portuguesa para promover a eficiência das cadeias de transporte e logística, e a redução dos custos de contexto, por via da modernização administrativa e capacitação da administração pública.

Os instrumentos de política pública a mobilizar no âmbito deste domínio temático incluem incentivos diretos ao investimento empresarial, apoios indiretos ao investimento empresarial, mecanismos de engenharia financeira, apoios à produção e difusão de conhecimento científico e tecnológico, apoios à formação empresarial, investimentos em infraestruturas de transporte e apoios à modernização administrativa e capacitação da administração pública.

✓ Inclusão social e emprego:

Tendo como finalidade o combate à pobreza e exclusão social e ao desemprego, bem como a promoção da empregabilidade, este domínio encontra-se sustentado numa abordagem integrada, multidimensional e territorializada da intervenção social, sendo alicerçado em políticas preventivas e/ou de intervenção precoce, por um lado, e em políticas reparadoras e/ou ativação, por outro. As políticas de promoção da empregabilidade e de reforço da criação e manutenção de emprego sustentável deverão fazer face a um elevado nível de desemprego (designadamente estrutural), a uma forte segmentação do mercado de trabalho e à persistência de um elevado nível de pobreza monetária e de exclusão social.

Neste domínio temático, os instrumentos de política pública a financiar por Fundos Comunitários abrangem: apoios à qualificação dos ativos; apoios à transição entre situações de inatividade ou desemprego e o emprego, bem como à criação líquida de emprego e à manutenção no mercado de trabalho; a consolidação da rede de equipamentos e qualificação dos serviços coletivos; o apoio a intervenções específicas em favor de territórios ou grupos alvo, em que são mais cumulativas as situações ou os riscos de pobreza e exclusão social; a promoção da igualdade de género, não discriminação e da acessibilidade; e o combate ao insucesso e abandono escolar precoce (no domínio do capital humano). Neste sentido, destacam-se, ainda, na área da saúde, as intervenções visando a promoção de estilos de vida saudáveis, a prevenção de comportamentos de risco e o rastreio e diagnóstico precoce de doenças, a promoção de um envelhecimento ativo e saudável, a intervenção junto das pessoas com deficiência ou incapacidade, bem como a consolidação da rede de equipamentos e qualificação dos serviços coletivos de interesse geral. As potencialidades da economia social e o empreendedorismo social assumem, neste domínio temático, um papel fulcral.

✓ Capital humano:

A aposta no capital humano para o período 2014-2020 visa a necessidade de reconversão profissional das pessoas desempregadas ou em risco de desemprego, bem como a capacitação ao nível das formações de base (pré-escolar, vias regulares e profissionalizantes no ensino básico e secundário e a formação de nível superior). A intervenção das políticas públicas neste domínio deve ter como prioridades a resposta a três grandes domínios de constrangimentos: (i) o nível médio das qualificações da população adulta e jovem; (ii) a qualidade e eficiência do sistema de educação/formação; e (iii) o ajustamento entre as qualificações produzidas e as requeridas pelo mercado de trabalho. As intervenções ao nível do ensino pré-escolar serão focalizadas no aumento da cobertura da educação pré-escolar, procurando atenuar as implicações decorrentes de contextos socioeconómicos e familiares desfavoráveis e corrigir as assimetrias territoriais de oferta. Ao nível do ensino básico e secundário, primam os objetivos de redução dos níveis de abandono escolar precoce e de insucesso escolar, pelo que se deverá promover a diversificação das vias de ensino, por via do reforço das vias vocacionais e profissionalizantes com forte pendor da formação em contexto de trabalho. No ensino superior, procurar-se-á aumentar a população com ensino

superior, promover a mobilidade dos recém-licenciados e dos professores, racionalizar a oferta formativa, apoiar o desenvolvimento de programas doutorais e pós-doutorais inovadores, bem como criar e reforçar competências especializadas em domínios emergentes na área da economia do mar. Complementarmente, os investimentos em infraestruturas da educação procuram garantir a coesão territorial em matéria de equipamentos educativos. O alcance de um sistema de educação e formação de qualidade e eficiente passa, designadamente, pela melhoria da respetiva gestão e coordenação, dos modelos pedagógicos, das infraestruturas e equipamentos, e da articulação entre escolas e o meio empresarial. O ajustamento entre a oferta e a procura de qualificações procurará vincular a estruturação da oferta formativa às dinâmicas regionais, mediante a orientação e encaminhamento de jovens e adultos para as necessidades do tecido produtivo, uma maior coerência da oferta formativa em cada território e a racionalidade da rede formativa.

✓ Sustentabilidade e eficiência no uso de recursos:

As três grandes prioridades da aplicação de Fundos Comunitários neste domínio temático serão: i) apoiar a transição para uma economia de baixo carbono, associada à promoção da eficiência energética e da produção e distribuição de energias renováveis, também com o intuito de reduzir a dependência energética do exterior; ii) promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção de riscos; e iii) preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos, incluindo a gestão de resíduos, a gestão da água, a gestão, conservação e valorização da biodiversidade, a recuperação de passivos ambientais e a qualificação do ambiente urbano. Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores significa criar mais riqueza com menor consumo de energia e menores emissões de gases com efeito de estufa, caminhando no sentido de crescimento sustentável. A promoção de eficiência energética com vista à redução do consumo de energia revela-se particularmente relevante nos setores dos transportes e indústria, bem como nos edifícios. A incorporação de energias renováveis no *mix* energético desenvolver-se-á por via de apoios ao desenvolvimento de novas tecnologias, através de projetos-piloto no domínio das energias marinhas, biomassa, geotérmica, entre outras, excluindo a energia hídrica e eólica *on-shore*. A adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos procurará mitigar os efeitos dos fenómenos de erosão costeira, incêndios florestais, secas, cheias e inundações, desertificação e degradação do solo, designadamente ao nível da saúde pública. Aumentar a capacidade de resposta a fenómenos extremos e melhorar os meios de informação e sensibilização das populações constituem as medidas-base de intervenção pública neste domínio. Releva-se, a este propósito, a importância que a proteção e o desenvolvimento do património cultural e natural assumem para a afirmação dos territórios e das regiões, para o que confluem as medidas de gestão ativa dos valores naturais protegidos, bem como os investimentos na Rede Natura 2000 ligados ao turismo verde e ao emprego. Outra área de intervenção fundamental será o desenvolvimento sustentável das pescas e aquicultura, a exploração e preservação de recursos marinhos, bem como a promoção de uma agricultura e da floresta sustentáveis.

✓ Assimetrias e potencialidades territoriais (domínio transversal):

No Acordo de Parceria é reconhecido que "*as diferenças regionais ao nível dotação de capital humano, dos recursos e competências de I&D e do tecido produtivo exigem abordagens regionalmente diferenciadas à prossecução de estratégias de especialização inteligente. Estas estratégias deverão, porém, ser devidamente articuladas a nível nacional, evitando redundâncias e tirando partido de potenciais sinergias de escala suprarregional*". Importa, em particular, adequar as estratégias de emprego e inclusão social, bem como os esforços de mitigação das alterações climáticas, de redução das emissões de CO2 e de transição para uma economia de baixo carbono às especificidades dos diferentes territórios. Assim, a aplicação dos Fundos Comunitários em 2014-2020 terá em conta a estruturação do território

português em três níveis diferenciados: i) as Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto; ii) o sistema urbano que estrutura as restantes regiões; e iii) as áreas de baixa densidade de cariz marcadamente rural. Há ainda que considerar o caráter de ultraperificidade das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, com os correspondentes sobrecustos, designadamente em termos de transportes. Será, ainda, usada a possibilidade de transferir recursos entre categorias de regiões (prevista no artigo 93º do Regulamento Geral) para reforçar as verbas alocadas à região do Algarve, por esta via obstando aos problemas socioeconómicos que vem apresentando no passado recente.

✓ A reforma da administração pública (domínio transversal):

Prosseguindo as linhas de intervenção do QREN, uma administração pública mais eficiente e eficaz requer a reorganização da sua estrutura funcional, uma organização territorial associada a um novo quadro de competências entre níveis de governo, bem como a promoção de um novo paradigma de relacionamento entre a Administração e os cidadãos e as empresas. A intervenção comunitária no período 2014-2020 deverá promover melhorias no modelo institucional e organizacional da administração pública, incluindo o seu modelo de organização espacial, bem como a requerida cultura de monitorização e avaliação dos Fundos Comunitários. A consideração da reforma da administração pública como prioridade transversal assenta, ainda, na crescente exigência de aferição da viabilidade económica e financeira dos projetos, bem como no reforço do papel de regulação da provisão de equipamentos públicos no território, pelo que as vertentes de modernização administrativa, capacitação institucional, qualificação de recursos humanos e promoção da eficiência na utilização de recursos deverão ser prosseguidas entre 2014 e 2020.

Assim, os Fundos Comunitários que integram o Portugal 2020 serão aplicados segundo os objetivos temáticos definidos a nível comunitário, os quais são integrados nos quatro domínios temáticos referidos, conforme expresso na Caixa 5.

Caixa 5. Objetivos temáticos aplicados a Portugal

Os objetivos temáticos assumidos pela Política de Coesão no período 2014-2020 foram adaptados a Portugal nos seguintes termos:

✓ Objetivos temáticos do domínio da Competitividade e Internacionalização:

- Objetivo temático 1 – Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação;
- Objetivo temático 2 – Melhorar o acesso às tecnologias da informação e da comunicação, bem como a sua utilização e qualidade;
- Objetivo temático 3 – Reforçar a competitividade das pequenas e médias empresas (PME) e dos setores agrícola (para o FEADER), das pescas e da aquicultura (para o FEAMP);
- Objetivo temático 7 – Promover transportes sustentáveis e eliminar estrangulamentos nas principais redes de infraestruturas;
- Objetivo temático 8 – Promover a sustentabilidade e qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores;
- Objetivo temático 11 – Reforçar a capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e a eficiência da administração pública.

✓ Objetivos temáticos do domínio Inclusão Social e o Emprego:

- Objetivo temático 8 – Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores;
- Objetivo temático 9 – Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação;
- Objetivo temático 11 – Reforçar a capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e a eficiência da administração pública.

✓ Objetivos temáticos do domínio Capital Humano:

- Objetivo temático 10 – Investir na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida.

✓ Objetivos temáticos do domínio Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos:

- Objetivo temático 4 – Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores;

- Objetivo temático 5 – Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos;
- Objetivo temático 6 – Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos.

O quadro seguinte apresenta a afetação das dotações financeiras alocadas a Portugal para o período 2014-2020 por objetivo temático a nível nacional.

Quadro 26. Portugal 2020 - Repartição indicativa dos FEEI por objetivo temático (*)
(Unid: mil EUR – preços correntes - e %)

OT	Objetivos Temáticos	FEDER	FSE	FC	FEADER	FEAMP	TOTAL	% no Total
OT1	Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação	2 248 862			43 043	n.d.	2 291 905	9%
OT2	Melhorar o acesso às tecnologias da informação e da comunicação, bem como a sua utilização e qualidade	319 795				n.d.	319 795	1%
OT3	Reforçar a competitividade das pequenas e médias empresas (PME) e dos setores agrícola (FEADER), das pescas e da aquicultura (FEAMP)	4 541 238			1 676 159	n.d.	6 217 397	25%
OT4	Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores	675 935		757 000	193 740	n.d.	1 626 675	6%
OT5	Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos	31 800		401 242	755 697	n.d.	1 188 739	5%
OT6	Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos	530 700		1 000 000	731 006	n.d.	2 261 706	9%
OT7	Promover transportes sustentáveis e eliminar estrangulamentos nas principais redes de infraestruturas	409 700		654 000			1 063 700	4%
OT8	Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores	307 000	1 848 194		265 139	n.d.	2 420 333	10%
OT9	Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação	637 000	1 638 780		249 918	n.d.	2 525 698	10%
OT10	Investir na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida	475 808	3 860 139		49 502		4 385 449	17%

OT	Objetivos Temáticos	FEDER	FSE	FC	FEADER	FEAMP	TOTAL	% no Total
OT11	Reforçar a capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e a eficiência da administração pública		209 416				209 416	1%
AT	Assistência Técnica	462 910	122 750	49 500	93 586	n.d.	728 746	3%
TOTAL		10 640 748	7 679 280	2 861 742	4 057 788	-	25 239 558	100%
% Fundo no TOTAL		42%	30%	11%	16%	-	100,0%	-

(*) O montante total não inclui as dotações para a Cooperação Territorial Europeia (122 milhões de euros) e para o Fundo de Ajuda aos mais Carenciados (177 milhões de euros).
Fonte: Portugal 2020 – Acordo de Parceria 2014-2020, janeiro de 2014

Quadro 27. Prioridades de investimento mobilizadas por Portugal 2020

Domínio temático	Objetivo temático	Prioridades de investimento
Competitividade e internacionalização	OT1 - Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação	1.1. Reforço da infraestrutura de investigação e inovação (I&I) e da capacidade de desenvolvimento da excelência na I&I, e a promoção de centros de competência, nomeadamente os de interesse europeu
		1.2. Promoção do investimento das empresas em inovação e investigação, o desenvolvimento de ligações e sinergias entre empresas, centros de I&D e o setor do ensino superior, em especial a promoção do desenvolvimento de produtos e serviços, transferência de tecnologia, inovação social, ecoinovação e aplicações de interesse público, no estímulo da procura, em redes, *clusters* e inovação aberta através da especialização inteligente, apoio à investigação tecnológica aplicada, linhas piloto, ações de validação precoce de produtos, capacidades avançadas de produção e primeira produção, em especial no que toca às tecnologias facilitadoras essenciais e à difusão de tecnologias de interesse geral
	OT2 - Melhorar o acesso às TIC, bem como a sua utilização e qualidade	2.3. Reforço das aplicações de TIC na administração em linha, aprendizagem em linha, infoinclusão, cultura em linha e saúde em linha
	OT3 - Reforçar a competitividade das PME e dos setores agrícola das pescas e da aquicultura	3.1. Promoção do espírito empresarial facilitando nomeadamente o apoio à exploração económica de novas ideias e incentivando a criação de novas empresas, designadamente através de viveiros de empresas
		3.2. Desenvolvimento e aplicação de novos modelos empresariais para as PME, especialmente no que respeita à internacionalização
		3.3. Apoio à criação e alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços
		3.4. Apoio à capacidade das PME de crescerem em mercados regionais, nacionais e internacionais e de empreenderem processos de inovação
	OT7 - Promover transportes sustentáveis e eliminar estrangulamentos nas redes de infraestruturas	7.1. Apoio ao espaço único europeu de transportes multimodais, mediante o investimento na rede transeuropeia de transportes (RTE¬ T)
		7.2. Melhoria da mobilidade regional, com a ligação dos nós secundários e terciários à infraestrutura da RTE¬ T
		7.3. Desenvolvimento e a melhoria de sistemas de transportes ecológicos e baixo teor de carbono, incluindo as vias navegáveis interiores e o transporte marítimo, os portos e as ligações multimodais
		7.4. Desenvolvimento e reabilitação de sistemas ferroviários abrangentes, de elevada qualidade e interoperáveis e promoção de medidas de redução do ruído

Domínio temático	Objetivo temático	Prioridades de investimento
	OT8 - Promover a sustentabilidade e qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores	8.1 Acesso ao emprego para os candidatos a emprego e os inativos, incluindo os desempregados de longa duração e as pessoas afastadas do mercado de trabalho, e através de iniciativas locais de emprego e apoio à mobilidade dos trabalhadores
		8.5. Adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança (incluindo o financiamento da componente FSE de projetos apoiados no âmbito dos OT 1 e 3)
	OT11 - Reforçar a capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e a eficiência da administração pública	11.1. Investimento nas capacidades institucionais e na eficiência das administrações e dos serviços públicos, a fim de realizar reformas, legislar melhor e governar bem
		11.2. Criação de capacidades para os agentes que operam no domínio da educação, da aprendizagem ao longo da vida, da formação, do emprego e das políticas sociais, inclusive através de pactos setoriais e territoriais de preparação de reformas a nível nacional, regional e local
Inclusão Social e o Emprego	OT8 - Promover a sustentabilidade e qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores	8.1. Acesso ao emprego para os candidatos a emprego e os inativos, incluindo os desempregados de longa duração e as pessoas afastadas do mercado de trabalho e através de iniciativas locais de emprego e apoio à mobilidade dos trabalhadores
		8.2. Integração sustentável dos jovens no mercado de trabalho, em especial os que não trabalham, não estudam nem se encontram em formação, incluindo os jovens em risco de exclusão social e os jovens de comunidades marginalizadas, inclusive através da execução da Garantia Jovem
		8.3. Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras
		8.8 Concessão de apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e o apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas
		8.4. Igualdade entre homens e mulheres em todos os domínios, nomeadamente nos domínios do acesso ao emprego, da progressão na carreira, da conciliação da vida profissional e privada e da promoção da igualdade da remuneração para trabalho igual
		8.5. Adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança
		8.6. Envelhecimento ativo e saudável
		8.7. Modernização do mercado de trabalho, nomeadamente através da criação de serviços de emprego públicos e privados e da melhoria da adequação às necessidades do mercado de trabalho, incluindo medidas destinadas a aumentar a mobilidade transnacional dos trabalhadores, inclusive através de regimes de mobilidade e melhor cooperação entre as instituições e as partes relevantes
		8.9. Concessão de apoio ao crescimento propício ao emprego através do desenvolvimento do potencial endógeno como parte integrante de uma estratégia territorial para zonas específicas, incluindo a conversão de regiões industriais em declínio e desenvolvimento de determinados recursos naturais e culturais e da sua acessibilidade
	OT9 - Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação	9.1. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade
		9.3. Luta contra todas as formas de discriminação e promoção da igualdade de oportunidades
		9.4. Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral
		9.7. Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária
		9.5. Promoção do empreendedorismo social e da integração profissional nas empresas sociais e da economia social e solidária para facilitar o acesso ao emprego
		9.6. (FSE) e 9.10 (FEDER) Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária
		9.8. Concessão de apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais

Domínio temático	Objetivo temático	Prioridades de investimento
		9.9. Concessão de apoio a empresas sociais
Capital Humano	OT10 - Investir na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida	10.1. Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação
		10.2. Melhoria da qualidade e da eficiência do ensino superior e equivalente e do acesso ao mesmo, a fim de aumentar os níveis de participação e de habilitações, particularmente para grupos desfavorecidos
		10.3. Melhoria da igualdade de acesso à aprendizagem ao longo da vida, para todas as faixas etárias em contextos formais, não formais e informais, atualização do conhecimento, das aptidões e das competências dos trabalhadores e promoção de percursos de aprendizagem flexíveis, inclusive através da orientação profissional e da validação das competências adquiridas
		10.4. Melhoria da pertinência do ensino e da formação ministrados para o mercado de trabalho, facilitando a transição da educação para o trabalho e reforço dos sistemas de ensino e formação profissionais e da sua qualidade, inclusive através de mecanismos de antecipação de competências, adaptação dos currículos e criação e desenvolvimento de sistemas de ensino baseados no trabalho, nomeadamente sistemas de ensino dual e de aprendizagem
		Conjunto das prioridades de investimento 10.1, 10.2, 10.3 e 10.4
		10.5. Investimentos na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas
Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos	OT4 - Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores	4.1. Promoção da produção e distribuição de energia proveniente de fontes renováveis
		4.2. Promoção da eficiência energética e da utilização das energias renováveis nas empresas
		4.3. Concessão de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos e no setor da habitação
		4.4. O desenvolvimento e a implantação de sistemas inteligentes de energia
		4.5. A promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente, as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação
	OT5 - Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos	5.1. Concessão de apoio ao investimento para a adaptação às alterações climáticas, incluindo abordagens baseadas nos ecossistemas
		5.2. Promoção de investimentos para fazer face a riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes
	OT6 - Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos	6.1. Investimentos no setor dos resíduos para satisfazer os requisitos do acervo ambiental da União e atender às necessidades de investimento identificadas pelos Estados-Membros que vão além desses requisitos
		6.2. Investimentos no setor da água para satisfazer os requisitos do acervo ambiental da União e atender às necessidades de investimento identificadas pelos Estados-Membros que vão além desses requisitos
		6.3. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural
		6.4. A proteção e reabilitação da biodiversidade e dos solos e promoção de sistemas de serviços ecológicos, nomeadamente através da rede Natura 2000 e de infraestruturas verdes
		6.5. A adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído

Domínio temático	Objetivo temático	Prioridades de investimento
	OT8 - Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores	8.9. A concessão de apoio ao crescimento propício ao emprego através do desenvolvimento do potencial endógeno como parte integrante de uma estratégia territorial para zonas específicas, incluindo a conversão de regiões industriais em declínio e desenvolvimento de determinados recursos naturais e culturais e da sua acessibilidade

Fonte: Portugal 2020 – Acordo de Parceria 2014-2020, janeiro de 2014

A estrutura operacional do Acordo de Parceria

Em Portugal, o apoio comunitário no período 2014-2020 adota uma estrutura operacional assente em Programas Operacionais temáticos, nacionais, regionais e de assistência técnica, que assumem particularidades consoante os territórios onde intervêm ou de acordo com os objetivos em que estão enquadrados (Convergência, Competitividade ou Cooperação Territorial). Por conseguinte, a estruturação operacional dos Fundos da Política de Coesão concorre para prosseguir os quatro domínios temáticos, apresentando a seguinte organização:

- ✓ Programas Operacionais Temáticos relativos aos quatro domínios temáticos Competitividade e Internacionalização, Inclusão Social e o Emprego, Capital Humano e Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos:
- ✓ Programas Operacionais Regionais para o Continente – Norte, Centro, Lisboa, Alentejo e Algarve – que conjugam o financiamento plurifundos (FEDER e FSE), sendo que em Lisboa e no Algarve podem ser adotadas soluções específicas. As fronteiras entre os Programas Operacionais nacionais e regionais do continente estão acauteladas por princípios de racionalidade económica, de coerência das intervenções e otimização da escala territorial de intervenção;
- ✓ Programas Operacionais Regionais nas Regiões Autónomas, estruturados de acordo com as prioridades definidas pelos respetivos Governos Regionais;
- ✓ Programas Operacionais para o objetivo de Cooperação Territorial Europeia, financiados pelo FEDER de acordo com as prioridades definidas por processos negociais com outros Estados Membros e a Comissão Europeia;
- ✓ Programa Operacional de Assistência Técnica, financiado pelo FEDER e pelo FSE, direcionado para atividades de aplicação dos fundos da Política de Coesão e desenvolvimento da capacitação institucional, enquanto condição necessária à maior eficácia das políticas públicas de cariz estrutural.

Por seu turno, o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP) assenta num programa de âmbito nacional, ao passo que o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) prevê um programa de desenvolvimento rural para o continente e dois programas regionais nas Regiões Autónomas que concentram todas as atuações no âmbito do FEADER, de acordo com as orientações dos Governos Regionais e tendo em conta a coerência estratégica nacional.

A racionalidade económica e o princípio de subsidiariedade justificam a opção comunitária de abordagens territoriais integradas, consagrando-se a territorialização das políticas públicas através de intervenções pensadas em diferentes escalas (país, NUTS II e NUTS III), geridas por entidades que garantam a coerência global (CCDR) e outras que permitam a aderência das intervenções territoriais confinadas a uma região ou de pendor transregional, setorial ou temático (entidades intermunicipais e locais). A mobilização do capital territorial traduz-se, nas Regiões Autónomas, em programas regionais de espectro abrangente e no continente em

diversos instrumentos, nomeadamente, nos programas regionais para as NUTS II, ITI, AIDUS e DLBC (aplicáveis a territórios de baixa densidade).

O quadro seguinte apresenta a dotação financeira dos Programas Operacionais por Fundo Comunitário no período 2014-2020.

Quadro 28. Dotações FEEI por Fundo Comunitário e Programa Operacional
(Unid: mil EUR – preços correntes - e %)

Programa Operacional	FEDER	FSE	FC	FEADER	FEAMP	TOTAL	% no TOTAL
Competitividade e Internacionalização	3 147 044	621 886	654 000			4 422 930	17,5%
Inclusão Social e Emprego (*)		2 130 181				2 130 181	8,4%
Capital Humano		3 095 832				3 095 832	12,3%
Eficiência de Recursos e Sustentabilidade			2 207 742			2 207 742	8,7%
PO Norte	2 737 805	582 966				3 320 771	13,2%
PO Centro	1 673 514	443 517				2 117 031	8,4%
PO Alentejo	1 030 239	184 705				1 214 944	4,8%
PO Lisboa	622 628	210 707				833 335	3,3%
PO Algarve	224 321	94 355				318 676	1,3%
POR Açores	825 027	314 725				1 139 752	4,5%
POR Madeira	242 170	161 178				403 348	1,6%
PO Assistência Técnica	138 000					138 000	0,5%
PDR - Continente FEADER				3 583 057		3 583 057	14,2%
PDR - R.A. Açores FEADER				295 282		295 282	1,2%
PDR - R.A. Madeira FEADER				179 450		179 450	0,7%
PO FEAMP					n.d.	0	0,0%
TOTAL	10 640 748	7 679 280	2 861 742	4 057 788	n.d.	25 239 559	100,0%
% Fundo no TOTAL	42,2%	30,4%	11,3%	16,1%			

(*) O montante total do PO Inclusão Social e Emprego inclui o valor da dotação específica da Iniciativa Emprego Jovem (IEJ) e as afetações IEJ relativas aos Açores, Madeira, Lisboa e Algarve.
Fonte: Portugal 2020 – Acordo de Parceria 2014-2020, janeiro de 2014

Arquitetura institucional do modelo de governação dos FEEI no período 2014-2020

A montagem de um sólido e eficiente modelo institucional de governação dos Fundos europeus é tida como condição base de sucesso da concretização da Estratégia Europa 2020. A formulação governativa para a aplicação dos FEEI no período 2014-2020 enquadra significativas inovações, como sejam, a centralização da gestão dos fundos, a lógica plurifundo, uma maior responsabilização pelos resultados, a inclusão de critérios mais rigorosos de racionalidade e sustentabilidade dos investimentos apoiados e a generalização da lógica de fundo reembolsável.

A estruturação do modelo de governação dos Fundos Comunitários para 2014-2020 encontra-se definida na RCM n.º 39/2013 e reforça a importância de uma gestão sólida e eficiente dos instrumentos estruturais e a necessidade de articulação entre os fundos estruturais e o Orçamento de Estado, no contexto das fortes restrições orçamentais e financeiras atuais. Efetivamente, o presente contexto económico impõe sérias condicionantes à capacidade de financiamento nacional das políticas estruturais sendo, por isso, necessário assegurar uma conjugação eficiente entre os fundos estruturais e as fontes de financiamento

públicas nacionais, que permita a programação articulada da contrapartida pública nacional dos FEEI com os instrumentos de programação orçamental, nomeadamente o PEC e o Quadro Plurianual de Programação Orçamental.

A nova arquitetura do modelo de governação dos FEEI em Portugal no período 2014 -2020 baseia-se na existência de dois níveis:

- ✓ Coordenação política, assegurada pela Comissão Interministerial de Coordenação do Acordo de Parceria e dos Programas Operacionais, que é coordenada pelo membro do governo responsável pelo desenvolvimento regional e integra os membros do Governo responsáveis pelas finanças, negócios estrangeiros, economia, agricultura e mar, ambiente e ordenamento do território, educação e ciência, solidariedade, emprego e segurança social. Poderão ainda ser convidados a participar, em função das temáticas a abordar, outros membros do Governo, representantes dos Governos das Regiões Autónomas ou da Associação Nacional dos Municípios Portugueses;
- ✓ Coordenação técnica geral, assegurada pela Agência para o Desenvolvimento e Coesão[6], a qual assume o acompanhamento da programação, a monitorização e avaliação, a comunicação, o reporte, a coordenação de redes, a conceção e acompanhamento do quadro de desempenho, a par da articulação da programação financeira dos FEEI com a respetiva contrapartida orçamental nacional. Para além da coordenação nacional de cada Fundo, a Agência é responsável pela regulamentação técnica, pela avaliação dos instrumentos de política promovidos pelos Fundos e dos resultados dos programas operacionais, pela definição de requisitos e módulos comuns em matéria de sistemas de informação, bem como a coordenação nacional da cooperação territorial europeia e a gestão dos programas de assistência técnica. A Agência assume ainda as funções de autoridade de certificação e de pagamento, concretizando todos os pagamentos aos beneficiários, bem como a auditoria e controlo sobre operações.

O modelo de governação dos FEEI para 2014-2020 considera ainda as seguintes entidades:

- ✓ A Inspeção-Geral de Finanças, que é responsável pelo desempenho das funções de autoridade de auditoria de todos os FEEI, pela verificação de conformidade do funcionamento do sistema de gestão e controlo de todos os Programas Operacionais, pela garantia da realização de auditorias e controlos sobre operações, pela elaboração da estratégia de auditoria, pela realização de relatórios anuais e final de controlo e pela apresentação de declarações de encerramento dos Programas Operacionais;
- ✓ As Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais, que são os órgãos técnicos responsáveis pela seleção de operações de acordo com critérios específicos, pela verificação do cumprimento das condições necessárias à cobertura orçamental das operações, bem como dos normativos pertinentes em matéria de concorrência, contratação pública, ambiente ou igualdade de oportunidades, pela verificação da regularidade das operações, produtos e serviços financiados, prestação de contas às autoridades de coordenação, certificação, pagamento e auditoria, entre outras funções;
- ✓ As Comissões de Acompanhamento dos Programas Operacionais, às quais compete monitorizar e analisar o desempenho dos Programas Operacionais, bem como avaliar a execução e os progressos efetuados na realização dos seus objetivos.

A coordenação técnica da aplicação do FEADER e FEAMP mantém-se na esfera de competências do membro do Governo responsável pelas áreas da agricultura e do mar.

[6] A Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P., que agrega os serviços dos anteriores: i) Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, I.P. (IFDR, I.P.); ii) Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu, I.P. (IGFSE, I. P.); e iii) Observatório do QREN.

A gestão dos Programas Operacionais será atribuída a: (i) entidades da administração direta ou indireta do Estado no caso dos Programas Operacionais Temáticos de âmbito nacional; (ii) entidades da administração regional a indicar pelos Governos Regionais dos Açores e da Madeira, no caso dos Programas Operacionais Regionais das Regiões Autónomas; (iii) Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, no caso dos Programas Operacionais Regionais do Continente; (iv) entidades públicas, mesmo que de direito privado, que venham a ser designadas pelos Estados-membros para exercerem as funções de Autoridade de Gestão no caso dos programas de cooperação territorial europeia em que Portugal participe; e (v) a Agência para o Desenvolvimento e Coesão, no caso do Programa Operacional de Assistência Técnica.

Abordagens integradas para o desenvolvimento territorial na aplicação dos FEEI no período 2014-2020

A dimensão territorial da Política de Coesão e da Estratégia Europa 2020 será, em Portugal, valorizada e concretizada por via das abordagens integradas para o desenvolvimento territorial, que se consideram essenciais para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo e que serão implementadas em coerência com o enquadramento nacional da política de ordenamento do território e urbanismo. Em linha com o princípio da subsidiariedade e com a organização territorial do Estado, que afirma as NUTS III como nível privilegiado da articulação entre o governo central e os governos locais e da cooperação intermunicipal, os Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial assumem esta referência territorial (ou NUTS III contíguas) como escala preferencial para a intervenção.

Neste sentido, serão implementados em todo o território do Continente, ao nível de NUTS III (ou agrupamentos de NUTS III contíguas), Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial, que se dirigem "*a promover a concertação estratégica e operacional entre parceiros públicos, privados e associativos, de base territorial e/ou temática, empenhados e imobilizados na concretização integrada de investimentos que, assegurando a plena utilização dos recursos, das oportunidades e das potencialidades existentes, sejam especialmente focalizados na produção de resultados significativos para a coesão, o emprego e a sustentabilidade territorial e nas competências específicas dos municípios*"[7]. Tais Pactos serão implementados sob a forma de Investimentos Territoriais Integrados (ITI) que, nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, assumirão a forma de Ações Integradas de Desenvolvimento Urbano Sustentado (AIDUS), onde se preveem limiares mínimos de afetação de despesa para o apoio à transição para uma economia de baixo teor em carbono (objetivo temático 4).

Contudo, as operações de valorização da estruturação urbana dos seus territórios de incidência e de promoção da atratividade e da competitividade das cidades, através de operações de apoio à eficiência energética e utilização das energias renováveis no setor da habitação social e de regeneração física, económica e social das comunidades e das zonas urbanas desfavorecidas não são suscetíveis de inclusão nos Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial. Assim, as operações de estímulo e promoção da utilização da eficiência energética no setor da habitação social são financiadas através de:

- Subsídios a fundo perdido, quando os beneficiários são entidades do setor público administrativo central, regional ou local ou do terceiro setor; e
- Um instrumento de engenharia financeira dirigido ao desenvolvimento urbano sustentável para todos os restantes beneficiários, o qual integrará a totalidade dos apoios de regeneração física, económica e social em zonas urbanas.

[7] Portugal 2020 – Acordo de Parceria 2014-2020, janeiro de 2014.

Na resposta ao nível das medidas ativas de emprego e formação profissional, poderão ser desenvolvidos pelas entidades intermunicipais Pactos Territoriais para a Empregabilidade, com o envolvimento das Agências Públicas de Emprego e Formação Profissional, que deverão apresentar programas integrados de combate ao desemprego e de adequação da formação profissional às necessidades do tecido produtivo, bem como o acompanhamento da execução destas políticas. A participação de outras entidades que atuam diretamente no terreno (como por exemplo, entidades formadoras, associações empresariais, entidades empregadoras, sindicatos ou associações de desenvolvimento local/regional) e dos Gabinetes de Inserção Profissional (dada a sua proximidade aos territórios e às populações) afigura-se fundamental na definição dos Pactos.

Tomando por referência as experiências de quadros comunitários anteriores promovidas por comunidades locais – com destaque para as abordagens LEADER - o instrumento regulamentar Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC) será adotado em territórios específicos para promover o desenvolvimento local e a diversificação das economias de base rural e das zonas pesqueiras e costeiras, com o intuito de dar resposta a situações de pobreza e exclusão social, designadamente em territórios economicamente fragilizados e/ou de baixa densidade populacional.

Finalmente, importa considerar os Contratos Locais de Desenvolvimento Social, como resposta integrada às necessidades específicas das zonas geográficas mais afetadas pela pobreza ou dos grupos-alvo com risco mais elevado de discriminação ou exclusão, relevando-se, com este instrumento, a importância da abordagem multidimensional e territorializada da intervenção social.

No quadro seguinte sintetizam-se as diversas abordagens integradas de desenvolvimento territorial consideradas para Portugal no período 2014-2020, em linha com o previsto no Acordo de Parceria Portugal 2020.

Quadro 29. Abordagens integradas de desenvolvimento territorial

	Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial		Estratégias de Desenvolvimento Local (rural, costeira ou urbana)
	Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto	Restantes NUTS III	
Objetivos	Reforço da coesão social e desenvolvimento de estratégias de baixo carbono		- Explorar as potencialidades das estratégias de desenvolvimento local para a diversificação das economias de base rural e das zonas pesqueiras e costeiras, promoção da integração urbano-rural, bem como na promoção e da inovação social, na resposta a problemas de pobreza e de exclusão social, designadamente em territórios economicamente fragilizados e de baixa densidade populacional. - Promover a inclusão social em territórios urbanos desfavorecidos através da regeneração económica e social.
Territórios-alvo	Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto	NUTS III (ou grupos de NUTS III contíguas)	Áreas rurais, e costeiras e territórios urbanos desfavorecidos de Áreas Metropolitanas
Escala territorial	Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto	NUTS III (ou grupos de NUTS III contíguas)	Áreas de intervenção dos GAL do FEADER e FEAMP, complementadas por territórios urbanos relevantes para a integração urbano-rural e urbano-costeiro e Comunidades urbanas, integradas em territórios urbanos desfavorecidos de intervenção dos GAL Inclusão
Abrangência	Duas Áreas Metropolitanas	Universal a todo o território do Continente	Seletivo, apenas para territórios abrangidos pelas Estratégias de Desenvolvimento Local, financiadas pelo FEADER ou FEAMP, e territórios urbanos desfavorecidos abrangidos por Estratégias de Desenvolvimento Local aprovadas

	Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial		Estratégias de Desenvolvimento Local (rural, costeira ou urbana)
	Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto	Restantes NUTS III	
Instrumento regulamentar	AIDUS (implementadas recorrendo a ITI)	ITI	DLBC
Objetivos temáticos centrais	2, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10		3 (FEADER), 6 (valorização económica e social nas áreas protegidas), 8 e 9
Fundos	FEDER, FC e FSE	FEDER, FC, FSE e FEADER	FEADER, FEAMP, FEDER e FSE
Entidade responsável	Área Metropolitana	Comunidade Intermunicipal	Grupo de Ação Local

Fonte: Portugal 2020 – Acordo de Parceria 2014-2020, janeiro de 2014

Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC)

Este instrumento visa "*promover, em territórios específicos, a concertação estratégica e operacional entre parceiros, focalizada no empreendedorismo*" e "*pretende dar resposta aos elevados níveis de desemprego e aos crescentes índices de pobreza, através da dinamização económica local, da revitalização dos mercados locais e da sua articulação com territórios mais amplos e, em geral, da diversificação das economias locais, do estímulo à inovação social e à busca de novas respostas a problemas de pobreza e de exclusão social em territórios urbanos desfavorecidos e em territórios rurais ou costeiros economicamente fragilizados e de baixa densidade populacional*". A focalização temática deste instrumento considera três grupos alvo distintos:

i) Comunidades de base rural e agentes do processo de desenvolvimento local e de diversificação e competitividade da economia de base rural, que abrange territórios com população entre 10.000 e 150.000 habitantes onde atuam os Grupos de Ação Local (GAL) da abordagem LEADER;

ii) Comunidades pesqueiras e costeiras e agentes dos processos de desenvolvimento pesqueiro e costeiro e de diversificação e competitividade da economia de base pesqueira e costeira, a operacionalizar em territórios com população entre 20.000 e 200.000 habitantes, correspondentes às áreas de atuação dos atuais Grupos de Ação Local Costeira que constituirão a referência para os futuros GAL – Pesca;

iii) Comunidades de base urbana e agentes dos processos de desenvolvimento local e de diversificação e competitividade da economia urbana de base local, a aplicar em territórios urbanos e rurais desfavorecidos, com população entre 10.000 e 150.000 habitantes[8], com particular incidência dos fenómenos de exclusão social, pobreza ou risco de pobreza.

As DLBC podem ser financiadas sob uma lógica plurifundo (FEADER, FEAMP, FSE, complementados pelo FEDER) e os investimentos podem adotar as modalidades de subsídios reembolsáveis e não reembolsáveis. As DLBC serão aprovadas com base num processo de seleção concorrencial envolvendo (GAL)-DLBC, serão selecionadas e aprovadas por um comité instituído pelas autoridades de gestão dos programas financiadores (sem alocações pré-definidas) e poderão resultar de experiência(s) comunitária(s) prévia(s) de intervenção.

Investimentos Territoriais Integrados (ITI)

8 Com possibilidade de derrogação, devidamente fundamentada, que permita o abaixamento do limiar mínimo para 5000 habitantes.

Os ITI serão utilizados na concretização de Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial ancorados em estratégias de desenvolvimento em territórios correspondentes a NUTS III (ou agrupamentos de NUTS III contíguas)[9], potenciando *"as soluções de governação aí instituídas (sob a liderança das Comunidades Intermunicipais, mas envolvendo parceiros públicos, privados e associativos), assumindo-se como uma estratégia territorial "sem fronteiras entre concelhos", assente no princípio da promoção de uma parceria alargada de coordenação, cooperação e concertação de iniciativas de âmbito transmunicipal. (…) Os Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial poderão ser financiados pelo FEDER, FSE, Fundo de Coesão e FEADER e, na ótica das modalidades de financiamento, incluir subsídios reembolsáveis e não reembolsáveis, bem como ser articulados com outros instrumentos financeiros".*

Nesta perspetiva, as correspondentes prioridades de investimento e os objetivos prosseguidos prendem-se com: (i) a modernização da administração local; (ii) a promoção da eficiência energética e das energias renováveis nas infraestruturas públicas; (iii) a adaptação às alterações climáticas e a prevenção de riscos; (iv) a proteção e desenvolvimento do património natural; (v) a mobilidade regional, sub-regional e em espaços de baixa densidade; (vi) a criação de emprego, o microempreendedorismo e a criação de empresas; (vii) infraestruturas e equipamentos sociais e promoção da economia social; (viii) infraestruturas educativas do ensino pré-escolar e básico (com condicionamentos). Os ITI serão aprovados com base num processo de seleção concorrencial envolvendo as Comunidades Intermunicipais (sem alocações pré-definidas) e a sua gestão será contratualizada com as Autoridades de Gestão dos programas financiadores. Nas Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores não serão concretizadas ITI.

Ações Integradas de Desenvolvimento Urbano Sustentável (AIDUS)

As AIDUS concretizam Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto (AML e AMP, respetivamente), destinando-se "*a prosseguir estratégias de Desenvolvimento Sustentável tendo em consideração a particular relevância dos sistemas urbanos na dinamização do crescimento e do emprego, da competitividade e da inovação, e também da sustentabilidade e promoção da qualidade de vida*", tendo por base prioridades e objetivos semelhantes aos definidos para os ITI. A concretização de AIDUS prevê, assim, a concentração dos investimentos na promoção da atratividade das áreas urbanas de incidência, bem como da coesão, do emprego e da sustentabilidade territorial. Ambas as AIDUS consideradas obedecem a limiares mínimos FEDER a aplicar no apoio à transição para uma economia de baixo teor de carbono, designadamente 12% no caso da AMP e 20% na AML. As AIDUS recorrem a financiamentos FEDER e FSE, não podendo, contudo, mobilizar o FEADER.

Áreas prioritárias de Cooperação Territorial Europeia

A Cooperação Territorial Europeia assume uma tripla vertente de atuação - Cooperação Transfronteiriça, Cooperação Transnacional e Cooperação Inter-regional – e tem como objetivo o reforço do relacionamento das regiões portuguesas "*com as congéneres europeias e as do seu espaço próximo de vizinhança através do estabelecimento de parcerias de diferentes tipos e finalidades, muito especialmente, pela participação em redes inter-regionais de cooperação, mais ou menos institucionalizadas*". No caso português, são quatro as áreas geográficas abrangidas pela estratégia para a Cooperação Europeia: as regiões vizinhas de Espanha, o espaço Atlântico, as regiões mediterrâneas e os países do norte de África. A Cooperação com estas regiões desenvolver-se-á no âmbito de Programas Operacionais específicos (**Quadro 30**I, cujas prioridades temáticas são apresentadas no

9 Poderão excecionalmente concretizar-se ITI noutras configurações territoriais, direcionadas para domínios específicos (por exemplo, a "ITI Mar" acolherá a operacionalização da Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020).

quadro seguinte, integrando-se nas estratégias de desenvolvimento territorial definidas a nível regional e nacional, bem como com os planos estratégicos sectoriais, em particular os dirigidos às áreas do ambiente, mar e investigação científica para o período 2014-2020.

São cinco as áreas temáticas que dominam a implementação dos Programas de Cooperação Territorial em Portugal: i) o conhecimento e a inovação; ii) a competitividade das PME; iii) as alterações climáticas e a prevenção de riscos; iv) o meio ambiente e a eficiência de recursos; e v) o emprego e mobilidade laboral. O próximo quadro de intervenção comunitária tem ainda a preocupação de dar continuidade às estruturas de cooperação criadas em Programas anteriores, designadamente as Comunidades de Trabalho Transfronteiriças ou os Agrupamentos Europeus de Cooperação Territorial, bem como de projetos como o Parque Internacional do Tejo ou o Centro de Desenvolvimento Rural Transfronteiriço, como forma de garantir a continuidade e consolidação das intervenções desenvolvidas.

Quadro 30. Programas de Cooperação Territorial Europeia

	Programas Operacionais	Territórios abrangidos	Prioridades temáticas para a Cooperação
Cooperação Transfronteiriça	Portugal - Espanha	Territórios transfronteiriços Portugal-Espanha	Investigação, desenvolvimento tecnológico e inovação; cooperação / associação para a competitividade das PME e das estruturas produtivas nas zonas rurais; adaptação às alterações climáticas e prevenção e gestão de riscos; proteção do ambiente e melhoria da eficiência na utilização dos recursos naturais
	Bacia do Mediterrâneo / Instrumento da Política Europeia de Vizinhança	NUTS II Algarve e Alentejo, com extensão à NUTS III Grande Lisboa, e países do Norte de África (em especial, Marrocos)	Recursos naturais e culturais, património e reforço institucional
Cooperação Transnacional	Espaço Atlântico	Território nacional (incluindo R.A. Açores e Madeira), França, Irlanda, Espanha e Reino Unido	Economia azul: inovação e capacidades tecnológicas, governação dos oceanos, recursos haliêuticos, segurança marítima e proteção do meio marinho, apoio às PME para a criação de emprego, competências da mão-de-obra, prevenção de riscos naturais e tecnológicos e da utilização eficiente dos recursos
	Espaço Sudoeste Europeu	Território do continente	Inovação como valor acrescentado para a procura de novos instrumentos e soluções; crescimento verde, com particular atenção à sustentabilidade, alterações climáticas e riscos naturais, proteção do ambiente e da biodiversidade e melhoria da eficiência na utilização dos recursos
	Espaço Mediterrâneo	NUTS II Alentejo, Algarve e Lisboa	Inovação como base de trabalho em rede para a especialização inteligente e crescimento sustentável em transição para uma economia de baixo teor de carbono, alterações climáticas e gestão dos riscos (poluição marinha, desertificação) e eficiência na utilização dos recursos naturais
Cooperação Inter-regional	Cooperação Inter-regional / Programas de Redes (ESPON, URBACT, INTERACT, INTERREG IV)	Território nacional	Intercâmbio de informação, estudos, experiências e boas práticas na gestão de instrumentos de política, de programas operacionais e de ações nos domínios do ordenamento do território e do desenvolvimento urbano e rural sustentável
Cooperação Transfronteiriça, Transnacional e Inter-regional	Espaço Madeira, Açores e Canárias	Regiões Ultraperiféricas da Madeira, Açores e Canárias	Investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação, em particular, nas áreas ligadas ao oceano (mar profundo, tecnologia marinha, biodiversidade); competitividade das PME; alterações climáticas e a prevenção da gestão dos riscos; ambiente e utilização eficiente dos recursos

Fonte: Portugal 2020 – Acordo de Parceria 2014-2020, janeiro de 2014

Abordagem integrada para lidar com as necessidades específicas das zonas geográficas mais afetadas pela pobreza ou dos grupos-alvo com risco mais elevado de discriminação ou exclusão

Um domínio de intervenção pública que se tem vindo a impor mais recentemente é o relativo à "*promoção da inclusão social dos cidadãos, de forma multissetorial e integrada, através de ações executadas em parceria, por forma a combater a pobreza persistente e a exclusão social em territórios deprimidos"*, em particular em territórios envelhecidos ou afetados por calamidades, aos quais se tem adicionado os territórios afetados pelo desemprego e situações críticas de pobreza. O impacte nos vários territórios é diversificado, o que requer abordagens diferenciadas de forma a responder a necessidades específicas locais.

Neste sentido, os Contratos Locais de Desenvolvimento Social + (CLDS+) visam "*o aumento da empregabilidade, para um combate articulado contra a pobreza crítica, em especial garantindo uma maior proteção às crianças, jovens e idosos, fornecendo instrumentos adequados nas respostas às calamidades, sempre tendo em mente a aposta num superior desenvolvimento local e especial atenção na concretização de medidas que promovam a inclusão ativa das pessoas com deficiência e incapacidade*". A atuação dos CLDS+ nos vários territórios desenvolve-se sob três eixos de intervenção relativos a: i) emprego, formação e qualificação; ii) intervenção familiar e parental, preventiva da pobreza infantil; e iii) capacitação da comunidade e das instituições.

Na implementação dos CLDS+ é de relevar a importância da sua articulação com a Rede Social com intervenção no território, conjugando as atuações de autarquias e de entidades públicas e privadas no domínio da ação social. Uma nova Rede Local de Intervenção Social (RLIS) deverá garantir a coordenação de todas as entidades/agentes responsáveis pela implementação de políticas sociais, sob uma lógica de descentralização e de prestação de serviços a contratualizar. No combate ao desemprego, a atuação dos Gabinetes de Inserção Profissional (GIP) afigura-se fundamental, no apoio a jovens e adultos desempregados e na sua (re)inserção no mercado de trabalho.

Abordagem integrada para lidar com os desafios e necessidades específicas das áreas geográficas com limitações naturais ou demográficas permanentes - As Regiões Ultraperiféricas

As Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira integram o conjunto das Regiões Ultraperiféricas da União Europeia (RUP), cuja especificidade se encontra reconhecida no Tratado de Lisboa. As principais condicionantes destas regiões prendem-se com a reduzida dimensão do mercado regional e a distância e os custos acrescidos da acessibilidade ao mercado europeu. A localização dos arquipélagos dificulta ou inviabiliza o acesso às e redes transeuropeias, gerando sobrecustos de operação nas transações (designadamente custos de transporte) e inclusivamente a necessidade de duplicar investimentos (por exemplo, para produção e armazenamento de energia). Neste sentido, o alcance dos objetivos da Estratégia Europa 2020 passam pela "*melhoria da acessibilidade ao mercado único, não só na perspetiva dos transportes, mas também na transferência de conhecimento e da implementação das novas tecnologias de informação e comunicação*". Constituem também linhas de orientação estratégica "*o acréscimo da competitividade da economia regional, com investimento em setores com potencial de crescimento, uma maior autonomia energética, através da produção de energia renovável, e o apoio às PME do setor privado"*.

A.3. CRER 2020, Plano de Ação Regional

A construção do Plano de Ação Regional do Centro para o horizonte 2014-2020 baseou-se em duas abordagens metodológicas:

- ✓ A recolha de contributos de várias centenas de cidadãos, entidades, atores e instituições com papel determinante na condução dos destinos da região e a sua análise e organização num conjunto de documentos temáticos (abordagem "bottom-up")
- ✓ A definição da "arquitetura" do modelo estratégico e operacional (abordagem "bottom-down"), que se desdobra em primeiro lugar, num desígnio central (o posicionamento regional e ambição coletiva; em segundo lugar, em prioridades nucleares; em terceiro lugar, em domínios diferenciadores da estratégia de especialização inteligente; e por último em eixos de atuação, domínios de intervenção e linhas de ação que corporizam a estratégia delineada para o período 2014-2020. O modelo assim montado é alvo de acompanhamento através de um sistema de monitorização do desenvolvimento regional.

As duas abordagens foram desenvolvidas de forma integrada garantindo, por um lado, que Estratégia de Desenvolvimento Regional proposta para o CENTRO de PORTUGAL, bem como o Plano de Ação Regional que a visa operacional no horizonte 2014-2020, assenta em propostas concretas, validadas pela participação alargada dos agentes económicos, sociais e institucionais da região, e por outro, que o desenho da estratégia, das prioridades e dos eixos de atuação é coerente, articulado e seletivo nas escolhas efetuadas, apontando objetivos claros e metas exequíveis.

Desígnio central, ambição e prioridades nucleares

"CRER no CENTRO de PORTUGAL 2020 é o desígnio central assumido pela Região Centro para o período 2014-2020, que incorpora um duplo sentido: o sentido de acreditar e mobilizar o CENTRO de PORTUGAL a CRER num potencial de desenvolvimento harmonioso, para o que é preciso que este seja coerente e consensualmente partilhado por todos, na essência dos seus objetivos; e o sentido de assumir como desígnio central da região a afirmação de um modelo de Competitividade Responsável, Estruturante e Resiliente (CRER)."[10]

O desígnio central assumido pela Região Centro tem subjacente um conjunto de ambições quantificadas:

- ✓ Situar-se como Innovation Leader, de acordo com os resultados do Regional Innovation Scoreboard, aumentando o investimento efetuado em I&D orientado para resultados para 3% do PIB e 20% do investimento nacional;
- ✓ Representar 20% do PIB nacional;
- ✓ Diminuir em 10% as assimetrias territoriais;
- ✓ Ter 40% da população jovem (30-34 anos) com formação superior;
- ✓ Apresentar Taxa de Desemprego Inferior a 70% da média nacional.

[10] *Fonte: CRER 2020, Plano de Ação Regionaal*

A concretização desta ambição exige uma focalização operacional, em torno de prioridades nucleares para a Região Centro, com contornos bem definidos:

- ✓ Sustentar e Aumentar a Criação de Valor – valorização económica dos recursos e do património da Região Centro em atividades e setores com potencial de integração bem-sucedida nos mercados, assente em estratégias de inovação e internacionalização;
- ✓ Estruturar uma Rede Policêntrica de Cidades de Média Dimensão – consolidação de uma rede regional de cidades de dimensão média, diferenciadas e especializadas, capaz de atrair e fixar residentes e reforçar a qualidade das comunidades;
- ✓ Gerar, Captar e Reter Talento – formação ao longo da vida e captação de talento exterior à própria região, contribuindo para o desenvolvimento dos setores económicos estratégicos da Região Centro e para a atratividade regional;
- ✓ Reforçar a Coesão Territorial – redução das disparidades e das assimetrias territoriais existentes;
- ✓ Dar Vida e Sustentabilidade às Infraestruturas Existentes – valorização dos investimentos realizados nos últimos anos em infraestruturas e equipamentos, através de processos de refuncionalização e dinamização de conteúdos;
- ✓ Consolidar a Capacitação Institucional – melhoria do desempenho das organizações na prestação de serviços aos cidadãos e às empresas, através da qualificação dos seus recursos humanos, da utilização de novos métodos de trabalho, do recurso às TICE, da consolidação de relações interinstitucionais e do reforço do capital relacional.

Eixos de atuação

A operacionalização da estratégia de desenvolvimento regional faz-se através de Eixos de Atuação (que se desdobram em domínios de intervenção e correspondentes linhas de ação):

- ✓ **Eixo 1 - Promover a internacionalização da economia regional e a afirmação de um tecido económico resiliente, industrializado, inovador e qualificado**, com o objetivo de reforçar da natureza exportadora da economia regional e do saldo da balança comercial, através da qualificação da oferta, de uma crescente incorporação da inovação e da aposta em I&D por parte das empresas, e da captação de IDE;
- ✓ **Eixo 2 - Reforçar o potencial humano e a capacitação institucional das entidades regionais,** com o objetivo de gerar, captar e reter talento qualificado e inovador, melhorando os níveis de sucesso escolar e de qualificação da população residente e reforçando a capacitação institucional e as dinâmicas de cooperação e parceria e trabalho;
- ✓ **Eixo 3 - Fortalecer a coesão social e territorial, potenciando a diversidade e os recursos endógenos**, com o objetivo de promover a coesão social, minimizar os fenómenos de pobreza e de exclusão social e reduzir as assimetrias regionais;
- ✓ **Eixo 4 - Consolidar a atratividade e a qualidade de vida nos territórios**, com o objetivo de tornar o território mais atrativo para as pessoas e os agentes económicos, reforçar a qualidade de vida existente, consolidar uma a rede policêntrica de médias cidades e afirmar modelos combinados de vivência urbana e rural
- ✓ **Eixo 5 - Afirmar a sustentabilidade dos recursos**, com o objetivo de valorizar o perfil de especialização da região e acentuar o contributo regional para a substituição da economia do carbono.

Quadro 31.
CRER 2020 - Eixos de atuação e domínios de intervenção

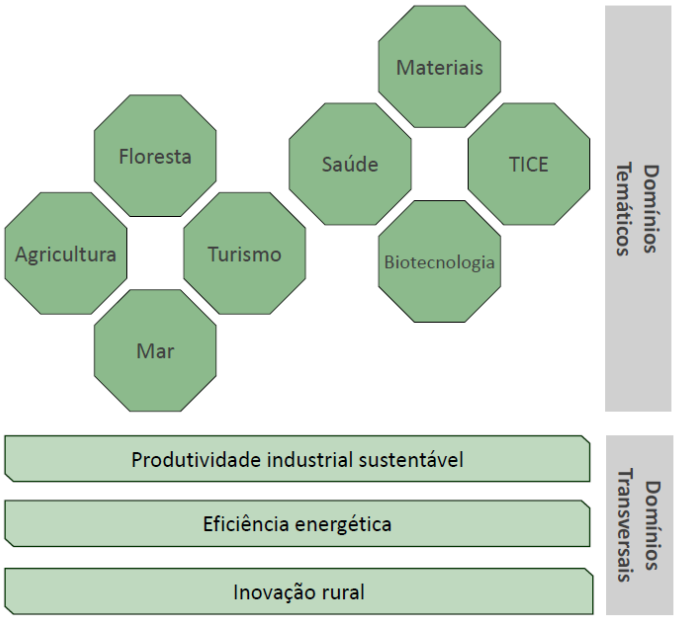
Eixos de atuação	Domínios de intervenção
Eixo 1 - Promover a internacionalização da economia regional e a afirmação de um tecido económico resiliente, industrializado, inovador e qualificado	1.1. Competitividade e internacionalização do tecido empresarial (COMPETIR)
	1.2. Investigação & Desenvolvimento, inovação e empreendedorismo (IDEIAS)
	1.3. Especialização inteligente (ESPECIALIZAR)
Eixo 2 - Reforçar o potencial humano e a capacitação institucional das entidades regionais	2.1. Educação (EDUCAR)
	2.2. Transição para o mercado de trabalho (EMPREGAR)
	2.3. Aprendizagem ao longo da vida (L3)
	2.4. Captação de Talentos (TALENTO)
	2.5. Desenvolvimento de cidadãos plenos e saudáveis (CIDADANIA)
	2.6. Demografia e política de família (POVOAR)
	2.7. Capacitação institucional (CAPACITAR)
Eixo 3 - Fortalecer a coesão social e territorial, potenciando a diversidade e os recursos endógenos	3.1. Coesão social (APROXIMAR)
	3.2. Coesão territorial (CONVERGIR)
Eixo 4 - Consolidar a atratividade e a qualidade de vida nos territórios	4.1. Rede urbana e qualificação das cidades
	4.2. Acessibilidades, logística e mobilidade à escala regional (MOVIMENTOS)
	4.3. Outras infraestruturas de apoio À competitividade (DINAMIZAR)
	4.4. Cultura e conservação do património (CONSERVAR)
Eixo 5 - Afirmar a sustentabilidade dos recursos	5.1. Ciclo da água e gestão dos resíduos (PRESERVAR)
	5.2. Proteção do ambiente, dos recursos naturais e prevenção de riscos (SUSTENTAR)
	5.3. Promoção das energias renováveis e da eficiência energética (PERENE)

Fonte: CCDRC

Domínios diferenciadores e estratégia de especialização inteligente

Os domínios diferenciadores correspondem a dinâmicas produtivas instaladas de grande sucesso e/ou promissoras, nomeadamente à luz das prioridades assumidas quer a nível europeu, quer nacional e regional. Identificam-se na Região Centro um conjunto de Domínios Diferenciadores Temáticos, amplamente validados pelos agentes regionais que participaram no processo CRER 2020, e de dimensões transversais prioritárias, enquanto domínios diferenciadores adicionais (ver Figura 14).

Figura 14. Estratégia de especialização inteligente – domínios diferenciadores



Fonte: CCDRC

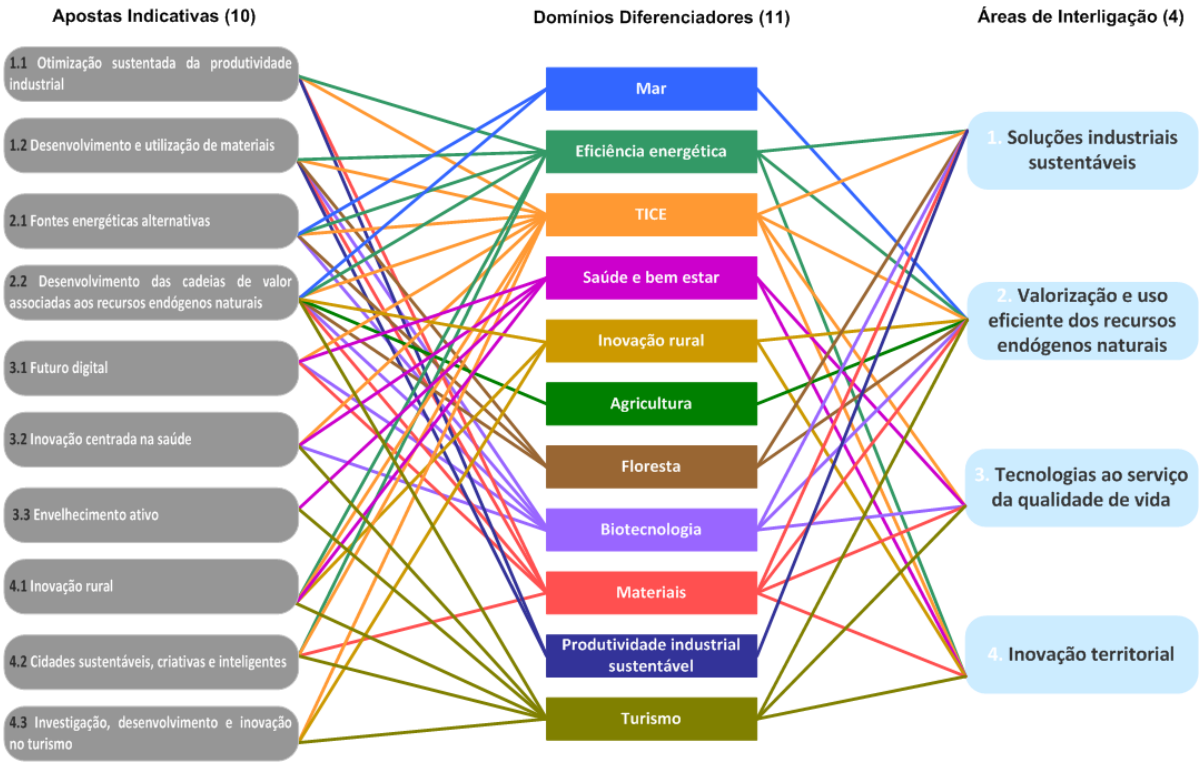
A concretização do potencial dos domínios diferenciadores assenta no tecido industrial já existente e com fortes tradições na Região Centro, criando condições e incentivos para o reforço da produtividade, da eficácia e da eficiência e para a incorporação de conhecimento, de I&D e de capital humano qualificado nos processos produtivos e modelos competitivos.

A identificação dos domínios diferenciadores partiu do diagnóstico das características e ativos específicos da região e deverão estar na base de uma estratégia de especialização inteligente, em que os esforços de desenvolvimento económico e os investimentos são canalizados para as mais-valias relativas de cada região, explorando as respetivas oportunidades económicas e tendências emergentes.

As prioridades da estratégia de especialização inteligente da Região Centro foram definidas a através de apostas indicativas - que resultam da identificação de áreas específicas dentro dos domínios diferenciadores e de áreas de interligação entre eles (ver Figura 15) – e validadas através dos seguintes critérios:

- ✓ Potencial de criação de atividade económica com alguma dimensão (igual ou superior a 10M€/ano ou 1.000 postos de trabalho)
- ✓ Contributo para a estratégia CRER2020
- ✓ Capacidade de IDI existente no território
- ✓ Potencial de internacionalização e/ou integração de cadeias de valor internacionais
- ✓ Efeitos de alavancagem, arrastamento e geração de dinâmicas de mudança

Figura 15. Áreas de interligação e apostas indicativas da estratégia de especialização inteligente



Fonte: CCDRC

Sistema de monitorização, acompanhamento e reconhecimento

A monitorização do progresso alcançado, em alinhamento com a presente estratégia regional, será efetuada através de um Barómetro: bateria de 25 indicadores-chave, com algumas metas definidas, que serão objeto de acompanhamento periódico, permitindo em função dos resultados monitorizados efetuar eventuais ações corretivas e preventivas, organizados em torno de 5 dimensões de análise: Crescimento e Competitividade; Potencial Humano; Qualidade de Vida; Coesão Social e Territorial; Sustentabilidade Ambiental e Energética.

Quadro 32.
Indicadores do barómetro regional

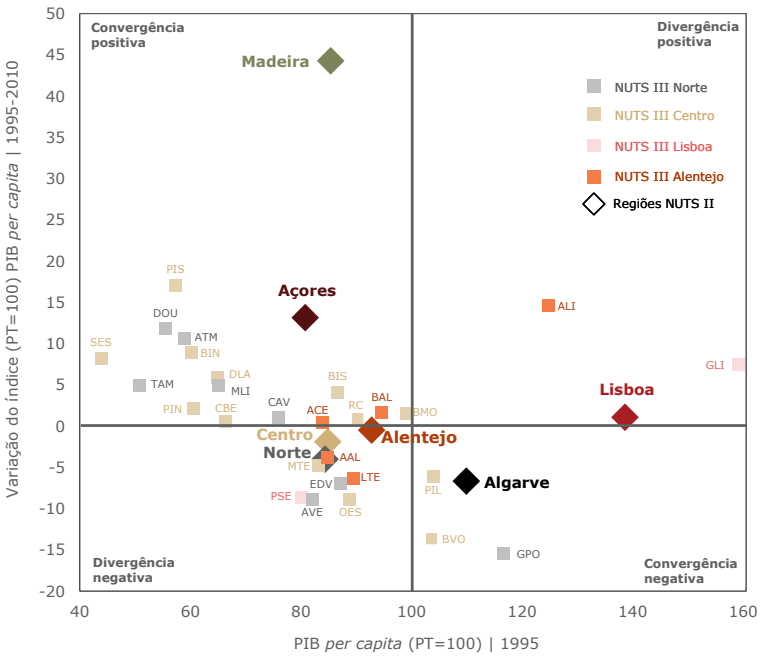
Crescimento e Competitividade
Internacionalização 1 - Exportações 2 - Catação de investimento direto estrangeiro
Investigação, Desenvolvimento e Inovação 3 - Investimento em I&D 4 - Resultado RIS 5 - Número de doutorados por ano na Região Centro
Dinâmica Empresarial 6 - Número de Empresas Gazela 7 - Taxa líquida de criação de empresas
Criação de Valor e Produtividade 8 - PIB 9 - Produtividade do trabalho
Potencial Humano
Educação e Formação 10 - Taxa de abandono escolar precoce 11 - População Jovem (30-34 anos) com formação superior 12 - Resultados de Exames Nacionais
Formação de Ativos 13 - Formação ao Longo da Vida
População e Emprego 14 - População 15 - Taxa de Desemprego 16 - Taxa de Desemprego Jovem
Qualidade de Vida
17 - Satisfação dos Residentes 18 - PIB *per capita*
Coesão
Coesão Social 19 - Beneficiários do RSI por 1000 habitantes 20 - Indicador da distribuição do rendimento
Coesão Territorial 21 - Dispersão concelhia de variação populacional 22 - Dispersão concelhia de rendimento familiar por habitante
Sustentabilidade Ambiental e Energética
23 - Percentagem de Energias Renováveis no consumo final de energia 24 - Emissão de Gases com Efeito Estufa sobre PIB 25 - Indicador de Eficiência Energética

Fonte: CCDRC

A.4. Elementos de suporte ao diagnóstico prospetivo

O Baixo Mondego e o Pinhal Interior Norte apresentam trajetórias de convergência positiva, com o PIB per capita a apresentar um crescimento superior ao crescimento médio nacional, ainda que o seu posicionamento face ao nível médio de vida do país seja distinto

Gráfico 1.
Crescimento económico: PIB per capita | 1995-2010



*Nota: **Divergência negativa** – regiões apresentam em 1995 um PIB pc inferior ao nacional (PT=100), registando entre 1995-2010 um crescimento do indicador inferior à média nacional (divergente); **Convergência positiva** – as regiões apresentam em 1995 um PIB pc inferior ao nacional (PT=100), registando entre 1995-2010 um crescimento do indicador superior à média nacional (convergente); **Divergência positiva** - as regiões apresentam em 1995 um PIB pc superior ao nacional (PT=100), registando entre 1995-2010 um crescimento do indicador superior à média nacional (região diverge porque se afasta mais do patamar nacional de PIB pc); **Convergência negativa** - as regiões apresentam em 1995 um PIB pc superior ao nacional (PT=100), registando entre 1995-2010 um crescimento do indicador inferior à média nacional (região converge porque se aproxima do patamar nacional de PIB pc, embora numa evolução com crescimento negativo do indicador).*

Regiões NUTS II

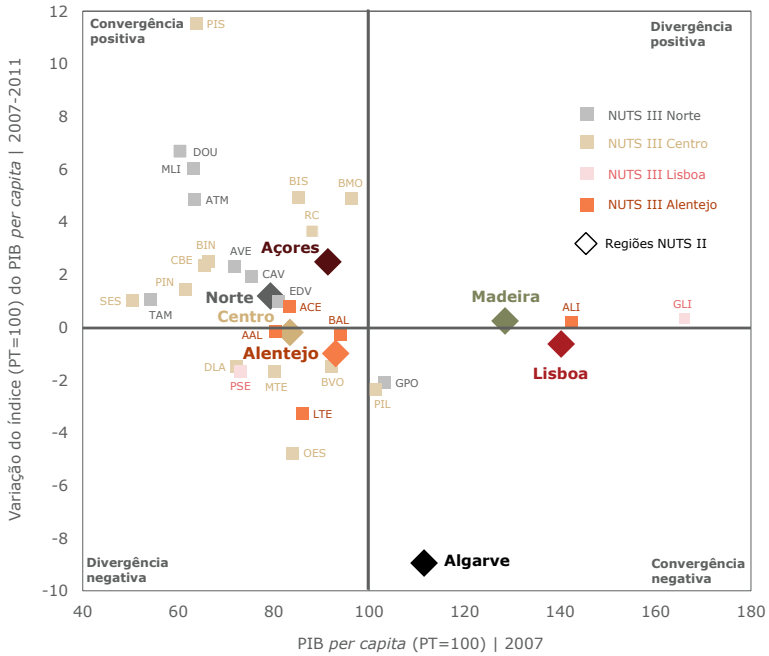
PT	Portugal
NO	Norte
CE	Centro
LI	Lisboa
AL	Alentejo
AG	Algarve
AC	RA Açores
MA	RA Madeira

Regiões NUTS III

MLI	Minho-Lima
CAV	Cávado
AVE	Ave
GPO	Grande Porto
TAM	Tâmega
EDV	Entre Douro e Vouga
DOU	Douro
ATM	Alto Trás-os-Montes
BVO	Baixo Vouga
BMO	Baixo Mondego
PIL	Pinhal Litoral
PIN	Pinhal Interior Norte
DLA	Dão-Lafões
PIS	Pinhal Interior Sul
SES	Serra da Estrela
BIN	Beira Interior Norte
BIS	Beira Interior Sul
CBE	Cova da Beira
OES	Oeste
MTE	Médio Tejo
RMTE	Médio Tejo + Mação + Sertã + Vila de Rei
GLI	Grande Lisboa
	Península de Setúbal
PSE	Alentejo Litoral
ALI	Alto Alentejo
AAL	Alentejo Central
ACE	Baixo Alentejo
BAL	
LTE	Lezíria do Tejo

Fonte: INE, Contas Regionais;

Gráfico 2.
Crescimento económico: PIB per capita | 2007-2011



*Nota: **Divergência negativa** – regiões apresentam em 1995 um PIB pc inferior ao nacional (PT=100), registando entre 1995-2010 um crescimento do indicador inferior à média nacional (divergente); **Convergência positiva** – as regiões apresentam em 1995 um PIB pc inferior ao nacional (PT=100), registando entre 1995-2010 um crescimento do indicador superior à média nacional (convergente); **Divergência positiva** - as regiões apresentam em 1995 um PIB pc superior ao nacional (PT=100), registando entre 1995-2010 um crescimento do indicador superior à média nacional (região diverge porque se afasta mais do patamar nacional de PIB pc); **Convergência negativa** - as regiões apresentam em 1995 um PIB pc superior ao nacional (PT=100), registando entre 1995-2010 um crescimento do indicador inferior à média nacional (região converge porque se aproxima do patamar nacional de PIB pc, embora numa evolução com crescimento negativo do indicador).*

Regiões NUTS II	
PT	*Portugal*
NO	*Norte*
CE	*Centro*
LI	*Lisboa*
AL	*Alentejo*
AG	*Algarve*
AC	*RA Açores*
MA	*RA Madeira*

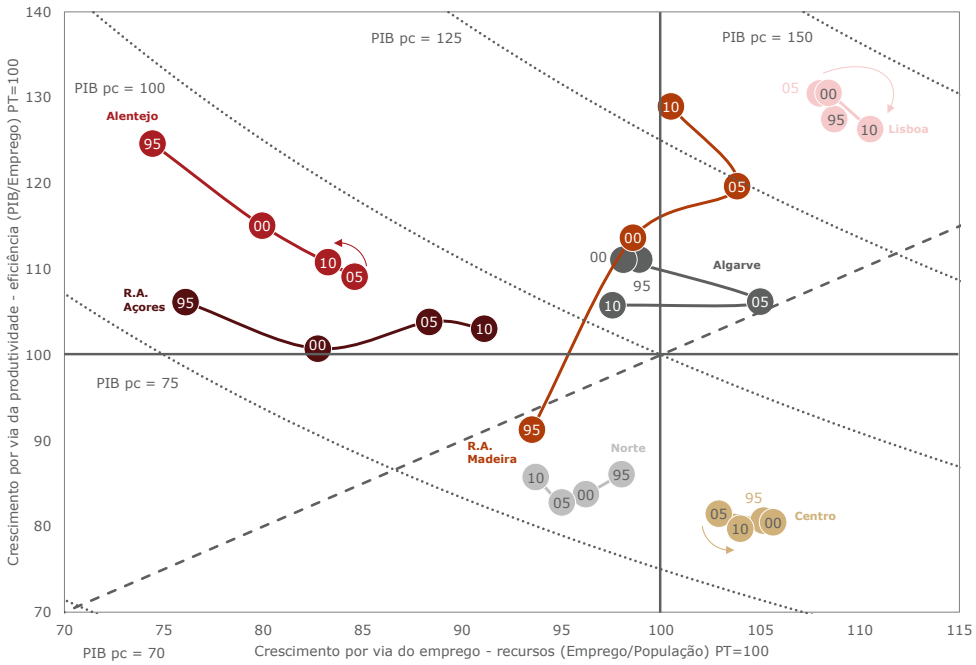
Regiões NUTS III	
MLI	*Minho-Lima*
CAV	*Cávado*
AVE	*Ave*
GPO	*Grande Porto*
TAM	*Tâmega*
EDV	*Entre Douro e Vouga*
DOU	*Douro*
ATM	*Alto Trás-os-Montes*
BVO	*Baixo Vouga*
BMO	*Baixo Mondego*
PIL	*Pinhal Litoral*
PIN	*Pinhal Interior Norte*
DLA	*Dão-Lafões*
PIS	*Pinhal Interior Sul*
SES	*Serra da Estrela*
BIN	*Beira Interior Norte*
BIS	*Beira Interior Sul*
CBE	*Cova da Beira*
OES	*Oeste*
MTE	*Médio Tejo*
RMTE	*Médio Tejo + Mação + Sertã + Vila de Rei*
GLI	*Grande Lisboa*
	Península de Setúbal
PSE	*Alentejo Litoral*
ALI	*Alto Alentejo*
AAL	*Alentejo Central*
ACE	*Baixo Alentejo*
BAL	
LTE	*Lezíria do Tejo*

Fonte: INE, Contas Regionais;

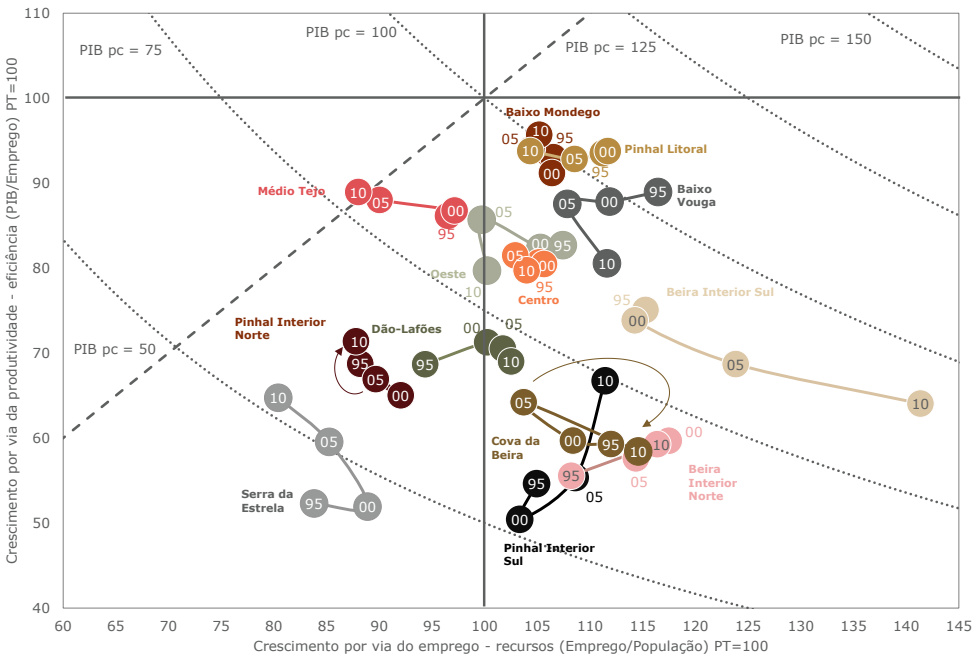
A trajetória de convergência positiva do Baixo Mondego e do Pinhal Interior Norte, entre 1995 e 2010, é marcada por uma melhoria do posicionamento relativo destas regiões em termos de produtividade e pelo ligeiro recuo da intensidade na utilização dos recursos humanos

Gráfico 3.
Decomposição do PIB per capita: Trajetórias de convergência por via da produtividade e trajetória de convergência por via do emprego (recursos) | 2000-2010

Regiões NUTS II



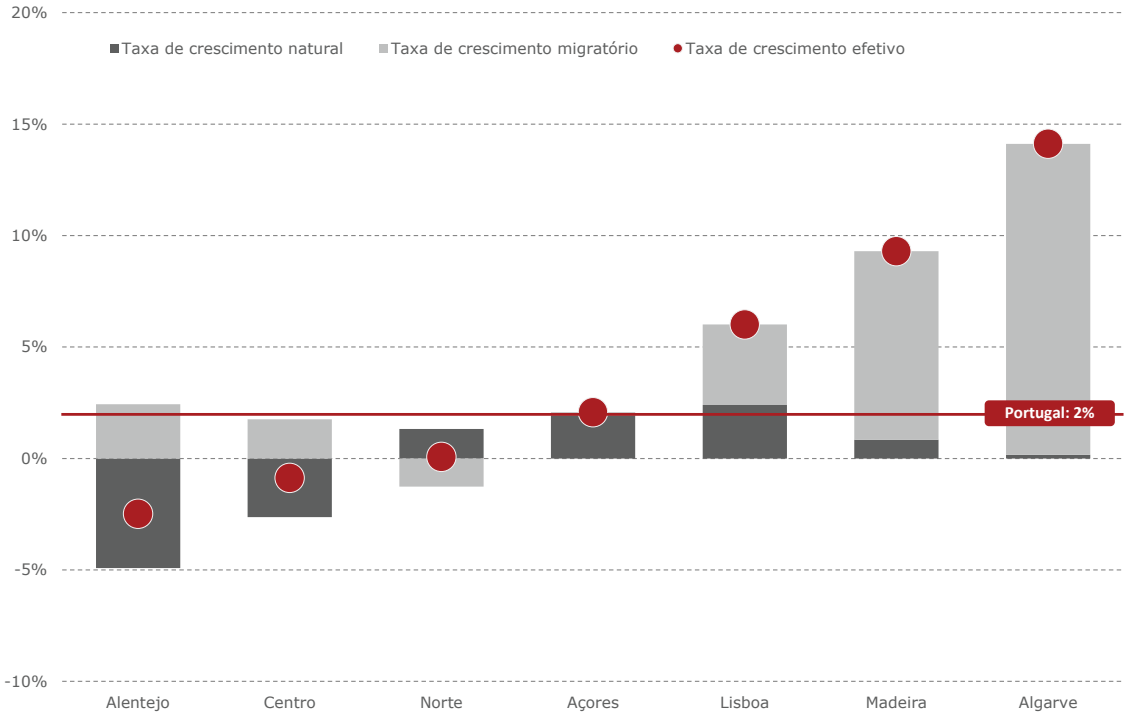
Centro - Regiões NUTS III



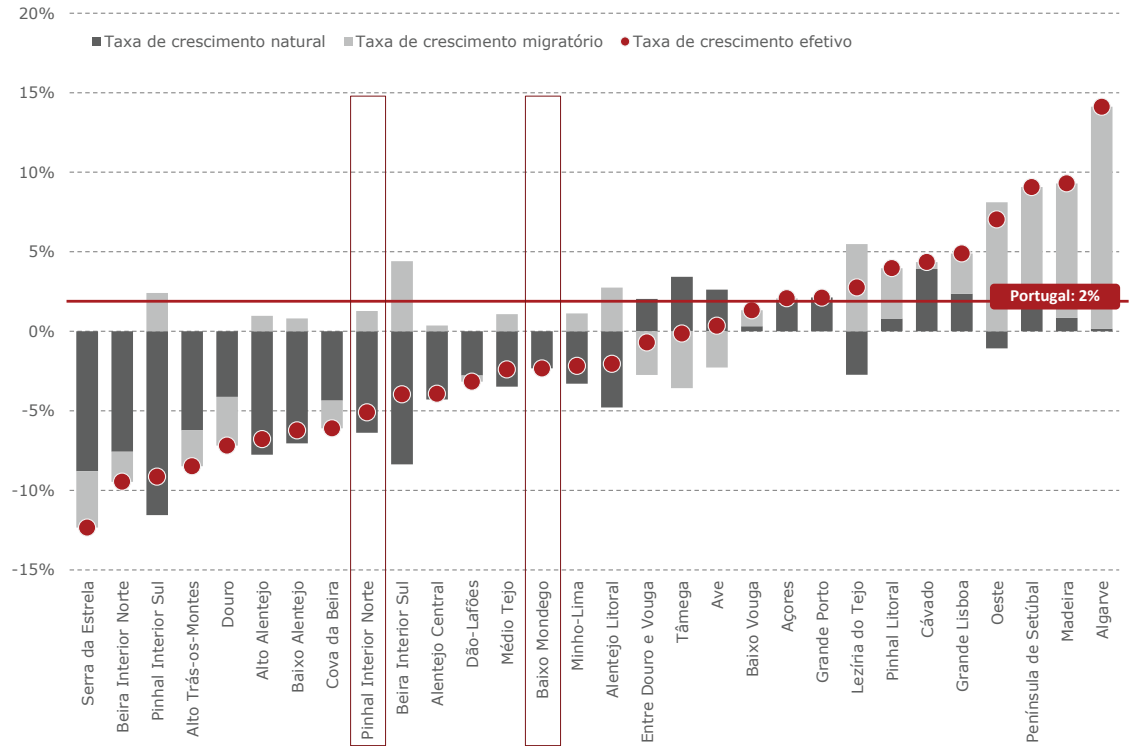
*Nota: o gráfico representa a decomposição do crescimento do PIB pc entre dois efeitos conjugados, por via da produtividade e do emprego, em relação ao referencial nacional desses efeitos (PT=100). As **linhas isodapanas** representam referenciais auxiliares de leitura sobre a posição de cada região no referencial nacional de PIB pc e permitem perceber o equilíbrio entre os efeitos (emprego e/ou eficiência) que explicam essa posição e trajetória (entre 1995 e 2010). A linha bissetriz traduz uma posição com crescimento do PIB pc equilibrado entre produtividade e emprego (consoante os níveis de PIB pc).*
Fonte: INE, Contas Regionais

A perda de população na região de Coimbra deve-se ao contributo negativo da componente natural que o saldo migratório não consegue compensar

Gráfico 4.
Taxa de crescimento natural, migratório e efetivo | 2001-2011 Regiões NUTS II



Regiões NUTS III

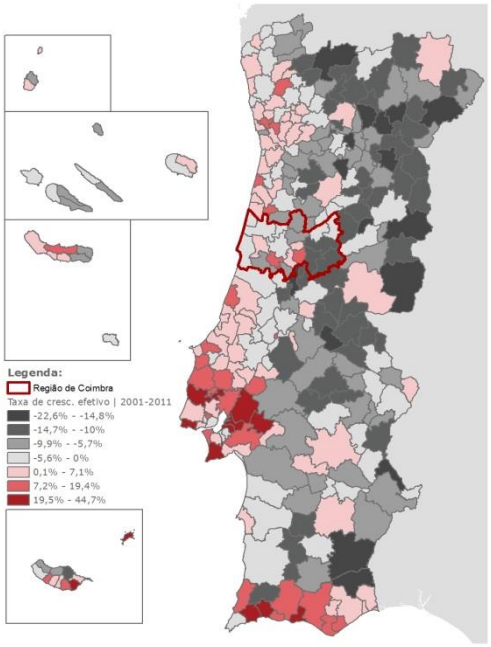


Nota: a taxa de crescimento populacional efetiva conjuga dois efeitos, o efeito natural (saldo entre nascimentos e óbitos) e o efeito migratório (saldo entre migrantes e emigrantes).
Fonte: INE, Recenseamento Geral da População de 2001 e 2011

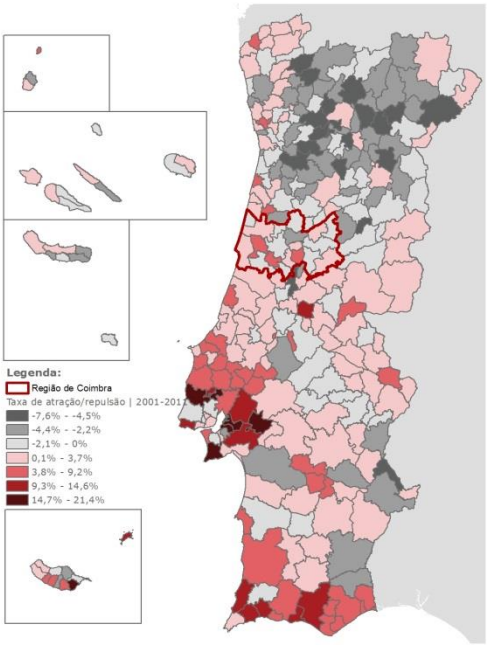
A capacidade de atração de novos residentes, revelada por alguns concelhos da região de Coimbra, não permite colmatar a fraca reposição populacional pela via natural

Mapa 2.
Taxa de crescimento efetivo e taxa de atração/repulsão | 2001-2011

Crescimento efetivo

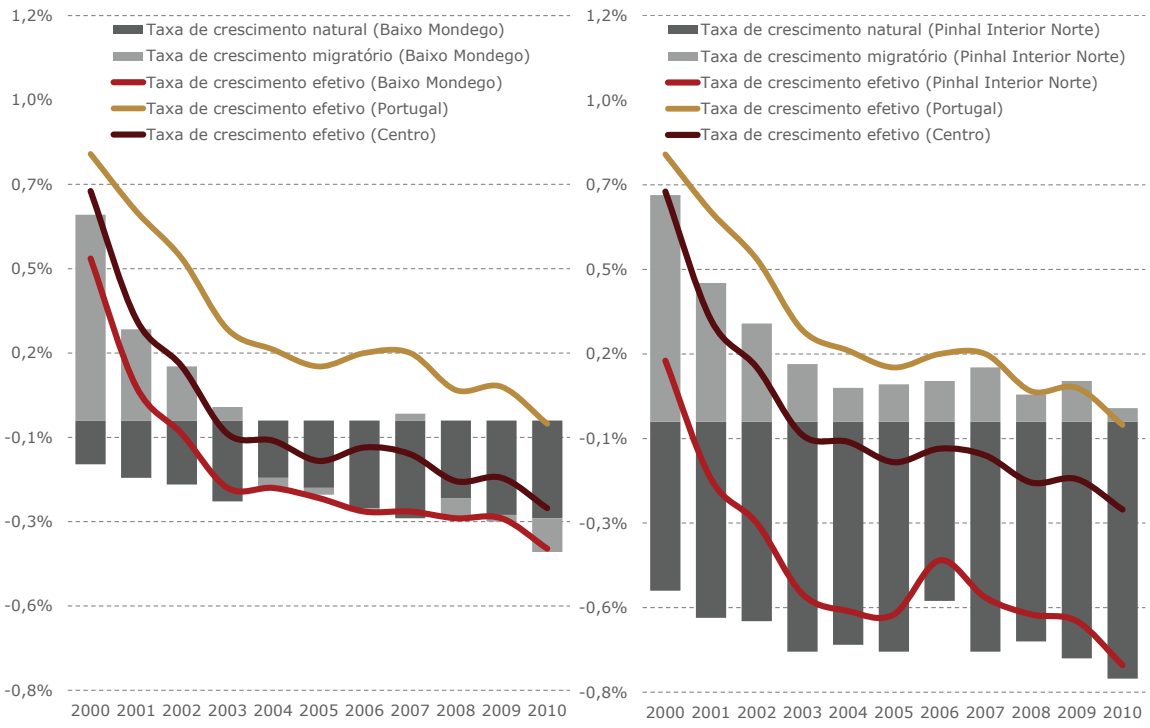


Taxa de atração/repulsão



Nota: taxa de atração/repulsão representa o peso do saldo migratório acumulado entre 2001 e 2011, na média da população residente dos anos 2001 e 2011. A taxa é de atração se o indicador >0, é de repulsão se <0. Fonte: INE. Anuários Estatísticos Regionais

Gráfico 5.
Decomposição do crescimento populacional | 2001-2010

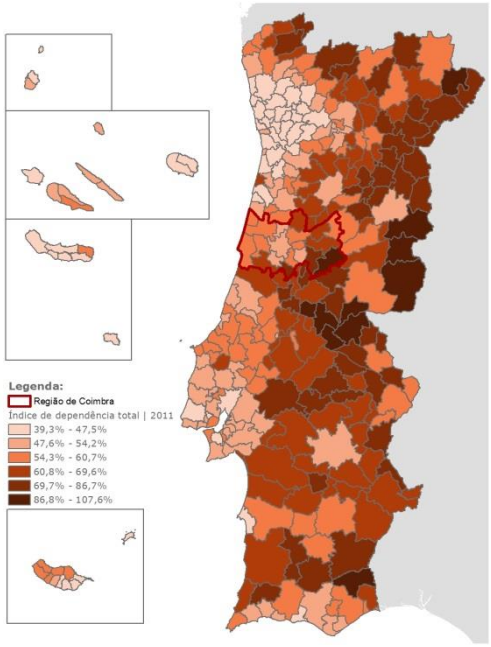


Fonte: INE, Anuários Estatísticos Regionais

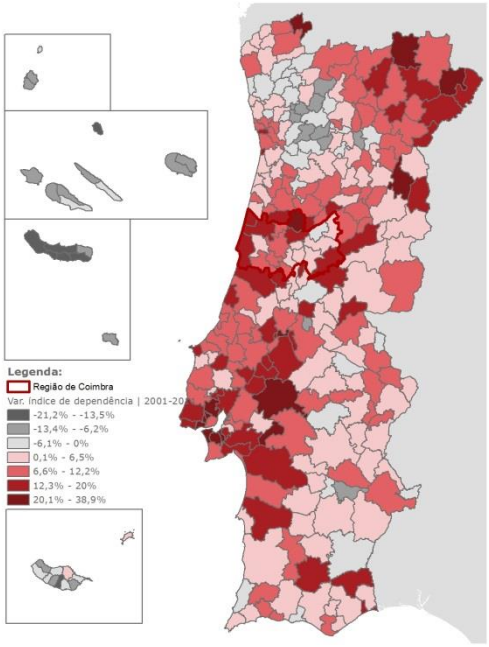
A região de Coimbra regista, na última década, um processo de envelhecimento significativo, mais expressivo nos concelhos do interior

Mapa 3.
Estrutura etária da população: índices de dependência | 2001-2011

Índice de dependência total | 2011

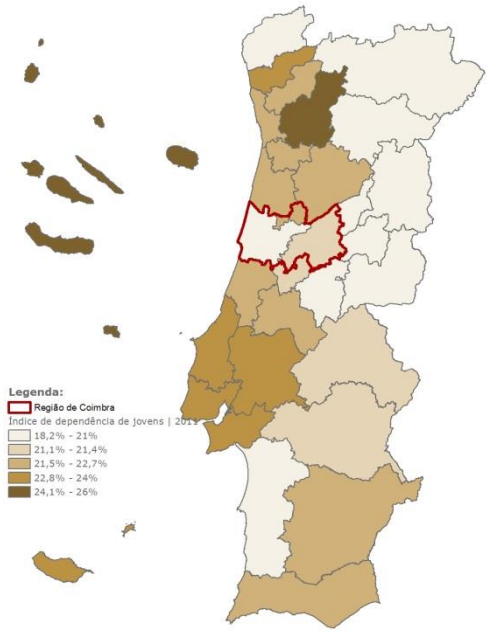


Variação do índice de dependência total | 2011-2011

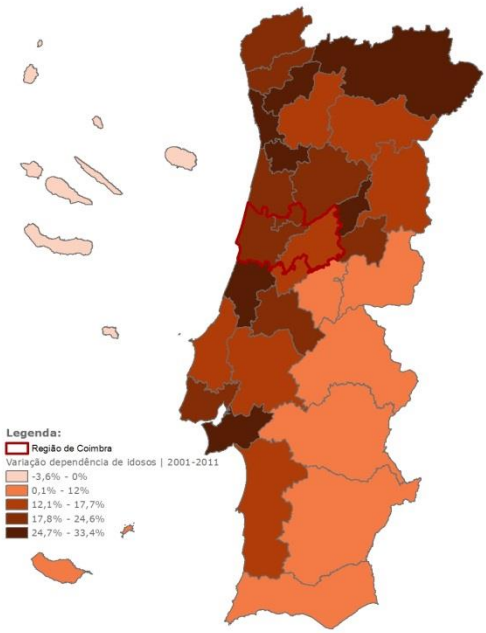


Fonte: INE, Anuário Estatístico Regional

Índice de dependência de jovens | 2011



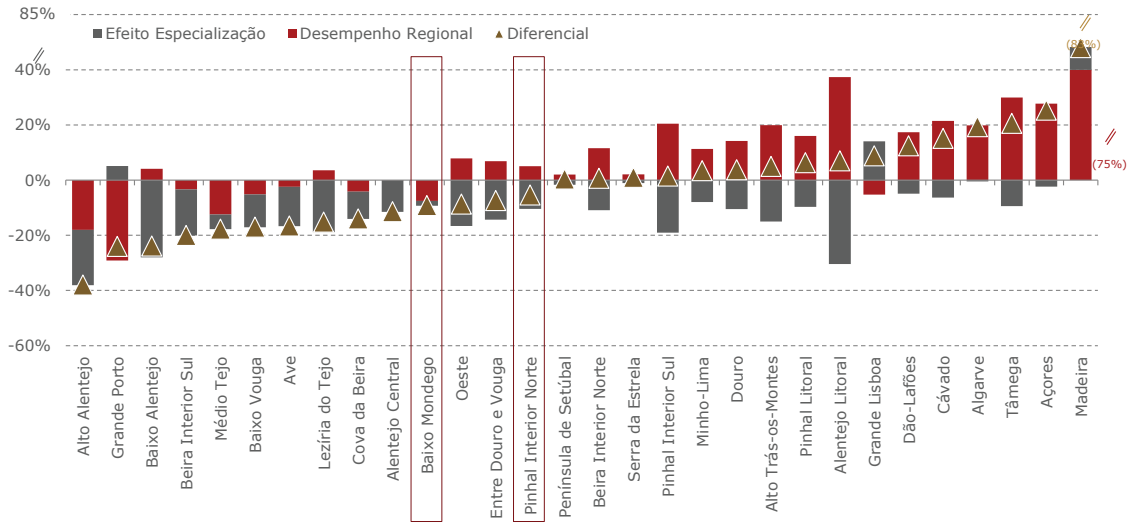
Variação do índice de dependência de Idosos | 2001-2011



Nota: Índice de dependência de idosos: Relação entre a população idosa e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 pessoas). Índice de dependência de jovens: Relação entre a população jovem e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos.
Índice de dependência Total: Relação entre a população jovem e idosa e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos conjuntamente com as pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com 15-64 anos. Fonte: INE, Anuário Estatístico Regional

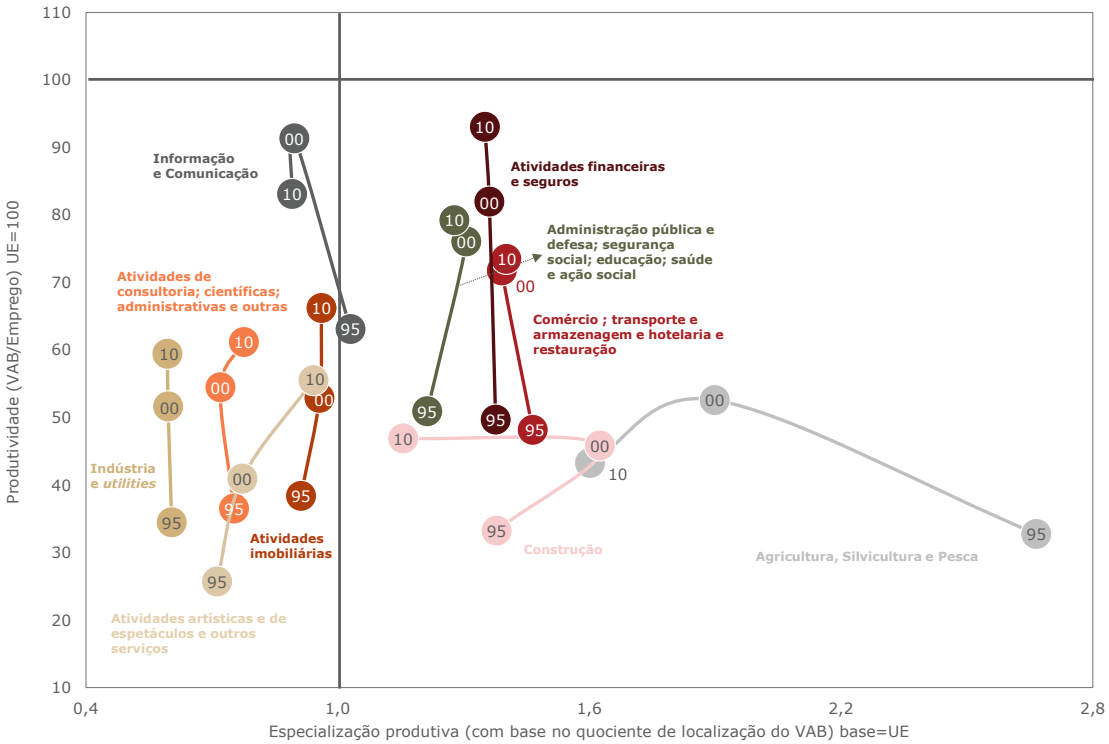
A dificuldade em acompanhar o ritmo de crescimento médio do VAB no país – explicada por uma especialização em setores que apresentam um baixo crescimento a nível nacional, não compensado pela capacidade dos vários setores regionais, independentemente do grau de especialização, acompanharem o ritmo de crescimento setorial médio nacional - indicia a persistência de obstáculos à plena exploração dos recursos da região

Gráfico 6.
Análise shift-share do VAB por NUTS III | 1995-2010



Nota: A análise sintetiza os fatores explicativos do diferencial entre as taxas de crescimento do VAB na região e no país. A componente especialização coloca em evidência a diferença de especialização das regiões face à média nacional, enquanto a componente regional coloca em evidência a capacidade das regiões em acompanhar o ritmo de crescimento sectorial médio nacional. Fonte: INE, Contas Regionais

Gráfico 7.
Especialização nacional do VAB Nacional face à UE27 | 1995-2010



Nota: O quociente de localização comprara o peso que um setor assume no total do VAB regional com o peso que o mesmo setor assume no VAB nacional. Um quociente de localização superior a 1 evidência um grau de especialização regional superior ao padrão nacional. Fonte: INE, Contas Regionais

Os amplos recursos agrícolas, hídricos e florestais e a tradição industrial marcam o perfil produtivo. Sublinha-se a tendência de aumento da produtividade do setor industrial, não obstante o menor grau de clusterização e internacionalização da indústria em comparação com os territórios vizinhos do litoral

Gráfico 8.
Especialização nacional do VAB do Baixo Mondego face a Portugal | 1995-2010

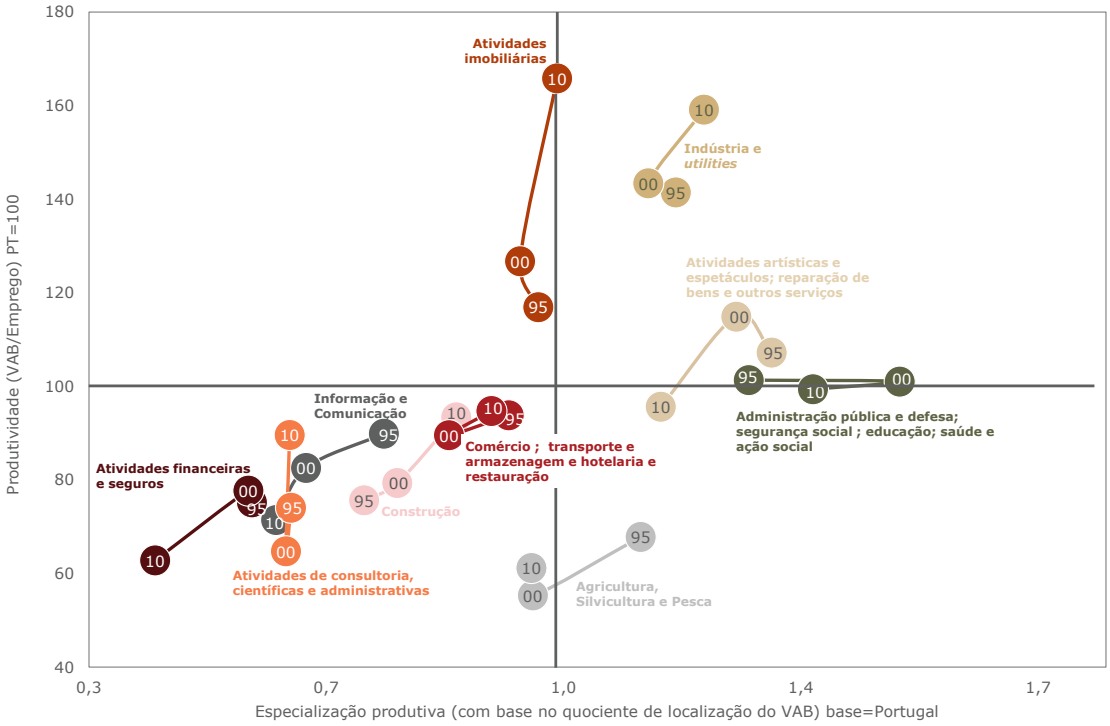
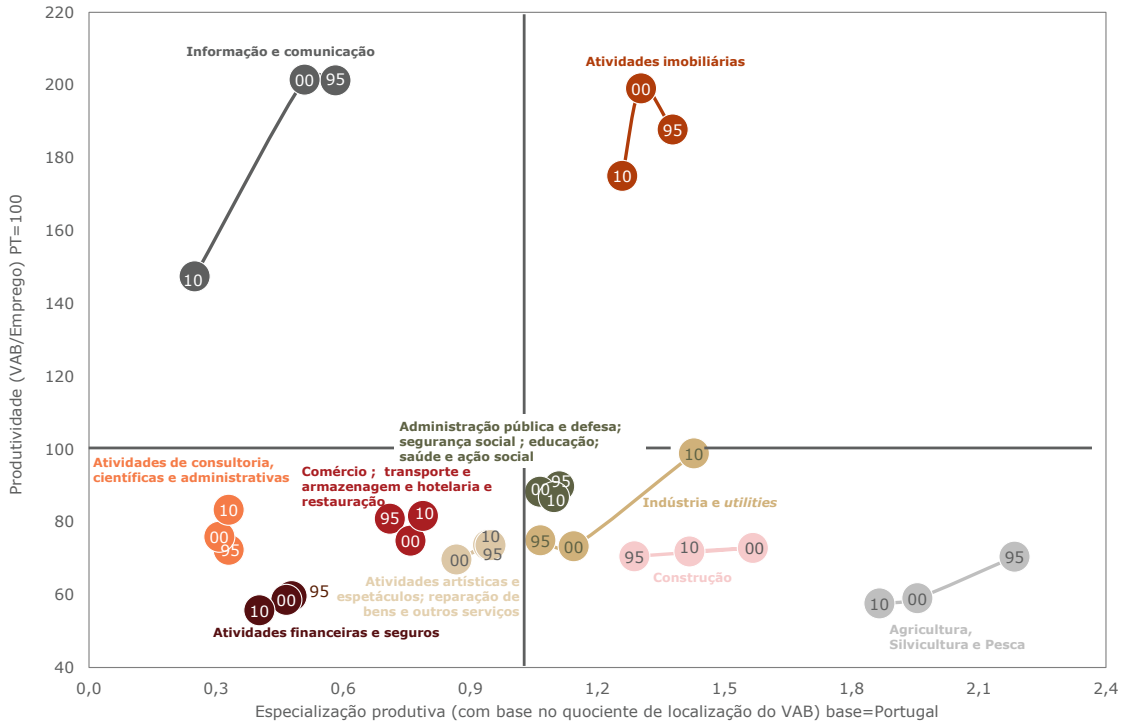


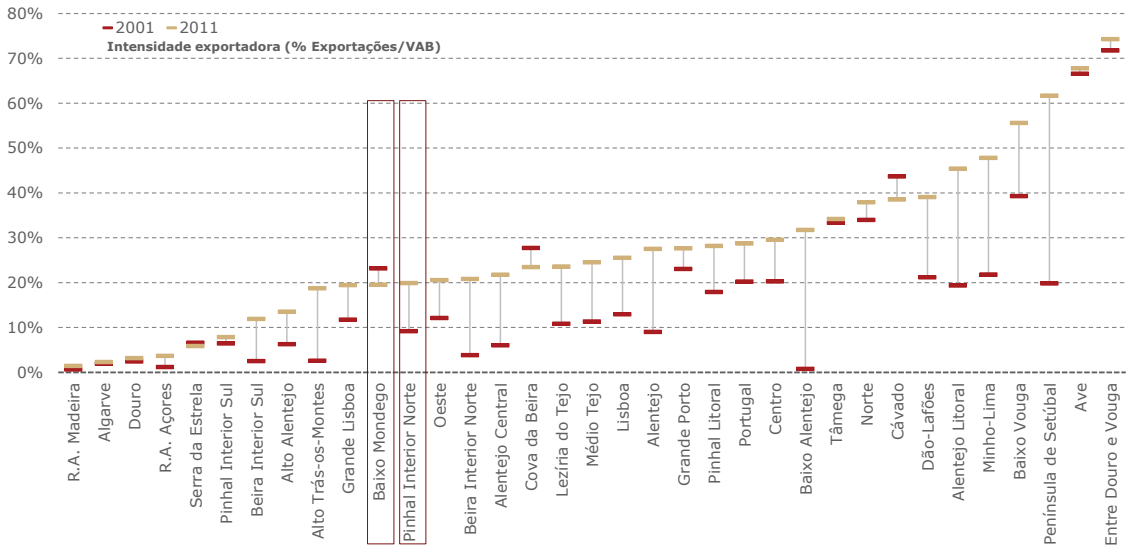
Gráfico 9.
Especialização regional do VAB do Pinhal Interior Norte face a Portugal | 1995-2010



Fonte: INE, Contas Regionais; Fonte: INE, Contas Regionais

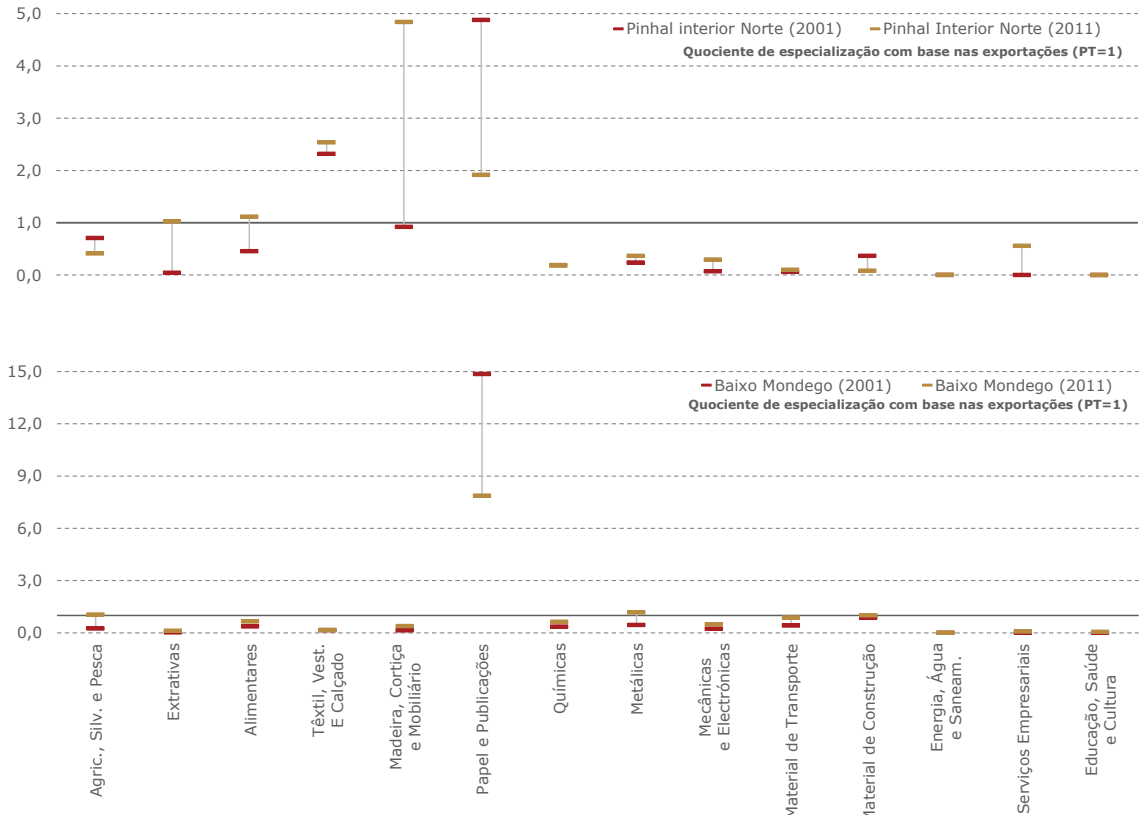
A fileira florestal, baseada num tecido em empresarial que combina uma malha relativamente atomizada e fragmentada de pequenos produtores com um conjunto limitado de empresas de transformação e distribuição de maior dimensão marca o perfil de exportação da região

Gráfico 10.
Intensidade exportadora | 2001-2011



Fonte: INE, Contas Regionais e Estatísticas do Comércio Internacional

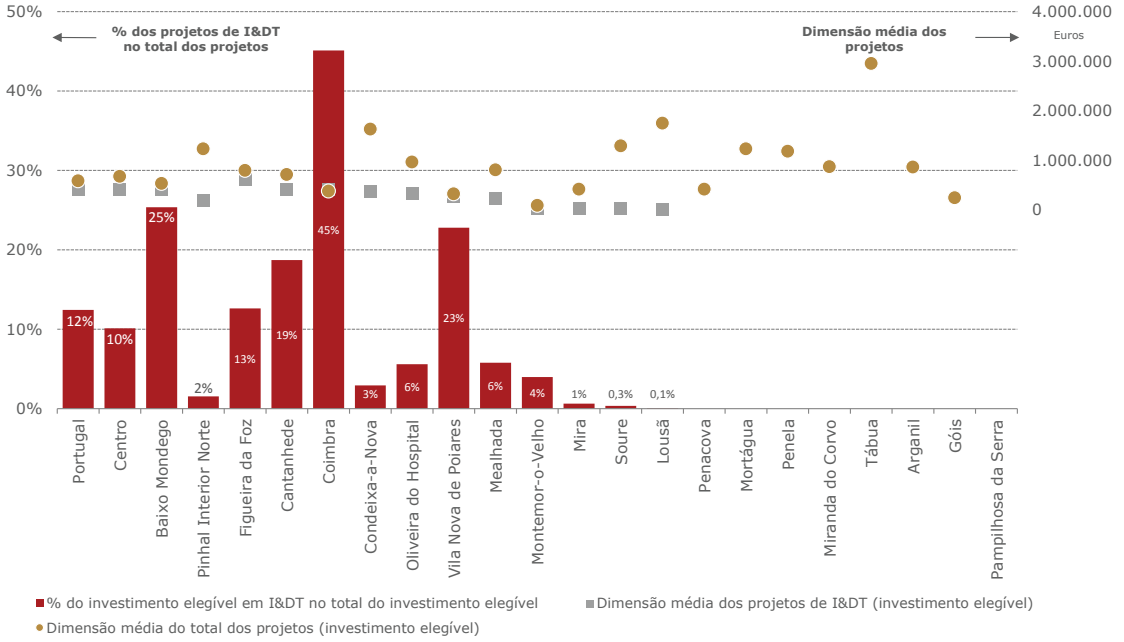
Gráfico 11.
Especialização regional das exportações| 2001-2011



Fonte: INE, Estatísticas do Comércio Internacional

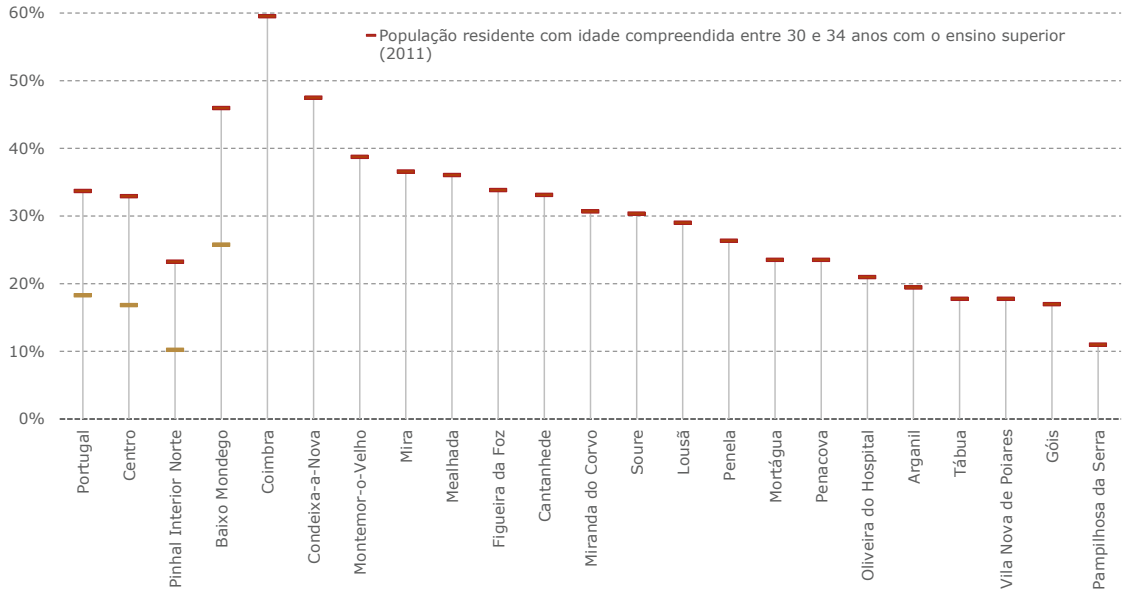
A capacidade que as empresas regionais apresentaram no atual período de programão de absorção dos fundos disponibilizados para a investigação e desenvolvimento tecnológico no âmbito do Sistema de Incentivos é indissociável da bolsa de recursos humanos concentrada no eixo urbano Coimbra-Figueira da Foz com um perfil etário e habilitacional positivo e da operação de unidades de investigação e empresas de base tecnológica em domínios diversificados como as ciências da vida, farmacêutica, biotecnologia e TIC

Gráfico 12.
Investimento em Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (I&DT), nos projetos aprovados pelos Sistemas de Incentivos ao Investimento das Empresas | 2012



Fonte: Sistema de Informação do Compete (Programa Operacional Temático Fatores de Competitividade) - projetos aprovados no âmbito dos Sistemas de Incentivos ao Investimento das Empresas, 2007 a 2012. Nota: os projetos de I&DT foram aprovados ao abrigo dos seguintes instrumentos - Criação e Reforço de competências Internas de I&DT/Núcleos de I&DT; I&DT Coletiva; I&DT Empresas/Projetos em Co-promoção; I&DT Empresas/Projetos Individuais; I&DT Empresas/Projetos Individuais/Regime Especial; I&DT Empresas/Projetos Mobilizadores; I&DT Empresas/Vale I&DT.

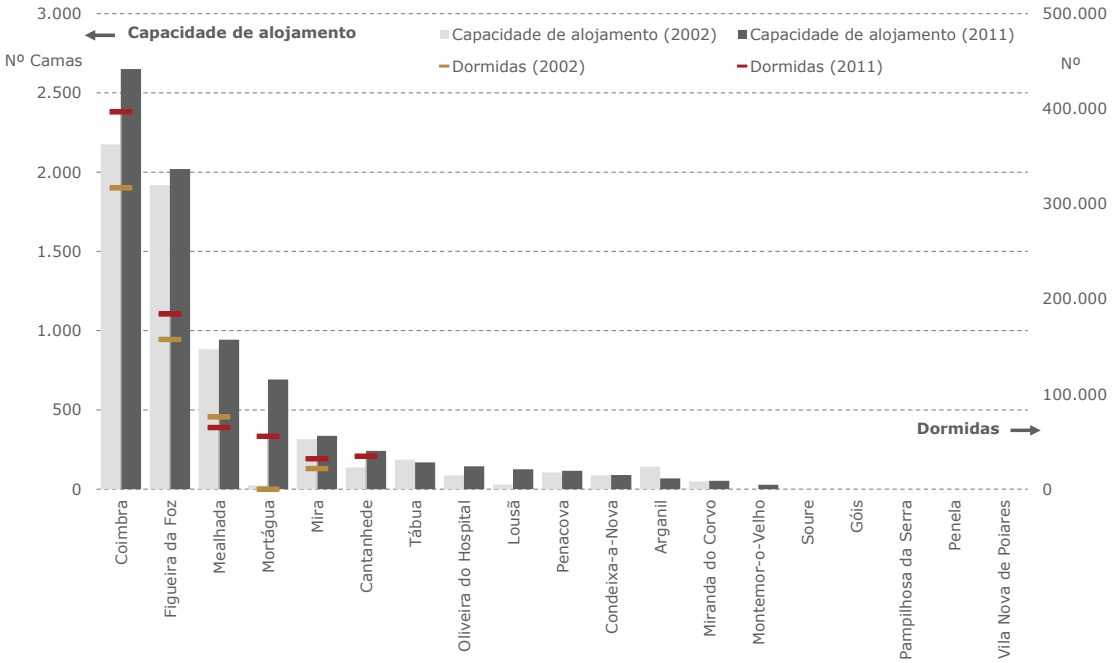
Gráfico 13.
Proporção da população entre os 30 e 34 anos com ensino superior | 2001-2011



Fonte: INE, Censos 2011 2001

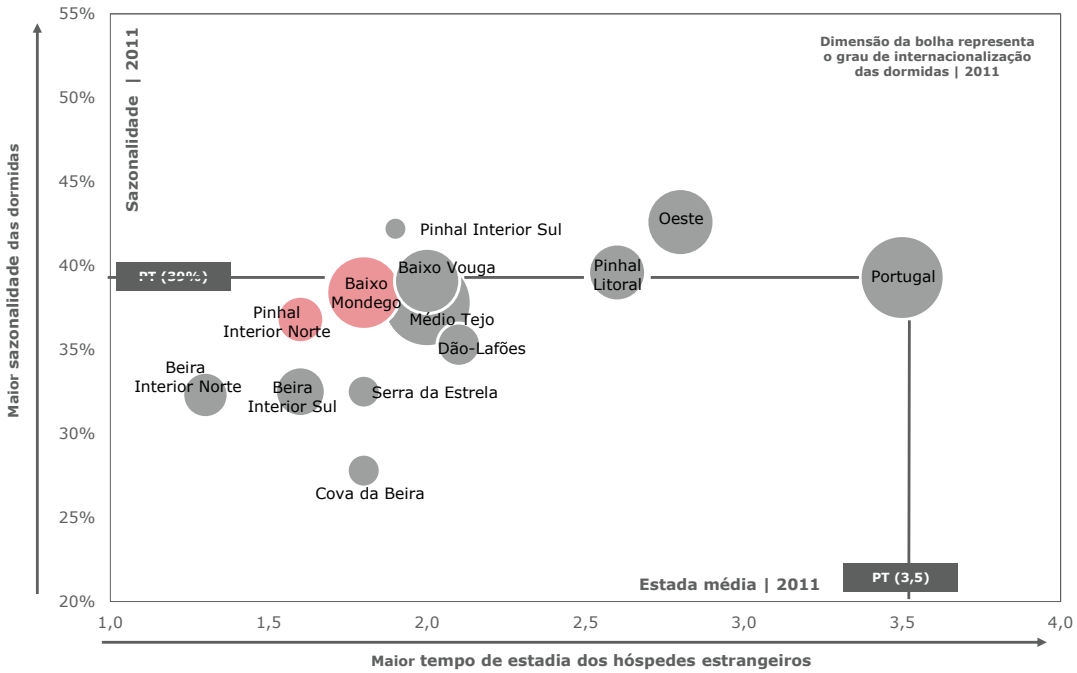
O mosaico de recursos turísticos da região regista ainda uma área de influência territorial e uma capacidade de captação de fluxos de procura relativamente limitada, mas o grau de preservação e notoriedade no mercado nacional dos recursos naturais e culturais na sua base conferem-lhe um forte potencial de valorização ainda por explorar

Gráfico 14.
Capacidade de alojameno e dormidas nos estabelecimentos hoteleiros | 2002-2011



Fonte: INE, Estatísticas do Turismo. Nota: os dados sobre as dormidas nos estabelecimentos hoteleiros em Tábua, Oliveira do Hospital, Lousã, Penacova, Condeixa, Arganil, Mirando do Corvo, e Montemor não estão disponíveis por razões de segredo estatístico.

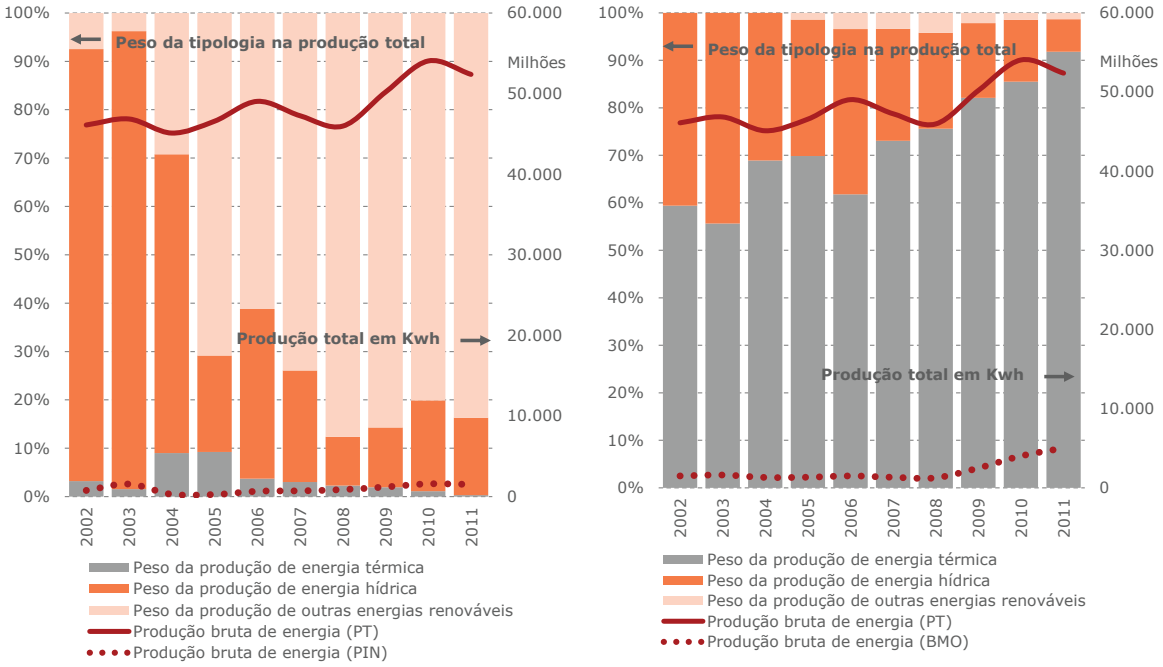
Gráfico 15.
Sazonalidade e tempo de estadia nos estabelecimentos hoteleiros | 2011



Fonte: INE, Estatísticas do Turismo.

A região de Coimbra conheceu uma evolução significativa na produção bruta de energia, em resultado de investimentos na energia eólica e térmica que foram as grandes responsáveis pelo aumento de 189% em relação ao ano de 2002

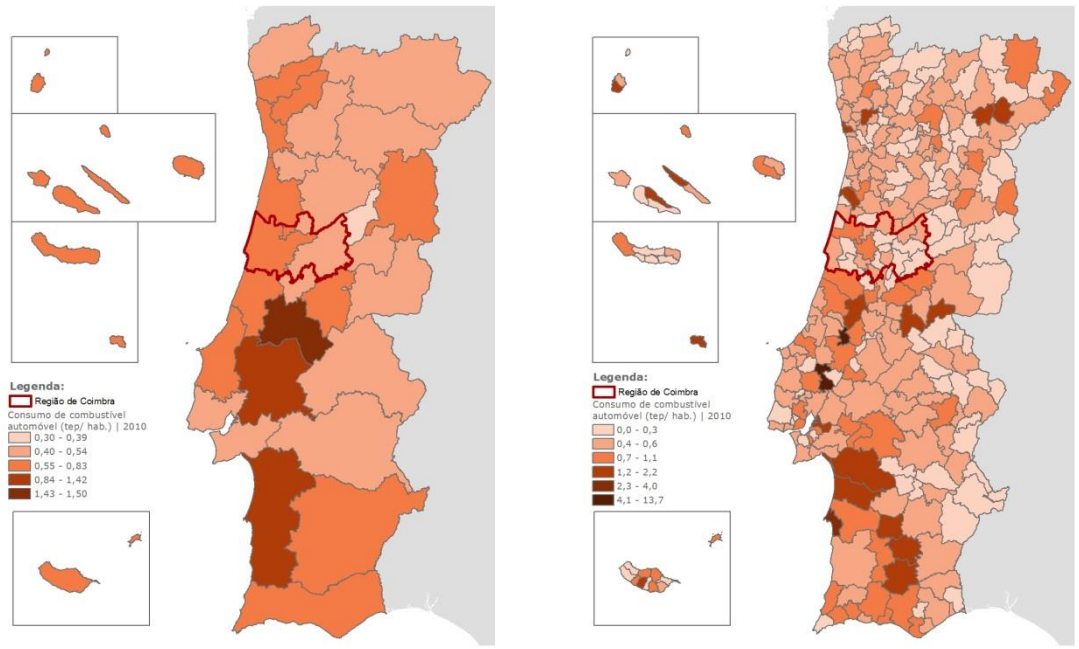
Gráfico 16.
Peso das formas de produção de energias renováveis na produção bruta | 2002-2011



Fonte: INE com base em Direcção-Geral de Energia e Geologia
Nota: Outras energias renováveis integram: energia eólica, geotérmica e fotovoltaica.

Os níveis de consumo de combustível automóvel por habitante na região de Coimbra são mais elevados para os concelhos do litoral, acompanhando a tendência da faixa litoral do país

Mapa 4.
Consumo de combustível automóvel por habitante | 2010

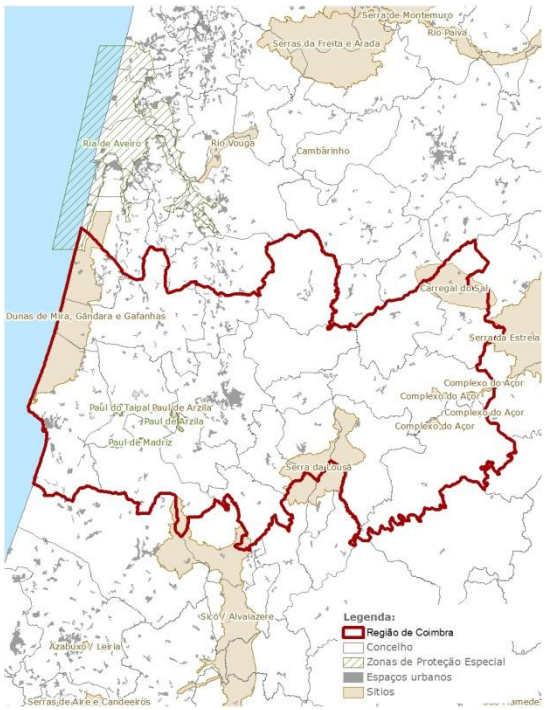


Fonte: INE com base em Direcção-Geral de Energia e Geologia

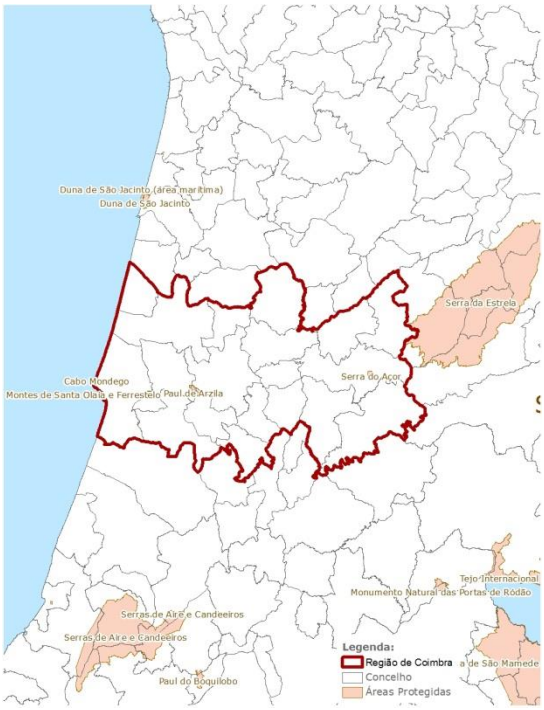
A região de Coimbra é marcada por uma heterogeneidade territorial que se consubstancia num conjunto de valores ambientais que "começam" na zona costeira e na paisagem gandaresa, passam pelo vale do Mondego, pela extensa mancha florestal e terminam nas serras

Mapa 5.
Diretrizes ambientais

Rede Natura 2000

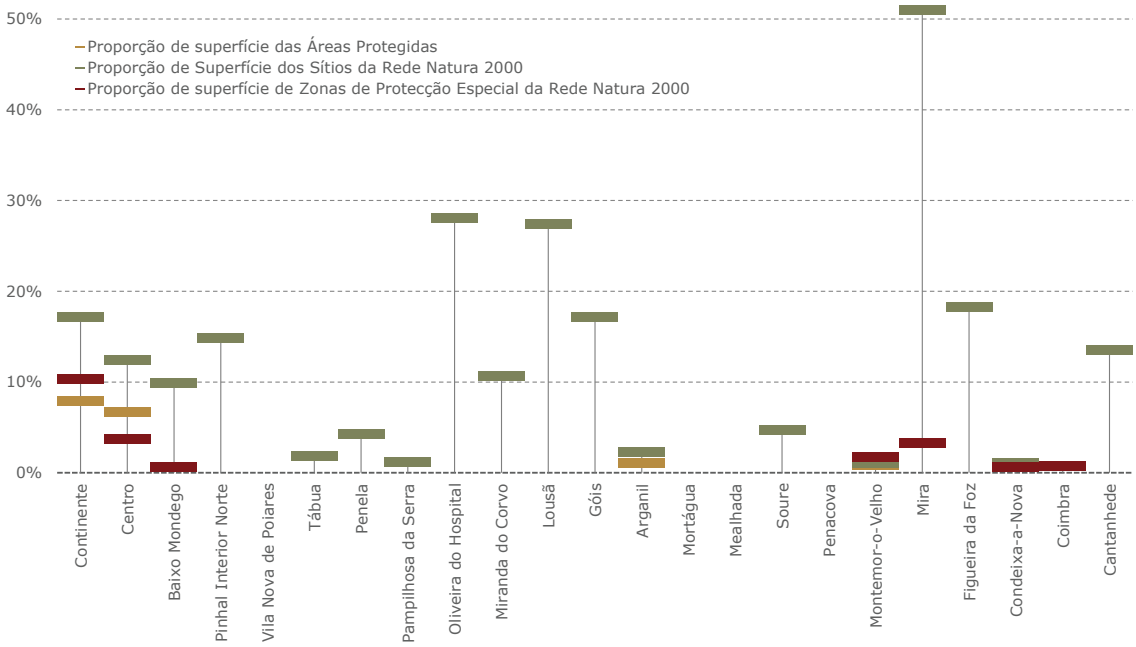


Áreas Protegidas



Fonte: AM&A com base em Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas

Gráfico 17.
Superfície afeta à Rede Natura 2000 e a Áreas Protegidas | 2010

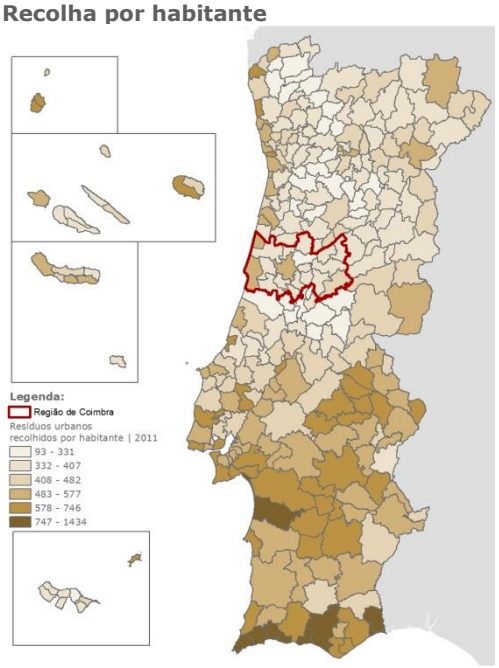


Fonte: INE com base em Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas

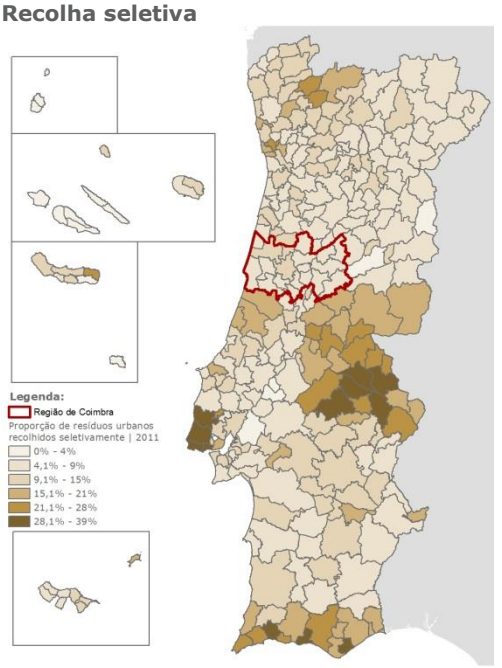
A região de Coimbra denota algumas dificuldades em acompanhar as taxas de recolha de resíduos urbanos observadas no país e na região Centro, um diferencial que se agudiza na proporção de resíduos que são objeto de recolha seletiva, colocando um forte desafio aos concelhos da região neste domínio

Mapa 6.
Resíduos urbanos

Recolha por habitante



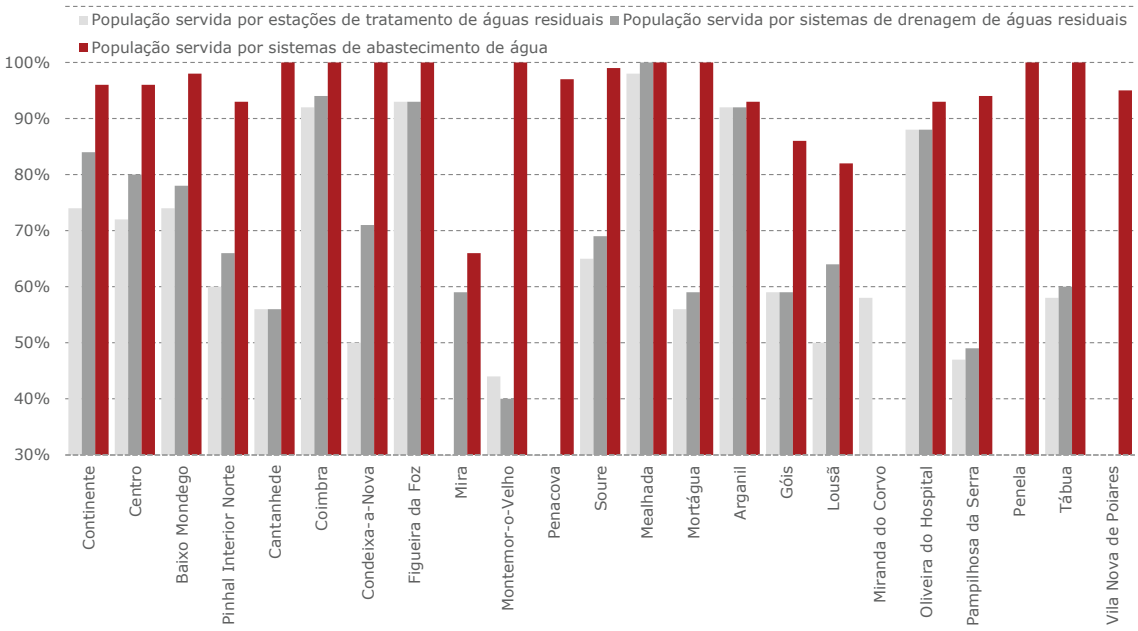
Recolha seletiva



Fonte: INE, Estatísticas dos Resíduos Municipais
Nota: Dados não disponíveis para os concelhos de Câmara de Lobos, Odivelas, Ponta do Sol e Funchal

A criação de infraestruturas relacionadas com as águas residuais constitui-se como o principal desafio para mais de metade dos concelhos da região de Coimbra, onde demonstram níveis de cobertura inferiores ao país e à região Centro.

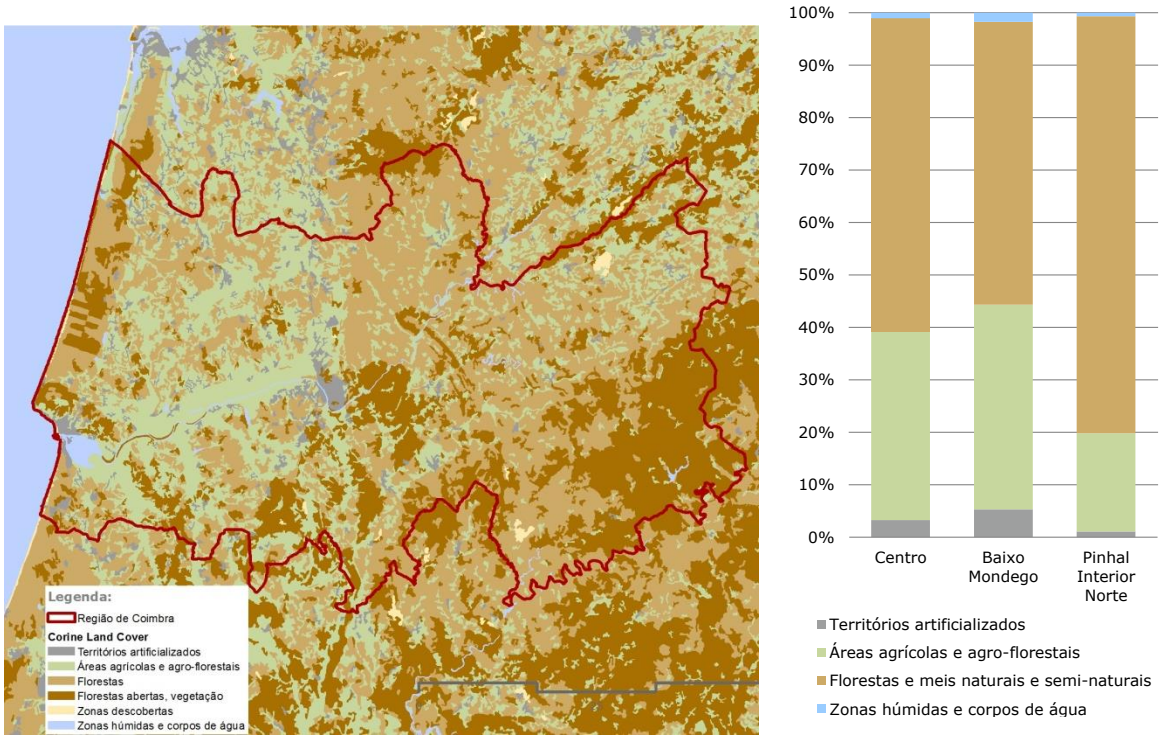
Gráfico 18.
Grau de abastecimento de águas e águas residuais | 2009



Fonte: INE, Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e de Águas Residuais

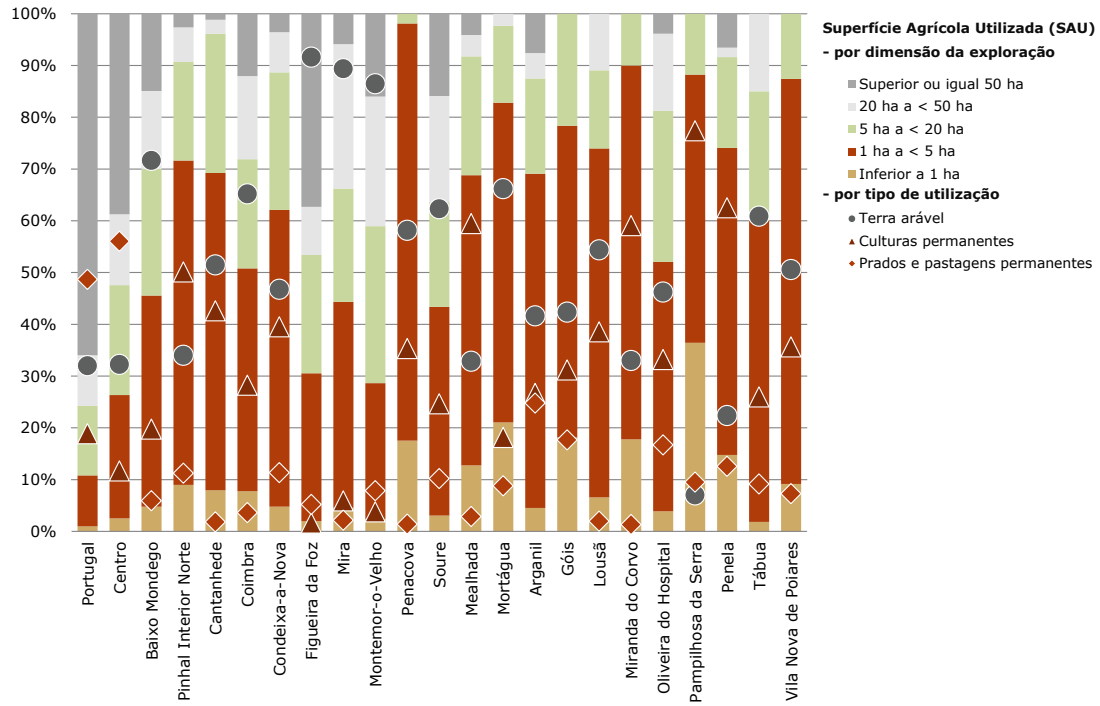
O extenso coberto florestal e as áreas agrícolas marcam a paisagem da região de Coimbra e conferem ao território um potencial de valorização económico assinalável, ainda que uma estrutura fundiária bastante atomizada dificulte a sua exploração

Gráfico 19.
Ocupação do solo | 2006



Fonte: Corine Land Cover

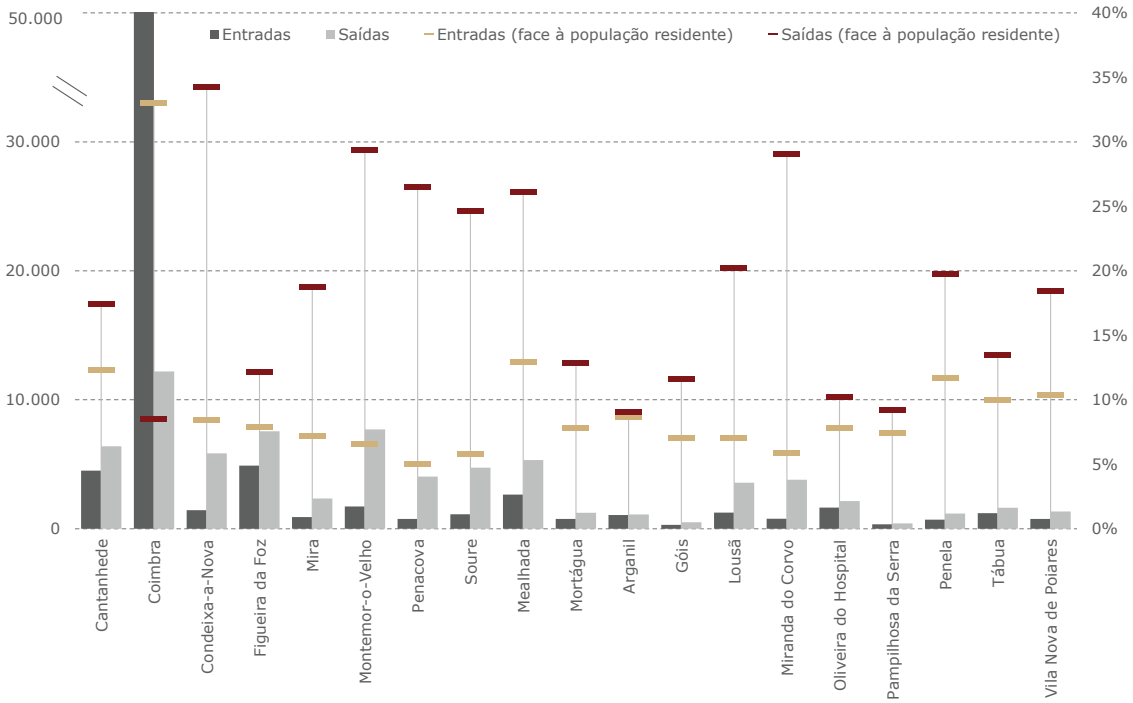
Gráfico 20.
Superfície agrícola utilizada | 2009



Fonte: INE, Recenseamento Agrícola 2009

O concelho de Coimbra exerce um efeito polarizador – corroborado pelos 50 mil indivíduos que diariamente se deslocam ao concelho -, induzido pela dimensão da bolsa de emprego e pela oferta de serviços centrais de saúde e educação

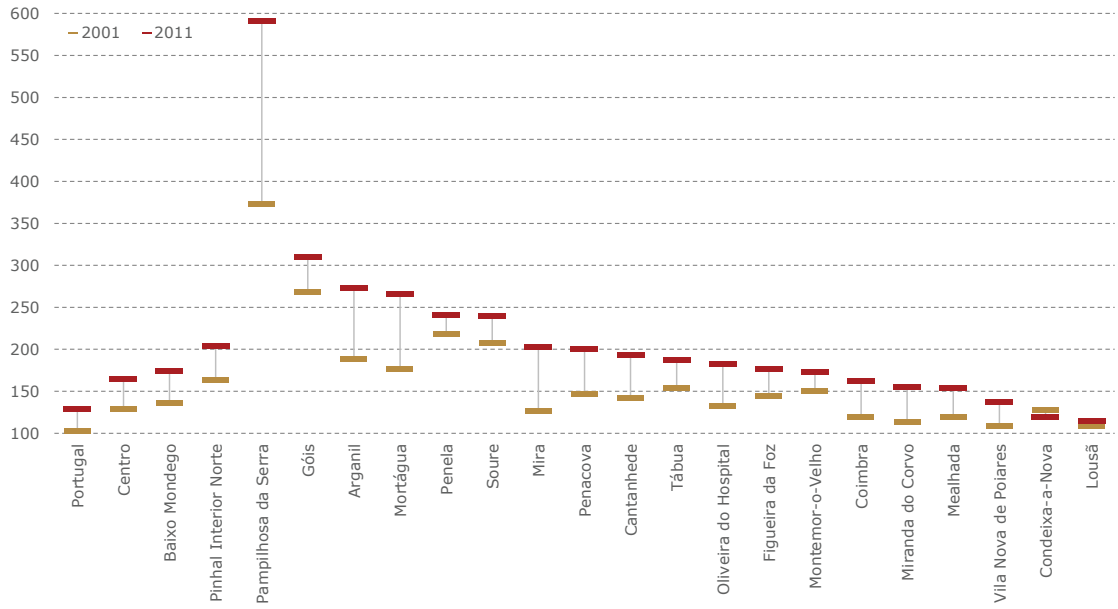
Gráfico 21.
Movimentos pendulares | 2011



Fonte: INE, Censos 2011 (dados provisórios)

A região de Coimbra apresenta um nível de envelhecimento mais elevado do que a região Centro, mas é nos concelhos do interior que o fenómeno assume proporções mais graves, com efeitos sobre o peso no orçamento das autarquias e das famílias

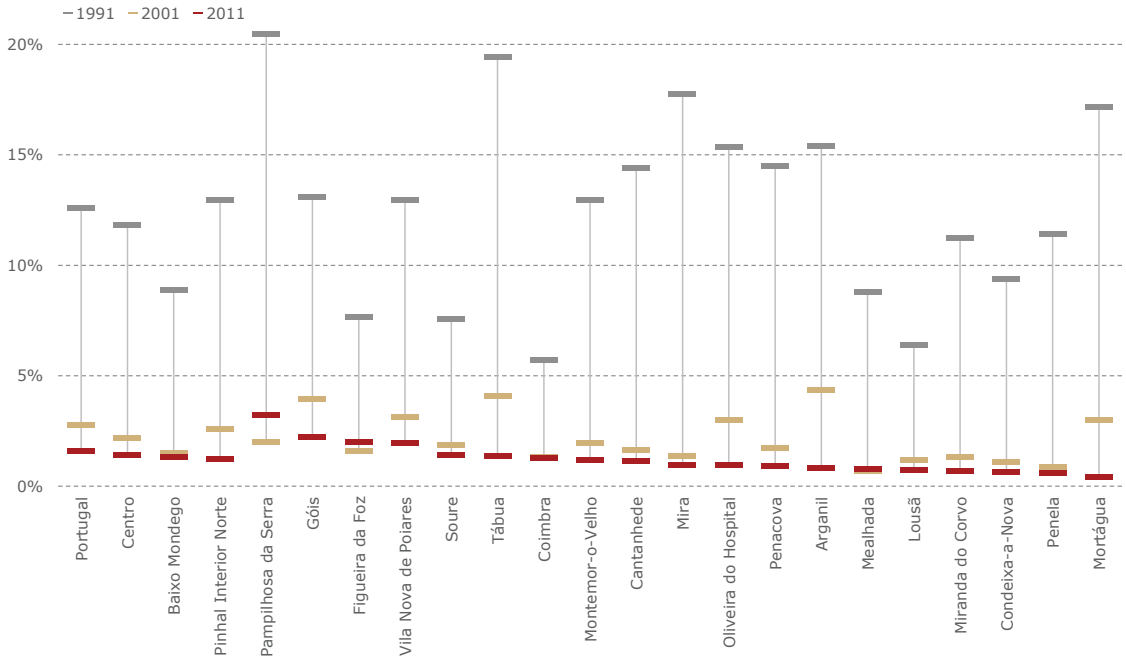
Gráfico 22.
Índice de envelhecimento populacional | 2001-2011



Fonte: INE, Censos 2011 e 2001

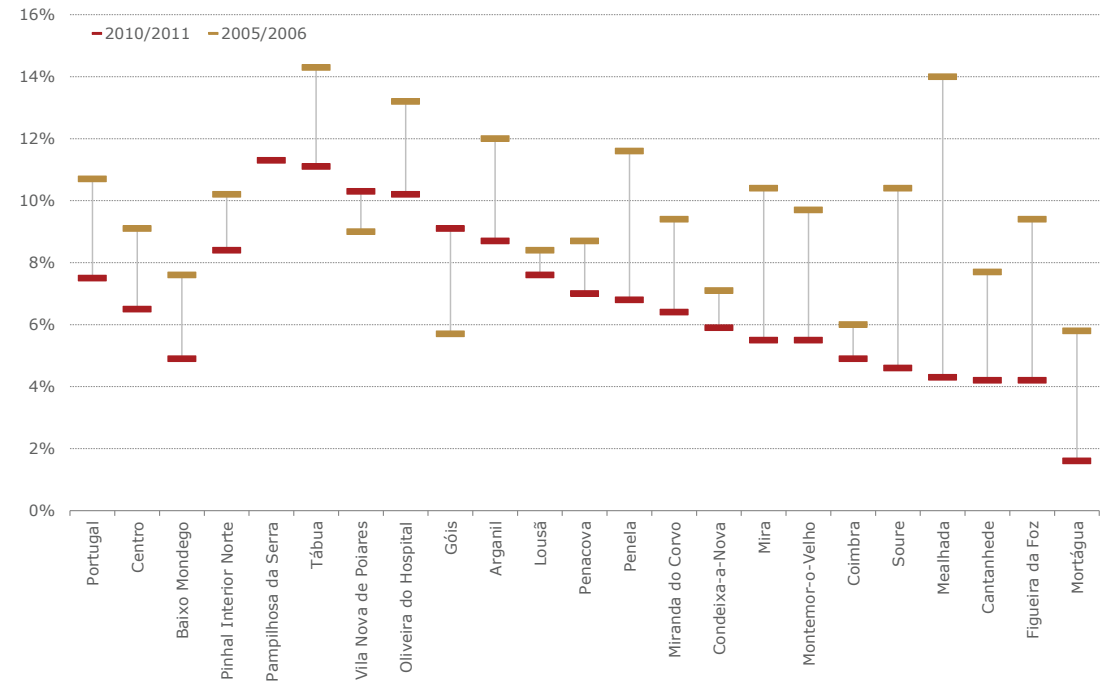
A região registou melhorias notáveis nos indicadores de educação, mas a pressão dos custos de manutenção das escolas de acordo com os critérios de conforto e qualidade pedagógica que tiverem na base da decisão de investimentos recentes, combinada com a resistência à descida da taxa de insucesso escolar em concelhos mais rurais e interiores levanta preocupações sobre a prossecução de objetivos ambiciosos de melhoria das habilitações da população jovem

Gráfico 23.
Taxa de abandono escolar | 1991, 2001 e 2011



Fonte: INE, Censos 2011, 2001, 1991

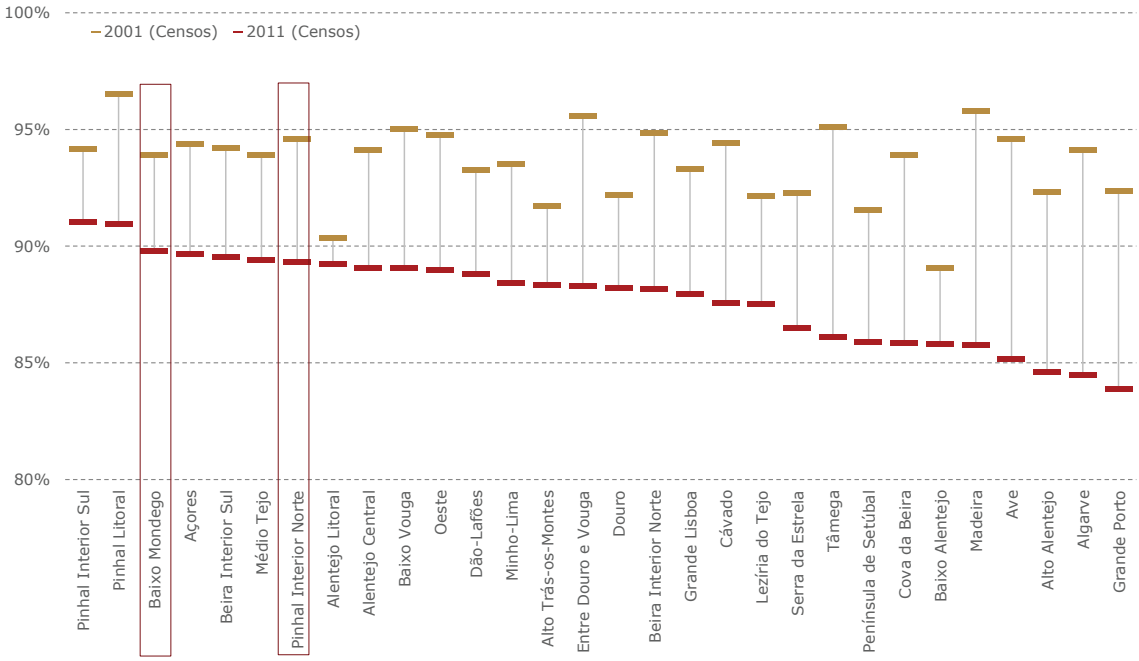
Gráfico 24.
Taxa de insucesso escolar | 2005-2011



Fonte: INE, Anuários Estatísticos Regionais; Nota: dados para 2005 na Pampilhosa da Serra não estão disponíveis

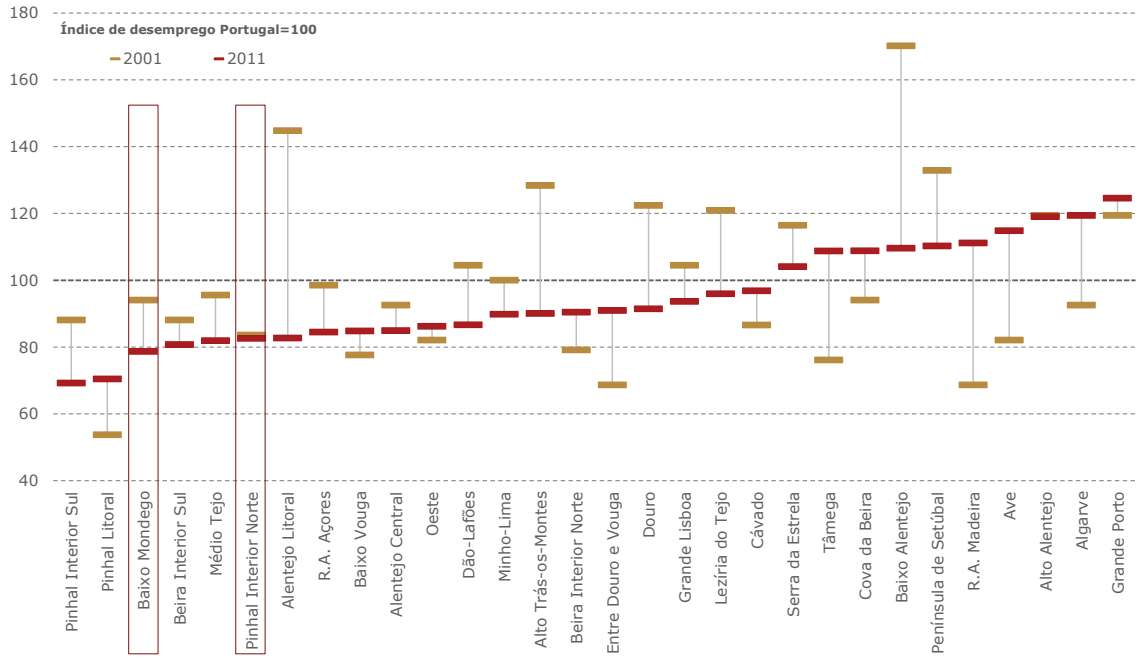
A tendência de envelhecimento populacional de comunidades fortemente dependentes de prestações da segurança social e de rendimentos no mercado de trabalho informal, num contexto de crise de setores tradicionalmente empregadores intensivos de mão-de-obra, é reconhecida pelos stakeholders como um cenário potenciador de focos de carência económica e exclusão social

Gráfico 25.
Taxa de emprego da população entre os 20 e os 64 anos | 2001-2011



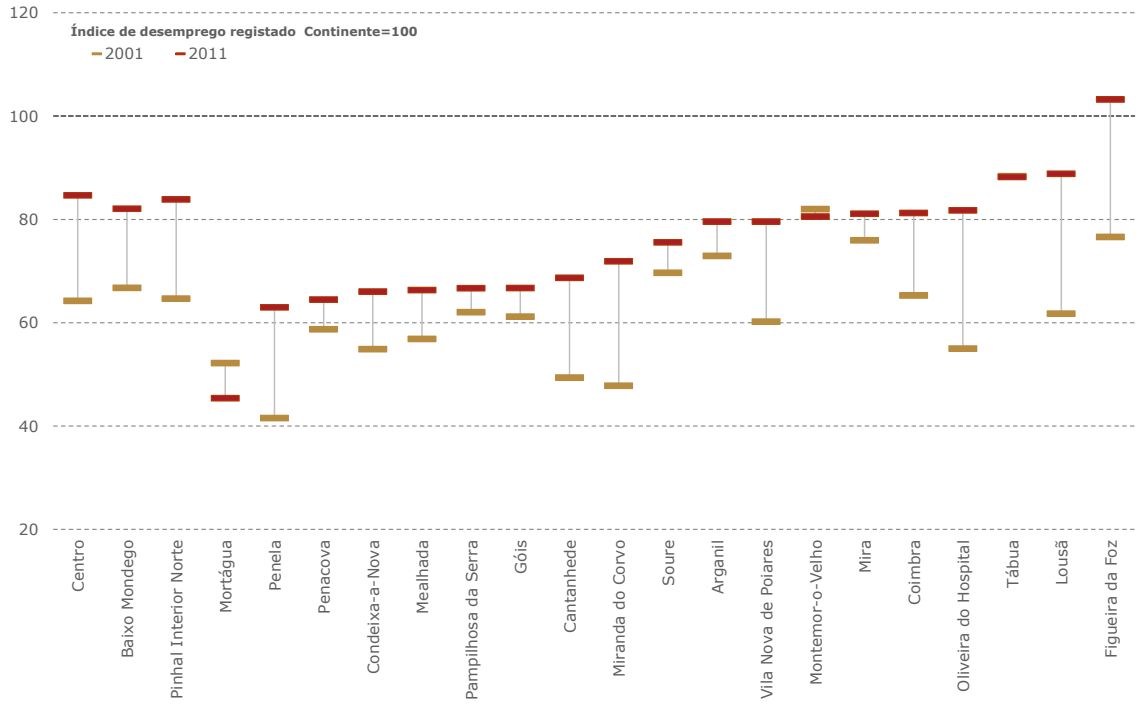
Fonte: INE, Censos 2011 e 2001

Gráfico 26.
Índice de desemprego por NUTS III | 2001 e 2011



Fonte: INE, Censos 2011 e 2001

Gráfico 27.
Desemprego registado nos centros de emprego | 2001-2011



Fonte: IEFP
Nota: o índice de desemprego registado relaciona o número de desempregados inscritos nos Centros de Emprego do IEFP de uma região, com a população em idade ativa dessa região, assumindo a proporção nacional deste rácio como comparação (Índice Continente =100). Este indicador não deve ser interpretado como uma taxa de desemprego, uma vez que apenas se refere ao número de desempregados que se inscrevem voluntariamente nos Centros de Emprego do IEFP, não incorporando as restantes situações de desemprego.

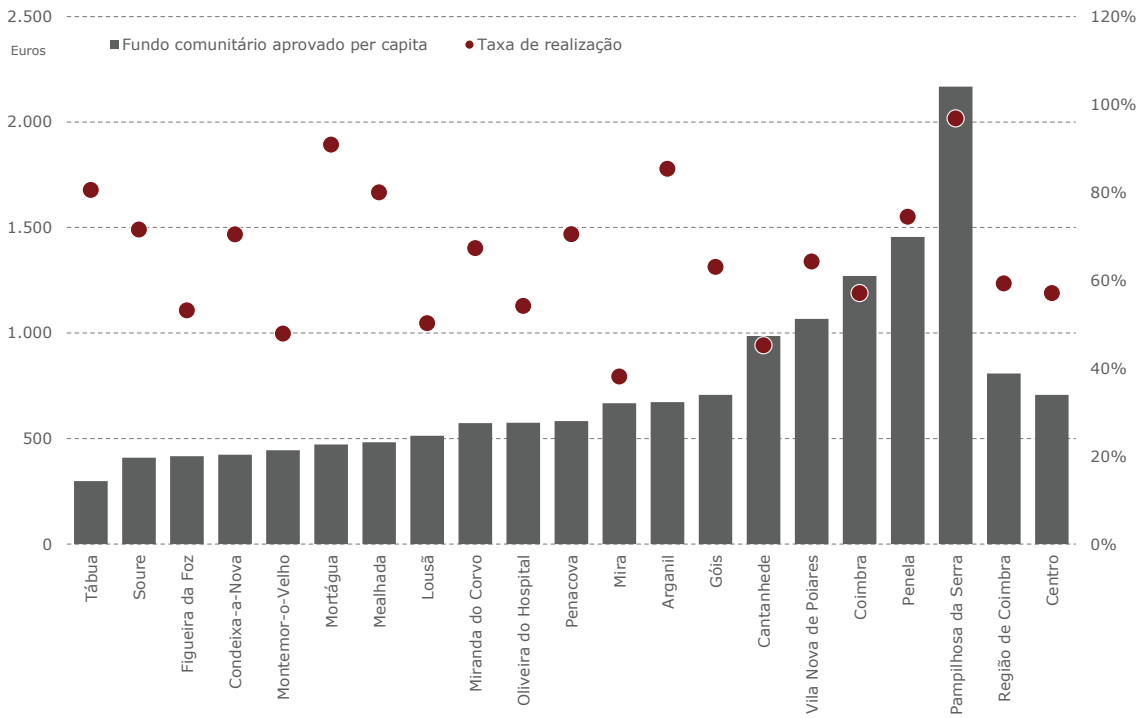
A.5. O QREN e o Programa Territorial de Desenvolvimento 2007-2013

O processo de monitorização e avaliação do QREN tem deixado claro que, não obstante as sérias dificuldades de execução indissociáveis da alteração de contexto socioeconómico face ao momento de programação, os vários Programas Operacionais encerram um "valioso potencial de intervenção estratégica, decorrente do forte alinhamento com os principais constrangimentos estruturais da sociedade portuguesa, ao nível nacional e das diferentes regiões, em termos de competitividade, de potencial humano e de valorização do território"[11].

A natureza estratégica que o QREN assumiu (e ainda assumirá) enquanto fonte de financiamento de investimento público e privado - e que deve ser avaliada à luz das debilidades do sistema financeiro nacional e do reforço das medidas de consolidação orçamental do sistema público – justifica portanto uma análise focada nas dinâmicas de aprovação e execução dos fundos comunitários na região de Coimbra, com destaque para os fundos aprovados ao abrigo do PO Centro.

Com um total de 372 milhões de fundo comunitário aprovado no âmbito do PO Centro até ao final de 2012, a região de Coimbra destaca-se pelo elevado nível de fundo comunitário *per capita* aprovado e executado (em ambos os casos superior à média do Centro), o que indicia a resiliência dos promotores da região neste período de contração económica.

Gráfico 28.
Fundo comunitário aprovado per capita e taxa de realização do PO Centro | 2007-2012

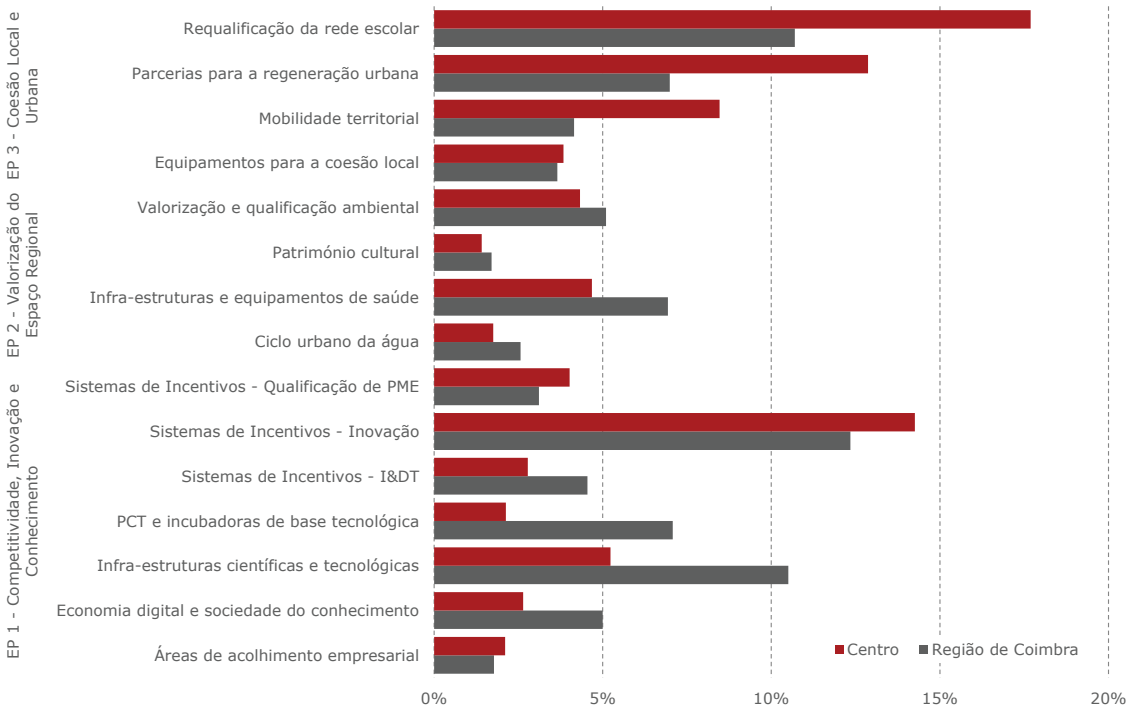


Fonte: SI PO Centro; Nota: Taxa de realização: fundo comunitário validado/fundo comunitário aprovado

11 Relatório Estratégico do QREN 2012

A este sinal positivo acresce também o elevado peso que os apoios a infraestruturas científicas e tecnológicas, parques de ciência e incubadoras de empresas de base tecnológica, e os apoios a promotores privados no âmbito dos sistemas de incentivos assumem na região de Coimbra – investimentos no TecBIS, a nova infraestrutura tecnológica do Instituto Pedro Nunes, no CNC Biotech, edifício laboratorial para alojar o Centro de Neurociências e Biologia Celular da Universidade de Coimbra, no Biomed III, inserido no plano de desenvolvimento da Faculdade de Medicina, no Pólo das Ciências da Saúde Pólo de Conhecimento em Tecnologias da Construção Sustentável e no Iparque são alguns exemplos - indiciando o contributo dos investimentos na região para a alteração do padrão de especialização/modelo de competitividade da região Centro, tal como é avaliado no relatório estratégico do QREN, mas também a capacidade de fixar na região de Coimbra projetos com uma área de influência que claramente ultrapassa as fronteiras municipais e até regionais.

Gráfico 29.
Distribuição do fundo comunitário aprovado no PO Centro por tipologia | 2007-2012



Fonte: SI PO Centro

Não pode também ser ignorado o peso que os investimentos na requalificação da rede escolar assumiram até ao momento: ainda que, de uma forma global, este tipo de investimento represente no total dos fundos aprovados ao abrigo do PO regional na região um valor inferior ao padrão do Centro, em concelhos como a Lousã, Mortágua, Tábua e Vila Nova de Poiares esta tipologia representa mais de um terço do total de fundos aprovados. Sem prejuízo do mérito absoluto dos projetos e da sua adequação às necessidades da população estudantil, o peso que estes assumem na "carteira" de projetos apoiados, indicia a limitação, imposta pela administração central, da capacidade de escolha de investimento noutras tipologias por parte de algumas autarquias, num quadro em que a requalificação do parque escolar foi uma prioridade nacional com claras diretrizes sobre a qualidade e conteúdos dos equipamentos.

Uma análise dos relatórios de atividades das CIM do Baixo Mondego do Pinhal Interior Norte revela também que o ritmo de aprovação e execução dos fundos contratualizados com a AG

do PO Centro ganhou um forte impulso com as medidas dos dois memorandos de entendimento entre o ANMP e o governo, e que é previsível uma concretização dos objetivos, em termos de valores de fundo programados. Nota-se também um forte alinhamento com objetivos de ordem mais qualitativa, consagrados nos Planos Territoriais de Desenvolvimento (PTD) das duas regiões.

Este alinhamento, globalmente positivo, não deve esconder, no entanto, as dificuldades sentidas pelas CIM no dia-a-dia da gestão da procura e oferta de fundos, que obrigou a uma visão um pouco mais pragmática e menos ambiciosa sobre o papel das CIM e do processo de contratualização no atual período de programação.

De facto, a conclusão que os "processos de contratualização com subvenção global entre os PO e CIM e de implementação das EEC de base territorial não têm sido organizados com o objetivo de proporcionar condições de aprendizagem organizacional de base regional, capacitadores das CIM e das próprias CCDR em processos de territorialização de políticas públicas para territórios-tipo específicos"[12], é também válida na região de Coimbra.

Embora tenham estado sempre presentes os objetivos definidos nos PTD, o modelo de contratualização entre as CIM e AG do PO Centro evidencia um conjunto de características que importa reter, enquanto "lições de experiência", no processo de preparação do período de programação estrutural 2014-2020:

- ✓ Durante o processo de elaboração dos PTD foram definidas, em deliberação da Comissão Ministerial de Coordenação dos PO Regionais de 19 de Março de 2008, as "Orientações para a Contratualização com Subvenção Global entre as Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais Regionais e as Associações de Municípios baseadas em NUTS III", que fixavam o conteúdo dos PTD (explicitação clara da estratégia definida para o território da associação de municípios e da sua coerência com a estratégia do espaço NUTS II em que se insere, uma proposta de plano de investimentos que evidencie a coerência estratégica das operações objeto de contratualização e enuncie a fundamentação da prioridade e a área territorial de influência) e que confirmavam as opções metodológicas das CIM para o desenvolvimento dos trabalhos;
- ✓ Neste sentido, apesar de algumas limitações, por exemplo, o escasso tempo para a preparação de um processo com estas características e a dificuldade em articular as entidades e os protagonistas regionais, o trabalho foi desenvolvido de acordo com os parâmetros relevantes das orientações para a contratualização, em particular, a adoção plena do conceito de "operação", entendida como conjunto articulado de projetos, como o nível elementar a considerar no plano de ação a incluir no PTD, em substituição do anterior nível elementar de projeto;
- ✓ No entanto, no processo de articulação do PTD com a Autoridade de Gestão do Programa, foi dada, por iniciativa da AG, particular relevância à definição do plano de ação, recuperando, igualmente, o projeto como elemento base de construção do acordo de contratualização. O processo de articulação foi igualmente reduzido aos projetos previstos pelos municípios ou pela CIM não abrangendo articulação com as restantes prioridades estratégicas e operações construídas no processo de elaboração do PTD, limitando por esta via, o plano de ação a um conjunto de intervenções de âmbito municipal ou intermunicipal;

[12] Avaliação Global de Implementação do QREN 2007-2013

- ✓ Este processo foi igualmente marcado pela necessidade de respeitar o encaixe dos projetos numa tipologia de intervenções predefinidas, com envelopes financeiros relativamente rígidos, limitando em grande parte a possibilidade de incluir operações com carater estruturante para a concretização da estratégia regional;

O próximo período de programação, ao prever os Investimentos Territoriais Integrados (ITI), como novo instrumento de programação para implementar estratégias territoriais, contemplando, como elementos chave, um território, uma estratégia de desenvolvimento integrado, um conjunto de ações e um acordo de governação para gerir, vem aprofundar o modelo PTD / Contratualização do período de programação 2008-2013. O modelo de construção das ITI do próximo período de programação deve por isso dar particular relevância ao processo de construção das ações estruturantes e dos respetivos atores chave, bem como ao modelo de governação e articulação dos protagonistas regionais.